

Camões

REVISTA DE LETRAS E CULTURAS LUSÓFONAS

OUTUBRO
DEZEMBRO
1999
2000\$100
10€
(IVA incluída)
número

7

Macau

MINISTÉRIO
DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS



INSTITUTO
CAMÕES



© JOÃO RIBEIRO

No QUADRO DA transferência da administração portuguesa de Macau para a República Popular da China, o Instituto Camões não poderia deixar de se associar ao momento histórico, realçando um legado cultural de quase cinco séculos e a importância da presença portuguesa no futuro da Região Administrativa Especial de Macau, dedicando-lhe o número 7 da sua Revista. Tanto mais que, cessando a participação do Território de Macau no IPOR (Instituto Português do Oriente), o Governo decidiu garantir uma posição maioritária do Estado português naquela entidade, através precisamente do Instituto Camões, com vista a preservar um instrumento fundamental de promoção da língua portuguesa, assim como do aprofundamento do diálogo intercultural entre Portugal e os países da região Ásia/Pacífico. Foi, pois, com o sentido de assumir a continuidade deste legado histórico que este Instituto passou a deter, a partir de 20 de Dezembro de 1999, 51% da participação societária do Instituto Português do Oriente, cabendo 44% à Fundação Oriente e 5% a oito empresas que participam na qualidade de sócios ordinários (BCM – Banco Comercial de Macau; BES – Banco Espírito Santo; BNU – Banco Nacional Ultramarino; CESL-SOMAGUE; EDP – Electricidade de Portugal; HOVIONE – Sociedade Química; IPE – Participações Empresariais e Portugal Telecom). Ao longo de dez anos de existência, o IPOR exerceu um papel decisivo a partir de Macau na valorização da língua e da presença cultural portuguesa na região Ásia/Pacífico, assim como na promoção do conhecimento das culturas orientais em Portugal, incentivando igualmente um diálogo e uma solidariedade entre comunidades de raiz cultural portuguesa em todo o Oriente.

Aproveitando a experiência acumulada e o trabalho já desenvolvido naquela região, pretende-se, através desta parceria entre entidades públicas e privadas, assegurar que o IPOR continue a exercer o seu papel irradiador,

passando a ser um instrumento privilegiado de execução de uma política de língua e de cultura portuguesas no exterior.

As áreas de intervenção constantes do plano de actividades do IPOR, para o ano 2000, privilegiam a gestão do Centro de Língua Portuguesa (ensino extracurricular do Português como Língua Estrangeira) e do Centro Cultural Português em Macau, assim como a manutenção dos pólos de Acção Cultural no Oriente, designadamente os Centros Culturais em Pequim, Seul, Tóquio e Banguecoque, os Serviços Culturais da Embaixada em Manila e o Consulado-Geral em Hong Kong, os Leitorados em Pequim, Xangai, Cantão e Kuala Lumpur. Através do IPOR será ainda assegurado o funcionamento da Biblioteca Camilo Pessanha e da Livraria Portuguesa de Macau, bem como um amplo programa de Bolsas de Estudos, nomeadamente no âmbito da Língua e da Cultura portuguesas. A nova situação criada pelo resultado do referendo em Timor-Leste e pelo processo de democratização da Indonésia implica ainda uma reformulação do programa de acção para a área Ásia/Pacífico, com particular destaque para os projectos específicos de cooperação com Timor.

No presente número de *Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas* está patente uma coexistência cultural inteiramente assumida na Literatura, nas Artes Plásticas, na Arquitectura, na Música, na História, no Teatro e no Cinema. Património comum que se destaca sobretudo por uma vivência na tolerância e no respeito mútuo pelas diversas culturas e tradições (oriental e latina), fazendo de Macau «*um museu vivo, um enorme tesouro da civilização humana*», segundo as palavras de Gary Ngai, ou um desafio no sentido da preservação de uma identidade cultural de cuja singularidade nos devemos todos orgulhar.

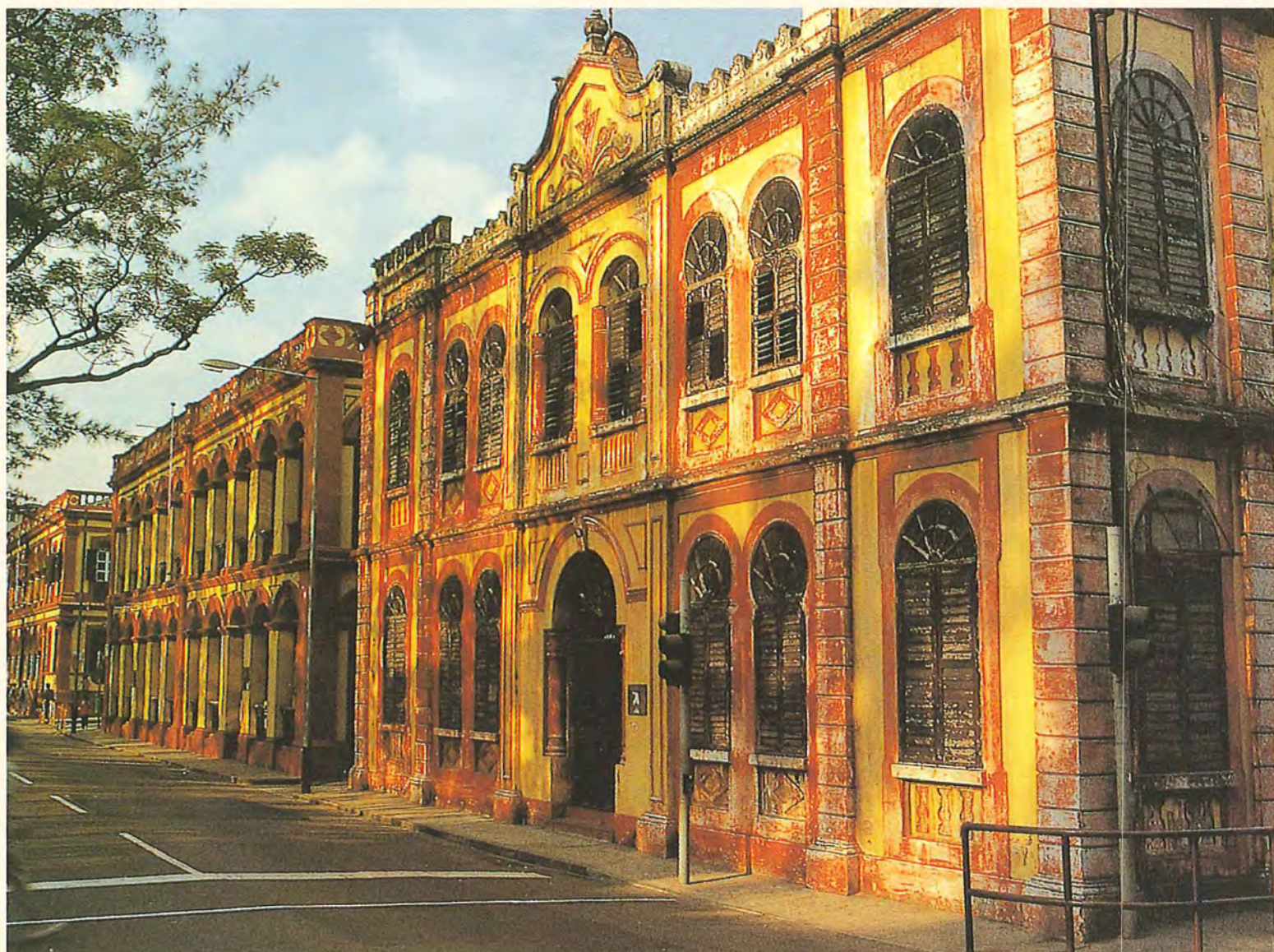
Jorge Couto

DIRECTOR Jorge Couto	22
DIRECTOR-ADJUNTO Luísa Mellid-Franco	34
DIRECTOR DE PRODUÇÃO Rui M. Pereira	39
DESIGN GRÁFICO Luís Moreira (TVM DESIGNERS)	46
EDITORES Henrique Viana Joana Amaral Maria João Camacho M. Piedade Braga Santos	58
ASSINATURAS Elisa Camarão	84
TRATAMENTO DE TEXTO Ana Cristina Moreira	96
PRÉ-IMPRESSÃO Policor	102
IMPRESSÃO Gráfica Maiadouro	107
DIRECÇÃO E REDACÇÃO Instituto Camões Campo Grande, 56 - 7º 1749-103 Lisboa Tel: 21 795 54 70/2 Fax: 21 795 61 13 geral@instituto-camoes.pt	119
PRODUÇÃO E ADMINISTRAÇÃO Revista Camões Rua Jardim do Tabaco, 23 - 1º 1100-286 Lisboa Tel. e Fax: 21 888 10 23 rev.camoes@cncdp.pt	125
TIRAGEM 10 000 exemplares	129
DEPÓSITO LEGAL 124734/99	140
DISTRIBUIÇÃO Bertrand	148

Camões é editada pelo Instituto Camões com o apoio de Produção da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

ISSN: 0874-3029

8	Um carro azul <i>João de Pina Cabral</i>
22	A-Chan, A Tancareira <i>Henrique Senna Fernandes</i>
34	A Chinesa de Olhos Azuis <i>Urbano Tavares Rodrigues</i>
39	Por uma Lusofonia a Oriente: sinais do passado, estratégias do presente <i>Ana Paula Laborinho</i>
46	A Questão da Identidade Cultural de Macau <i>Gary Ngai</i>
58	Uma Identidade Plural. Acerca das artes em Macau <i>Fernando António Baptista Pereira</i>
70	Património de Macau: um álbum da sua história <i>Luís António Durão</i>
84	Percursos e Trajectórias de uma História: a Música em Macau na Transição de Poderes <i>Gabriel Baguet Jr.</i>
96	Macau, identidade multilingue <i>Maria José Reis Grosso</i>
102	Macau e a situação futura da Língua Portuguesa <i>Mário Filipe</i>
107	Camões e Macau num romance neerlandês <i>Patrícia Couto</i>
119	Macau, Macaenses e Língua Portuguesa <i>Ana Cristina Rouillé Correia</i>
125	Um Sonho Confuso <i>Roberto Carneiro</i>
129	Diplomacia e Comércio de Macau na Ásia do Sueste, em inícios do século XIX <i>Jorge M. dos Santos Alves</i>
140	«Notícias do melhor reino que há no mundo» <i>Rui Manuel Loureiro</i>
148	Breves <i>sombras</i> da China na cronística da Expansão (século XVI) <i>Ana Paula Avelar</i>
156	Ferdinand Verbiest <i>Manuel Cadafaz de Matos</i>
176	Trocar de Tudo <i>Liberto Cruz</i>
180	Hotel Lisboa <i>Clara Ferreira Alves</i>
182	O Desafio de Traduzir Camilo <i>Wang Suoying</i>
187	Macau à janela do Brasil <i>Hermano Vianna</i>
191	A Doci Papiaçam di Macau <i>Helder Fernando</i>
194	Macau e o Cinema <i>José de Matos-Cruz</i>
207	Macau no pretérito perfeito: algumas sugestões de leitura <i>Rui Manuel Loureiro</i>
213	Recensões <i>Jacinta Anica</i>



M a c a u

Este número de *Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, dedicado a Macau, pretende captar a peculiaridade de um olhar para trás e de um andar para diante. Assim os textos e a iconografia o consigam reflectir.

Procurámos primeiro os sons vindos através de alguns textos para encontrar o tom certo nas palavras de poetas que passaram por Macau e que, tendo-se alimentado do espírito do lugar – começando pelo grande «Adé» e terminando pelo não menos grande Camilo Pessanha – o fizeram ecoar nos olhos e nos ouvidos dos seus leitores, na poesia, assim como João de Pina Cabral, Henrique da Senna Fernandes e Urbano Tavares Rodrigues, na ficção. É na perspectiva do presente e das opções estratégicas de Portugal para o século XXI que Ana Paula Laborinho analisa a presença portuguesa no Oriente, nomeadamente o lugar de Macau, no que se refere à divulgação da língua e da cultura portuguesas na região. Helder Fernando e Gary Ngai contribuem igualmente para a análise da realidade cultural do presente com textos respectivamente sobre «A doce papiação di Macau» e «A questão da Identidade Cultural». A Arte, a Arquitectura e a música contemporânea têm abordagens próprias, por parte de Fernando António Baptista Pereira, Luís António Durão e Gabriel Baguet Jr. As questões linguísticas estão presentes de modos diferentes, através dos textos de Maria José Grosso, Mário Filipe e Ana Cristina Rouillé Correia. Segundo Roberto Carneiro, a posição de Macau como entreposto comercial, diplomático e cultural forjou uma personalidade própria, feita de uma cultura de

mestiçagem, que se traduz na culinária, no crioulo, ou nas formas de religiosidade típicas do sincretismo mestiço. A condição macaense resulta da emergência de uma consciência cultural autónoma que transcende a mera aglutinação do humanismo cosmopolita português com a milenar civilização chinesa, mas é também de opinião que a condição macaense inclui também a população da diáspora, que ao preservar muitos dos ritos quotidianos gera um sentido agudo de pátria. Também o fascínio do escritor neerlandês Slauerhoff é trazido ao conhecimento dos leitores num texto de Patrícia Couto.

A História, através de textos de Jorge M. Santos Alves, Rui Manuel Loureiro, Ana Paula Avelar e Manuel Cadafaz de Matos, abre horizontes na compreensão de uma realidade que se estende por mais de quatro séculos, enquanto visões mais actuais são dadas pelos apontamentos, mais pessoais, de Liberto Cruz, Clara Ferreira Alves e Hermano Vianna. Wang Suoying testemunha a sua experiência como tradutora, designadamente de Camilo Castelo-Branco. Finalmente, os três últimos textos actualizam o leitor no que diz respeito à filmografia (José de Matos-Cruz) e a alguns livros publicados em Portugal e que têm Macau como pano de fundo.

Poder-se-ia, sem dúvida, ter escolhido outros textos e mesmo outra linha editorial, mas dificilmente se poderia fazer com mais emoção e carinho este número que assinala o momento em que Macau passou a representar simultaneamente o sentido da Memória e do Futuro. [LMF]

Poéma di Amôr

Co sentimento, nôs dôs cantá
Acunga poéma di bom sabôr
Qui ta fazê nôs lembrá,
Pa tudo sempri, acunga amôr.

Dóci amôr qui já merecê
Lágri churado na solidám!
Quim más padecê
Sã nôsso coitado coraçám.

Acunga poéma di amôr qui nôs
Vida intéro nádi isquecê,
Sã adocicado pa dôs
Alminha triste qui ta sofrê.

Lua na Céu qui já lumiá
Nôsso caminho di puro amôr
Têm na riva ta olá
Nôsso dôs coraçám churá di dor.

José dos Santos Ferreira – Adé
in *Poéma di Macau*, 1983

Na margem do Tejo

a manhã de julho
sentada no meu olhar:
luz, rio, casa, igreja
janelas descortinadas
ainda escuras
e multidão
cada um no seu momento da vida

a voz do sino
desperta pombos torrenciais
para invadir a praça

ao longe
gaivotas cortam a brisa
gritando nomes que não conheço

Yao Jingming
in *Escrita na Terra Lusitana*

Lótus

os lagos secaram

da argila do fundo
fundiram-se
pétalas
criando a flor

efémera

feita de segundos

liberta de lama
repleta de amor.

Alberto Estima de Oliveira
in *Infraestrutura*, 1987

San Ma Lou

No chão cinzento-negro, entre detritos,
algumas pétalas de crisântemo amarelo,
no rasto da vendedeira de flores.

Macau também é isto:
ocasionais palavras amarelas
escritas com crisântemos desfeitos.

Fernanda Dias

in *Horas de Papel*, 1992

Sobre o terraço

Os antigos mortos, invisivelmente.
Vêm ainda ao seu terraço antigo...
Já sopra a nona lua e vento lamentoso.
De os três rios devem estar a chegar os gansos de arribação.

Cobrem nuvens a vastidão dos dois Kuangs.
Declina, pálido, o sol sobre Pang-Lai.
Desterrado da Pátria e sem notícias dela,
Para essas bandas volvo de continuo os meus olhos.

Camilo Pessanha

in *As Elegias Chinesas*, Gradiva, 1999

在武昌作
洞庭葉未下
瀟湘秋欲生
高齋今夜雨
獨臥武昌城
重以桑梓念
淒其江漢情
不知天外雁
何事樂長征

Um carro azul

João de Pina Cabral

NO DIA DA COMPRA DO CARRO, ESTAVA EU JÁ deitada há muito tempo, quando a porta de ferro do apartamento correu nos rodízios, batendo sonoramente contra o travão. Logo de seguida a porta de madeira abriu-se com um estrondo. Entrou pela casa dentro toda uma algazarra de vozes masculinas. Ouvia-se-lhes na fala o descontrolo de quem tinha bebido demais.

Não era a primeira vez que o meu irmão voltava a casa com uns copos a mais. Mas era a primeira vez que vinha com tanta companhia.

A porta do meu quarto, entreaberta, foi empurrada por uma mão masculina. Era o Ah Wai, vestido com o casaco de couro preto que lhe tinha comprado, depois de ter passado meses a pedinchar-mo. Trazia jeans azuis e ténis brancos nos pés. Como sempre tinha o cabelo muito curto. Pensava assim poder esconder melhor os sinais de calvície que começavam já a surgir. É encorpado como era a mãe; tem os movimentos lentos e hesitantes de que me lembro nela.

Depois do gesto inicial de fanfarronice com que abriu a porta, não sabia muito bem como continuar. Levantou a mão e fez tilintar as chaves de um carro. Ainda deitada, perguntei:

– Que queres com esta algazarra toda? Que chaves são essas? Para que me estás a incomodar?

– Estas são as chaves do meu novo carro.

– Qual carro? Estás parvo? Em que porcaria te meteste tu? Estás outra vez bêbedo, é?

Lá fora os risos e apupos repetiam-se. O Ah Wai não sabia por onde se meter. Levantei-me, vesti o roupão, passei uma escova pelo cabelo; por fim, empurrei-o para a porta:

– Quem são estes?

Eram três rapazes que eu já conhecia de acompanharem o Ah Wai, mas havia agora um outro mais velho, com um ar seguro, sentado na mesa da sala de jantar com um pé pousado

num dos bancos. Vestia um blusão de ganga azul. Era alto e tinha o cabelo comprido com uma franja (à Beattle, como se dizia na altura). Estava a fumar.

– O teu irmão comprou um carro, para ir dar umas voltas por aí. – Sorria-se conforme ia falando, com ar de quem sabe mais do que o que está a dizer.

O Ah Wai virou-se para mim, segurando-me ao de leve o braço, falando cada vez de forma mais incerta:

– Tens que me dar dinheiro para eu arranjar os documentos. O dinheiro da Tia só deu

para comprar o carro. – Gastaste-o...? – A pergunta formulou-se na minha boca só durante o tempo suficiente para pensar no que se passava. Eu sabia bem que ele fora enganado. O dinheiro que tínhamos herdado da tia não era suficiente para um carro novo, mas daria para um qualquer carrito em segunda ou terceira mão a cair aos pedaços. Não queria, no entanto, que perdesse a face em frente aos amigos. Aliás, considerando a atitude deles e a minha fraqueza relativa, nem sequer era boa ideia.

– Bom, isso não é agora, a esta hora, que a gente vai decidir. Amanhã voltamos a falar.

Ponte da Taipa.
Fotografia de Ricardo Fonseca.



Mas ele estava ainda um pouco bêbedo e os outros riam-se, comentando a forma como corava ao falar comigo. Respirou fundo e saiu-se com esta:

– Aqui o homem sou eu, merda! A loja não é tua, é da família!

Eu sabia muito bem o que ele queria dizer. Como mulher, eu não era mais do que a gestora temporária de uma herança que lhe pertencia a ele por inteiro; no momento em que eu me casasse, ouviria a porta a bater atrás de mim, levando só como dote o que ele tivesse a gentileza de me dar.

Olhava de lado para os amigos. Coitado! Fraco como sempre! Estou certa que tinham sido eles a pôr-lhe aquilo tudo na cabeça. Mas estava a começar a assustar-me, tinha medo de perder o controlo da situação. Decidi mudar de direcção:

– Mas estou a ser malcriada! Vocês não querem tomar nada? Estão com fome de certeza. Tenho aqui Coca-Cola e uns restos de comida que trouxe da confeitaria. Uns pães recheados. Já não prestam, é claro, mas a esta hora terão que ser compreensivos e servir-se do que há.

Virei as costas e dirigi-me para a cozinha. Voltei com um tabuleiro cheio de bebidas, copos, pães recheados, tartes de ovo e uma malga com amêndoas secas. Pousei tudo na mesa. Foi forma segura de os controlar. Estavam constrangidos, mas a fome apertava. Sabe sempre bem pôr comida na barriga por cima da cerveja.

Foram-se aproximando. Pus tudo o mais próximo que pude do rabo impudente do tipo mais velho, que se tinha sentado na mesa (chamavam-lhe deferencialmente Peter): era uma espécie de assédio. Acabou por saltar do poleiro e sentar-se num banco, como todos os outros. Curei-lhes os espíritos com uma dose violentamente materna de pães recheados e



tartes de ovo. Quando saíram, até o Peter murmurou uma espécie de agradecimento. Os outros, atrás dele, foram bastante mais explícitos.

No dia seguinte, ao ver o carro, não consegui reprimir um sorriso: era um Ford Escort velho, com a tinta azul mais manchada que o chão de um mercado. Confirmei que tinha sido o Peter quem servira de intermediário na venda. Já era tarde demais, não havia nada a fazer senão tentar tirar algum proveito da situação. Desde logo, pus o Ah Wai a distribuir encomendas para os restaurantes e a carregar produtos.

O sistema funcionou bem durante mais ou menos uma semana. Um dia o Ah Wai não voltou à hora combinada. Na manhã seguinte, quando me queixei de ter tido que alugar um táxi para levar os bolos, respondeu-me que o carro tinha sido preciso para outra coisa. Deilhe um raspanete dos grandes e ameacei deixar de lhe dar de comer se não fosse imediatamente buscar o carro. Nessa noite, o carro estava já de volta, mas ele vinha cabisbaixo. Não parecia estar zangado, pelo contrário dava todos os sinais de estar com *stress*. Tinha medo.

Eram aí umas dez horas da manhã seguinte, quando me apareceu o Peter à porta da loja. Serviu-se de um pão recheado, como se estivesse em casa, sem sequer me ter falado.

– Quero usar o carro.

– O Ah Wai saiu para levar umas encomendas. Hoje precisamos dele.

– Não precisam, não.

Ficou ali calado. De vez em quando olhava para mim apreciativamente, mas com um sorriso irónico – que eu sabia ser falso. Entretanto o Ah Wai voltou. Ele deu-lhe uma cachaçada, tirando-lhe as chaves da mão. Nem sequer olhou para o meu irmão antes de sair da loja. Voltou atrás para dizer sorridente: Adeus linda!

Ao escrever isto sinto-me enfurecida, mas na altura acho que não fiquei mais do que vagamente irritada. Faço um esforço por me compreender. Eu conhecia o meu irmão – a fraqueza dele não era surpresa. Por outro lado, eu sei que não sou especialmente bonita. Só que, na altura, com vinte e dois anos, estava no auge da vida. Pode parecer ridículo, mas o facto deste homem dominar o meu irmão, que eu antes dominava, tornava-o atraente para mim. Será realmente estranho que eu não tenha ficado chateada com o Peter?

Quando voltei a mandar o Ah Wai reaver o carro, voltou com uma grande mancha negra no queixo. Dois dias depois o Peter apareceu na loja. Repetiu-se a cena do roubo do bolo e do silêncio inicial. Não parecia estar tão certo do que queria como da última vez.

– Vou precisar que o Ah Wai faça umas entregas e que vá buscar uns sacos de farinha. Vou mandá-lo pedir-te o carro.

– Porque é que não vens tu?

– Eu trabalho, não sou um mandrião. Não tenho tempo para perder com maus elementos como vocês.

Sorriu-se. Terá sentido algum carinho dentro da minha crítica? Que me terá acontecido? Hoje, sou incapaz de reconstruir a origem dos meus sentimentos. A memória causa-me até um certo asco. Só pode ter sido que, nessa altura, eu estava a crescer por dentro, como tinha há muito crescido por fora. Estava sozinha demais. Se calhar este foi simplesmente o primeiro homem que quis entrar na minha vida.

Deixei-o na loja enquanto fui lá dentro. Depois servi alguns clientes. Que é que o retinha? Agora acho que, por muito que não o confessasse a mim mesma, tinha uma boa ideia do que se estava a passar. Voltei a entrar na porta do fundo para fingir que estava ocupada. Veio atrás de mim. Voltei-me para sair com uns car-

tões na mão mas barrava-me a passagem. Estava encostado a uns caixotes de madeira com o pé apoiado na parede em frente.

– Deixa-me passar!

– Passa! – Via-se que enchia o peito com algum nervosismo.

Ri-me, pus a mão esquerda no pescoço dele e empurrei-o maternalmente para a porta, dizendo: Vá, seu rapazola, já chega de brincar aos filmes. Queres que eu me torne uma atriz de cinema loura e americana, assim de repente? Juízo, até parece que não sabes que isto aqui é Macau!

Pela altura em que terminei de dizer a minha arenga, já tinha o balcão outra vez entre mim e ele. Entraram na loja três rapariguitas que falavam muito e não se decidiam. Deixei-as demorar, com algum alívio. Mal saíram, desencostou-se da parede de azulejo branco, partindo sem olhar para mim. Já no passeio, de costa para mim, disse: Quando queres o carro?

– Às cinco.

– 'Tá bem.

No dia seguinte, às cinco e meia da tarde, o meu irmão continuava sem dar sinais de vida. Preparava-me já para fechar a loja, pensando que ia voltar a ter que chamar um táxi, quando tocou uma buzina na rua. Saí com os caixotes, meti-os nas traseiras do carro e voltei atrás para fechar as grades. Só quando me estava a sentar ao lado do condutor é que percebi que era o Peter. Estava muito penteado, com uma camisa roxa e umas calças azuis escuras. Cheirava a perfume. Tenho que admitir que o achei bonito.

Quando voltávamos a casa, depois de tudo feito, virou o carro para o Miradouro da Senhora da Guia. As paredes de cimento da igreja católica refletiam os tons alaranjados do pôr do sol. Saímos do carro e sentámo-nos num banco por sobre um pequeno relvado inclinado. A cidadezinha estendia-se à nossa frente. Vista de cima, Macau parecia minúscula.

À direita, a luz do pôr-do-sol brilhava sobre a água lamacenta do mar, cortada pelas luzes amarelas da ponte da Taipa. As embarcações, escuras como insectos, movimentavam-se a velocidades diferentes.

Cobriu timidamente a mão que eu tinha pousado sobre o banco com a sua. Por essa altura, eu já tinha decidido que iria ser como acabou por ser. Não havia nenhum homem que me protegesse; o meu irmão, à mais pequena pressão, estaria pronto a pôr-me na rua. Em suma, tinha tudo a perder se não pusesse este do meu lado.

Ao sentir a mão quente e húmida sobre a minha, porém, eu sabia que não o amava cá no fundo. Era simplesmente o peixe que me tinha caído na rede. Pegar ou largar; não tinha opção. Família eu não tinha; a minha educação não me permitia pensar em empregos que não fossem manuais e humilhantes; o dinheiro das poupanças, a confeitaria, a clientela, tudo isso era sol de pouca dura! Macau é uma terra onde os fracos se afundam sem deixar rasto. Não tinha sido isso mesmo que acontecera aos meus pais, durante aquela terrível noite do tufão? A minha segurança estava onde era menos provável que ela aparecesse: nas mãos deste pequeno rufia, chefe de um bando de delinquentes, por quem eu tinha até algum carinho.

Era uns meses mais novo que eu. Nunca tinha conhecido nenhuma mulher. Tinha todas as más intenções do mundo, nenhuma educação moral e pouca educação de qualquer género... mas não era ainda muito vicioso, era só brutal. Tinha aprendido muito cedo o valor da brutalidade. Como acabou por me contar mais tarde, foi na escola, em miúdo, que descobriu que, se batesse nos outros, obteria benefícios inesperados. Decidiu-se a aprender a bater: inscreveu-se numa dessas mal-fadadas escolas de «artes marciais». Na altura em que o conheci ainda pertencia a um grupo da dança

do leão. Pouco depois, conforme o seu pequeno grupo de seguidores se foi solidificando, deixou de ter tempo para isso.

Batia por encomenda; fazia trabalhos clandestinos de vigia; traficava pequenas quantias de droga ou fazia de intermediário em pequenos negócios de agiotagem; ajudava a transitar mercadoria para um lado e outro das Portas do Cerco. Enfim, dependia principalmente dos contactos do amante da mãe – uma viúva alegre que trabalhava numa loja de penhores perto da Rua da Felicidade. Este homem, que eu vim a conhecer mais tarde, era a própria imagem dele, só era mais velho. Nessa época, vestia-se com uns fatos azuis, com calças de boca de sino e gravata psicadélica. Uns anos depois, acabou por ter de sair de Macau à pressa, mas foi apanhado pelos compinchas desavidos. Acabaram com ele num quarto de hotel em Taiwan.

Quando descemos da Guia, levou-me a jantar numa loja de comidas em frente ao barco-casino, no Porto Interior. Comemos uma sopa de fitas com *vantan* e bebemos Coca-Cola. Conduziu-me a casa. Com o carro parado em frente à porta, estávamos ambos hesitantes. Ele olhava para o tablier como se houvesse lá algo de importante. Não sei o que me deu! Como ninguém passasse na rua nesse momento, inclinei-me toda sobre ele e pespeguei-lhe com um grande beijo na boca. Depois saí rapidamente do carro, fechando a porta do prédio atrás de mim.

O Ah Wai estava à espera, sentado à mesa. Tinha adormecido por cima do jornal aberto. A luz da lâmpada eléctrica dependurada pelo fio no meio da sala brilhava na pele suada da sua cabeça, onde já restava pouco cabelo.

Acordei-o. Começou a esfregar a careca e a dizer que tinha fome. Tirei algumas coisas do frigorífico, sem prestar atenção à cena dele. Fui-me deitar. Apesar de ter dormido toda a

noite, a sensação que tive foi de ter sido quase logo acordada por um pesadelo. Sonhei que estava na loja e que, na parede do lado dos clientes, estava dependurado sobre os azulejos brancos um quadro antigo pintado em vidro, com um espelho redondo no meio. O fundo era cinzento esverdeado e as figuras estavam delineadas a preto e pintadas com cores vivas: rosas, laranjas e azuis claros.

A toda a volta do caixilho havia rosas vermelhas. Do lado esquerdo do espelho estava uma mulher nua com frutos nas mãos; do lado direito estava uma mulher vestida à antiga, com uma gaiola de pássaro na mão. Dei volta ao balcão para ver melhor. Pensava que a Mãe tinha deixado o quadro ali, surpreendia-me nunca o ter visto antes. Ao aproximar-me vi alguém reflectido. Tive um choque quando percebi que era o meu irmão, cuja cara espreitava ansiosamente para o espelho. Depois é que reparei que as mulheres na pintura eram eu própria. A minha própria nudez deixava-me crescentemente ansiosa.

Agora era o Peter que estava reflectido no espelho. Sorria-se com aquela cara tonta de quem sabe tudo o que se está a passar, que lhe é tão característica quando não está certo do que se passa. Por trás de mim, ouvia a Tia a dizer que a família precisava de um herdeiro, que tudo o que eu fazia era comer o arroz da família. Então, o espelho reflectia a mulher nua que era eu, de cócoras, encostada à parede verde alface esburacada, da minha sala, chorando perdidamente. Agora, em volta do espelho, a pintura era uma série de carros azuis que evoluíam entre ramos de flores. Era como um colar em volta ao meu pescoço, abafando-me. Acordei assustada.

Senti necessidade de contar aqui este sonho, porque nunca mais o pude esquecer. E ainda porque mais tarde vim mesmo a encontrar-me acorada contra a parede verde da

sala, sofrendo na realidade o desespero do sonho premonitório. Foi, então, muitos anos depois, que soube finalmente que a única saída era a fuga. É essa a história que te tenho para contar, Zé.

Logo de manhã o Ah Wai apareceu na loja. Enquanto comia arroz, vociferava para si próprio, como era seu hábito quando cozinhava qualquer ideia infeliz no interior daquele seu reduzido cérebro. Dizia que queria dinheiro. Respondi que já lhe tinha dado a mesada, ao que retorquiu que, a partir de agora, era ele quem decidia o que se fazia ao dinheiro naquela casa. Queria que eu abrisse a caixa e lhe desse uma soma qualquer despropositada – já não me lembro da quantia. Ri-me dele. Nem eu jamais teria uma soma dessas na caixa, nem ele tinha forma de a extorquir. Deu um murro no balcão e saiu numa fúria.

Durante o dia fui pensando no que se passara. Aquilo não era para brincadeiras. Sabia que o Ah Wai tinha começado a jogar no casino. Como não era muito brilhante, suspeitava que as longas sessões de *mah-jong* que fazia com os amigos, também acabavam por resultar em perdas consideráveis. Normalmente perdia quase todo o dinheiro que eu lhe dava no princípio de cada mês e sem dúvida que ainda perdia o dinheiro que ganhava dos biscates que fazia para o Peter. A coisa tinha começado a preocupar-me seriamente; era raro acabar um mês sem ele pedir dinheiro; gastava o equivalente a um salário de empregado de escritório – o que, para nós, na altura, era muito. Não era uma pessoa em quem eu pudesse confiar. Ele próprio, coitado, não podia confiar em si mesmo! Estava assustada e tinha que agir antes que fosse tarde demais. Não queria ser eu a aparecer uma manhã, inchada, a boiar para os lados de Coloane.

Aí uma hora depois, reparei que passava em frente à montra um amigo deles. Chamei-o

e pedi-lhe que fosse dizer ao Peter que o convidava para jantar naquela noite. Aquela foi a primeira de muitas, muitas noites em que o Peter veio jantar a minha casa. Chegava com o Ah Wai depois de eu ter fechado a loja e sentavam-se à mesa a ver televisão, esperando que eu os servisse. De vez em quando o Peter dizia uma frase curta ao Ah Wai, sobre o que fariam ou não no dia seguinte. Depois de acabarem, geralmente saíam outra vez.

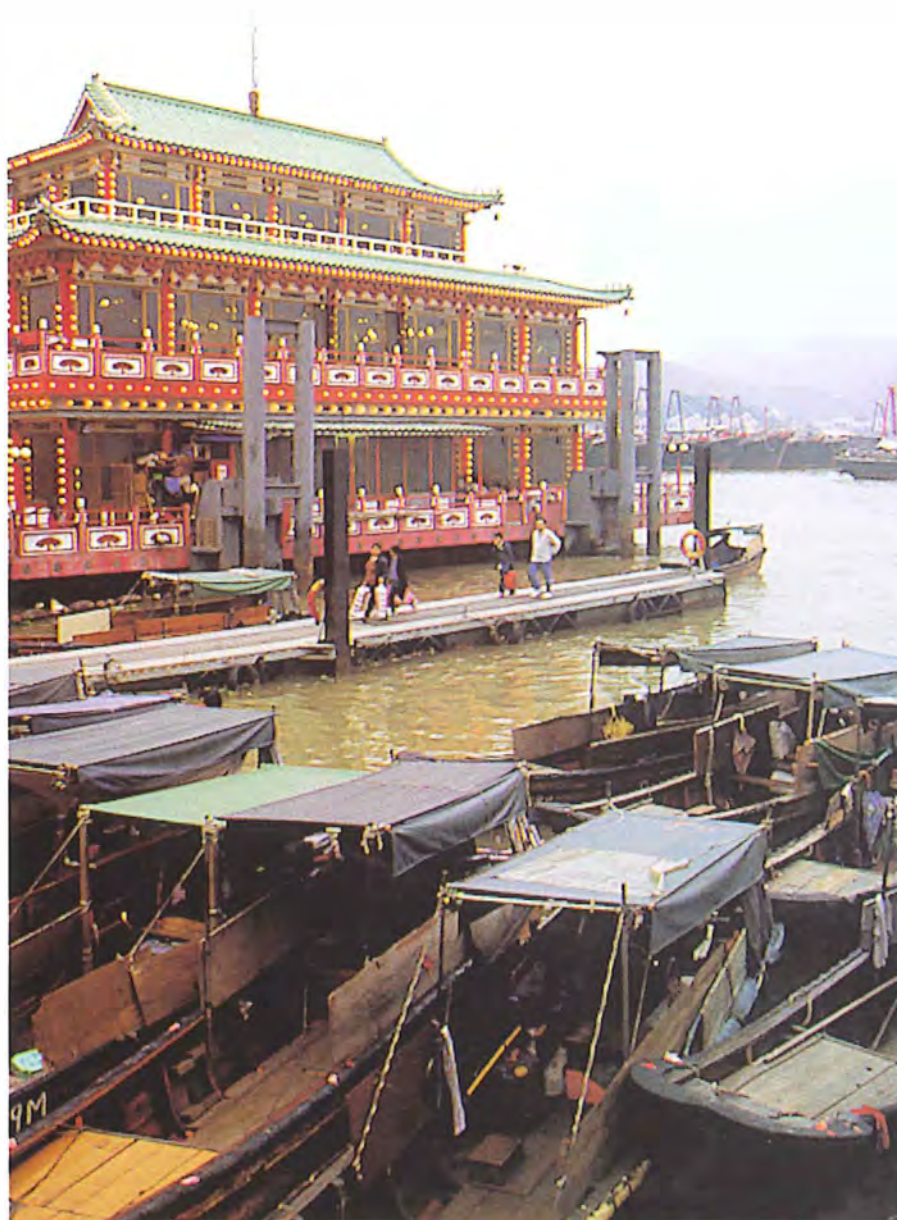
As coisas estiveram neste pé aí durante uns três meses. Até que uma noite, mais ou menos uma hora depois de terem saído, alguém bateu à porta. Quando abri estava lá o Peter, com uma cara enfiada, muito vermelho. Via-se-lhe um bago de suor na testa. Deixei-o entrar.

(Tenho medo que, quando leres isto, penses mal de mim, Zé! Não posso deixar de contar, só posso ser verdadeira. Às vezes não me reconheço nas minhas próprias memórias. Tenho que me dizer a mim mesma que, se me lembro, é porque fui eu. Meu Deus! Tudo o que hoje tenho para me justificar é a certeza que o que sinto por ti, Zé, não é nada igual ao que senti por ele.)

Aquela foi a única solução que consegui encontrar. Se insistisse no casamento, o Peter começaria por fugir, mas só por algum tempo. Lembro-me que havia uma coisa que eu temia mais ainda do que perdê-lo como protecção contra a fraqueza do meu irmão: que usasse de força comigo. Eu estava intimamente convencida que, da primeira vez que isso acontecesse, estaria perdida. Seria mais um brinquedo na mão de um tiranete de rua a quem nunca ninguém tinha ensinado a conhecer os benefícios do amor.

Mas estarei a ser honesta? Eu tinha vinte e três anos, era pobre, não era muito bonita e não tinha quem me protegesse. Vivia presa à minha loja; sem isso, nem eu nem o Ah Wai teríamos com que subsistir. Quando é que alguém volta-

Barco-casino no Porto Interior.
Fotografia de Eduardo Grilo.



ria a entrar na minha casa? A verdade é que não me lembro de ter pensado nisso. Lembro-me sim, do fascínio de estar a brincar com o fogo.

– Entra! Que te aconteceu? Estás tão suado!
– Não lhe dei tempo para dizer nada. – Vai tomar um duche. Pega, aqui tens uma toalha. Eu estou no quarto.

Nunca mais me esqueço da figura cómica que ele fazia quando apareceu no limiar da porta do meu quarto, coberto só com a toalha, descalço, com o cabelo húmido despenteado. Estava recortado em silhueta pela luz crua da lâmpada pendurada na sala. Ainda era um rapazito, com o peito estreito mas musculado, brilhante, sem um único pelo no corpo.

Doeu-me bastante. Sangrei muito. Ele estava muito excitado e veio-se rapidamente. Mal recuperou a respiração, saltou da cama para se vestir. Fiquei deitada a dormir. Estava dorida, mas ao mesmo tempo sentia-me bem, num estado de excitação passiva. Quando o ouvi tossir, antes de abrir a porta (não sabia como agir, estava intensamente confuso), falei-lhe alto: «Agora vai dormir, Peter. Amanhã faço-te carne picada com peixe seco.» Eu sabia que era o seu prato favorito.

Aos poucos foi ficando mais e mais, até que, ao fim de uns meses, vivia lá. Foi nessa altura que, uma noite, o convenci que a loja e o apartamento não estavam seguros na mão do meu irmão. Poucos dias antes, o Ah Wai tinha sido soado severamente por causa de uma dívida ao jogo, que eu acabara por ter de mandar o Peter pagar. Ele apercebia-se tão bem quanto eu de que não ia demorar muito tempo até surgir nova crise. No princípio, tinha sido ele o responsável por levar o Ah Wai a esses sítios, mas agora o vício do meu irmão era imparável. Ora, ele era brutal, fanfarrão e violento, mas sabia muito bem o que lhe convinha.

Eu já tinha ido falar com um advogado para me informar sobre a maneira de fazer as coisas.



Farol da Guia. Arquivo CNCDP.

Tendo os papéis todos preparados, dei indicações ao Peter que, quando quisesse, a coisa poderia ser feita. Passados uns dias, quando estávamos a jantar, apareceram à porta três dos amigalhões do Peter. O Ah Wai não tinha sido informado. Até ele percebeu logo que havia ali algo de estranho.

Quando entraram, fechei as duas portas. Por essa altura, o Ah Wai já se tinha levantado da mesa. Tinha na mão os pauzinhos com que estava a comer. O Peter indicou aos outros que se sentassem à mesa. Fui buscar chá e uns pastéis de ovo que tinha trazido da loja. Quando voltei à sala, o Ah Wai ainda estava de pé. Pus-lhe a mão no ombro para que se sentasse.

O Peter quebrou o silêncio, sem sequer tirar a malga de arroz de em frente à boca: – É assim Ah Wai: tu agora levaste esta carga de porrada. Aqui a tua irmã deu o dinheiro e a gente tirou-te de trabalhos. Mas isto é coisa que não vai poder voltar a acontecer.

– Ah, mas eu juro que nunca mais volto a jogar. Aquilo foi um dia de má sorte. Pode acontecer a qualquer um! – Olhava à sua volta como quem pede compreensão: – Nunca mais, nunca mais volto a perder assim. Aliás, de certeza que os tipos me enganaram. Eu... Vocês sabem como é!

O Peter interrompeu-o: – Não vale a pena! Agente não vai acreditar em ti. Não vale a pena. – Fez-se um silêncio.

O Ah Wai olhava à sua volta. Vi na sua cara que não sabia bem se lhe iam bater outra vez. Acenei a cabeça para que percebesse que podia estar descansado.

– Bom, aqui nós achamos que o melhor é prevenir para que não haja problemas no futuro. Esta loja e este apartamento foram arrançados à custa do trabalho da tua irmã, mas os vossos nomes estão juntos nos papéis. Isso não dá. Amanhã tu perdes ao jogo e ainda me põem a mim na rua! – Deu uma gargalhada e os

outros todos à volta riram-se muito. – Portanto, a gente vai separar as coisas. Tu ficas com o carro, a tua irmã fica com a loja e o apartamento, que ao menos ela não os vai perder ao jogo.

– O carro é meu, a casa é minha! Ela é mulher, ela não herda. Isso é um roubo, como é possível? Eu vou precisar do dinheiro. Eu não... – Olhava para mim com uma cara de incompreensão total. Tentei explicar-lhe que era só no papel, que as coisas não mudavam entre nós, que ele não precisava de se preocupar. Mas o Peter interrompeu-nos brutalmente: – Caluda! Acabou-se a conversa. É assim, é assim e pronto! Não há aqui conversas, merda! Pousou a malga e os pauzinhos na mesa e limpou a boca com as traseiras da mão. Levantou-se lentamente. Quando estava em pé por trás do Ah Wai pôs-lhe a mão sobre o ombro. Ria-se. Só me lembro de reparar que, na careca do meu irmão, tinham aparecido umas manchas vermelhas.

Virou-se contra mim: – Tu vais pagá-las, puta! Tu pensas que podes roubar a tua família para dar aos outros? Tu...

O Peter não o deixou acabar. Apertou-lhe a mão no ombro, fazendo-o torcer-se de dor: – Ela não é aqui chamada. Não gostas, falas comigo. O.K.? Ninguém te vai tirar nada, só que assim já sabes: fazes as dívidas que quiseres, mas pagas por elas. Estes estão aqui para servirem como testemunhas de que estás informado. Bom, e outra coisa: avisei a minha mãe para dizer aos gajos lá do casino. A malta está informada. Comida e o resto, aqui a tua irmã paga. Dívidas ao jogo, pagas tu com o teu corpinho quantas vezes for preciso até deixares de estar em condições para pagar dívidas. Compreendido?

Fez-se um longo silêncio. O Peter foi à casa de banho antes de saírem os quatro levando com eles o papel já assinado, para o pôr na

caixa do correio do advogado. Ficámos os dois sozinhos.

– Olha Ah Wai, tens que compreender, é para teu bem. Um dia destes íamos perder a loja e o apartamento e depois quem é que te ia dar a mesada?

– Tu és uma puta. Vendeste-me a mim e à família ao teu chulo. És uma puta!

– Ah Wai!!

Saiu, batendo a porta com força. Eu tinha-o traído, é verdade... mas era para o proteger... Por outro lado, também é verdade que eu lhe tinha atado as mãos antes sequer de ele ter tempo de fazer mal. Foi uma lição muito rude para o pobre infeliz. Não se curou do vício do jogo, é claro – essas coisas são para sempre – mas parou temporariamente aquela espécie de corrida para o abismo.

Esta cena, afinal, acabou por constituir um momento de viragem incontornável, não só na sua vida, como também nas nossas. O Ah Wai foi-se distanciando da casa. Enquanto a sua presença se tornava menos assídua, a do Peter ia-se intensificando. A nossa relação chegou a um ponto alto no ano em que fiz vinte e sete anos.

É claro, nunca me inspirou muita confiança, mas essa era a base da nossa relação. Cada vez que passava uns dias fora de casa em negócios, em Hong Kong ou na República Popular, voltava com novas maneiras, assim como com novidades sexuais. Eu fingia que não percebia... para quê? Até ia colhendo alguns benefícios das escapadelas. Aprendeu a esperar pelo meu orgasmo; aprendeu a fazer amor sem pressa; aprendeu a ser limpo; a não assoar o nariz ao lençol; a não sair logo da cama a correr; etc.

Mudou muito nessa época; ia-se tornando um homem maduro. A fuga e subsequente morte do amante da mãe contribuíram também muito. Libertou-se da dependência servil

que os unia e, ao mesmo tempo, ganhou maior margem para manobra e expansão. Arranjou um pequeno escritório de *import-export*, de onde ia gerindo uma rede crescente de actividades, sempre mais ou menos ilegais. Fui eu quem lhe comprou o primeiro fato e gravata e lhe emprestou o capital para montar o escritório. Ia-se civilizando ao mesmo tempo que enriquecia.

No verão desse ano, voltou de uma dessas viagens à China com uma pulseira de ouro para mim. Essa memória é feliz... O que eu sentia por ele não era amor no sentido normal da palavra, era mais como aqueles casais a quem os pais arranjaram o casamento e que aprendem a viver um com o outro.

Na altura torturava-me a noção de que o amor fosse algo que eu nunca viesse a conhecer. Lia as revistas femininas, via a televisão e não podia deixar de me perguntar: – Será que eu não sou feita como as outras? – A separação crescente do Ah Wai foi um grande trauma também. Doía-me que ele tivesse saído da minha vida sem eu ter notado por isso. Durante anos só o vi quando vinha buscar a mesada. Depois arranhou um emprego como segurança numa casa de massagens e já não lhe valia a pena vir receber a quantia que eu estava disposta a entregar-lhe. Já só nos víamos duas vezes ao ano, quando fazíamos as orações na campa dos pais, em Coloane.

Hoje, sei que posso amar. Mas o percurso da minha vida foi contrário à da maioria das mulheres; essas que são consideradas «normais» só porque tiveram quem as protegesse. Quisesse eu ou não, o Peter e o meu irmão estavam dentro do meu corpo (é claro, de formas diferentes). Ora, como a alma e o corpo não têm fronteiras, acabaram por entrar também na minha alma. Só mais tarde é que aprendi (tu sabes bem isso, Zé) que podia ser ao contrário: era possível alguém entrar na

nossa alma e só depois encontrar espaço no nosso corpo.

Por fim, foi o sucesso económico que acabou por me separar do Peter. Pouco depois de abrir o escritório começou a ter jantares de negócios. Ainda me levou a um ou dois, mas quase logo deu em desculpar-se. Foi o meu primeiro sinal de que os ventos estavam a mudar. Começou a comprar fatos e camisas vistosos. Quando comprou um carro novo – ele, que era tão somítico – vi logo que iam surgir mudanças. Não sabia, porém, em que direcção iria a nossa relação. Nunca suspeitei que tivesse acabado por se tornar um genro potencialmente interessante para um qualquer comerciante vindo da China e recém enriquecido. Mas foi precisamente o que aconteceu.

Um dia, depois de jantar, saiu-se com esta: – Eu não quero morrer sem descendentes. De qualquer forma nós não somos casados. Portanto, decidi casar-me. – Percebi logo que queria dizer que não era comigo que se ia casar. Falava como se estivesse certo de que continuaria a viver comigo: – Caso-me para a semana. Aluguei hoje um apartamento na Kou Si Tak.

Não voltámos a falar durante essa noite. Só me ocorria que era vingança divina; que me estava a acontecer o mesmo que eu própria tinha feito ao Ah Wai; que a culpa era minha. Enquanto lavava os pratos caíam-me lágrimas. Parecia-me que tinha agora um buraco na barriga – porque tinha eu sido sempre tão cuidadosa com a pílula? Teria ele estado à espera de filhos sem me dizer nada? E eu, queria ter filhos dele? A resposta a essa pergunta era tão claramente negativa, que me ajudou a encontrar o caminho para a calma de que tanto precisava.

Quando foi à casa de banho, travei a porta do quarto. Dormiu duas noites de seguida no quarto do Ah Wai, enquanto eu digería aquilo

tudo. Insistia muito em que nada mudaria entre nós. Ainda hoje acho que falava a verdade; realmente não queria que as coisas mudassem entre nós. Há algo de tão infantil nos homens, mesmo quando fazem porcarias!

Saiu de minha casa para o casamento! Três dias depois voltou para me visitar, trazia um pequeno presente. Depois, passava uma noite por semana comigo e eu... eu não preciso de esconder que, ao princípio, o conforto da sua presença, à qual me habituara desde há tanto tempo, não era mal vindo. Com o passar do tempo, no entanto, as nossas relações foram mudando.

Um dia, quando olhava para uma vitrine na San Ma Lo, vi-os a avançar juntos na minha direcção. Escondi-me a tempo na loja, com o coração a bater. Ela não sabia que eu existia, não importava se me visse; o que eu não queria era ser vista por ele! Senti-me humilhada e ao mesmo tempo furiosa comigo mesma por aceitar com tal facilidade uma situação tão inaceitável.

Por acaso, na noite desse mesmo dia, ele foi lá casa. Era visível que, conforme os meses passavam, vinha agora com mais vontade e que lhe custava mais sair no dia seguinte. Se calhar era eu que, inconscientemente, o acarinhava mais. Chegou a ficar duas noites de seguida.

Durante o dia, enquanto trabalhava silenciosamente na confeitaria, ia pensando. Preocupava-me. Como iria acabar aquilo tudo? Fui fazendo contas à vida. Era adulta, independente, livre. Que mais queria? Se ele voltasse a prender-se comigo, que ganharia eu com isso? A protecção que me dava, agora que estava livre do meu irmão e que o negócio estava estabelecido, era mais simbólica que outra coisa. Quanto ao resto... Será que ele me faria falta? Cheguei à conclusão que não faria; que saberia muito bem viver sem a sua presença física.

No entanto, se o tentasse expulsar, da forma como as coisas iam, acabava por o chamar de volta. E ainda por cima, ia voltar cheio de azedume. Conclui por fim que era ele que tinha de me abandonar. Demorou-me uns dias a conceber um plano.

O primeiro passo foi organizar para que, «por acaso», em casa de uma amiga comum, a mulher dele visse umas fotografias que eu e o Peter tínhamos tirado durante uma excursão à praia de Cheok Wan um ano antes. A princípio, em total inocência, era ele quem me ia relatando passo a passo os efeitos da minha intriga. Parece que ela fez uma enorme cena, pois não tinha tido a mínima ideia da minha existência. Depois de várias cenas de choro, obrigou-o a jurar que nunca mais me veria.

O passo seguinte foi mais arbiloso. Fui à lavandaria onde ele habitualmente mandava limpar os fatos e perguntei se havia lá algum fato dele. Como me conheciam de longa data, não hesitaram em deixar-me levar o fato para casa. Trouxe-o comigo e pus no bolso um recibo de material para a loja, onde estava claramente indicado o meu nome e endereço. No dia seguinte voltei lá, fingindo-me muito envergonhada. Confessei à dona do estabelecimento que tinha havido um engano. Pedi-lhe se não seria possível mandar o rapaz entregar o fato. Condoendo-se imenso comigo, a mulher entregou-o logo ao moço de recados.

Como esperava, foi uma bomba que caiu lá em casa. Ela estava grávida. Ameaçou-o logo de fazer aborto se voltasse a saber que ele me tinha visto. A meio da tarde, apareceu-me lá um dos «assistentes» dele a pedir-me se eu podia ir encontrar-me com ele num quarto reservado de um dos restaurantes ali perto. Estava entaladíssimo. Pediu-me imenso para ser compreensiva. Segundo ele, seria só necessário esperar pelo nascimento da criança. Até lá, não podia ver-me. A minha reacção de choro contido foi-

-me muito mais fácil do que esperava. De certa forma foi até genuína. Pensava eu então que era o fim de uma relação que, apesar de pouco feliz, tinha constituído um passo inevitável da minha vida

O meu terceiro e derradeiro artil foi executado nessa mesma noite. Telefonei para a mãe dela. Com uma voz muito dorida, pedi-lhe para anteceder por ele em frente à filha. Contei-lhe que estava até disposta a deixá-lo, caso fosse de todo necessário, mas que não queria que ele sofresse a tragédia de perder um filho, que há tanto desejava e que eu nunca lhe tinha dado. Ele tinha direito à felicidade e eu não podia pôr-me no caminho, mesmo que isso me doesse muito.

O escândalo que rebentou foi bem maior do que eu tinha previsto. O sogro mandou um grupo de «amigos» fazerem-lhe uma espera. Deram-lhe uma sova exemplar. Por fim, um deles, que tinha em tempos sido companheiro de maldades do Peter, intercedeu a seu favor. Acabaram por chegar a um acordo. Foi o Ah Wai que veio contar-me. Tal foram as ameaças que nunca mais o vi a partir dessa data, excepto uma vez que nos cruzámos na rua. Olhou para mim com um ar espantado. Apertou-me muito a mão, mas fugiu logo, dizendo temer que nos vissem juntos.

Começou então um período da minha vida em que, não fosse alguma ponta de tédio, eu poderia ter sido finalmente feliz. Jogava *mah-jong* com amigas do bairro ou ia com elas ao cinema. Via muita televisão. Fiz vários cursos nocturnos.

Como fui eu capaz de agir assim; com essa segurança, com essa frieza e maldade? Terei sido mesmo má? Eu era muito jovem e o contexto era muito brutal, os riscos elevadíssimos. Olho para a minha vida passada e quase não me reconheço. Mas, naquela altura, não tivesse eu sabido lutar, teria soçobrado.

A-Chan, a tancareira

Henrique Senna Fernandes

A-CHAN NÃO ERA ABORÍGENE DO PORTO INTERIOR. Lembrava-se confusamente da infância, a aldeia cinzenta, perdida algures no delta. Poucas reminiscências perduravam na sua memória. Búfalos ruminando nas várzeas amarelas, homens, talvez parentes, debruçados no amanho duma terra ingrata. Um pagode, alcandorado na lomba dum cerro, calvos bonzos em lúgubres pantominas.

Traficada pelos pais num terrível ano de seca, quando mal desabrochavam os seis anos, correr de mão em mão até desembocar no rio pela mão da Velha que a comprara a uma opulenta matrona de Seak-ki.

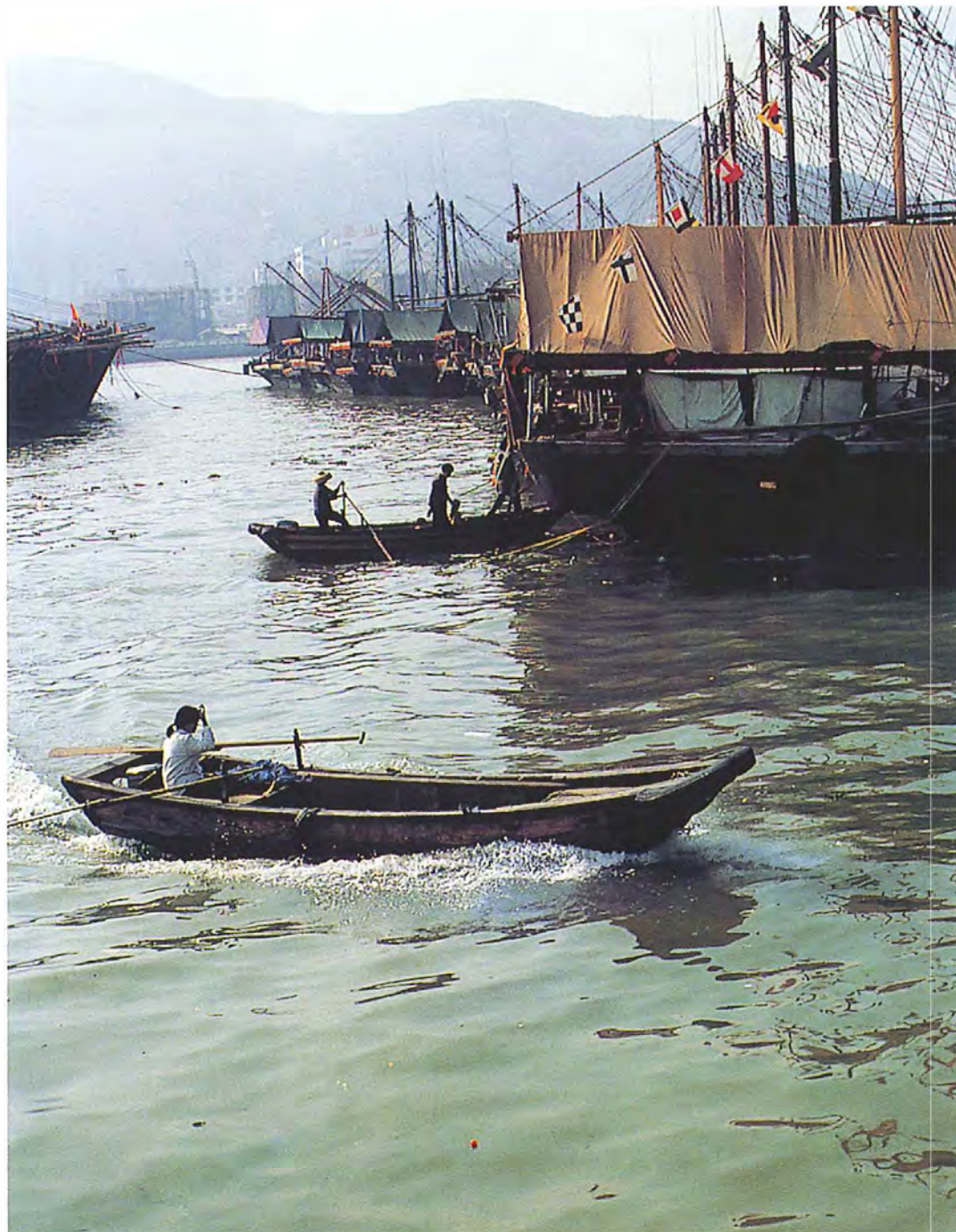
Fora um negócio vantajoso para a idosa tancareira, pois nesses tempos não se adquiria uma *muí-chai* por preço tão comezinho. Mas para A-Chan aquela transacção foi como uma dádiva dos deuses.

A Velha conduziu-a para o extremo do delta, para a cidade branca dos portugueses e botou-a a trabalhar naquele pedaço de rio que era o Porto Interior. No começo, os labores foram difíceis, extenuantes para a sua minguada compleição de tancareira incipiente. Mas a saúde triunfou e depressa se integrou naquela existência aventureira. A Velha tratava-a com dureza, moía-lhe o corpo de pancadas. No íntimo, porém, o tratamento parecia-lhe melhor do que na casa aristocrática, pois a Velha era menos cruel e a vida mais pletórica de novidade.

Alguns meses de estágio tornaram-na exímia no mister. Guiava seguramente o tancá nos erros pelo rio, escapulia-se das correntes e da vizinhança minaz doutros barcos com ligeireza inusitada. Ninguém diria, ao vê-la remar, com a embarcação pejada de fardos e passageiros, que viera duma aldeia ignorada e fora adquirida, *muí-chai*, pela mão interesseira mas, no fundo, generosa da Velha.

Não era despreocupada a vida do rio. A luta pela tigela de arroz exsudava lágrimas crucian-

Tancareira no Porto Interior.
Fotografia de Ricardo Fonseca.





«... lá ficou descansando, no cimo dum outeiro da Ilha da Lapa, no meio da sua tribo». Fotografia de Ricardo Fonseca.

tes e todas as mulheres conheciam o acerbo travo do ofício. Mas A-Chan, embora não amasse o rio e a Velha, preferia-os à casa aristocrática, onde a escravidão fora mais penosa.

O mulherio, que a recebera, de início, como estrangeira, acabou por aceitá-la no seu convívio. Ganhou amizades, porque não era mulher para coscuvilhices e, quando podia, auxiliava as companheiras necessitadas. Falava e sorria pouco. A Velha apreciava-a, porque era obediente e nunca se lamuriava da sorte. Nas noites serenas, costumava acocorar-se na rua marginal para escutar as narrativas das companheiras em que entravam donzelas, guerreiros, dragões, lendas do rio e do mar, intrigas de fêmeação e confidências de amor. A Velha, sobretudo, tinha histórias encantadoras. A sua voz rouca timbrava doçuras, quando evocava a meninice longínqua, o tempo em que a vida do rio era mais fácil, quando as festas do Ano Novo e do Oitavo Mês se faziam com um punhado de sapecas. Quanta coisa sabia a Velha! Desde as mezinhas para tirar o *vento sujo* até os pós e exorcismos para afugentar o demónio.

Durante anos, viveu sem alteração, presa às labutas estrénuas da profissão. Os seus vinte anos pareciam não poder abstrair-se das imundas águas do porto, do seu cheiro característico e do lodo da vazante e mal pisavam a terra, medrosos de encarar os *estrangeiros do diabo*.

A Velha morreu numa clara manhã de Outono num grave acidente marítimo. Acatou A-Chan fielmente os desejos da moribunda, fazendo-lhe digno enterro. Vieram os bonzos para os ritos, prantearam as amigas e as carpiadeiras e, por alguns dias, no pequeno mundo das tancareiras, lastimou-se aquela morte estúpida. Depois tudo voltou ao curso normal da vida. E a Velha lá ficou descansando, no cimo dum outeiro da ilha da Lapa, no meio da sua tribo.

Alforriada há muito, herdou os bens da Velha, que soube prodigamente compensar os

seus méritos. Recolheu a herança sem alvoroço, com a mesma humildade com que expunha o corpo às pancadas, e, seguindo as tradições da patroa, continuou serenamente nas suas lides, agora associada a A-Lin, sua amiga dilecta.

Ficou transida, quando a guerra varou a cidade, mas logo reagiu porque era preciso trabalhar, se quisesse sobreviver. Nunca o ganhar-lhe foi tão espinhoso, a fome tão negra. Com os *japoneses insignificantes* em redor, o negócio diminuiu, dias havendo que nem um cobre auferiam. Endureceu-se-lhe o coração, tornando-se-lhe indiferente o drama dos pobres que formigavam na cidade, outrora risonha e feliz. Não a impressionava a tela fúnebre dos míseros que morriam à beira da marginal, trágicos inocentes duma sangreira que não podia compreender. A mancheia de arroz que tragava, custava-lhe tantos sofrimentos, que não podia reparti-la com quem quer que fosse.

Os seus dias teriam sido eternamente iguais se não sobreviesse um caso fortuito, que iria modificar o minúsculo âmbito da sua vida.

Num baço entardecer de Verão, ao singrar rente à canhoneira Macau, um marujo gritou para ela. Pedia em chinês inédito que o transportasse a terra e não foi difícil entendê-lo. Hesitou durante segundos, algo receosa desse homem loiro, estatura descomunal. A-Lin, no entanto, que se jactava de conhecer muitos marinheiros, insinuou-lhe que acedesse ao pedido. Nunca tomara contacto com os soi kuan de quem a Velha costumava dizer os podres. Via-os, amiúde, na marginal, nas lanchas e nos rebocadores, nos cais de embarque. Sempre fugira desses diabos como de aventesmas, duvidando de A-Lin, que os tinha na conta de bons e afáveis.

E achava-se agora insolitamente em presença dum deles, que se obstinava em servir-se do seu tancá. O marinheiro continuava a gesti-

cular com simpático sorriso. Doeuihe uma recusa e timidamente convidou-o a embarcar.

Limitou-se o marinheiro durante algum tempo a rogar-lhe os préstimos. E A-Chari não os negava, porque ele não só era liberal nas gorgetas, como também se lhe dirigia com delicadeza, sem os impropérios de quem paga.

Mas uma noite foi mais longe, numa dessas noites límpidas em que o luar jorra salpicos de prata no casario vetusto da cidade e no mar rumorejante. Veio melancólico e dorido e instalou-se no barquito, perturbando a tancareira que se aprestava para o repouso. Não protestou A-Chan, afeita aos modos daquele homem. Recolheu a prancha que ligava a embarcação à terra, desamarrou as cordas e impeliu o tancá para o rio. Só então se recordou de A-Lin que fora patuscar com umas amigas.

O toldo de madeira e rota não escondia ao marinheiro um bocado do céu, onde piscavam as estrelas. Do rio elevavam-se ténues sonidos dum povo que dormia. Marulhos de água nos cascos das lorchas e das sampanas. Pregões tristes de vendilhão de iguarias. Vago carpir de violino e flauta nativas, gorgueio de voz feminina a cantar no bairro de amor.

Alguma coisa varreu a alma do marinheiro, que viera melancólico e dorido. Quedou-se a olhar para A-Chan que lhe sentia a presença descomunal. Assomou-lhe então, uma sede de consolação da obscura e desprezível tancareira que, acima de tudo, era uma mulher.

Chape-chape de remos, o vulto de A-Chan de encontro ao céu estrelado, o marinheiro triste no escuro da embarcação...

Perto da canhoneira, ergueu-se e ordenou-lhe que se afastasse para o mar. A tancareira mirou-o confusa, enquanto uma sensação tépida lhe invadia o corpo. Não murmurou uma palavra, mas obedeceu. O tancá fez-se rumo ao largo e sumiu-se no pó branco do luar.

Noite mágica de Verão... Noite de Macau...

Quando regressaram, ia a madrugada no fim. Algures crocitavam galos. A cidade modorava na serenidade dum estio azul. Ainda era cedo para a largada dos juncos. Os contornos serpeantes da Lapa eram agora mais nítidos, à luz das estrelas moribundas.

O marujo penetrou na sua vida sem alvoroço, naturalmente. Baptizou-o de Cou-Lou – Homem Alto – sem que todavia se lhe endereçasse deste modo. A princípio, as companheiras reprovaram o procedimento, abanando a cabeça em murmurações. Por fim habituaram-se a considerá-lo como seu homem. Era bem certo que não poderia viver eternamente só. Aliás nada haveria de mais banal do que descobrir um marinheiro ligado a uma tancareira. Não valia a pena, portanto, barafustar. Assim todas as vezes que surgia à noite, junto do tancá, A-Lin saltava para as embarcações fronteiras e deixava a amiga sozinha, imperturbável.

Não lhe dedicava o marinheiro todas as horas de folga. Havia mesmo dias que não lhe via a cara. Mas não passava uma semana que não a tomasse nos braços e lhe fizesse esquecer o rio. Não exigia A-Chan mais do que isto, contente de se sentir preferida e acarinhada. Não conhecera senão aquele homem e ninguém lhe acordara sensações tão inebriantes. Entregara-lhe o corpo com tanta docilidade e submissão, como quando a Velha o punha roxo de vergastadas. Não lhe podia fugir nem chegava a esboçar a mais leve resistência, embora soubesse que não devia acolhê-lo tão abertamente.

Decerto possuía mais mulheres. Todos os homens possuíam, quanto mais um marinheiro. Não a acidulava, porém, o ciúme porque se criara na lógica do concubinato e da bigamia. Tudo lhe era natural. No fundo, até se orgulhava de pertencer ao número daquelas que partilhavam do seu amor.

Manuel devassara mundos, estivera nos cruzeiros de África, familiarizara-se com os tró-

picos e calmarias, sequioso de aventura e da paixão do mar. Abordara a Macau, transferido para a marinha privativa da província e durante anos se deixara seduzir pelos exotismos e sortilégios do burgo macaense. Já dava por finda a comissão, quando a guerra estalou com todo o seu cortejo de horrores.

O mar era então a sua ideia obsedante. A África, a Índia, o Extremo Oriente, tudo palmilhara, mas nenhuma terra o atraía, a ponto de nela assentar arraiais para sempre. Nem o berço natal, a aldeia ribeirinha, debruçada sobre o estupendo Atlântico, conseguira prendê-lo. Mas agora queria vê-la antes de se embrenhar outra vez nos riscos e nas fainas do mar. E à irmã também, que desaparecera do lar e só depois de tantos anos lhe solicitara uma reconciliação.

Enegreceram-lhe o espírito dolorosas crises de nostalgia, amargando-lhe a situação de encarcerado, quando toda a sua alma pedia o oceano. Os amigos estranhavam que não soubesse jugular as melancolias nem pudesse adaptar-se à crua realidade da guerra. Nada lhe sabia bem naquelas horas conturbadas – os colegas, a rotina do serviço, a cidade com os seus prazeres. Isolava-se, ensimesmado, preferindo a solidão dos pontos recatados. Gostava, sobretudo, de admirar os crepúsculos da Penha, de admirar o Sol a esconder-se por trás da Lapa imponente. Assistia, empolgado, ao regresso lento e cansado dos juncos, atulhados de peixe saltitante. Enternecia-o o ramalhar dos pinheiros da Guia que lhe blandiciavam recordações. O Mirante de D. Maria, onde os seus olhos furavam o mar até o horizonte e acarinhavam as Nove Ilhas, sentinelas verdes que guardavam os caminhos marítimos. O Jardim de Camões, as suas frondes sussurrantes. Passava tardes inteiras na curva do Bom Parto, junto à barraca do pescador, a presenciar a recolha das redes, onde prateavam muges e tainhas. Ou nas verduras do Campal em brincadeira com a petizada do Tap-Seac, sob

o olhar vigilante das criadas. Estrada de Caci-lhas, Montanha Russa, Ilha Verde. Recantos da Cidade do Santo Nome de Deus, a cujo silêncio e beleza ia rogar sossego para os seus pesares.

Confrangia-lhe realizar que não fazia justiça àquele bendito solo macaense que tão hospitaleiramente o recebera e lhe proporcionara alguns dos melhores anos da sua vida. Mas que culpa tinha ele de se sentir dominado pelo mar – a sua eterna sereia?

Reagia bastas vezes e, então, deambulava pelas artérias concorridas e barulhentas. Frequentava os cabarets, os serões dos centros dos refugiados e perdia-se nas vias de amor. Eram dias em que a sua alma se emporcalhava, em que os mais belos sentimentos se lhe embotavam.

Quando A-Chan pisou o seu destino, não a tratou melhor nem pior que as outras de quem ia buscar um pouco de lenitivo para os seus desgostos. Não a considerou mais que um objecto de prazer de quem se podia apartar com indiferença. Mas cedo lobbrou que a tancareira possuía um dom maravilhoso, que lhe fazia bem sentir-se ao pé dela. Não que fosse bonita, não. Era feia, rosto macerado e trigueiro, uma ressignação estampada de quem conhecia o ferrete do sofrimento. Olhos oblíquos, dois traços miúdos, um nariz chato, grosseiro. Horrenda, não, simplesmente feia. Mas que terna expressão de escrava submissa.

Nas suas andanças pelo mundo, familiarizara-se com mulheres de várias raças e sabia por que preço se amava uma prostituta, ao longo de todo esse Oriente prodigioso. Mas A-Chan não lhe dava a sensação dum acoice, porque havia nela qualquer coisa de meigo, de suave, de muito comovente. E ele era um sentimental. Saturara-se do ambiente deletério das hospedarias, onde a miséria era mais profunda. Não podia supor-

tar os sorrisos estereotipados das flores dos bairros de amor, as suas carícias automáticas, a desgraça imensa da guerra. Não, porque esta não era só a metralha e o sangue. Era também a fome daqueles milhares de seres que diariamente morriam nas arcadas frias da cidade, a doença que ruía sobre os miseráveis sem guarida, o meretrício desenfreado – moças e crianças mercadejadas por pais famintos.

A-Chan trazia-lhe paz na sua desinteressada dedicação. Chocava-o aquela submissão de fêmea amorosa que nada pedia. Uma calada devoção que o enternecia. Gostava de ficar ao pé dela a seguir a marcha rutilante das estrelas, a paisagem nocturna de Macau, o casario da Penha e o da Barra, diluídos em sonho no fundo azul da noite. Era feia, ignorante, açulada pela canga do rio. Mas os olhos orientais não escondiam uma imensa ternura pelo marinheiro saudoso do mar. Sensibilizava-o a maneira como lhe sorria, como lhe oferecia a tigela de chá ou como lhe passava os dedos calosos e ásperos pelos seus cabelos loiros de europeu, num requinte de familiaridade. Falavam pouco, entendiam-se mais por gestos que por palavras. Mas que refartantes os silêncios em que ela se apagava num canto do tancá para não lhe perturbar as meditações.

A guerra prosseguia infundável, mas à medida que os meses rolavam, o declínio do Japão era evidente. A Macau chegaram ininterruptamente os párias e os deserddados da sorte que vinham pedir hospitalidade e segurança. A indigência dos refugiados de todos os lugares da China sofredora contrastava com a opulência dos novos ricos e dos japoneses que traficavam impunes à sombra duma bandeira neutral.

Nas noites claras e luarentas, sobrevoavam a Cidade do Santo Nome de Deus aviões americanos, que iam espalhar destruição nos pontos estratégicos do interior. Roncos sinistros que angustiavam os indefesos lares macaenses e tra-

ziam à boca preces de corações alanceados. Comprimia-se o peito do marujo ao escutar aqueles sons cavos. A morte rondava perto na sua fereza de colher mais vítimas. Bastava um daqueles aparelhos para reduzir a cidade a um montão de escombros. E ele não queria perecer, agora que o fim não podia estar longe.

A-Chan também se arrepiava de pavor, mas incidia o medo na sua frágil embarcação, três tábuas a flutuar nas águas lodosas, que eram o seu ganha-pão. Sim, havia quem sofresse. O rio e a guerra não lhe regateavam trágicos painéis. Mas, acima das lágrimas e dos clamores dos outros, estava o seu tancá, o seu sustento.

Então abraçavam-se um ao outro desesperadamente, ele aflito pela morte que pairava no ar, ela, pela integridade do seu tancá, como se naquele desvairado amplexo estivessem a salvação e a tranquilidade num mundo em delírio.

E foi numa dessas noites em que o silêncio se quebrava com a trepidação irada dos aviões que ela descobriu a insofismável nova. Ia ter uma criança, um filho desse homem loiro, de olhos azuis, que tão suavemente a tratava. Qualquer coisa de inédito, de estupendo nasceu nela, um sentimento indefinido e ao mesmo tempo embriagador. Mas calou-se, aguilhoada por súbito pudor e infantil receio de que ele se zangasse por não ter sabido evitar a maternidade.

Poucas semanas depois, não voltou a aparecer o marinheiro. Na noite em que o aguardava, ficou desperta até aos primeiros alvares da manhã. Apertou-se-lhe o coração, apreensiva, mas desculpou-o. Nas noites seguintes esperou-o em vão. O Cou-Lou sumira-se, inexplicavelmente. Invadiu a sua alma negro desânimo. Implorou aos deuses, *bateu cabeça* no pagode, acendeu pivetes, consultou a bruxa. Ténues



momentos de revolta que mal afloravam à expressão do seu rosto esmaecido. Estava-lhe porém, nas veias o fatalismo da raça e, com ele, a sujeição milenária da mulher chinesa aos caprichos do seu homem e senhor. Se o Cou-Lou não vinha, era porque outra o enfeitiçara. Não havia que lutar, perante os desígnios dos deuses. Iludiu as lágrimas rebeldes e sustentou a ironia das companheiras com a sua passividade habitual.

Mas restava-lhe uma consolação mais sublime do que os singelos presentes que lhe ofertara – um pente, pulseiras de jade barato, meia-dúzia de lenços, uma peça de pano preto para a cabaia. Restava-lhe o filho, a única grande recordação do marinheiro loiro, de olhos azuis.

A gravidez não a prescindia de trabalhar. Isto era bom para as esposas dos nababos da cidade. Para a gente do rio, só havia descanso na

morte. O seu tancá ia e vinha no transporte de passageiros, mercadorias e alfaias. Durante esses meses todos, nunca A-Lin lhe surpreendera o mais leve queixume, embora avaliasse a extensão dos seus padecimentos.

Nasceu-lhe uma menina, em certo entardecer borrasco e frio de Inverno. Fatigara-se, ao levar passageiros à Lapa, e as dores que a cruciavam horas antes culminaram com o esforço dispendido nos remos. No meio da chuva e das correntes do rio alteroso, que ensopavam a pobre embarcação, uma criança veio ao mundo. A-Lin não conseguiu prestar auxílio algum, a tratos com o governo do tancá. A mãe conduzira, sozinha, a cruz da maternidade. Quando, porém, se ouviram os primeiros vagidos não fez mais que agradecer aos deuses por lhe terem proporcionado tamanha felicidade, esquecida de todos os infortúnios.

O ausente vivia longe, desterrado em Colômbia, a convalescer-se das balas que o puseram às portas da morte.

Ação de bandidos que assaltaram o palacete dum negociante rico, lá para os lados da Flora.

Manuel, dando rebate, ficara prostado, seriamente ferido.

Dois meses permanecera no hospital, a vida por um fio.

Interessara-se a imprensa local pela saúde do arrojado mocetão, mas o drama não descera até ao rio por ser um facto vulgar naqueles dias turbulentos e cruéis. Triunfou a sua vigorosa compleição, mas as feridas deixaram-no combatido.

A conselho dos médicos partiu para Colômbia a fim de se retemperar.

Olvidou completamente A-Chan, o mundo, a guerra, para se concentrar na sua própria saúde.

Amedrontava-o a ideia insidiosa de morrer, agora que o termo da conflagração estava mesmo à vista.

Havia maior certeza de paz, quando regressou à Cidade do Santo Nome de Deus. A desintegração da Alemanha não merecia dúvidas e os aviões americanos eram mais numerosos sobre os telhados da terra macaense. Vinha forte e animado, mas não procurou logo a chinesa. Só quando as aeronaves bombardearam o solo neutral e semearam morte no Porto Interior, se lembrou dela.

E uma noite, pressuroso, dirigiu-se à marginal. Espreitou o sítio do costume, errou pela margem, retornou ao mesmo local, estugando o passo. Divisou, então, o barquinho que uma chama bruxuleante alumia. Aproximou-se algo envergonhado da sua longa ausência. Distinguiu, nitidamente, o perfil da tancareira, curvado para as águas quietas. Acercando-se da prancha, bradou:

– A-Chan!

A mulher empertigou-se, surpresa, voltando-se toda para ele. Depois, com ligeiro menear de cabeça, murmurou:

– Boa-noite.

Sorria-lhe. A boca feia abria-se num acolhimento enternecedor como se nada tivesse acontecido. Sem uma admoestação, o mais pequeno azedume, que lhe fizesse recordar todos esses meses de afastamento.

Pulou para a embarcação e a tancareira, sem mais palavra recolheu a prancha, desligou as amarras. E o tancá deslizou na noite negra e húmida. Não falaram durante muito tempo. Ele, comovido, a gozar aquela serenidade tão difícil de haurir nesses trágicos dias. Ela, confusamente feliz, um mundo a entrechocar-se no âmago do coração. Mas ambos pareciam indiferentes. Ele, a reprimir uma vontade incontida de chorar. Ela, sempre oriental, a esconder os mais exaltados sentimentos num rosto imóvel, quase impassível.

De repente, alguma coisa se agitou perto dele. Ergueu-se alarmado, e, entre panos velhos e andrajosos, descortinou o indiscreto que lhe cortava o fio das meditações. Ficou aniquilado ao tocar na criança que se esperneava ao frio. Um ser minúsculo, ralos cabelos alourados, tez quase branca, olhos claros, a denunciar ascendência europeia.

Os remos vibravam, com ritmo singular, na placidez da noite. A chinesa parecia alheia ao drama que se desenrolava perto. Mas os olhos não se despregavam do enorme dorso do marinheiro e compreendiam quão petrificado ele estava.

A criança soltou um vagido, mais outros. Atabalhoadamente, Manuel enfaixou-a, apertou-a contra o peito, ciciando:

– Minha filha, minha pequenina.

A-Chan entendeu o apelo da criança. Largou os remos e pediu brandamente ao marinheiro que a substituísse.

– O nome?

– Mei Lai.

O tancá vogou, por segundos, à deriva, porque o marinheiro sentimental se especara na adoração da filha que sugava o peito sazonado da mãe, com abençoada sofreguidão.

Acordou nele a paternidade, um amor profundo pela inocente. Experimentado nos perigos que rodeavam o tancá, pensou logo em afastá-la do rio e, ao cabo de duas semanas, desencantou uma casa na Praia do Manduco. Não defrontou qualquer oposição da mãe, que detestava a terra, onde a vida lhe fora tão agreste. Submetera-se A-Chan, porque não lhe estava nos hábitos contrariá-lo e, mormente, quando lhe patenteava maior atenção. Confiou o barquinho aos cuidados de A-Lin e, docilmente, internou-se na cidade.

Foram os mais aliciantes meses que juntos viveram. Até ali, A-Chan não era mais do que uma simples ligação de marinheiro. Agora era a mãe da sua filhinha. Continuavam a falar pouco, isolados em mundos opostos. Entre eles, porém, existia a doce presença de Mei Lai. O que ambos não conseguiam dar um ao outro, prodigalizavam-no à criança. E como eram felizes! A tancareira soltava francas gargalhadas, sem reboço, quando brincava com ela. E Manuel transmutava-se num gaiato, que passava horas sem fim a distraí-la.

A guerra terminava, no entanto. Rendida a Alemanha, esfacelava-se o Império do Sol Nascente. Ao observar A-Chan nas suas lides domésticas uma tribulação se apoderava dele. Sabia que não podia ficar para sempre ao pé da tancareira, porque o seu destino era o mar. Não lhe tinha amor porque isso só podia florir com a comunhão absoluta das almas. Mas votava por ela uma estima que jamais tivera por alguém. Os colegas chasqueavam dele, do seu «gosto degenerado». Não atinavam como pudesse viver junto daquela criatura feia. Mas era verdade. Pesava-lhe abandoná-la, agora que a via tão ven-

turosa, protegida da crueldade do rio. Aliás, fora a única mulher que lhe insuflara a sensação de possuir um lar.

E não se enganava. Nunca A-Chan bendisse tanto a vida como naqueles meses. A terra mostrara-lhe a sua feição benigna. Não era uma desprezada mui-tchai que ali estava. Era uma senhora que governava a sua casa, com o devido respeito da vizinhança. Orgulhava-se da Mei-Lai, como se tivesse dado à luz um rapaz. E nunca o seu amor pelo marujo loiro, de olhos azuis, fora tão grande, tão mimoso. Sim, a guerra estava no fim. Ele dera-lhe a perceber, desde o começo que, depois da tempestade, faria rumo ao longínquo País das Uvas. Mas esperava que ele não partisse, agora que tinham uma filha. E, acalentada por tal esperança, vivia indiferente a tudo que não fosse o lar.

Quando o Japão se rendeu, a notícia rebolou estrondosamente pela cidade no meio de foguetes e panchões. Mas as novas penetraram com relutância na casa do marinheiro. Durante dias, examinou sorrateiramente as atitudes do Cou-Lou, mas acabou por se tranquilizar, perante os seus modos habituais. Mal sonhava que ele recalcava uma surda tristeza. Com pena dela, pedira para ficar mais alguns meses, dominando a sua própria ânsia do mar, mas o requerimento fora-lhe indeferido. Devia partir no primeiro transporte que chegasse a Macau.

Tornou-se-lhe obsidiante o problema da filha. Não tinha coragem de renunciá-la. Que futuro lhe reservaria a tancareira? Cresceria no ambiente soturno do porto, acompanharia a mãe nos espinhos do ofício, maltratada pelo mundo e pela fome que é o estigma de todas as camadas paupérrimas da China. E depois, Mei-Lai não tinha feições puras de oriental. Só por si denunciava uma pecaminosa ligação com o europeu. Nunca vira mestiças a trabalhar no rio. Para outros caminhos as levava o destino. Para os bordéis, para as hospedarias das vielas do amor.

Em toda a parte, onde nasciam rebentos clandestinos de europeus, a prostituição lucrava. Não, não podia abandoná-la. E pensou na irmã redimida, que distante acenava por ele. Decerto albergaria a sobrinha e educá-la-ia com desvelo. Mas era doloroso arrebatá-la da mãe. E neste dilema se debatia a sua alma inquieta.

As semanas corriam vertiginosas, des preocupadas para A-Chan, mas taciturnas para o marinheiro sentimental. Resolveu-se, porém, numa noite de insônia, quando a companheira embalava a criança que se achava febril. E não se descurou nos dias seguintes, enquanto não obteve uma passagem para ela.

Um dia, porém, A-Chan despertou. O desaparecimento de certas peças de roupa, a tristeza macambúzia do Cou-Lou, fúteis pormenores da vida quotidiana, indicaram-lhe que se preparava algo de lancinante para ela.

A verdade só veio à luz nas vésperas da chegada do fatídico pacote. Manuel trouxe consigo um intérprete que fluente nas duas línguas, poderia explicar melhor a A-Chan. Recebeu-os retraída, com pressentimentos de desgraça. O intérprete, adivinhando o melindre da situação, exprimiu-se arrastadamente.

Quando ficaram sós, fixou-o de frente. Tinha as faces terrosas, uma expressão de infinito

desespero. O marinheiro, agarrado a Mei-Lai que traquinava, não suportou aquele olhar e tartamudeou desculpas que não soube completar.

Não deu palavra e encaminhou-se a cambar para a cozinha. Mas quando o chamou para jantar, a voz tinha a mesma suavidade de sempre.

Nunca mais lhe viu a sombra dum sorriso. Não se opôs aos preparativos do enxoval da criança e foi ela própria quem o entrouxou com a sua atávica resignação. Mantinha o rosto inexpressivo, quando estava ao pé do marinheiro. A dissimulação porém era inútil porque ele a conhecia bem e lia-lhe os pensamentos.

Que existência lhe guardava o porvir? O rio, o eterno e inalterável rio a exigir-lhe as forças até o alento final. O tancá, os remos, o vaivém na superfície barrenta do porto. Dias incertos, privações. A velhice insegura, a perene escravatura do ofício. Sim, ele tinha razão. Se a filha ficasse, que seria do seu futuro? Ela podia sofrer porque fora criada no sofrimento, vendida pelos pais a mãos empedernidas. Mas nunca a Mei-Lai, que era tão bonita e se parecia tanto com o marinheiro de olhos azuis.

No dia da abalada, deixou-a quando fulgiu a primeira chapada de Sol. Não devia retornar ao lar. Iria mais tarde juntar-se a ela, no tancá, até



«Costava de ficar ao pé dela a seguir a marcha rutilante das estrelas, a paisagem nocturna de Macau.». Fotografia de Eduardo Grilo.

à hora da partida. Osculou-lhe a testa e mansamente apressou-se.

A-Chan viu-o vestir-se, andar dumlado para outro, fechar a porta da casa. Compreendeu, então, que alguma coisa lhe morria por dentro e se esfacelava para sempre.

Avermelhavam-se os contornos da Lapa com o rubor do ocaso, quando apareceu diante do barquinho. Ainda lhe restavam uma horas à frente, antes que saísse a última lancha. A tan-careira cozinhará um jantar delicioso, vestirá a melhor cabaia – presente singelo do marinheiro sentimental. E na trança morena brilhava o pente cravejado de pedras falsas, lembrança cúmplice duma noite de amor. Acolheu-o com a ternura habitual de que ele tanto gostava. E mais uma vez o tancá singrou para o largo com o familiar chape-chape de remos.

Fazia frio, porque estavam no Inverno. Mas ninguém o sentiu nem a garota que gatinhava no ínfimo espaço da embarcação. Os pais, ensimesmados, incidiam sobre ela as suas atenções, sem conseguirem trocar entre si o mais ligeiro pensamento que fosse. Juncos e lorchas passavam perto. Uma vedeta agitou as águas sonolentas, mas o tancá fugiu à inoportuna aproximação. Queimavam panchões na margem. Odores de peixe salgado aturdiavam o perfil dum barco de carreira de Hong Kong, na Rada. A fortaleza de S. Tiago da Barra amadornava nas sombras da noite que caía. A Ilha Verde, ao longe, dormitava entre diáfanos mantos de verdura. O Sequião, atrás, muito sujo, a perder-se nos extensos arrozais da China. A paisagem de Macau enchia-lhe os olhos de inéditas facetas, que só agora adregara de descobrir. E admirou-se de estar a limpar subitamente as faces orvalhadas.

Jantou sem apetite, só para agradar à companhia que se empenhara em oferecer-lhe opípara refeição. Dilacerava-o a sua mansidão usual. Preferia que ela gritasse toda a sua revolta

do que guardar no fundo da sua alma estranha de oriental, uma dor incomensurável. Estava pálida, imensamente abatida. Mas procedia como se estivesse em dias mais ledos.

Quando bateram as nove de qualquer relógio da cidade, soergueu-se da esteira, onde se deitara para mitigar a comoção. A-Chan, que amamentava a criança, estremeceu.

– Vamos.

Ela assentiu resignada, aconchegando mais a si o ente querido de quem se ia separar. Manuel pegou nos remos e guiou o tancá para o porto, para os cais de embarque, onde resfolegava a lancha dos passageiros.

Então, nesse momento, sem disfarces, romperam soluços do peito da tan-careira. Espaçados, pungentes, envergonhados. Manuel quis-lhe pedir que os contivesse, mas estrangulou-se-lhe a voz. E sentiu que perdia qualquer coisa de inestimável que jamais poderia ser substituída. Remou com mais vigor na penosa necessidade de escapar àquela cena. O Inverno soprava da China uns resquícios do seu vento gelado. Mas, de novo, ninguém deu por ele. E os soluços continuavam. Espaçados, pungentes, envergonhados.

O marinheiro não subiu imediatamente para a lancha. Já soara o segundo apito para a largada. Ficaram a olhar para a filha adormecida, ambos lutando para balbuciar algumas palavras. Ela feia, sucumbida, a conter em vão os soluços, para implorar que voltasse para tirá-la do rio que era a sua prisão. Ele, para inutilmente prometer os mais impossíveis compromissos, e rogar-lhe que fosse boa rapariga.

Quando o apito estrugiu mais uma vez, Manuel estendeu os braços para a tan-careira humilde. A-Chan mirou-o num instante e depois, suavemente, entregou-lhe a filha pequenina, murmurando numa derradeira solicitude maternal.

– Cuidadinho... cuidadinho...

A Chinesa de Olhos Azuis

U r b a n o T a v a r e s R o d r i g u e s

O HOMEM PARECE ABORRECER-SE, APESAR DA atenção que há pouco dispensava aos tanques com flores de lótus, às grutas miniaturais, ao dédalo de pontes e veredas e plantas subtis do jardim de Lou Lim Lok, em cujos bancos chineses velhos, muito serenos, repousam e conversam em cantonês, na branca modorra da manhã. Dirige-se para a saída, afasta-se de uns jovens que fazem uma ginástica muito lenta, num pequeno espaço entre as rochas que imitam outros espaços naturais mais amplos. Quase tropeça em dois asiáticos que jogam um xadrez cujas peças ele desconhece.

É ali, em Macau, que vai encontrar a revelação exaltante do seu ser mais profundo. Presente que alguma coisa o espera, que o destino se vai cumprir. Busca os indícios, vagamente, nas tabuletas com delicados caracteres chineses que encimam as lojecas apertadas, escruta os tabuleiros de mah-jong que reluzem nas mesas do exíguo café, um pouco sujo, onde o ar condicionado o atrai. O calor húmido e espesso fantasmiza as vielas, desfaz os crisântemos e as minúsculas rosas chá da florista encarquilhada, espalha torpes odores por todo aquele bairro, onde insolitamente perduram nomes portugueses nas placas das ruas, dos becos, nos estabelecimentos, nas oficinas – Travessa da Cordoaria, Beco dos Anjos, Rua Entre-Campos, Drogaria Yick Kuan, Travessa do Gafanhoto, Lam Passarinhos Quadrúpedes.

O homem limpa o rosto com o lenço de monograma, já sujo de suor, observa as esteiras onde, dentro das casas de porta aberta, há mulheres deitadas, molengando; e a sua carne adormecida vibra, assanha-se em meio daquele langor, daqueles corpos destapados.

Nem a beleza do Leal Senado, dos elegantes edifícios em barroco colonial ocre e castanho, semelhantes aos que já vira em Goa, nem a ruína austera da igreja de S. Paulo, jesuítica, perto da fortaleza sobre a qual se ergue o Museu Arqueo-

lógico, conseguiram prendê-lo. Vai, como que guiado por um chamamento, indiferente ao cheiro estonteante do sândalo, ao fumo que, em velutas azuladas, sobe dos altares aos deuses lares, vestígio de antigas crenças muito arraigadas, para ele desconcertantes. Os pássaros que aquelas criaturas buliçosas, e ao mesmo tempo secretas, transportam amorosamente nas suas gaiolas, espantam-no ainda mais. Comem cães e até gatos, apesar da proibição, mas veneram as avezinhas, levam-nas para os parques, para os passeios do fim da tarde. Caraças!, que gente tão diversa do padrão ocidental, que viceja a dois passos dali na Giorgio Armani, frente ao Banco Ultramarino, nos hotéis, nos supermercados. E toda a comida, mesmo o linguado *meunière*, sabe a molhos chineses.

Nota que há quase um fosso entre a atitude dos muito novos e dos mais velhos. Mas já lhe asseguraram que com o tempo quase todos voltam às práticas tradicionais...

Sua, apesar do ar condicionado. Claro, esqueceram-se de o ligar. Afinal, não. Mas devia estar no máximo. Que tarde pegajosa!

Fica preguiçando na única cadeira confortável do quarto, no entanto tão amplo, quase majestoso. Vê-se, pela janela, um pouco de mar, enquadrado em arranha-céus. As ilhas, adivinhas mais além, do lado de Hong Kong, altas e descarnadas, com meia dúzia de casas de acolhimento turístico no sopé da colina, do verde putrefacto que assoma pelo meio das pedras. Já por lá passou, na vinda de Hong Kong, e não esqueceu mais aquelas imagens. A vista que a janela mostra, mais perto, é neutra: prédios altos, maciços de árvores e gramado. Franjipanas, casuarinas, o ar cinzento e brando como aquela luz de Julho. Muitos táxis, rápidos, com os motoristas enervados a barafustarem em chinês.

O homem boceja, dispõe-se a sair, retira a chave electrónica da fenda onde ela encaixa e logo o quarto obscurece. Gira a maçaneta da

porta e, ao abri-la, tem defronte a figura da morte. Uma criatura alta, toda vestida de negro, escaqueirada, quase colada a ele, o hálito podre, as mãos de veneno prestes a tocarem-lhe.

O homem não recua, mas é percorrido de alto a baixo por um frémito, como um choque eléctrico. O pavor sulca-lhe as veias.

A criatura move-se então e sorri. É apenas uma filipina, massagista ou criada de quarto, o que quer que seja. E, afinal, nem é feia, e nada tem de um fantasma. Muito morena, roliça, os olhos até pouco orientais. Diz-lhe que bateu à porta. Ele não ouviu.

Manda-a embora. Senta-se na cama e respira fundo. Ainda treme. Mas a aflição passou.

À noite o homem pega no guarda-chuva e sai, evita comer no hotel. Nuvens displicentes filtram a luz da lua. Por entre gritos indefinidos, anúncios acesos a pestanejarem, bandeirolas batidas pelo vento, que confunde os ideogramas chineses, aproxima-se dos casinos do Hotel Lisboa, cercado por casas de penhores e parques de estacionamento, automóveis de todos os luxos.

Uma ansiedade difusa lateja nos espaços do bazar e das mesas de jogos chinesas à volta das quais há homens de rostos patibulares, prostitutas russas e tailandesas, chinesas jovens, vulgares no seu enigma, os chamados curiosos e sobretudo apaixonados do jogo.

O homem despreza aquele primeiro círculo de inferno e sobe logo ao piso de cima, onde as paradas são já mais altas. Vão ascendendo sempre até aos lances multimilionários do supremo andar. Velas de prata, caixas de xarão, brocados escarlates, marfins polidos, surgem à medida que se sobe na escala das apostas e dos tesouros. Um sujeito barrigudo, o único macaense que o homem ali descortina, arbora na lapela a camélia branca de Camilo Pessanha. Ao lado (mas talvez nem se conheçam) uma mulher alta, que ondula em seda negra, lentamente, debruça-se um pouco

sobre o ombro dele. Tem uns grandes olhos, azuis claros, mas levemente asiáticos, os zigos bem salientes, lábios carnudos. O homem fixa-a, fascinado, mas, quando ela o olha a direito, sem pestanejar, acaba por desviar a vista. Torna, no entanto, a mirá-la, às furtadelas. E ela apercebe-se disso.

O *croupier* mostra firmeza e rapidez, um à-vontade surpreendente. O seu nariz é um bico assustador. Por detrás dele dois seguranças, logo reconhecíveis, controlam todos os jogadores, *habitués*, putas, turistas, funcionários disfarçados, budas trajando à europeia que ali se aglomeram. As russas, intensamente loiras, bonitas e com veementes saliências e reentrâncias, fazem tudo para serem a mascote dos jogadores mais afortunados.

O homem não consegue afastar-se da euroasiática dos olhos azuis. Talvez fale inglês. A *little*, responde ela, impassível. Mas parece que o seu inglês se limita a essas palavras. E português? Sabe mais algumas: *Boa noite, meu amor, adeus. E talvez*. Mas a conversa permanece complicada. O homem, hesitante, recorre à linguagem dos gestos, com algum pudor. Mas ela percebe. Diz: *Talvez*. E aceita que ele lhe pegue no braço e a leve dali.

Uma chuva finíssima, leve, vai empoçando nas pequenas covas do asfalto brilhante, que ambos evitam, amparando-a ele num abraço molhado de silêncios.

«Levo-a para o meu hotel», projecta o homem, «ninguém nota».

Ela deixa-se levar. Sorri, mas é um sorriso um pouco duro, que o atrapalha, que tem qualquer pacto com o mar dos abismos.

O homem respira-a, respira-lhe já o corpo todo. Mas ao tocar-lhe a mão, que está húmida, é como se tocasse num dorso de peixe.

Passam o bazar; as varandas chinesas, que prolongam as casas, gotejam luz; flocos de névoa pendem dos candeeiros; os pivetes acesos, nos

altares dos deuses lares, estão a perder a energia para afugentar os maus espíritos.

Longos renques de sombra. Depois janelas de inquietação, súbitas, abrem bocas de espanto por onde o sôfrego destino penetra nas casas. Onde estarão, à espera da lua, no mar?, no porto interior?, os barcos de flores que balouçam a orgia?

Não houve problema no *hall* do *Royal*, já o ascensor sobe, lento; o homem enlaça o sabor daquela carne quente, que não se furta ao beijo. Mas tão-pouco o encoraja.

A noite do quarto cega-o. Liga os interruptores, um a um. Sobre a mesa há frutas entristecidas; nada tem de nupcial, o quarto, é antes um sítio de agonia. O homem tira rapidamente do mini-bar uma garrafa de uísque e copos, gelo.

A mulher dos olhos claros aceita, inspeciona o aposento, em passos de onça, fecha a janela e o ar condicionado logo melhora. De onde virá, de que discoteca próxima, ou de que apartamento, esta música esbracejante, que ofende a paz da noite?

Como ela tarda a despir-se, apesar da mímica um pouco grotesca a que ele se entrega, para a convencer, o homem salta etapas, tenta, desajeitadamente, desapertar botões, retirar-lhe a blusa, abrir o fecho da saia. Até que ela, sem violência, o repele e executa com destreza, num ápice, essas operações que tão difíceis pareciam. Encara-o, de frente.

Que chave, ou que palavra, poderá abrir o estranho azul daqueles olhos de água pesada?

O homem ajuda-a a deitar-se, então ela sorri, mas tão altiva, tão diferente de tudo, sobre aquela colcha escarlate e cor de canela, com dourados. Ele toca-lhe, refresca as mãos ardentes naquela carne jovem, elástica, respira-lhe os seios, roça por eles os lábios. As pernas são demasiado brancas e revelam aqui e além, a rede dos capilares.

Quer celebrar na boca dela, que se entreabre, um primeiro beijo, imenso, mas a mulher não corresponde logo e o homem trémulo, morde-a.



© RICARDO FONSECA

Os olhos azuis fixam-no, reprovativos. Ele recua.

Quando volta, acaricia-a. Os gestos dela são flores a abrir, devagar, excitam-no mas continuam reticentes, não vão logo até onde ele quer. O homem introduz-lhe dois dedos no sexo e, antes de encontrar o clitóris, palpa as pétalas vaginais a moverem-se suavemente sob a sua pressão. Torna a beijá-la, mas quase a sufoca e, como ela se debate, magoa-a, sente agora a língua imersa num poço lodoso.

Em vez de continuar a aquecê-la, a tentar namorá-la, como inicialmente fez, penetra-a quase à força, acha-a apertada (ou então está a contrair-se), concentra-se na sua virilidade, na sua carne tensa que, por um canal a arder, está agora no corpo dela e, exasperada, se retesa e mais a invade.

Mas os olhos azuis indignam-se, a mulher queixa-se, pede-lhe qualquer coisa que ele não

entende, talvez para sair, porque lhe dói e para recomençar depois, para se ajeitarem melhor. Será isso? o homem acaba por ceder, aliás naturalmente, porque, naquela confusa e atormentada discussão, perdeu o desejo.

E quando é ela a sugerir, a pedir-lhe que volte, mas com uma expressão ainda dolorida ou, quem sabe, enfasiada, que escurece o seu belo rosto de estátua oriental, o homem não consegue a erecção necessária. Ainda procura excitar-se ele próprio, sem êxito.

Então é ela quem insiste, torna-se profissional, experiente, quase meiga. O homem logra dificilmente uma introdução inconvicta, esforça-se de novo, transpira, por fim já só agita dentro dela uma espécie de tripa meio murcha. Irrita-se.

– Isto já não é nada. E a culpa é tua – diz, ao separar definitivamente o corpo do corpo dela.

Pega nas roupas e fecha-se na casa de banho. Quando de lá sai, já a encontra vestida, impecável, seca de expressão. Os olhos azuis, muito rasgados, estão agora quase verdes. Altiva?, enigmática? Será? Será de desprezo aquele silêncio? Podia ao menos protestar em chinês, injuriá-lo, exigir dinheiro.

O homem tira da carteira um punhado de notas de cem patacas, nem as conta.

– Chega?

Ela aceita, encolhe os ombros. O jorro azul-verde do olhar atravessa-o, reacende nele um lume de cólera.

– Vou-te acompanhar.

No lentíssimo elevador os segundos formam um cacho de humilhação, de raiva surda dentro dele.

Não surge nenhum táxi.

– Casino – diz ela.

– Está bem, espera por isso.

A rua é comprida e está vazia, mas todos os ruídos da cidade e mesmo as imagens do outro lado da noite dançam na cabeça do homem atordado. Horas carpidas, a queda das ondas do mar, sargaços, vagas, baixios, venha o tufão, venha derrubar os arranha-céus de aço e vidro em Coloane, abanar as volutas dos capitéis no esqueleto da igreja de S. Paulo, que tudo desabe e o fogo dialogue com o medo e do céu se despenhe a luz das estrelas. Venham vagas transparentes, como as do Atlântico, pôr fim a este calor, à festa das labaredas, ao riso oculto desta mulher.

Que tem, nota ele agora, pernas violáceas como as das chinesas velhas. «Que vontade de lhe estoirar a linda face impassível, a boca de milho roxo que continua a troçar de mim.»

Pega-lhe inesperadamente nos dedos – dedos de peçonha amarela que ela logo solta dessa prisão; aves sonâmbulas cruzam a rua direitas ao telhado de um templo budista; morcegos, cães, fantasmas iniciam a travessia da madrugada, sob as primeiras gotas da luz recém-



-nascida, a treva autêntica foge para a lonjura das pedras negras, das águas que soluçam, das pontes proibidas, da pele das almas sujas.

O homem trava por um braço a bela euroasiática, que tem agora a surpresa e o pânico na face, e esmaga-lhe o rosto com um punho de granito. Amordaça-lhe o grito com a outra mão, bate, segue batendo, até o sangue correr e cantar naquela face de mistério, talvez doce para outros, que ousou amesquinhá-lo. Pisa-lhe, a coice, o corpo de cobra-coral – é já o princípio do fim –; apaga-se a lisa teia dos afectos, a vida, no rosto oval da serena prostituta, se o era, cujo corpo esfria.

O homem, incapaz de parar, como que embriagado, pula, quase dança a valsa louca do desejo e da morte, enquanto a ante manhã visita as janelas das gaiolas dos pássaros, o âmagos dos pesadelos da gente pobre, amargurada; e um dia novo – o tempo cíclico geme à flor das águas.

A bela face inquietante da mulher dos olhos azuis tornou-se uma máscara sangrenta.

Por uma Lusofonia a Oriente: sinais do passado, estratégias do presente

A n a P a u l a L a b o r i n h o

AS VIAGENS DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES permitiram contactos e relacionamentos duradouros com o Extremo Oriente de que ainda hoje se encontram frutuossos vestígios. A política de casamentos e cruzamentos com os povos encontrados foi uma constante da presença portuguesa e salpicou os principais lugares onde nos estabelecemos de comunidades luso-descendentes com expressão actual.

Subsiste hoje a consciência de que esta presença portuguesa no Oriente é um valor a ser preservado não apenas na estrita perspectiva dos interesses de Portugal, mas também porque configurou a identidade dos povos e das terras a que estivemos ligados.

Em final de século, com a crescente perspectiva da mundialização das economias e a necessidade de assegurar e tornar fluentes as comunicações entre povos, esta presença de Portugal no Oriente adquire outros contornos visto que as novas estratégias de aproximação económica consideram e integram os laços culturais enquanto propiciadores de um mútuo entendimento.

Neste sentido, o ensino da língua e a divulgação da cultura portuguesa constituem importantes veículos de presença e cooperação económicas pelo que língua, cultura e economia devem ser considerados em interacção quando se pretende empreender projectos em qualquer dessas áreas.

Reconhecemos que o conceito de lusofonia em estrito senso não é aplicável às presenças portuguesas na região da Ásia-Pacífico parecendo difícil, com excepção de Timor, a sua articulação com os objectivos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Porém, é preciso alargar o entendimento da lusofonia e considerar que o legado histórico-cultural de Portugal na região, com marcas bem visíveis de Goa a Nagasaki, de Malaca a Macau, de Ceilão



Consulado-Geral de Portugal em Macau e sedes do IPOR e do ICEP.

à Tailândia, partilham e incluem-se nessa comunidade de entendimentos que tem sobrevivido às vicissitudes do tempo e encontra a sua forma de linguagem em modos tão expressivos como a música, a literatura, a culinária, a arquitectura, e sobretudo formas de ser e estar em português.

Não se pretende contudo afirmar este conceito amplo de lusofonia por meio de um discurso saudosista e imperial, à procura de um tempo perdido que teimosamente se quer recuperar. É na perspectiva do presente e das opções estratégicas de Portugal para o século XXI que nos parece da maior importância reforçar as posições portuguesas na região.

O lugar de Macau

No quadro atrás delineado, Macau tem desempenhado um papel privilegiado no que se refere à divulgação e preservação do português

na região. A forma como foi possível conduzir o processo de transição de Macau para a administração chinesa, e a maior consciência da importância estratégica do ensino da língua e da presença cultural, possibilitaram nestes últimos anos um crescimento do português em diferentes vertentes (língua, cultura, preservação patrimonial) o que também beneficiou a região.

Trata-se aliás de retomar o lugar que Macau ocupou desde o estabelecimento dos portugueses enquanto entreposto comercial, porto de acolhimento e trocas culturais que marcaram os modos de entendimento entre ocidente e oriente.

A 19 de Dezembro deste ano, cessou a administração portuguesa de Macau depois de cerca de 450 anos de uma presença caracterizada pela tolerância e pelo mútuo respeito. Neste contexto, é lícito perguntar o que restará dessa pre-

sença tanto mais que aparentemente pouco resta se pensarmos no uso do português como língua de comunicação.

É claro que precisamos de entreabrir a história de Macau, o seu passado remoto e recente, para explicar por que razão não se fala português em Macau. Encontramos razões múltiplas e complexas: derivam antes do mais do modo como os portugueses se estabeleceram em Macau coexistindo com uma civilização poderosa e muito culta que não permitiu as formas tradicionais de imposição de uma língua. Na história mais recente, as massivas migrações contribuíram para a escassez do uso do português: mais de metade da actual população aqui chegou nos últimos 20 anos sendo alheia à identidade de Macau o que não facilitou a comunicação com a cultura portuguesa.

Contudo, é essencial sublinhar que, apesar de não se falar português, basta atravessar a fronteira pedonal que nos separa da contígua cidade de Zuhai ou mesmo conhecer Hong Kong nos seus edifícios altaneiros e inteligentes, para percebemos que Macau é outra coisa. É essa diferença que julgamos possível preservar.

Se o português enquanto língua não pode aspirar à comunicação oral no quotidiano de Macau, mantém-se a sua utilização em contextos diversos, nomeadamente enquanto língua da administração e língua jurídica, além do acesso que permite a regiões de emergente interesse (da Europa ao Brasil e à África). O português é também a língua de conhecimento de uma cultura que se cruza com a cultura dos próprios aprendentes, beneficiando desse capital de prestígio.

São pois razões de passado e razões de presente que levam à aprendizagem do português, em Macau e na região, colocando-se em boa posição como segunda língua estrangeira no conjunto das línguas europeias.

Com a assinatura em 1987 da Declaração Conjunta Luso-Chinesa foram definidas as linhas políticas fundamentais que enquadram a futura Região Administrativa Especial de Macau (RAEM). Como parte integrante dessa Declaração, o Governo da República de Portugal e o Governo da República Popular da China acordaram que a língua portuguesa será oficial a par da chinesa por mais 50 anos após 1999.

Tendo em conta a integração de Macau na República Popular da China, mas também a vontade de preservar a sua multifacetada identidade, foi reconhecida a necessidade de criar uma instituição que preservasse e difundisse a língua e a cultura portuguesa em Macau, mas também em diferentes pontos do Oriente. Com este objectivo, foi criado em 1989 o Instituto Português do Oriente (IPOR) congregando nesta associação a Fundação Oriente, o Governo de Macau e o Governo de Portugal.

Para este Instituto transitaram atribuições até essa altura da responsabilidade do Instituto Cultural de Macau que abandonou as áreas de intervenção no domínio da língua e da cultura portuguesas como o Centro de Língua Portuguesa dedicado ao ensino, a coordenação dos Leitorados e a própria Livraria Portuguesa.

Assim, a ideia estratégica que presidiu à criação do IPOR enquanto instituto privado de natureza associativa foi encontrar uma estrutura adequada ao período de transição e capaz de superar as previsíveis mudanças provocadas pela transferência do exercício da administração do Território.

Além disso, obedeceu a outros dois objectivos que de algum modo se completam: por um lado, dar corpo a uma instituição capaz de integrar a experiência de ensino e de acção cultural realizada em Macau, nas últimas décadas, quer

dizer uma instituição *em* Macau *para* Macau; por outro lado, manter para além de 1999 o apoio aos locais de presença portuguesa, assim conservando a condição polarizadora e irradiadora que Macau tem desempenhado na região.

Em 1999 procedeu-se à reconversão do IPOR no sentido de reforçar a posição do Governo português que passou a deter a maioria do capital associativo através do Instituto Camões. A Fundação Oriente manteve a sua forte intervenção neste projecto que conheceu e acarinhou desde início tendo em conta a sua vocação e experiência do Oriente. Também neste ano o IPOR passou a contar com a participação de empresas portuguesas com interesses na região que subscreveram em conjunto uma pequena mas significativa quota o que demonstra a compreensão da necessária solidariedade entre cultura e economia.

Uma das áreas de privilegiada intervenção do IPOR em Macau é o ensino do português como língua estrangeira. Como referimos, o Centro de Língua Portuguesa existiu desde a criação, mas o seu crescimento deve-se em grande parte ao Protocolo estabelecido em 1993 com a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude do Governo de Macau que, ao longo de cinco anos, regulou a transferência para o IPOR do ensino não-curricular do português enquanto língua estrangeira.

Estes Cursos Gerais, organizados em doze módulos semestrais, cumprem os programas estabelecidos pela legislação do Território sobre habilitações linguísticas para ingresso e progressão na Função Pública, estando o IPOR credenciado para certificar os cursos. A regularidade destes cursos permitiu a elaboração de manuais que respeitam a progressão e dificuldades dos aprendentes orientais sendo utilizados não só em Macau mas em muitos cursos da região.



Biblioteca do novo Centro Cultural de Macau.

De forma a corresponder a determinadas necessidades comunicativas dos aprendentes, foram criados cursos específicos destinados a diversas áreas profissionais: médicos, turismo, área jurídica, gestão, comunicação social. Sublinhe-se os bons resultados destes cursos que permitem aumentar o interesse dos aprendentes tendo constituído boa oportunidade para a publicação de materiais didácticos por especialidade.

As experiências que acabámos de expor têm muito de inédito e daí o seu carácter laboratorial, o que tem implicado uma constante investigação em torno da didáctica do português língua estrangeira que encontra em Macau excelentes condições de pesquisa e ensaio.

Saliente-se ainda a aposta que fazemos em cursos de reciclagem dos professores asiáticos de língua e cultura portuguesa, nomeadamente o Curso de Verão para Professores: a proximidade de Macau não só permite uma deslocação mais fácil e económica, como torna possível aqui congregar grupos homogéneos pela sua comum origem asiática com vantagens no rendimento da aprendizagem.

A produção de materiais e a experiência didáctica resultante dos diversos cursos permite, como dissemos, o apoio aos cursos de português e Leitorados da região. Os Leitorados, cujos professores são seleccionados e destacados pelo Instituto Camões, têm como missão não só o ensino mas também a formação dos professores locais sendo ainda centros de promoção da cultura portuguesa. Actualmente, a rede de Leitorados no Oriente está assim distribuída:

dades e escolas superiores com níveis de ensino que vão do curso de opção à Licenciatura (7 Universidades), Mestrado e Doutoramento (1 Universidade). A distribuição por cidades, com indicação das Universidades e níveis de ensino mais avançados, é a apresentada no quadro da página seguinte.

Sendo distinta a situação de cada país, requer do mesmo modo uma intervenção diferenciada. Se na China, Coreia do Sul e Japão encontramos professores locais preparados para

País	Cidade	Universidade	Níveis de Ensino
Índia	Nova Delhi	Univ. Nehru	Curso Língua Avançado
Índia	Goa	Univ. de Goa	Licenciatura
Malásia	Kuala-Lumpur	Univ. Malaia	Curso Língua Avançado
R.P. China	Pequim	Univ. Estudos Estrangeiros	Licenciatura
R.P. China	Xangai	Univ. Estudos Estrangeiros	Licenciatura
R.P. China	Cantão	Univ. Jinan	Curso Língua Elementar
Coreia do Sul	Seul	Univ. Hankuk	Licenciatura

Além dos Leitorados, funcionam cursos de português noutras Universidades e escolas superiores da região sendo a situação muito distinta, nos níveis de ensino e formação de professores locais, em função do desenvolvimento dos estudos portugueses em cada país:

ensinar níveis de licenciatura e até pós-graduação, nos outros países, com excepção do caso particular de Goa, a oferta limita-se a cursos de língua, embora se assista a um crescendo de formação dos professores locais que permitirá observar resultados dentro de poucos anos.

País	Cidade	Universidade	Níveis de Ensino
Índia	Nova Delhi	U. Delhi	Curso Língua Elementar
Índia	Pondicherry	U. de Pondicherry	Curso Língua Elementar
Tailândia	Banguecoque	U. Chulalongkorn	Curso Língua Elementar
Vietname	Hanói	U. Estudos Estrangeiros de Hanói	Curso Língua Elementar
Filipinas	Manila	U. das Filipinas	Curso Língua Elementar
R.P. China	Nanquim	U. Nanquim	Curso Língua Elementar
R.P. China	Hong Kong	U. Hong Kong	Curso Língua Elementar
Coreia do Sul	Pusan	U. Estudos Estrangeiros de Pusan	Licenciatura

O caso do Japão deverá ser considerado único neste contexto, visto que o ensino do português se encontra referenciado em 26 universi-

Estão neste caso Nova Delhi, Kuala-Lumpur e Banguecoque, sendo mais incipiente a situação nas Filipinas e Vietname.

Cidade	Cursos de Português	Universidade	Níveis de Ensino
Tóquio	12	U. Estudos Estrangeiros Tóquio U. Sophia	Licenciatura Licenciatura
Kagoshima	1	---	---
Kyoto	3	U. Estudos Estrangeiros Kyoto	Licenciatura, Mestrado, Doutoramento
Nagasaki	1	---	---
Nagoya	1	---	---
Oita	1	---	---
Osaka	4	U. Estudos Estrangeiros Osaka	Licenciatura
Tenri/Nara	1	U. Tenri	Licenciatura
Shizuoka	1	---	---
Chiba	1	---	---

Não se pretende aqui apresentar de forma exaustiva as diversas áreas de intervenção do IPOR, mas julgamos ainda de referir a promoção do livro e da leitura, quer através de um programa editorial que privilegia a publicação de obras sobre a presença portuguesa no Oriente, quer participando na edição de autores portugueses em línguas orientais, quer por meio da Livraria Portuguesa, importante instrumento de acção cultural ao serviço de Macau e da região.

Saliente-se ainda a promoção de espectáculos, concertos, exposições, conferências e seminários e, em particular, a Quinzena de Cinema Português, que se realiza desde 1992 – iniciativas que no futuro garantirão uma expressão cultural portuguesa promovendo-se sempre que possível a sua itinerância pela região.

Em conclusão, a lógica que presidiu à criação do IPOR em 1989, e que determinou o reforço das suas competências a partir do ano 2000, consistiu em dispor de uma instituição sediada na região que possa coordenar e acompanhar a divulgação da língua e cultura portuguesas, resultando também da consciência do papel desempenhado por Macau ao longo dos tempos.

O trabalho desenvolvido ao longo de dez anos permite dispor de uma instituição consolidada e preparada para ser instrumento de coordenação, conjugando a sua acção com os Centros Culturais

e representações diplomáticas de Portugal na região conseguindo deste modo uma amplificação de eficácia com economia de meios.

Refira-se o importante papel desempenhado pelos Centros Culturais Portugueses criados em 1990 junto das Embaixadas de Portugal em Nova Delhi, Banguécoque, Pequim, Seul e Tóquio. A sua acção de promotores da cultura portuguesa e a sua intervenção no domínio da língua, nomeadamente por meio dos Cursos de Português que neles funcionam abertos ao público em geral, têm constituído pólos de irradiação cujos resultados são visíveis na crescente procura dos públicos locais em todos os domínios, sendo de sublinhar os mais perenes (cursos, investigação, edições).

A aposta numa estratégia de rede assente no IPOR, nos Centros Culturais, nos Leitorados e nos pontos de ensino de português, em particular as Universidades, poderá colmatar as dificuldades de uma extensa, distante e peculiar região.

Em conjugação com outras instituições que, em Macau e na região, prossigam objectivos afins, em articulação com projectos que se cruzem com os domínios da língua e da cultura portuguesa – julgamos que este poderá ser também um contributo para manter em Macau a abertura ao mundo, e preservar o encontro de culturas que a cidade representa.

A Questão da Identidade Cultural de Macau

G a r y N g a i

Director-Executivo da Fundação Sino-Latina de Macau

TEORICAMENTE FALANDO, A IDENTIDADE CULTURAL de Macau pode ser explicada através de duas categorias: a espiritual e a material. No início, esta identidade tinha a ver com aspectos geográficos, demográficos e económicos, mas mais tarde adquiriu uma componente humana expressa através de aspectos políticos e legais, para além de uma variadíssima herança cultural, tais como relíquias, arquitectura, religião, língua, folclore, vestuário, etc. No passado, intelectuais locais e continentais concentraram as investigações fundamentalmente no aspecto material, negligenciando, um tanto, o aspecto espiritual. Na verdade, os dois não podem ser separados, porque constituem um todo, cujo conteúdo é único.

Essa mesma identidade de Macau está hoje cuidadosamente guardada, preservada e disponível para ser apreciada pelo grande público no Museu Marítimo e, mais recentemente, no Museu de Macau. Trata-se de uma identidade com mais de quatro séculos de formação, estando na base da História de Macau, que envolve dois grandes aspectos: o indígena, que é chinês; e outro estrangeiro, de raiz ocidental, mais propriamente latino.

O aspecto chinês identifica-se de forma muito próxima com as características gerais do Sul da China, principalmente com as zonas de Guangdong e Fujian, as duas províncias costeiras com o maior número de migrantes ultramarinos no último milénio. Por esse motivo, é fortemente influenciada pela chamada cultura chinesa ultramarina, a qual consiste numa mistura da cultura chinesa tradicional proveniente das culturas indígenas dos locais onde esses imigrantes chineses se fixaram e a cultura chinesa influenciada pelas potências que colonizaram alguns dos países hoje existentes na Ásia-Pacífico. Estes chineses ultramarinos assimilaram muitos dos elementos da cultura ocidental durante o período colonial.

O que podemos observar da cultura chinesa em Macau, por um lado, são as culturas tradicionais dos lugares de onde são provenientes esses imigrantes, como, por exemplo, o culto à Deusa Ah-Mah, protectora dos que sobrevivem do mar, originariamente proveniente de Fujian; o folclore e os costumes de Guangdong, incluindo o dialecto, o qual se tornou a língua dominante do Território (Cantonense). Por outro lado, podemos ver a forte influência da cultura chinesa ultramarina, através das fortes ligações dos mais velhos residentes chineses no Território, que têm muitos parentes a viver no estrangeiro, bem como através do retorno dos imigrantes chineses ultramarinos que se fixaram em Macau, durante o turbilhão social na Ásia e na África após a IIª Guerra Mundial.

A muito antiga tradição do folclore e costumes chineses, e algum antigo material da herança cultural chinesa, que foi destruída na China Continental durante a Guerra Civil e consequentes e contínuas sublevações sociais, mantiveram-se intactos e salvaguardados em Macau. Os antigos templos e relíquias do taoísmo, budismo e confucionismo, bem como as já conhecidas práticas tradicionais desde a nascença até à morte, ainda fazem parte integrante do dia-a-dia dos residentes de Macau, com grande surpresa de compatriotas do continente que visitam a cidade enquanto turistas. Alguns visitantes têm mesmo observado que a cultura tradicional é mais profunda em Macau do que em Hong Kong e que isso acontece, paralelamente, em muitos outros bairros chineses, partes integrantes de cidades em diversas partes do mundo.

A cultura chinesa em Macau, como a cultura chinesa em Hong Kong e zonas ultramarinas, foi influenciada pela cultura ocidental, em diferentes níveis e diferentes aspectos. Ao contrário de Hong Kong, Macau tem uma longa história de contacto com o Ocidente, tendo

passado por diferentes níveis, na qual a cultura chinesa teve de coexistir, interagir, chocar e misturar-se com a cultura vinda do Ocidente. Este processo de coexistência e interacção entre o Oriente e o Ocidente em Macau produziu, aparentemente, diferentes resultados quando comparado com outras cidades da China e Hong Kong.

Ao contrário dos britânicos em Hong Kong, os governantes portugueses em Macau foram sempre mais indulgentes na sua atitude com a população chinesa. Muitos acreditam que esta atitude tem mais a ver com o espírito de tolerância e *laissez faire* próprio da cultura latina, o qual permite mais espaço para o desenvolvimento da cultura chinesa, sem constituir uma ameaça para os governantes coloniais.

Como resultado desta tolerância, a liberdade religiosa em Macau foi bem preservada. Catolicismo, protestantismo, budismo, taoísmo, islamismo e a fé em Bahai têm vivido lado a lado durante séculos, conservando os seus próprios rituais e crenças, sem conflitos ou derramamento de sangue. Isto fez Macau substancialmente diferente da China continental, Japão, Filipinas, Indonésia, Irlanda, Médio Oriente, Bósnia e muitas outras zonas, onde os conflitos religiosos sangrentos não conseguem ser evitados. Macau torna-se, assim, num fenómeno único quando o bispo e o líder dos monges budistas aparecem juntos em importantes cerimónias da nossa comunidade local, concedendo a sua benção na sua própria tradição aos nossos maiores acontecimentos. Esta tolerância religiosa é, sem dúvida, estranha no mundo moderno.

A atitude de tolerância e *laissez faire* dos governantes portugueses resulta numa quase anarquia no sistema educacional da cidade. Neste sistema, uma minoria de escolas públicas portuguesas detêm o privilégio sobre a maioria das escolas privadas, chinesas e inglesas, que

estão organizadas segundo modelos educacionais existentes em Hong Kong, China continental, Taiwan e outros países e regiões, sem haver uma coordenação, sistematização ou padrões de qualidade determinados pelo governo. Como resultado, o português reduz-se a uma língua minoritária, das autoridades, enquanto que a maior parte da população prefere estudar inglês como segunda língua, devido à posição privilegiada deste idioma no comércio internacional. Nem o chinês constitui língua obrigatória nas escolas portuguesas. Tudo isto forma uma brecha entre as comunidades portuguesa e chinesa que tem persistido ao longo de várias gerações, e que tem atrapalhado o processo de localização de quadros neste período de transição.

Apesar da longa permanência desta brecha cultural, as duas culturas nunca pararam de interagir. A interação resulta numa certa mistura das duas, não apenas física mas também como um processo químico que deu origem a uma nova geração. Esta nova geração identificada como euroasiática ou macaense, com uma cultura muito própria na sua forma de falar, gastronomia, arte e vestuário, foi-se construindo ao longo de muitas gerações. Assim apareceu uma comunidade especial híbrida, os macaenses, diferentes dos puros portugueses e dos puros chineses. A referida comunidade híbrida nunca veio a ter um processo cultural paralelo com a vizinha Hong Kong, pois tem características culturais bilingues, tendo desempenhado um papel importante na história de Macau. Os macaenses foram aqueles que serviram de ligação na brecha cultural existente entre os portugueses e os chineses. Segundo uma recente investigação antropológica, os casamentos entre chineses e portugueses, ou chineses e macaenses, aumentaram nas últimas décadas, mostrando uma abertura de cultura de ambos os lados.

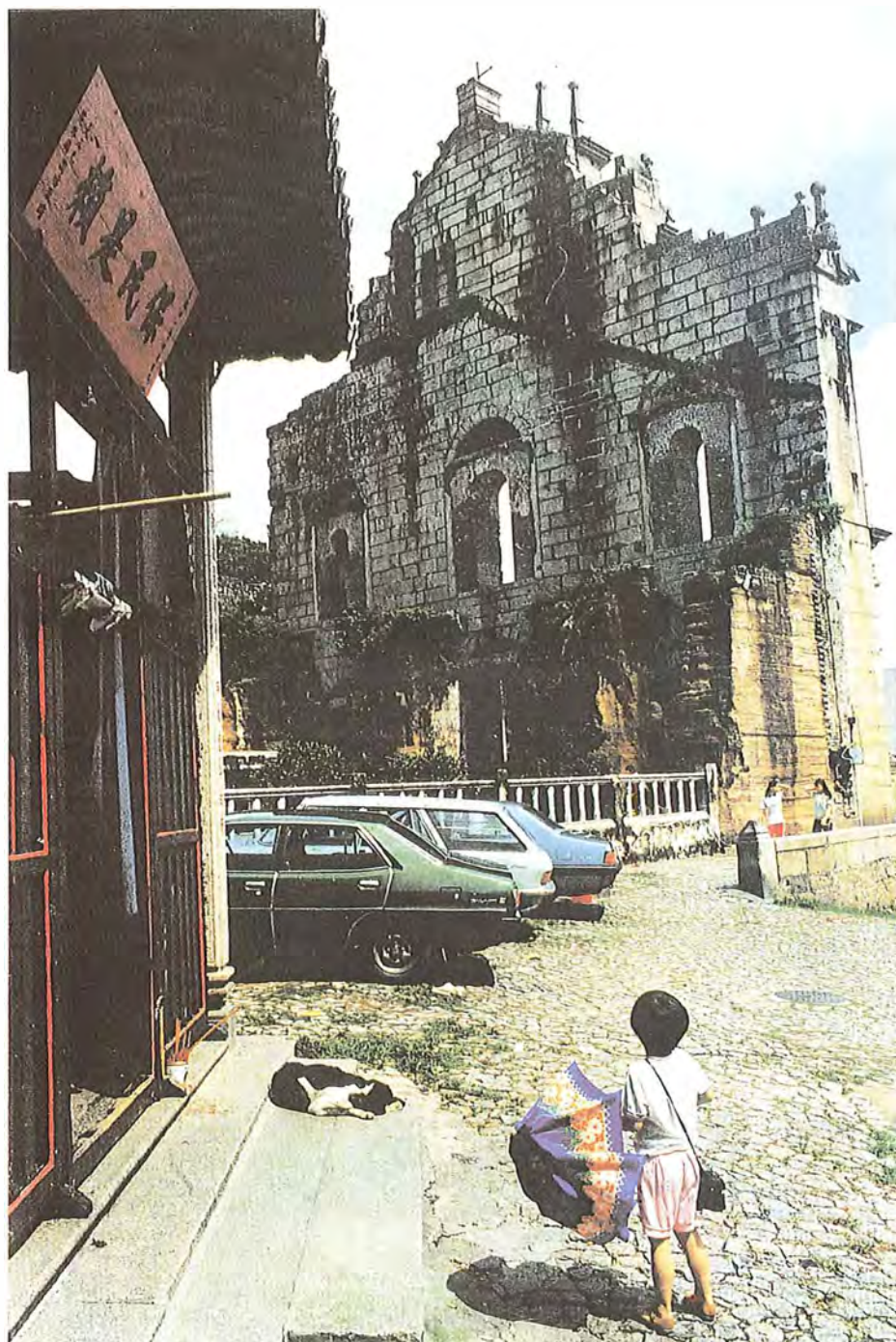
A mistura das culturas orientais e ocidentais em Macau também está patente na arquitectura, nos costumes tradicionais, especialmente nos casamentos rituais e na cozinha e mesmo nas crenças religiosas. Alguns dos aspectos mais marcantes podem ser encontradas na pintura, como um resultado da assimilação dos estilos oriental e ocidental. Destaca-se o estilo Lingnam, bastante popular no Sul da China, originário de Macau. O mesmo pode ser dito para a música, constantemente alvo de experiências, havendo sido realizada a interessante experiência de juntar o tradicional fado português com a orquestra de instrumentos chineses, resultando num efeito extraordinário.

A adaptação do sistema político e legal ocidental junto da comunidade chinesa local é outra importante experiência, especialmente para os novos imigrantes vindos do continente. É bastante notório que alguns dos valores ocidentais têm sido aceites pelos chineses, especialmente aqueles que dizem respeito a uma melhor educação.

Evidentemente que o processo de reformas legais e a consequente adaptação às condições locais irá muito para além de 1999. O aumento da percentagem dos chineses votantes durante as eleições e a sempre crescente procura entre a população chinesa local na defesa das liberdades existentes e das regras da lei é um notável exemplo no sentido positivo. A própria Lei Básica, numa certa perspectiva, é uma mistura entre a cultura política/legal chinesa e portuguesa, com particular ênfase na última.

Através da interacção entre as culturas oriental e ocidental em Macau, podemos facilmente chegar à conclusão que a identidade cultural de Macau é sino-latina, isto é, envolve a coexistência, interacção e mistura das duas, baseada no mútuo respeito e tolerância, implicando mais harmonia do que conflito, mais consensos do que confrontações, mais reconcilia-

«A liberdade religiosa em Macau foi bem preservada. Catolicismo, protestantismo, budismo, taoísmo, islamismo e a fé em Bahai, têm vivido lado a lado durante séculos».
Templo chinês junto das ruínas de S. Paulo.
Fotografia do Instituto Cultural de Macau.



ções do que alheamentos, mantendo uma estabilidade numa pluralidade. Isto pode ser designado por «Modelo Macau», o qual é significativamente diferente do exemplo de Hong Kong, o qual é de raiz anglo-saxónica, com mais conflitos e confrontações.

No viragem do século, agora que a administração de Macau passou para a China, existe o perigo real de a nossa própria identidade poder vir a ser diluída ou até erradicada, se os assuntos não forem tratados com cuidado e atenção, se os governantes de Macau carecerem de uma visão que faça parar essa deterioração.

O debate sobre a preservação da herança cultural de Macau está longe do fim. Começou nos inícios dos anos 80, quando o febril desenvolvimento da comercialização do Território principiou a destruir alguns dos velhos edifícios na parte histórica da cidade, substituindo-os por arranha-céus. O Instituto Cultural de Macau, atento ao problema, tem vindo a envidar todos os esforços no sentido de classificar, legislar e financiar o restauro de muitas dessas construções, tanto de traça arquitectónica oriental como ocidental, desde que sejam possuidores de interesse histórico e consequentemente cultural.

Nesse sentido, podemos considerar-nos mais afortunados do que Hong Kong, em virtude de ter havido aqui um despertar para a preservação de uma herança patrimonial, evitando assim a transformação da parte histórica da cidade numa selva de cimento armado, com a qual estariam irremediavelmente perdidos os objectivos do turismo cultural.

Este trabalho de preservação e salvaguarda das nossas antiguidades torna-se imperativo no próximo século, e deverá prevalecer contra um conjunto de ideias profundamente erradas



«Macau torna-se num fenómeno único quando o Bispo e o Líder dos Monges Budistas aparecem juntos em importantes cerimónias da nossa comunidade local, concedendo a sua bênção na sua própria tradição aos nossos maiores acontecimentos». Inauguração do Aeroporto de Macau em Dezembro de 1995.

sobre a necessidade de demolição do que ainda resta da parte histórica da cidade em nome de um «desenvolvimento» da mesma. Na verdade, é possível conciliar os dois objectivos em questão: preservação e desenvolvimento, desde que haja um planeamento e coordenação para um espaço urbano melhor.

O desenvolvimento urbano deverá concentrar-se nas recentes áreas conquistadas, enquanto que a parte antiga permanecerá intacta, protegida por uma gestão e legislação nesse sentido. Assim, será salvaguardado um Museu vivo, único no mundo, classificado como tal pela UNESCO.

Cada vez mais, outros aspectos significativos do debate pela preservação e desenvolvimento de Macau têm sido objecto de recente controvérsia e polémica. Existe uma forte tendência para sobrevalorizar a influência chinesa e diluir a influência latina da nossa identidade. Os defensores deste ponto de vista justificam-se no facto de a maioria esmagadora da população ser chinesa. Assim, segundo os mesmos, a identidade dominante e orientadora é a chinesa, enquanto a latina, respeitante apenas a uma minoria da população, é mais colonial por natu-

reza, apoiada numa estrutura que deverá desaparecer ou entrar em progressivo desvanecimento uma vez acabada a presença portuguesa. Esta argumentação é fortemente influenciada por um sentido redutor de visão, classificado por ultra-nacionalismo, muitas vezes encontrado antes e depois da IIª Grande Guerra Mundial. Trata-se de uma linha de orientação já ultrapassada no tempo, mas que teimosamente ainda vai tendo os seus adeptos em Macau. Uma vez aceite ou até tolerada depois de 1999, poderá dar origem, com o decorrer dos anos, à transformação de Macau em mais uma cidade chinesa ou reduzi-la a um simples apêndice da vizinha Zhuhai. Assim, se se perder o sentido latino, bem como as influências históricas dos contactos ultramarinos havidos, estará completamente posto de lado a base da política-sistema «um país, dois sistemas».

De facto, com a implementação da referida linha política, a latinidade e a influência ocidental na nossa identidade é mais importante do que a influência da identidade chinesa, detalhe que confere a Macau um cunho completamente diferente das outras cidades chinesas. Se quisermos conservar a presente situação sócio-cultu-

ral inalterável pelos próximos cinquenta anos, como está salvaguardado na Lei Básica, a influência latina da nossa identidade não deverá ser diluída ou erradicada. Muito pelo contrário, deverá ser orientada e desenvolvida para manter o estatuto de Região Especial Administrativa, região privilegiada na manutenção das ligações ultramarinas, conferindo-lhe um estatuto de ponte de ligação entre a Ásia-Pacífico em geral, e a China em particular, com o mundo de idioma de raiz latino existente na Europa, África e América, através da utilização de uma estrutura linguística e de um sistema legal comum.

Outro aspecto errado neste debate é o prevalecer da ideia de dependência de Macau em relação a Hong Kong. Devido à sua pequenez e fraqueza em termos económicos, personalidades de destaque dentro da comunidade da cidade defendem a ideia de tornar Macau num satélite de Hong Kong, mudando a lei da cidade, profundamente influenciada pelo Direito da Europa Continental, numa lei próxima da lei de Hong Kong, profundamente influenciada pelo Direito dos países Anglo-Saxónicos. Esta perspectiva também vai em sentido contrário da Lei Básica que prevê o insistir na preservação do actual sistema legal político. Esse mesmo sistema é claramente parte activa do mundo latino, em relação ao do mundo anglo-saxónico, o qual é diferente em natureza e tradição. As duas Regiões Administrativas Especiais devem ter diferentes espaços de intervenção e movimentação, baseados nas suas próprias identidades, podendo obter assim o máximo de resultados para cada qual, mais do que substituir ou emergir delas, situação que poderá levar a grandes confusões e resultar em magros resultados positivos.

A questão é igualmente extensível ao uso da língua portuguesa em Macau depois de 1999. Como a língua chinesa não foi considerada língua oficial até 1991, voltamos a encontrar o tal

espírito redutor de alguns círculos intelectuais e políticos da cidade que pretendem, talvez com algum sentimento de retaliação, banir o português enquanto expressão oficial depois da transição de soberania. Os referidos sectores defendem que os principais responsáveis pela Região Administrativa Especial deverão ser chineses e, assim sendo, torna-se supérfluo o uso do português como meio de comunicação interna ou externa e, por consequência, deixa de existir a necessidade do ensino do português nas escolas chinesas como parte integrante dos *curricula*, tanto por necessidade, como por vontade. A argumentação baseia-se no facto de o inglês constituir uma língua muito mais útil do que o português em termos de comunicação. Esta linha de pensamento ingénua, mas perniciosa, vai contra o espírito da Lei Básica, a qual especifica o português como língua oficial da Região Administrativa Especial. Com efeito, assim deve ser, porque o português é indispensável para manter o legado cultural e político do Território, assim como o inglês é necessário em Hong Kong para manter o espírito da lei. No entanto, depois da passagem de soberania, a língua portuguesa será, automaticamente, afastada da sua presente posição para um lugar mais secundário, não havendo forma de cortar ou abolir o seu uso. Muitos dos documentos oficiais estão a ser redigidos em português com pequenas traduções para chinês mas, infelizmente, muitas destas traduções não primam pela qualidade. Assim, torna-se prioritário a manutenção do bilinguismo no sistema administrativo e judicial, a fim de evitar o seu deterioramento.

Ao contrário de desencorajar a população em aprender português, ela deve ser incentivada a fazê-lo. Isto é particularmente dirigido para as gerações mais novas que poderão aprender o português tão bem como o inglês: como línguas estrangeiras, como herança da sua própria identidade, no sentido de incrementar a comunica-

ção com o mundo lusófono e outros países de expressão latina, os quais constituem 1/6 da população mundial. Essa juventude poderá servir melhor os interesses de Macau e da China no futuro, através do grande potencial de desenvolvimento da cidade como uma ponte entre a própria China e os referidos países. Tem sido bastante encorajador notar o aumento de interesse, nos últimos anos, por parte de chineses residentes em aprender português. Tal facto deve-se não à condição de aprender português para obter um bom cargo remunerado nos Serviços Públicos, mas sim por reconhecer esta língua como uma língua de cultura.

Como ainda estamos longe de conseguir um consenso sobre a nossa própria identidade, uma das prioridades para solucionar o problema deve ser conduzida em profundidade, através de uma investigação interdisciplinar, com particular ênfase nas Humanidades, para atingir uma definição científica. Na última década, a investigação tem sido conduzida principalmente por intelectuais da China continental ou por intelectuais locais educados na China. Como resultado destas investigações tem havido inúmeras publicações, sendo, no entanto, limitadas em extensão e em profundidade, para além de não estarem familiarizadas com as fontes escritas em línguas do Ocidente.

Estes intelectuais, conhecedores do sistema mundial a que Macau pertence, estão longe de obter um sério envolvimento neste estudo. Existe, assim, um profundo corte entre as comunicações sobre as investigações dos intelectuais do Leste e do Ocidente, em termos de trabalho académico e pontos de vista. Esperamos que este problema possa ser ultrapassado rapidamente, através do alargamento de simpósios, bolsas de estudo e actividades de promoção.

Torna-se necessária uma forte coordenação entre os diversos institutos de investigação dentro e fora de Macau, para fazer um melhor uso de recursos limitados e simultaneamente produzir resultados efectivos de forma a resolver alguns dos nossos problemas. O resultado destes estudos, provenientes de uma análise científica da identidade de Macau e do modelo de Macau, podem ser também uma grande contribuição para o mundo, em termos de promoção de harmonia, mútuo respeito e mútua tolerância, bem como servirem de lição para ambas partes em pé de igualdade.

Num outro plano, os resultados da investigação sobre a identidade de Macau deverão ser ligados com a implementação de programas de educação cívica dirigidos à juventude em particular e à população em geral, especialmente aos novos emigrantes. Vários tópicos sobre diversos aspectos de Macau como Geografia, História, Cultura, Política e o sistema legal (não apenas aquilo que está na Lei Básica) deverão ser introduzido nos *curricula* das escolas locais; comunicações, discussões e debates deverão ser integrados no programa normal das disciplinas. Os áudio-visuais como filmes, vídeos, banda desenhada, drama, bem como música, pintura e literatura deverão ser usados como meios de educação ao serviço da população, de forma a fazê-las sentir orgulho em serem «Ou Mun Yan», ou seja, cidadão de Macau, independentemente da sua origem étnica. O governo da Região Administrativa Especial deverá, através de associações cívicas locais, formar uma comissão especial para coordenar e financiar todas estas actividades.

Um terceiro aspecto desta questão é a vantagem que podemos usufruir da nossa própria identidade cultural para impulsionar o turismo cultural, por um lado, melhorando as nossas relíquias existentes e treinando guias turísticos qualificados para darem uma correcta e viva

«A identidade cultural de Macau é sino-latina, isto é, envolve a coexistência, interacção e mistura das duas, baseada no mútuo respeito e tolerância, implicando mais harmonia do que conflito, mantendo uma estabilidade numa pluralidade».

Fotografia do Instituto Cultural de Macau.



explicação sobre a história cultural de Macau. Por outro lado, construindo novos parques temáticos inspirados na nossa própria identidade cultural atraindo turistas de todas as idades, sexos e nacionalidades, respeitando os seus interesses, dando-lhes suficiente entretenimento e informação sobre a nossa cultura, detalhe que irá diferenciar estes parques de outros parques existentes na região.

Tudo isto contribuiria para incrementar a economia de Macau num curto espaço de tempo, se estes projectos fossem apoiados por promoções turísticas especiais de diferentes tipos. Essa situação contribuiria, sem dúvida, para mudar a imagem de uma Macau-cidade do jogo, para uma Macau-cidade de cultura, na qual o jogo continuaria a existir, mas dentro de uma atmosfera renovada, confortável e segura.

No entanto, a indústria do jogo, como um todo único, iria diminuir gradualmente a sua posição cimeira na economia de Macau. Esta estratégia também mudaria a situação de Macau como sombra do turismo de Hong Kong, para uma posição de cabeça de dragão relativa ao turismo cultural no delta do rio das Pérolas, bem como asseguraria a sua singularidade na Região Ásia-Pacífico. Com suportes culturais adicionais, como o Centro Cultural, o Centro de Exposições, ginásios, etc., Macau poder-se-ia tornar num centro de conferências, encontros mundiais, espectáculos, exhibições recreativas, lugar de retiro e de cuidados de saúde. Toda esta visão futura de Macau constitui a mais atractiva, a única forma e a melhor via para a sua sobrevivência.

Por fim, mas não menos importante, Macau deverá desenvolver-se num já existente pluralismo de linguagem, cultura e educação, pela manutenção do bilinguismo na administração, legislação e jurisdição e incrementar o seu papel como um centro de treino de línguas, como o

mandarim, o cantonense, o inglês, o português e outras línguas europeias e latinas.

Pode e deve desempenhar um papel de centro de treino, não apenas para a população local, mas também para estudantes e gente de fora, como da China continental, Taiwan, da zona da Ásia-Pacífico, e dos países de línguas latinas. Desta forma, Macau transformar-se-á, de uma simples e frágil passagem numa larga e forte ponte com duas vias de comunicação, através das informações e do trabalho de intelectuais dos três maiores continentes do mundo.

No sentido de alcançar este objectivo, existe a necessidade de preparar uma boa quantidade de técnicos devidamente qualificados, tais como professores, tradutores e toda uma variedade de profissionais, incluindo consultores e gestores. A nossa Universidade e instituições de ensino superior deverão ser organizadas no sentido de satisfazerem a procura crescente de quadros, dentro do atrás projectado, pois de contrário arriscam-se a transformar-se em simples instituições chinesas.

Os contactos com instituições no estrangeiro, principalmente as lusófonas, as hispânicas e francófonas, em termos de cultura, treino e negócios, devem ser expandidos e alargados; não devemos concentrarmo-nos apenas no melhoramento dos contactos com instituições da China continental. Uma vasta rede humana e informativa deverá ser estabelecida entre Macau e estes países, no sentido de servir melhor a China.

Analisando a História, podemos nos aperceber que o papel de Macau foi sempre de intermediário, um eixo, uma ponte para promover trocas culturais e comerciais entre o Império do Meio e o resto do Mundo. Para desempenhar este papel, acaba por se tornar completamente diferente do resto da China. Em outras palavras, possui a sua própria identidade. Os governantes chineses, começando nos imperadores Ming,

até Mao Zedong, Zhou Enlai, Deng Xiaoping e Jiang Zemin, todos souberam e sabem como preservar esta identidade em benefício da China, mas Deng Xiaoping foi suficientemente inteligente para chamar e identificar tudo isto através da fórmula «um país, dois sistemas».

Hong Kong foi escolhido em primeiro lugar para ser uma forte e útil ponte. Agora é o momento para o aparecimento da segunda ponte, mostrando a Taiwan que é possível desempenhar este papel, embora não de forma tão fácil no seu caso particular. Cada ponte deve ter a sua própria identidade. O sucesso e eficiência desta operação no sistema é uma importante condição para preservar a identidade de Macau, habilitando-a a desempenhar o papel de ponte.

Os observadores de Macau devem ter a responsabilidade de analisar criteriosamente se o segundo sistema aplicado a Macau e Hong Kong não degenerará no primeiro, para verificar se a China cumprirá a sua palavra de não interferência nos assuntos internos das regiões administrativas especiais, mantendo a política existente, os aspectos legais, económicos e sociais do sistema inalteráveis por mais cinquenta anos a partir de agora. Os chineses costumam dizer, de forma justificada, que quem está de fora consegue ver mais claramente. Não será suficiente ouvirmos da parte da China dizer que o sistema de Hong Kong e Macau está a resultar.

Diferente de Hong Kong, cuja ponte é primordialmente mantida com os países anglosaxónicos e Japão, os quais constituem agora os

Clube Militar de Macau. Exemplo de arquitectura colonial portuguesa. Fotografia do Instituto Cultural de Macau.





Mistura de estilos arquitectónicos ocidental e oriental na Praça do Leal Senado. Fotografia do Instituto Cultural de Macau.

principais parceiros económicos da China, Macau, como uma segunda ponte, não deverá duplicar o que tem feito Hong Kong. Em vez disso, deverá basear-se na sua própria identidade cultural e ampliá-la através das tradicionais ligações com a Europa continental – especialmente a latina – e o resto do mundo de expressão latina, que possuem fracas ligações com a China em termos de negócio e cultura, em virtude da barreira linguística.

Desenvolver o potencial de Macau através de uma segunda e forte ponte ligando a Europa aos países de expressão latina, vai completamente ao encontro da estratégia da China em diversificar as suas ligações internacionais entre diferentes pólos. Constitui assim também intenção da China tornar Macau num canal privilegiado para promover o estreitar de relações com Taiwan. Macau é uma parte integrante da grande comunidade chinesa, a qual inclui também Taiwan.

Estudar, prevenir, preservar e desenvolver a identidade de Macau deverá tornar-se na primeira prioridade durante a sua transição, ambas no sentido de manter e desenvolver a sua singularidade em termos culturais e económicos e aumentar a sua competitividade no próximo século.

Vulgarmente as pessoas comentam que Macau é como um diamante por lapidar, que deveria ser polido e aperfeiçoado, porque só assim o seu brilho poderá competir com a vizinha Hong Kong, a Pérola do Oriente. Sem este polimento e aperfeiçoamento realizado pela população de Macau, da China, da Europa e do resto do mundo, o diamante poderá rapidamente degenerar numa pedra sem utilidade. Toda a gente tem a obrigação de trabalhar arduamente para evitar esta degradação, mas a maior responsabilidade pesa sobre os ombros dos responsáveis da Região Administrativa de Macau.

Uma Identidade Plural Acerca das artes em Macau

Fernando Ant3nio Baptista Pereira

JÁ VEM SENDO LUGAR COMUM INSISTIR NO MULTICULTURALISMO que caracteriza Macau e a diversificada vida artística que ontem e hoje foi pelo Territ3rio sustentada. Contudo, nem sempre se tem sublinhado que essa riqueza, mais do que multicultural verdadeiramente transcultural, n3o s3 define o conjunto das manifesta33es, na sua multiplicidade de formas de estar e sentir, mas muitos para n3o dizer todos os percursos artísticos individualmente considerados que v3o pontuando toda essa actividade. De resto, 3 a transculturalidade precisamente o esp3rito do lugar, desta Ou Mun que h3 mais de quatrocentos anos 3 Porta do Ocidente para a China e Janela da China para o Mundo.

Com efeito, a identidade deste pequeno territ3rio – min3sculo, a bem dizer, face a gigantes econ3micos e financeiros (Hong Kong) ou territoriais e populacionais (a pr3pria China) – foi sendo definida – eu diria, at3, paulatinamente constru3da, quase montada – entre o que pode ser visto como sofisticada montra de novidades para diferentes perspectivas (do Ocidente para o Oriente e vice-versa) e o que foi, sem d3vida, o ensaio hist3rico de um frutuoso di3logo e miscigena33o entre modelos sociais e culturais, de certo modo premonit3rio dessa experi3ncia pol3tica futurante que 3 o princ3pio «um pa3s, dois sistemas».

Na verdade, os valores autenticamente dial3gicos do *modus vivendi* dos habitantes de Macau, impostos pelas vicissitudes hist3ricas de um encontro civilizacional multidireccional principiado h3 quase cinco s3culos, acabaram por se tornar o sinal mais autenticamente irreduz3vel e insubstitu3vel da identidade profunda do Territ3rio, ou seja, da sua diferen3a e, portanto, do seu car3cter 3nico.

Esses valores de di3logo, troca e contamina33o, tantas vezes reinventados, ao sabor dos imperativos hist3rico-sociais e das expectativas de cada gera33o, n3o s3 marcaram linguajares



A comunhão da tradição iconográfica cristã ocidental e os esquemas figurativos de origem japonesa remontam ao início da presença portuguesa no território. Pintura de Santo Agostinho, onde é notório esse gosto miscigenado. Início do século XVII. Óleo sobre madeira. Tesouro de Arte Sacra da Igreja de S. Domingos, Macau (inv.^o n.º 244).



«Pouco tempo depois do florescimento da notável escola luso-oriental, chegava a Macau, trazido por Dominicanos provenientes das Filipinas, um quadro da oficina do famoso pintor espanhol, Zurbarán». *Milagre de Soriano*, Oficina de Zurbarán (1598-1664). Óleo sobre tela. Tesouro de Arte Sacra da Igreja de S. Domingos, Macau. (inv. 234).

e até formas dialectais, hábitos alimentares e de vestuário ou modalidades de convívio, relacionamentos étnicos e solidariedades familiares, negócios e vivências políticas, como moldaram atitudes e posicionamentos em todas as esferas do social, do cultural e do especificamente artístico.

De facto, a indesmentível vitalidade artística do território, tantas vezes celebrada e bem documentada no assinalável número e variedade de artistas residentes, no movimento anual de exposições individuais e colectivas e até no êxito local e internacional de iniciativas como as Bienais, não deve ser vista apenas como uma estatística de factos (já de si significativa) e uma acumulação de experiências diversas e mutuamente enriquecedoras, mas, sobretudo, como uma realidade muito mais profunda e reveladora: a radicação, no próprio âmago da produção artística de Macau e no itinerário individualizado de cada criador, desses valores dialógicos de troca e contaminação.

A arte, como espelho do imaginário que é, interpreta sentimentos profundos dos sujeitos e das comunidades assim como os desejos e anseios que ultrapassam os meros voluntarismos ou as omissões das vivências quotidianas para se projectarem no terreno fecundo da projecção simbólica e da imaginação figurativa.

Os artistas de Macau e as obras de arte que produziram ao longo dos tempos espelham, através dos inesgotáveis avatares da imaginação simbólica, o encontro não só entre mundos culturais e imaginais que se respeitam e desafiam mutuamente como entre modos de estar, de pensar e de fazer que se entrecruzam e misturam.

Com efeito, os diferentes modos de estar perante a arte que a produção artística de Macau documenta, quer eles se radiquem ao nível civilizacional como valores de identificação próxima ou longínqua, quer eles se revelem ao nível

da pesquisa por parte de cada sujeito individual, traduzem claramente, numa escala raras vezes vista face ao meio sócio-cultural de referência, a interiorização de valores de miscigenação muito acentuada, embora subtilmente mediatizada por diversas indiossincrasias, não só de esquemas figurativos e simbólicos como de processualidades.

Poder-se-ia pensar que esses diálogos, essas trocas e essas contaminações se dão preferencialmente entre os grandes blocos civilizacionais em presença (Oriente-Occidente) ou, então, no interior das tendências já consagradas no âmbito das modalidades consideradas nas manifestações artísticas mais recentes de matriz ocidental, como a pintura, a escultura ou a instalação ou, pelo contrário, na pintura e na caligrafia chinesas.

Se recuarmos à tradição acumulada ao longo dos quatro ou cinco séculos de história da Macau de presença portuguesa, vemos que esse carácter dialógico da produção artística local alternou com fases de mais acentuado esforço de internacionalização.

Logo nos finais de quinhentos, a escola de pintura de raiz namban, criada pelo pintor jesuíta Giovanni Nicoló no Japão e transferida para Macau quando as perseguições aos cristãos o tornaram inevitável, combinava a tradição iconográfica cristã ocidental e os esquemas figurativos de origem japonesa. No Território subsistem duas pinturas sobre madeira que reflectem o gosto miscigenado dessa escola: o São Miguel Arcanjo do Museu das Ruínas de São Paulo e o Santo Agostinho, recentemente por nós descoberto e integrado no Tesouro de Arte Sacra da Igreja de S. Domingos.

Pouco tempo depois do florescimento dessa notável escola luso-oriental, chegava a Macau, trazido por Dominicanos provenientes das Filipinas, um quadro da oficina do famoso pintor espanhol Zurbarán, representando o Milagre de



Soriano. Recentemente restaurada, esta excelente composição, enviada para a América espanhola em resposta a uma provável encomenda solicitada ao famoso pintor de Sevilha e daí para as Filipinas, actualizava o gosto local no sentido

do Barroco. Manifestação do eco desse novo gosto num artista luso-oriental serão as quatro telas monumentais representando episódios da Vida de S. Francisco de Assis que se podem ver no Museu das Ruínas de S. Paulo.

Vendedores de rua e banca próximo da igreja de São Domingos. George Chinnery (1774-1852). Aguarela e lápis sobre papel. Coleção Carlos Macedo e Couto, Macau.

>
Sinais de Macau, Nuno Barreto, 1999. Associação de Advogados, Macau.



Um Zurbarán em Macau?

No segundo semestre de 1997, quando organizámos o pequeno mas encantador Tesouro de Arte Sacra da Igreja de São Domingos, em Macau, descobrimos, num barracão anexo ao templo, duas magníficas pinturas totalmente desconhecidas que haviam sido executadas no coração da idade de ouro de Macau, ou seja entre os finais de quinhentos e os primeiros decénios de seiscentos.

A mais antiga, sobre suporte de madeira, representa o Doutor da Igreja Santo Agostinho, patrono da ordem dos Agostinhos, que a terá encomendado para um altar da igreja do seu convento em Macau. É de todo provável que tenha sido pintada por um discípulo do pintor jesuíta Giovanni Nicoló, criador de uma escola de pintura namban no Japão, mais tarde transferida para Macau, uma vez que apresenta muitas afinidades com o São Miguel do Museu das Ruínas de São Paulo, habitualmente conside-

rado obra dessa oficina. Conseguimos que fosse restaurada em Portugal (no atelier de Maria José Francisco, em Setúbal) antes ainda da abertura do pequeno espaço museológico anexo à igreja, de que ficou constituindo a peça mais valiosa.

A outra, um óleo sobre tela, representa São Domingos em Soriano, ou, como é mais conhecido, o Milagre de Soriano, segundo o qual a Virgem teria aparecido ao frade porteiro do convento de Soriano, na Itália, para lhe apresentar a efígie do fundador da Ordem, S. Domingos de Gusmão, que ele tanto desejara contemplar. Não foi possível então proceder ao restauro da pintura, mas, enquanto comissário da exposição «Os Fundamentos da Amizade – Cinco Séculos de Relações Culturais e Artísticas Luso-Chinesas», pude obter, graças à generosidade da Fundação para o Desenvolvimento de Macau, os fundos necessários para o seu restauro e apresentação entre nós antes do seu regresso a Macau, em que vai enriquecer extraordinariamente o Tesouro de S. Domingos.

Durante as operações de limpeza e restauro (igualmente no referido atelier de Setúbal), foi desde logo aventado tratar-se de uma obra da

Ao nível da escultura, as imagens de diferentes dimensões em madeira, em marfim ou em madeira e marfim, de proveniência indo-portuguesa ou hispano-filipina, satisfizeram maioritariamente a encomenda local desde o século XVII, embora tal não tenha impedido o surto de uma produção sino-portuguesa centrada em Macau.

A segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do XIX conheceram o florescimento da chamada Arte do China Trade e, em particular, do estilo pré-romântico

internacional de vários estrangeiros que passaram temporadas em Macau ou aí se radicaram, como Auguste Borget, Thomas Allom e, sobretudo, George Chinnery. A este e ao seu émulo chinês Lam Qua se ficou a dever uma notável produção local que teria continuidade em vários discípulos em que se destaca Marciano Baptista.

Finalmente, ao longo da primeira metade e meados do século XX, diversos artistas como o português Fausto Sampaio ou o russo G. V. Smirnoff procuraram refrescar as opções estéti-

oficina de Zurbarán (1598-1664), ou pelo menos de um seu seguidor, dadas as afinidades compositivas e formais com uma célebre pintura executada, em 1626, pelo célebre pintor espanhol do Siglo de Oro para o Convento de São Paulo, em Sevilha, pintura essa hoje na igreja da Madalena da mesma cidade. Esse quadro e um outro da mesma série sobre a vida do fundador da Ordem Dominicana são as mais antigas obras documentadas que se conhecem do autor, pelo que constituem um ponto de partida para a definição do seu estilo (Zurbarán, 1998: p.73).

O tema do quadro atraiu frequentemente outros pintores andaluzes, como Juan del Castillo, que dele realizou diversas versões para conventos dominicanos de Sevilha. Zurbarán ter-se-á inspirado na que realizou para o da Madre de Deus (Zurbarán, 1988: p. 114; Zurbarán, 1998: p. 73), embora tenha invertido a composição e aumentado os valores de profundidade graças aos sábios contrastes lumínicos do seu modo «caravagesco». O painel de Macau apresenta diferenças quer compositivas, quer de qualidade face à composição de Zurbarán, mas nota-se bem que quem a exe-

cutou tinha a pintura do mestre em mente, quer nos modelos dos figurinos, quer na paleta escolhida, quer, ainda, nos adereços.

Sabe-se que, na década de 1640-50, Zurbarán executou numerosas pinturas para a América Espanhola, nomeadamente Lima e Buenos Aires (Zurbarán, 1998: p. 21). Por outro lado, no Novo Mundo, a sua obra foi muito copiada e imitada ou constituiu ponto de partida para artistas locais como Juan Correa ou Juan de Miranda, da cidade do México.

Uma das pinturas da oficina de Zurbarán enviadas para o México ou uma versão feita por um seu imitador local pode muito bem ter chegado, através dos galeões que faziam a viagem Acapulco-Manila, a Macau, proveniente das Filipinas, de onde eram originários os primeiros dominicanos que se estabeleceram no Território. Não é de excluir que o presente quadro seja uma cópia executada por um artista oriental, nomeadamente devido ao tipo de calçado que as figuras ostentam, mas a qualidade de modelação dos rostos e carnações denuncia um pintor familiarizado com as receitas da oficina de Zurbarán.

F. A. B. P.

cas em presença. Um artista local como Herculano Estorninho reflectiu a tendência pró-abstractão que predominou em certos sectores da arte portuguesa a partir do final dos anos cinquenta.

Ora, sem descartar as consabidas transferências de símbolos e meios, inevitáveis neste lugar, ou as não menos inevitáveis contaminações entre processualidades, num tempo eclético como o que actualmente vivemos, há que sublinhar o confronto entre tradição e experimentação que se manifesta transversalmente

entre os artistas numa mesma família cultural ou verticalmente no percurso individual de cada criador.

É talvez este último traço distintivo o dominante nos artistas contemporâneos de Macau, uma vez que parecem secundarizadas as marcas temáticas alusivas às angústias individuais ou colectivas face a um incerto ou nebuloso futuro que se manifestaram nos finais dos anos 80 e nos inícios dos 90 (e nós sabemos quanto a arte é sensível e premonitória perante as ameaças à liberdade e à criatividade dos homens).



Por outro lado, o par tradição/experimentação afirma-se mais como complementaridade de memórias e de recursos do que como dicotomia entre filosofias, no que se afirma saudavelmente como um índice da globalização artística à escala mundial, tendência inelutável que tanto

promove o aparecimento de linguagens (perigosamente) comuns como impõe o reforço das identidades locais. Aliás, o equilíbrio quase perfeito entre o local e o global parece igualmente definir os artistas contemporâneos do Território, na atenção ao Mundo que se detecta em muitas

Fundamental, Denis Murrell, (1990-1998).
Acrílico sobre tela.

Tanque, Segundo Leonardo, Konstantin Bessmertnyi, 1997. Óleo sobre madeira.



das propostas apresentadas nas sucessivas edições das Bienais, que não deixa, todavia, de ser convenientemente mediatizada pelos valores localizados acima referidos.

Assim, no âmbito da pintura dita ocidental, a tendência triunfante entre alguns dos mais destacados e justamente consagrados pintores de origem chinesa residentes no Território, como Mio Pang Fei, Ung Vai Meng ou Kwok Woon, parece radicar na exploração indiscutivelmente experimental dos valores matéricos e texturais, que deriva de um Tapiés (já de si tão próximo da filosofia oriental) e de toda a sua posteridade internacional, mas jamais se desvincula do respectivo universo de partida, rico e incessantemente sugestivo.

Contudo, aquele que é consensualmente considerado o maior pintor residente em Macau, o português Nuno Barreto, privilegia um «regresso» de matriz ocidental à figuração numa linguagem profundamente aberta às intensas cores e aos motivos locais e, até, à subtil ironização sobre as estórias dos «últimos tempos» da presença e da administração portuguesas.

Por outro lado, um artista de formação claramente «ocidentalizada» como é o australiano Denis Murrell desenvolve, na sua visão algo cartográfica e paisagística da própria processualidade pictórica, uma original linguagem internacionalizada que não se inibe de incorporar, cada vez mais, sugestões temáticas e plásticas do meio em que trabalha.

O russo Konstantin Bessmertnyi, na relação muito própria que estabelece com a sua tradição de origem (os ícones russos) e com a História da Pintura (do Renascimento de Bosch e Brueghel ao Expressionismo e à Abstracção), não deixou de «localizar» integralmente os seus universos temáticos de recorte saborosamente irónico e satírico.

Enfim, pintores chineses de tradição figurativa ocidental apropriam-se criativamente e transformam de modo profundo, temática e

plasticamente, com indisfarçáveis referências locais, quer os modelos de figuração (Sio In Leong), quer as próprias técnicas de execução e os conceitos de espaço plástico, contaminando-os com os dados plásticos das suas origens (Lio Man Cheong).

No que respeita à pintura e à caligrafia chinesas, em que o culto dos valores técnicos e figurativos da tradição é não apenas um dos requisitos essenciais como o modo de ser da própria vontade artística, também a experimentação de novos efeitos espaciais, a partir de desafios colocados às convenções milenárias do género, parece definir a obra de Wong Kin I, em que a abertura ao Mundo que define a actividade cultural no território não está de modo algum ausente. Mas o caso porventura mais perturbador – porque testou os limites da taxonomia que está por detrás das divisões canónicas entre os géneros – será o das obras da jovem e promissora Cindy Ng, em que o potencial renovador, tanto a nível da imagem como da execução técnica, interpela, com particular acutilância, quer a pintura e caligrafia chinesas, de que naturalmente deriva, quer a chamada pintura ocidental, como afirmação poderosa de uma identidade cultural num quadro de referências temáticas e processuais claramente internacional.

Todos os percursos citados – e muitos outros naturalmente – contribuem, finalmente, para uma orgulhosa definição da identidade artística de Macau, uma identidade plural não apenas nos universos culturais de referência mas, sobretudo, nos valores de diálogo e miscigenação enraizados na prática individualizada de cada artista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Zurbarán, AA. VV. Catálogo da Exposição Zurbarán, Madrid, Museo del Prado, 1988.
- Zurbarán, AA. VV. Catálogo da Exposição Zurbarán IV Centenario, Sevilla, Museo de Bellas Artes, 1998.

Património de Macau um álbum da sua história

L u í s A n t ó n i o D u r ã o

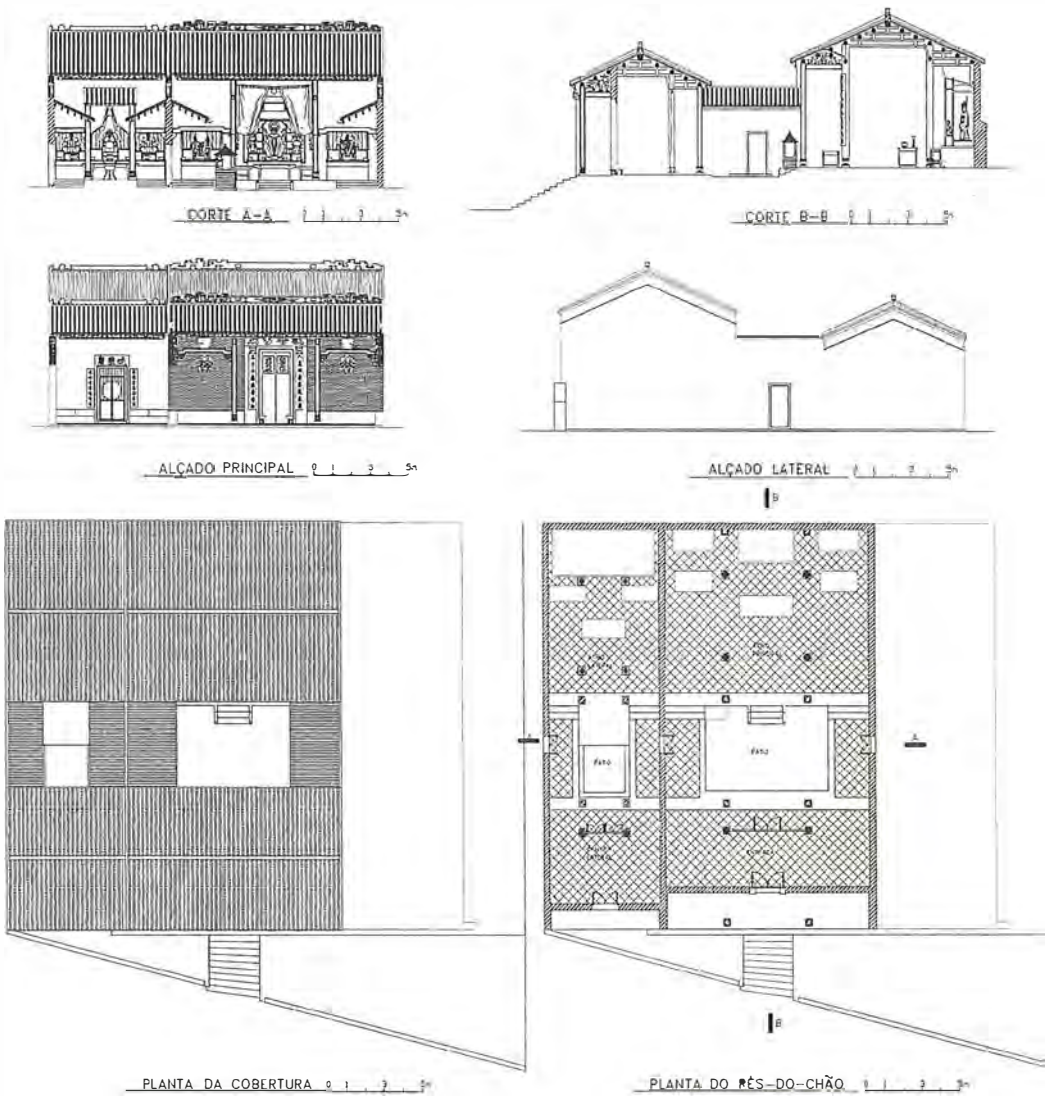
Um arquitecto nacionalista chinês da Formosa, que conheci num congresso em Cantão sobre habitações de arquitectura vernacular chinesa, a propósito de Macau, disse-me em tom de simpática brincadeira que os chineses consideravam o território como uma borbulha no traseiro da China que por vezes tiveram que coçar, quando incomodava. Respondi-lhe que a borbulha infectou.

Antes da chegada dos portugueses

POUCO SE SABE ACERCA DA PENÍNSULA DE MACAU antes do século XVI. Sabe-se que existiam três aldeias de pescadores, Mong-Há, Patane e Barra, habitadas por gente oriunda da província de Fuquiem.

No local onde actualmente se implanta o Templo da Barra, junto a uma das primitivas aldeias, existia já um templo dedicado à Deusa Taoista Tin Hau ou À Má, ou ainda Ma Tchu, oriunda de Fuquiem e venerada originalmente por gente que de qualquer modo estivesse ligada ao mar. Posteriormente, tornou-se uma das mais populares venerações em toda a China.

Conta a lenda que uma donzela de Fuquiem, pretendendo vir para Macau, pediu a diversos

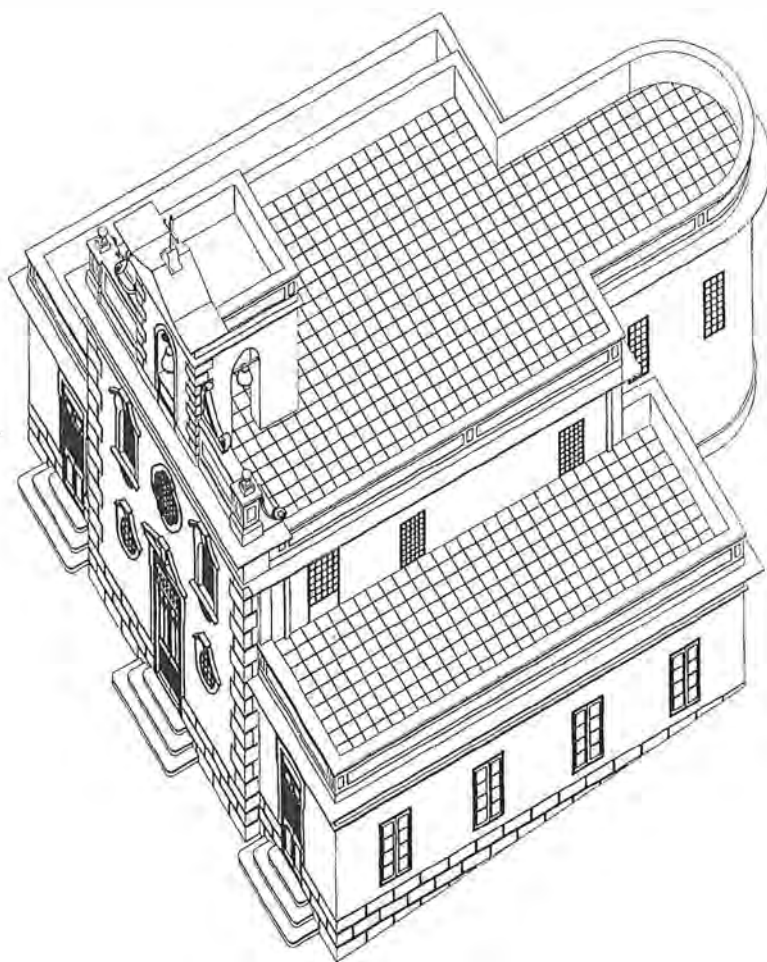




ALÇADO PRINCIPAL

0 1 3 5m

Alçado principal da Igreja de S. Francisco Xavier,
em Coloane.



Fachada da Igreja de S. Francisco Xavier.
Fotografia de Jean Doat.



mareantes que a trouxessem nos seus juncos. Todos recusaram, à excepção de um dos mais humildes, que se prontificou a trazê-la, sem benefício próprio.

Antes de chagar a Macau, levantou-se no mar grande tempestade. A donzela de Fuquiem tomou então o comando da embarcação, dominando os elementos em fúria.

Todas as outras embarcações foram engolidas pelo mar em fúria, exceptuando-se aquela que a transportava, e que ela pilotava, e que mercê disso chegou a salvo e a bom porto, na península de Macau.

Ao chegar a terra, a donzela desembarcou e, subindo a colina que se encontrava defronte do local de desembarque, desapareceu no meio do arvoredo.

Assistindo ao milagre de transportar a salvo a tripulação do barco e ao seu desaparecimento na colina que havia subido, logo reconheceram a acção da milagrosa e santa Concubina Celestial, a Deusa Tin Hau ou À Má.

Apressaram-se então a construir um templo em sua honra, eventualmente no século XV da Dinastia Ming. Segundo uma inscrição existente na face interior da soleira da porta, que P. Manuel

Teixeira refere, teria sido construído «na dinastia Ming (1366-1644), no reinado de Mán Leck (1573-1619) no ano Ut Chi (1605), 33º ano de Man Leck. Foi reconstruído na dinastia Ming no reinado de Song Ch'ing (1628-1644), no ano K'ei Chi (1629), 2º ano do reinado de Song»¹.

No entanto, e segundo o mesmo autor, a sua origem é anterior, uma vez que Mateus Ricci, que chega a Macau em 1582, já refere a sua existência.

Trata-se de um dos mais belos templos do território, muito ampliado ao longo dos tempos e profusamente representado por artistas do século XIX, que o visitaram e se renderam à beleza romântica do seu enquadramento, de diversos pavilhões pela colina acima, ensombrados de magníficos bambus e banianas, ou árvores do pagode.

Na outra aldeia de Mong-Há, existe outro templo dedicado à deusa budista Kun Iam, que segundo a tradição popular terá também sido erigido antes da chegada dos portugueses a Macau «sobre três tijolos que abrigavam primeiro uma imagem da Pou Sat toda Misericordiosa, a que ouve as nossas preces – Kun Iam, a Nossa Senhora dos chineses budistas». Segundo essa lenda popular, «esta imagem foi encontrada a boiar nas águas do rio nos fins da dinastia Song ou nos fins da dinastia Un por crianças que guardavam cabras, perto do local onde hoje se ergue o Lin Fong Miu»².

Este templo, quase contemporâneo à chegada dos portugueses, é o Kun Iam Tchai, ou Pequeno, junto ao outro, também de Kun Iam, o Grande, mas construído mais tarde.

São dos mais interessantes templos chineses de Macau, só rivalizados pelo de Lin Fong Miu, junto à Porta do Cerco, do outro lado da Colina de Mong Há, mas construído este, muito provavelmente, na segunda metade do século XVIII.

Um terceiro templo, o de Macau Seac, e dedicado a Tin Hau, também teria sido construído antes da chegada dos portugueses a

Macau. Tal presunção não tem rigor histórico e há autores que advogam o contrário. Localiza-se no sopé Nordeste da colina de D. Maria II, antigamente junto ao mar, mas agora afastado dele pelos aterros recentes dos princípios do século XX.

Os primeiros 150 anos A formação da cidade na prosperidade

Depois de muitas tentativas goradas dos portugueses em estabelecer um interposto comercial fixo na China, é finalmente «consentido o estabelecimento dos portugueses em Macau» em 1557, data tida como oficiosa, ano em são derrotados os piratas do Rio das Pérolas, com o auxílio dos portugueses³.

Muito embora a tão apregoada questão da cedência de Macau aos portugueses, em virtude do seu auxílio na luta contra os piratas que infestavam os mares do Sul da China, seja controversa entre historiadores, o certo é que os portugueses, destros em guerra de mar, auxiliaram por diversas vezes o Celeste Império na luta contra a pirataria que tradicionalmente infestava os seus mares, mesmo durante os séculos XIX e XX. Por exemplo, em 1809, o vice-rei de Cantão pede auxílio a Macau para combater o pirata Cam Pau Sai, ao que o Capitão de Artilharia José Alcoforado de Azevedo acede, a expensas do Leal Senado, sem qualquer ajuda dos chineses, obtendo retumbante vitória⁴. Já no século XX, em Julho de 1910, as lanchas-canhoneiras «Macau» e «Pátria» juntam esforços e erradicam os piratas que ocupavam a ilha de Coloane, libertando-a do seu jugo, para gáudio da população da ilha⁵. O monumento erigido em frente à igreja de S. Francisco Xavier, classificado como Monumento, assinala o acontecimento.

Mas a razão da nossa fundação de Macau e de tão longa permanência nesse território deve-se à inteligente capacidade de compreensão,

tanto dos portugueses como dos chineses, em tirar proveito de tão ousada associação.

A convergência de interesses, que os portugueses logo viram, fê-los insinuarem-se, pela negociação, junto do Celeste Império, ajudados pelos jesuítas, que na corte em Pequim gozavam de grande prestígio em face da altíssima craveira intelectual e científica dos padres da Companhia de Jesus e que tão bem foram os embaixadores da causa sua e nossa, junto do Imperador. Com efeito, os portugueses compreenderam logo que a sábia conjugação de interesses convergentes poderia beneficiar a todos, o que aconteceu.

Aproveita a China, usando o tradicional porto de mar cosmopolita de Cantão (fechado por Decreto Imperial ao comércio externo, em 1522), exportando os bens produzidos no seu Interior e importando o que necessita, através do contrabando com o Japão, feito por portugueses, não sem a «vista grossa» do Imperador, que também disso aproveitava.

Aproveitam os portugueses que estabelecem a carreira comercial regular entre Macau e o Japão, de que mantêm o monopólio por cerca de 130 anos, desde a data da chegada de Jorge Álvares à China, em 1513, até à queda de Malaca nas mãos dos holandeses, em 1641.

Aproveitam os jesuítas e as outras ordens religiosas, que logo se instalam em Macau, no sonho da evangelização da China e do Japão, contribuindo assim, em especial os jesuítas, para as primeiras grandes alterações das mentalidades da China, abrindo caminho para a sua progressiva ocidentalização, o que aconteceu e teve por base permanente, Macau.

O conjunto da Igreja da Assunção de Nossa Senhora do Colégio da Madre de Deus, de que só resta a magnífica fachada, vulgarmente conhecida por Ruínas de S. Paulo, os vestígios arqueológicos da igreja e de parte da residência e colégio anexos e ainda a Fortaleza do Monte, construída pelos jesuítas de Macau, são o centro irra-

diador da contínua evangelização da China e sua progressiva ocidentalização.

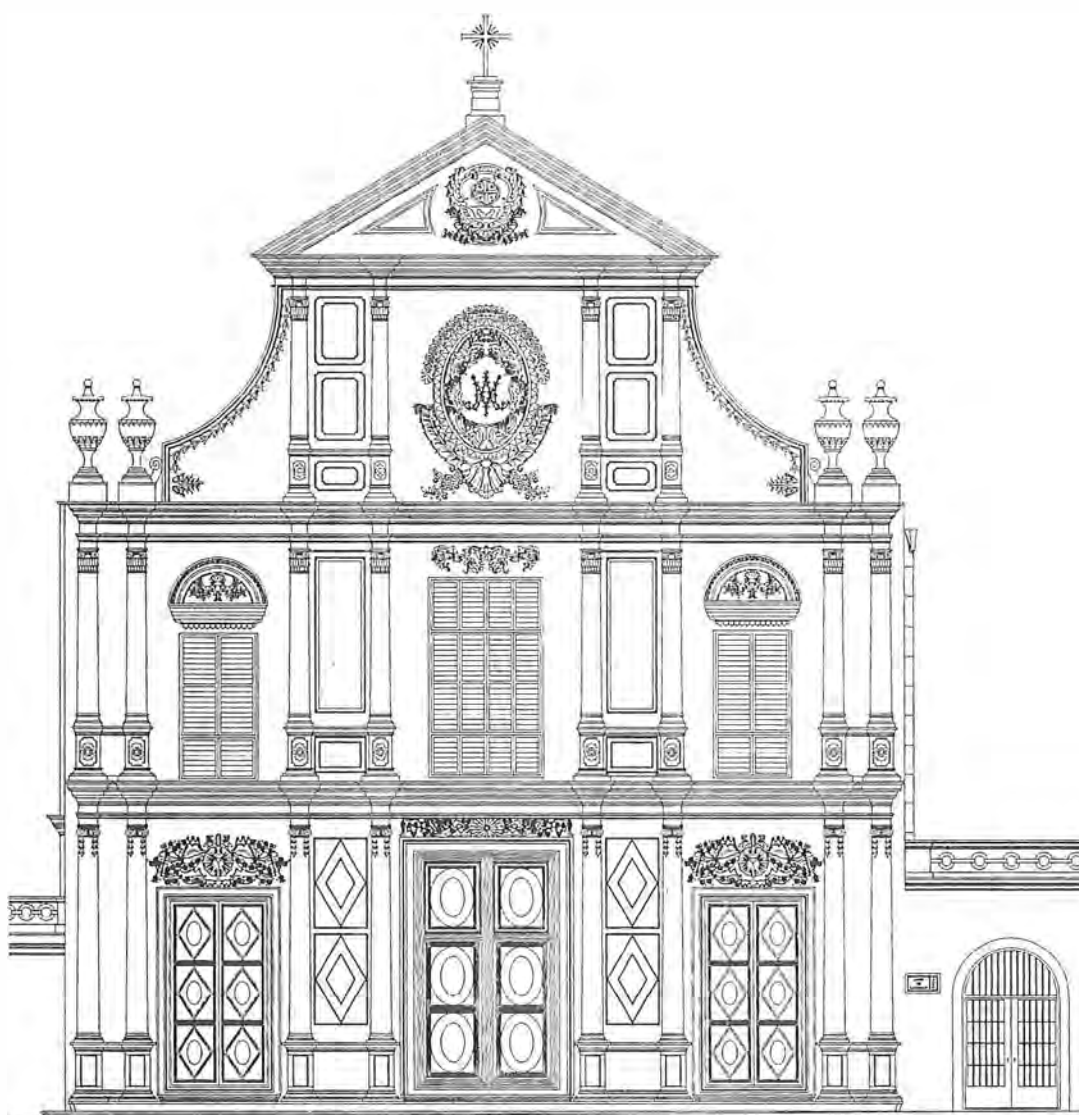
Com efeito, Macau representa na história da China e do mundo, um ponto de constante influência das mentalidades, abrindo-as para a cultura ocidental, com particular e natural relevo, a cultura portuguesa, que se apresenta como o estandarte da cultura romana europeia.

Nesse local, e para assinalar a sua importância histórica e cultural, com as consequências universais que todo o espaço oriental do globo hoje representa, foi criado um museu do sítio, após aturada investigação arqueológica, que puseram a descoberto as fundações da igreja destruída pelo fatídico incêndio de 1835.

Hoje, os habitantes de Macau e outros visitantes podem visitar o local, que não é mais somente uma magnífica fachada em granito, mas sim um templo que se estende por detrás dessa fachada, e onde poderão compreender factos importantes da história da humanidade e do papel essencial que Macau desempenhou nesses acontecimentos que mudaram o rumo da história. Por seu lado, a Fortaleza do Monte, sobranceira à cidade, é ponto de visita obrigatória, não só pela panorâmica que daí ainda se disfruta, como também, sendo a fortaleza mais importante de Macau, por ajudar a compreender o importante papel que a linha defensiva da cidade desempenhou, na sua resistência aos ataques dos holandeses, derrotados a 24 de Junho de 1622, por tiro de bombarda certo, que o Padre Rho, jesuíta astrónomo vindo de Pequim⁶, disparou do baluarte nordeste, na direcção das tropas estrangeiras desembarcadas, que passavam a planície fora dos muros da cidade, na Estrada da Vitória, em local onde hoje se encontra o monumento comemorativo dessa vitória, no jardim com o mesmo nome e classificado como Sítio.

É durante o século XVII que a linha defensiva de Macau é construída, com a relutância dos

Alçado principal da Igreja do Convento de S. Domingos.



Fachada da igreja barroca de S. Domingos.
Fotografia de Jean Doat.

Chineses, que a viam com suspeita, e que, por diversas vezes, mandaram destruir, com medo que fosse construída no intuito de virem a constituir pontos de conflito e de incursões no seu território. O episódio do ataque dos holandeses

e as inúmeras negociações e peitas dadas aos mandarins demoveram a resistência chinesa, que sem argumentos aceitou o inevitável, com medo de outras tentativas de invasão por parte de outras potências estrangeiras.

A cidade, que se estendia entre a Colina da Penha de França, com seu forte, hoje desaparecido, e o Monte, constrói-se muito rapidamente nas primeiras décadas do estabelecimento de Macau, durante a segunda metade do século XVI. Nos princípios do século XVII, já a cidade tem a forma que mantém nos primeiros 300 anos de existência, confinada entre as duas colinas, o Porto Exterior e o Porto Interior.

É do século XVI, a fundação das Igrejas Paroquiais de Sto. António, eventualmente a primeira a ser fundada, provavelmente de 1557, pois já havia menção dela em 1562⁷, ainda de arquitectura rudimentar e perecível, de madeira e palha, como o eram todas as construções de Macau no princípio, seguindo-se-lhe a de S. Lázaro, cerca de 1557 também⁸, a de S. Lourenço em 1558⁹ e a Sé (noutro local que não o actual e permanecendo em mistério qual terá sido a primeira Sé duma diocese fundada em 1576 pelo Papa Gregório XIII, por bula *Super Specula Militantis Ecclesia*)¹⁰. À excepção da Sé, a construção das primeiras três paroquiais é feita durante os três primeiros anos da fundação de Macau.

A fundação dos conventos datam de 1586 o de Sto. Agostinho, de 1587-1588 o de S. Domingos, entre 1593 (data da mudança dos jesuítas das instalações precárias junto à então Ermida de Sto. António, para a actual posição junto ao Monte) e 1602-ca.1638 (período da construção da fachada e escadaria de S. Paulo) a monumental Igreja da Assunção de Nossa Senhora do Colégio da Madre de Deus, de 1633 o de S. Francisco e de 1634 o do Convento de Sta. Clara.

A cidade é fortificada nos princípios do século XVII, com a construção das fortalezas do Monte, sobranceira à cidade e que cruza fogo



com a da Guia, a de S. Tiago da Barra que controla a entrada do Porto Interior, e a linha de defesa de costa com a Fortaleza de S. Francisco, o Fortim de S. Pedro (a meio da Praia Grande e hoje desaparecido) e o Baluarte de Nossa Senhora do Bom Parto, de onde subia um muro fortificado para a fortaleza da Penha de França (também desaparecida). Há referências históricas a um outro fortim da Palanchica (também desaparecido) que se implantava sobranceiro ao Porto Interior, defendendo a Praia Pequena, junto à primitiva Ermida de Sto. António, para os lados da Gruta de Camões.

Os outros fortes de Mong-Há, D. Maria II e Taipa, são já do século XIX e têm uma função diferente dos primitivos.

A cidade cresce depressa devido ao lucrativo comércio com o Japão e é descrita na época como rivalizando com Goa.

Estrutura-se ao longo da espinha dorsal constituída pela Rua Direita (antigo nome dado ao Largo do Leal Senado) e que actualmente é constituída pelo conjunto de ruas da Barra, do Padre António, S. Lourenço, Central, Sé e Ruas da Palha e S. Paulo, até a este importante monumento. Assim se ligava, e liga, o Templo da Barra ao conjunto de S. Paulo e do Monte, estruturando as duas cidades, Cristã e China, a primeira residencial e voltada para o Porto Exterior e a segunda – o Bazar comercial e residencial, habitado pela laboriosa população chinesa de Macau – voltada para o bulício do Porto Interior.

Os 200 anos que se seguem A resistência na adversidade

Durante os 200 anos de declínio, estagnação e agonia, que se seguem aos primeiros 100 anos de crescimento e apogeu, a cidade arruina-se lentamente.

Com a queda de Malaca na mão dos holandeses em 1641, começa o longo e agonizante declínio de Macau, que tem de se recorrer de

inúmeros expedientes e tentativas de comércio alternativo para sobreviver aos revezes da fortuna.

Neste período, a cidade vai sendo desertada pela maior parte dos seus habitantes masculinos, que dela saem à procura de melhores condições de vida.

Ficam abandonadas à miséria e sujeitas à caridade, mulheres e filhos desvalidos.

O estado de decadência financeira e moral é tão grande que o território é descrito com severidade pelo Padre Arrábido José de Jesus Maria, aquando da sua estada em Macau de 1742 a 1745: *«Sensível hé com o maior excesso ver o miseravel estado em que pellas rezoens ditas se acha Macao no prezente tempo pello seu grande desgoverno, e falta de attenção ao bem comum; pois não so padece o povo pelo mao governo nos que tão mal o governa, mas pello excessos dos chinasa que está subordinado e tão sogeito que em havendo qualquer accidente, ou opposição as suas rezolluçoens, determinão os Mandarins se fexem boticas (isto he todas as loges em que se vende o comestivel), e tambem a porta do Cerco por donde os generos entrão, deixando a Macao em cerco, athé que a fome os precisa á satizfação dos seus deizignios; e sobre as gentes e costumes No governo politico, e do economico, na qualidade, civilidade, costumes, aççoens, tratamento, e genio das gentes de Macao me resolvo a não dizer o que no presente tempo se observa, por vergonha minha, e credito da Nação; porque havendo nesta cidade algumas pessoas (mas poucas) que cuidão da sua reputação, com honra, verdade e brio, pellas mais se acha todo Macau inficionado, sendo sem conto os enredos, falçidades, testemunhos, odios, vinganças; e o peor hé que arguindo alguns, me responderão que ninguem podia viver em Macao sem mintiras, enganos, trapaças e carambolas. Não fallo nos vícios a que se inclinão, em os quais dos portos estrangeiros a donde vão, vem mestres jubiládos; não fallo por pejo na pessima satisfação que mui-*

tos dão dos dinheiros que aqui para as suas negociações pedem a risco, porque as comunidades Religiosas, a Santa Caza da Misericórdia, o R. Cabbido, as Irmandades, e Confrarias das igrejas que tinham avultados fundos para a sua subsistência, estas e muitas pessoas particulares, he que podem responder pello que sentem, vendo os seus cofres espoliados sem restituição alguma, e Macao, por justo castigo de Deos posto em deploravel estado»¹¹.

A cidade sofre com isso. Nada se constrói de novo. À decadência, segue-se a ruína dos seus edifícios, conforme descreve também o Frade Arrábido: «Não ha nesta cidade pessoa alguma morada de cazas que aluga, e os mais dos alugadores as não pagão por não ter com que ao tempo que se lhe pede, do que rezulta não ter seu dono lucro nellas, sim so despeza nos concertos; muitos as tem deixado cahir, e bairros quasi interiors se acham arruinados; porque como os home[n]s não tem outra vida mais que a navegação, e por desprezo ocupar-se na terra em algum officio, sendo tanta a sua prezunção, que desconhecidos de si mesmos arrebetão de fidalgos, se por tempos escapão de morrer em os naufragios, gastão pellos portos estrangeiros a donde vão, em varios vicios o dinheiro allheio, e por lá se deixão, ficar muitos, deixando também nesta cidade suas molheres e filhos, ou expostas ás misérias a que talvez a grande necessidade as preciza, ou morrendo muitas ao desamparo»¹².

Abandonado à miséria, e às intempéries, o imponente património construído durante o século XVII arruina-se e muito dele desaparece para sempre. Outro, sofre renovações tardias que lhes alteram a configuração original, como é o caso da maior parte das igrejas, que chegam aos nossos dias com a linguagem ornamental do século XIX.

Os templos chineses continuam a sofrer as habituais obras de renovação que constituem o procedimento tradicional dos orientais face à

arquitectura e como esta comunidade sofre menos os revezes da fortuna, alguns templos são construídos durante o século XVIII, como por exemplo o do Patane.

As fortalezas vão-se aguentando, pela sua solidez e utilidade. Mas também estas muito deterioradas, conforme testemunhado por diversos relatórios de vistorias feitas durante os séculos XVIII e XIX.

Uma luz ao fundo do túnel As duas metades do século XIX

Com a vinda de outras potências estrangeiras e o estabelecimento em Cantão das feitorias, começa Macau a conhecer um ténue crescimento que se vai acentuando à medida que se aproxima a Guerra do Ópio.

Com efeito, estes estrangeiros trazem um dinamismo que desperta a letargia dos macaenses.

Ao princípio, timidamente. Mas com o andar dos tempos, novas perspectivas se abrem nos comércios clandestinos, de que Macau sempre viveu desde o início.

Mas as alternativas comerciais passam do comércio clandestino das inofensivas especiarias, da prata, das sedas e do sândalo, para o comércio do perigoso ópio, que os ingleses implementam em grande escala, acobertados pelo *Select Committee* da Companhia Inglesa das Índias Orientais, que havia tomado de renda a Casa do Jardim da Gruta de Camões, construída provavelmente pelo primeiro proprietário que se lhe conhece, o Conselheiro Manoel Pereira, em 1770, «Fidalgo Cavaleiro da Casa Real do Conselho de Sua Magestade, Conselheiro da Fazenda, Comendador das Ordens de Cristo e da Senhora da Conceição de Vila Viçosa, um dos fundadores da Casa de Seguros de Macau e seu Vice-presidente e Tesoureiro»¹³.

Macau conhece assim um certo incremento e novas fortunas se fazem à sombra do estupefaciente.

O Bazar Chinês amplia-se. Constrói-se a Casa do Ópio e a nova frente do Porto Interior, já no terceiro quartel do século XIX, com a peculiar e característica arquitectura de Macau. Vão-se continuando os aterros da Praia Pequena e da Praia do Manduco, no Porto Interior (já iniciados no século XVIII) para fazer face às necessidades de crescimento da laboriosa população chinesa que enriquece também à sombra do ópio.

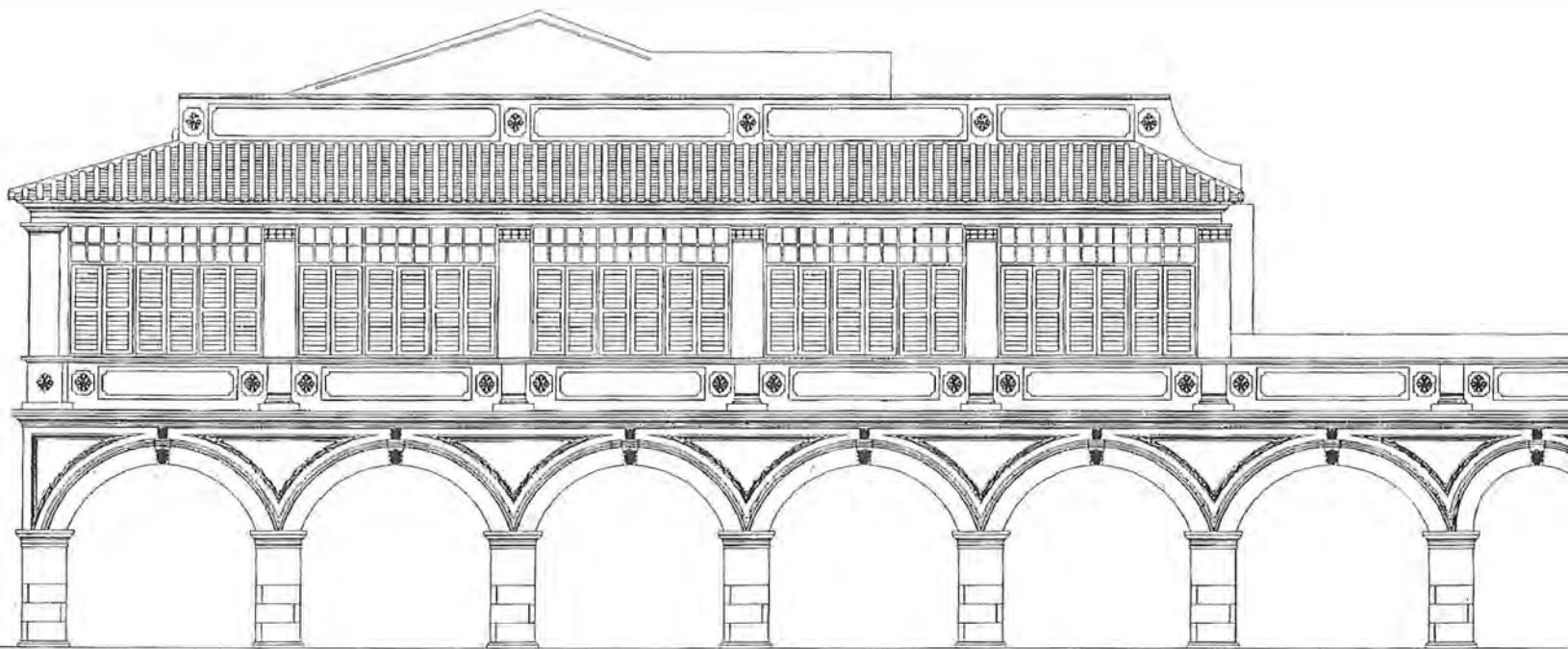
Constrói-se a Rua da Felicidade, para além da Travessa do Aterro Novo. A Rua 5 de Outubro será a linha de costa mais avançada sobre a Praia Pequena que vai desaparecendo.

Muitos templos chineses são construídos durante este período, como é, por exemplo, o caso dos templos do Bazar e de Lin Kai.

Com a Guerra do Ópio e o advento de Hong Kong em 1842, torna Macau a regredir deste fogacho comercial. Contudo, pelas circunstâncias políticas que se seguem, reitera-se então a soberania portuguesa no território pelo poder de Ferreira do Amaral, iniciando-se a expansão da cidade para fora dos muros que a espartilhavam desde a sua fundação.

São agora os portugueses, na segunda metade do século XIX, a construir a Porta do Cerco e as fortalezas de Mong Há e de D. Maria II, desta feita

Alçado lateral da Casa do Ópio.



para se defenderem de eventuais ataques vindos do continente chinês, após o trágico assassinato de Ferreira do Amaral.

Constrói-se a Bateria 1º de Dezembro, junto à Fortaleza de S. Francisco, e ainda o Grémio Militar, hoje Clube Militar. São também deste período as primeiras grandes intervenções paisagísticas. Constrói-se o Passeio Público, junto à Fortaleza de S. Francisco, e a Alameda Vasco da Gama, entre o actual jardim com esse nome e o jardim da Vitória. Começa-se o grande projecto de arborização de Macau e o alindamento e reforço da muralha de protecção da Praia Grande contra as investidas do mar em fúria, aquando das frequentes tempestades tropicais. São também deste período a construção do Palácio da Praia Grande (em 1849¹⁴) – projectado pelo macaense Tomás de Aquino para residência do Barão do Cercal, mais tarde Visconde, actualmente a sede do Governo – e do Teatro D. Pedro V (em 1857), cuja construção se deve ao empenho de um grupo de cidadãos importantes de Macau da época, e cujo projecto se deve ao risco do macaense Pedro Germano Marques, que curiosamente o próprio Barão do Cercal melhora, projectando-lhe mais tarde a nova fachada construída em 1873.

Com a fundação de Hong Kong, cujo progresso económico lembra o de Macau nos seus primeiros 100 anos de existência, passa o território a seguir as flutuações desta importante colónia britânica.

Com a reconfirmação da soberania portuguesa, os solavancos da história, a neutralidade de Portugal durante a Segunda Grande Guerra, conhece o território episódios diversos que são ilustrados por construções importantes que lhe vão alterando a fisionomia progressivamente.

Entre 1911 e ca. 1920, abre-se a Avenida Almeida Ribeiro, obra que liga definitivamente as duas cidades, china e cristã, numa atitude de

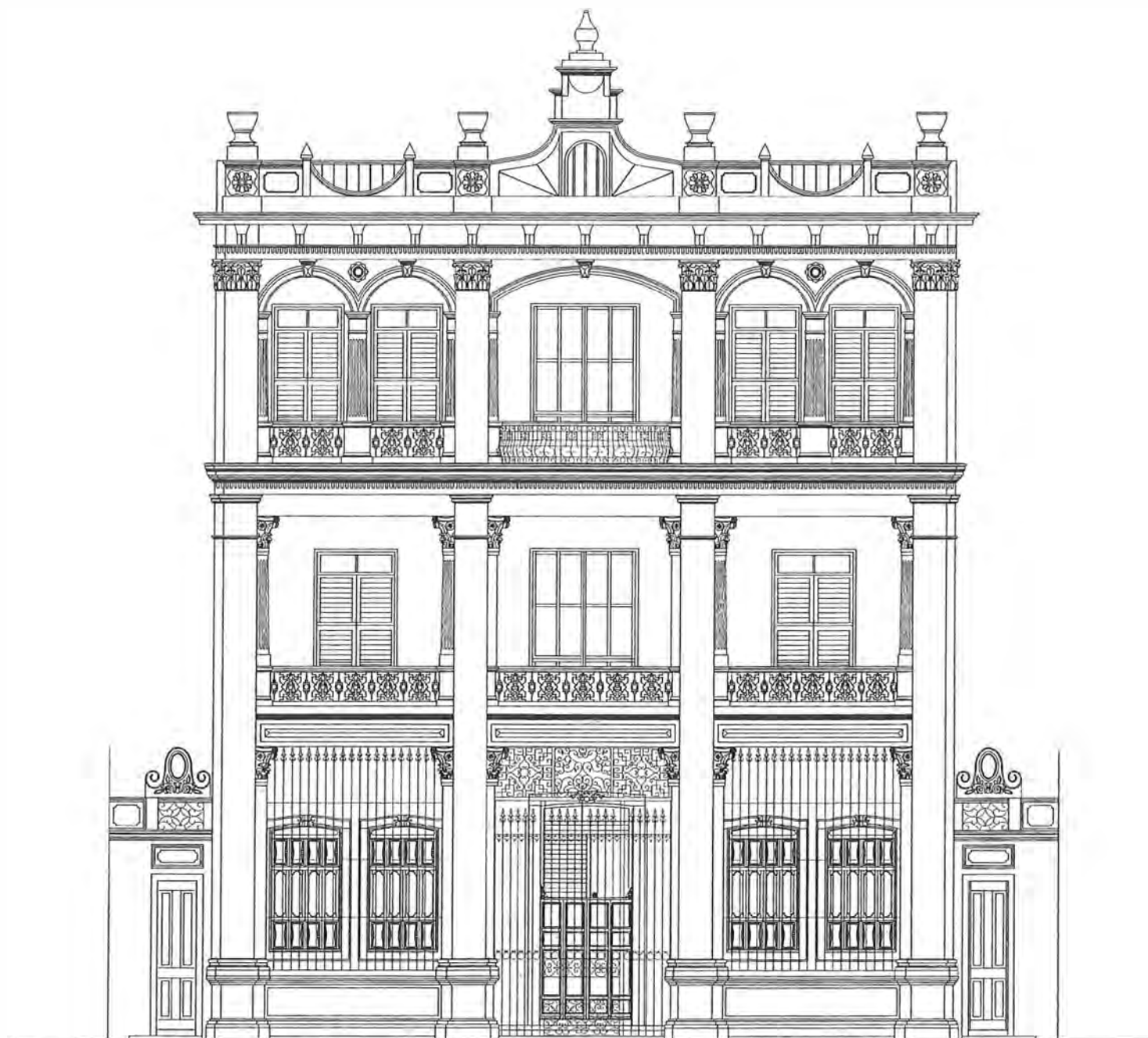
grande significado político e social, só possível pela consolidação da soberania e o reforço do poder do Governador sobre o do Senado. Estende-se definitivamente a cidade para fora da muralha, nos terrenos pantanosos que são drenados para o efeito. Inicia-se a construção do Bairro de S. Lázaro que obedece a um traçado rectilíneo regular.

Os Novos Aterros do Porto Exterior são da primeira metade do século XX e começa-se a fechar a Baía da Praia Grande. Dá-se lugar, depois da guerra, à construção do Tribunal, no ano de 1946¹⁵.

Durante o governo de Nobre de Carvalho, constrói-se a Ponte Macau Taipa, que ostenta o seu nome, ligando a península às ilhas, já ligadas entre si pelo istmo, e mais recentemente, nas últimas três décadas, conhece Macau os efeitos do *boom* económico de Hong Kong, sofrendo grandes transformações pelas mãos da especulação imobiliária e da concessão de terrenos, que depois do jogo constituiu a segunda grande fonte de rendimento para a Administração do território.

Com a política de aterros, unem-se a Taipa Grande e a Taipa Pequena, na grande urbanização da Baixa da Taipa. Desaparece definitivamente a Baía da Praia Grande, cujas casas apalaçadas começaram a ser sucessivamente demolidas nos anos 70. Em face disso, é dessa época (1976) a primeira grande legislação de protecção do património, que veio a ser posteriormente ajustada em 1986 e 1992, ano em que se dá grande incremento à maciça acção de restauro da maioria dos Monumentos, Conjuntos e Sítios classificados de Macau.

Em texto que escrevi para o catálogo da exposição «Na Afirmação de uma Identidade», que o Instituto Cultural de Macau organizou para assinalar os 15 anos da sua existência activa como guardião dum passado e singularidade



cultural, e promotor de novas expressões que evidenciam essa singularidade, referi que a «A importância da afirmação de qualquer identidade, reside no facto de alertar a população para o que de qualquer forma a identifica das demais, sublinhando as diferenças e o que constitui característica única no contexto das regiões mais vastas em que estas populações se inserem.

Se em todo o mundo, cada vez mais reduzido e com tendência para se uniformizar; estas questões são, por isso mesmo, de vital importância, em Macau, território tão pequeno da vastíssima região do Sudeste Asiático, esta afirmação da sua identidade assume-se com maior acuidade ainda, em face do momento histórico que atravessa e da característica de que sempre se revestiu, como ponto de passagem e de curta permanência, dum largo e significativo estrato da sua população.

A arquitectura, o urbanismo e o paisagismo, de entre outras áreas das manifestações culturais de um povo, são, pela natureza intrínseca da sua escala, documentos evidentes duma identidade que permanece, perante a qual o cidadão, ou o visitante, se interroga sobre a história desse local, da cultura que lhe é inerente e das razões que estão na origem das diferenças que interessa manter.

Mais do que qualquer outra disposição escrita, ou acordo firmado em documento oficial, a alma de um povo, consciente da sua identidade, reclamará sempre aquilo a que se julga de direito em defesa da manutenção dum estilo de vida.

Assim, a afirmação de uma identidade, em qualquer povo, virá sublinhar de forma evidente, uma maneira muito própria de estar na vida, que importa respeitar».

Com efeito, para além do romântico gosto pelo passado e persistência das suas memórias, a razão mais prática que move os intervenientes nas decisões de salvaguarda dos chamados valores culturais do passado é de natureza política.

Desta forma se evidenciam características, que a manter-se, indiciam a vontade política de uma evolução harmoniosa e sem sobressaltos, ou seja, a criação de novos valores que assentam numa sedimentação consolidada e compreendida, por vezes com o contributo enriquecedor de influências estranhas, mas que somadas às autóctones, ilustram uma identidade evolutiva, não divorciada do passado e que individualiza uma região, um país, um povo.

O património de um povo é o espelho da sua história, o testemunho evidente da sua evolução e identidade, que analisado no seu conjunto, tornará compreensível ao cidadão ou visitante, o percurso por que passou a história dessa comunidade, como uma sucessão de fotografias num álbum de família.

¹ Manuel Teixeira, *Pagodes de Macau*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982, p. 47.

² Ana Maria Amaro, «O Espírito Protector da Cidade», *Revista Macau*, II Série, n.º 16, pp. 95-97.

³ Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau*, vol. 1, Macau, D.S.E., 1992, p. 43.

⁴ *Idem*, vol. 3, p. 25.

⁵ *Idem*, vol. 4, pp. 59-60.

⁶ Montalto de Jesus, *Macau Histórico*, Macau, Livros do Oriente, 1990, p. 81.

⁷ Beatriz Basto da Silva, *op. cit.*, vol. 1, p. 44.

⁸ Padre Montanha, «Apparatos para a História do Bispado de Macau», citado por Videira Pires S.J. in *O IV Centenário dos Jesuítas em Macau*.

⁹ José de Jesus Maria, *Asia Sínica e Japónica*, edição facsimilada por Charles Boxer, volume ICM e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1988, p. 126. A nota (d) deste excerto é do próprio frade que obtém a informação dos «Memor. da Comp. na Procuratura da Prov. do Japão no Colleg. de Macao – P. Sousa Or. conq.»

¹⁰ Beatriz Basto da Silva, *op. cit.*, vol. 1, p. 53.

¹¹ José de Jesus Maria, *op. cit.*, p. 234.

¹² *Idem*, p. 231.

¹³ Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, volume I, Macau, Imprensa Nacional, 1979, p. 220.

¹⁴ Manuel Teixeira, *Residência dos Governadores de Macau*, Macau, Direcção dos Serviços de Turismo e Comunicação Social, p. 18.

¹⁵ Sérgio Infante, Rogério Beltrão Coelho, Paula Alves e Cecília Jorge, *Cem Anos que Mudaram Macau*, Macau, Governo de Macau, 1995, p. 111.

Percursos e trajectórias de uma História A Música em Macau na Transição de Poderes

G a b r i e l B a g u e t J r .

MÁRIO VIERA DE CARVALHO, NO PREFÁCIO DO LIVRO *A Invenção dos Sons* da autoria de Sérgio Azevedo, refere que o «campo musical é um campo particularmente heterogéneo de intersecção, confrontação e diferenciação de sistemas sociocomunicativos, ideologias e técnicas. A mediatização da cultura e a globalização, se, por um lado, tendem a homogeneizar e massificar atitudes, motivações, modelos e estilos de vida, promovem, por outro lado, o encontro mais ou menos conflitual entre as mais diversas práticas ou tradições. A música, é cada vez mais, em todo o mundo, uma pluralidade de experiências que se oferece ao receptor e que não pode deixar de influenciar quem faz ou produz, por mais radicado que esteja num grupo étnico ou numa qualquer tradição sociocultural».

Avancei assim para a investigação: descobrir pessoas, consultar bibliografia e documentos que me permitissem traçar o desenho deste texto. Ao mesmo tempo, ouvi entendidos na matéria sobre o que se fez e produziu musicalmente em Macau e o que Portugal transportou para o seu património cultural e vivencial em terras orientais.

Num artigo de opinião publicado na *Revista de Cultura* do Instituto de Cultura de Macau, Manuel Carlos de Brito escreveu um artigo sobre a «Influência Portuguesa na Música da Ásia», referindo que a mesma «tem merecido pouca atenção por parte dos nossos investigadores», acrescentando que existem «razões objectivas para isso», dado «o desenvolvimento relativamente reduzido da nossa musicologia histórica, que se encontra ainda hoje a braços com a tarefa do levantamento fundamental da nossa história musical metropolitana».

Nesta incursão pela música da Expansão Portuguesa, Manuel Carlos de Brito refere ainda que «passar brevemente em revista os diferentes papéis que a música assume na história das nossas descobertas mostra não só a curiosidade com

que os nossos navegadores, missionários e aventureiros observaram e relataram pela primeira vez a música de outros povos, como o modo como eles levaram a música europeia para distantes paragens e também a possível influência que a música dessas paragens poderá ter tido na nossa própria música». De facto, do cruzamento de várias culturas encontram-se, neste domínio específico da música, correntes e influências de várias origens. Por um lado, este fenómeno origina em muitas situações a emergência de novos estilos musicais; por outro, a música local evolui em paralelo com as sonoridades produzidas a partir de quem encontra uma determinada identidade.

Voltando ao tema do seu artigo, constata-se que Manuel Carlos de Brito faz várias incursões. Reportando-se a instrumentos musicais africanos afirma que *«é notável a curiosidade que alguns viajantes portugueses revelam pela música e instrumentos musicais não europeus que encontraram»* referindo, por exemplo, que o *«comerciante Duarte Lopes, que embarcou para o Congo em 1578, deixou-nos uma interessante descrição do alaúde ou pluriarco congolês e do modo como era tocado. Uma salva de prata da segunda metade do século XVI que se conserva no Palácio da Ajuda, em Lisboa, ostenta as armas de Portugal ao centro e na sua cercadura a representação de um cortejo talvez de um dignitário do reino do Congo, em que surgem dois tocadores de pluriarco e três tocadores de xilofone»*.

Esta referência de Manuel Carlos de Brito reporta-nos para um passado não desligado da História e da presença portuguesa no Oriente, mas também para as influências que a própria cultura portuguesa sofreu por via do contacto directo com outras identidades culturais locais em vários cantos do Mundo. Porque é a partir do século XVI que Portugal chega à Ásia, período coincidente com a presença de uma vasta comunidade africana dispersa geograficamente

por Portugal, que marcou e deixou traços evidentes de uma outra cultura, hoje expressos em muitos estudos e pesquisas de investigadores desta área. Deste modo, parece que Manuel Carlos de Brito, ao falar da influência portuguesa na música da Ásia, associou a corrente de culturas, mas também a caracterização dos vários instrumentos musicais africanos na época. Refere o autor que *«em carta aos irmãos e padres da Companhia de Jesus em Portugal, enviada de Goa em 1562, o padre André Fernandes faz uma descrição da música Tsonga, provavelmente da região de Inhambane, em Moçambique»* que incluía, segundo Manuel Carlos de Brito, *«a primeira notícia conhecida sobre xilofones africanos»*, referindo que os mesmos eram muito *«dados aos prazeres de cantar e tocar. Os seus instrumentos são umas cabaças ligadas com cordas e um bocado de madeira dobrado em arco, uma maiores, outras mais pequenas, na abertura das quais põem trombetas com cera de abelhas bravas para melhorar o tom e têm instrumentos típiques e baixos»*, salientado ainda a notícia que à noite iam *«fazer serenatas ao rei e a quem quer que lhes fez um presente e aquele que faz mais barulho é considerado o melhor músico. As suas canções são em geral de louvor àqueles para quem estão a cantar»*.

Nesta viagem pelas influências musicais, Manuel Carlos de Brito referiu que *«as descrições do xilofone e do quissange africanos feitas por frei João dos Santos no seu livro Etiópia Oriental, de 1609, pela sua minúcia e rigor, são ainda hoje frequentemente citadas na literatura da especialidade»*. O frade dominicano referia-se aos músicos que serviam o Quiteve, ou Rei de Sofala, em Moçambique, da seguinte maneira: *«quando este rei sai fora de casa, vai rodeado e cercado destes marombes, que lhe vão dizendo estes mesmos louvores, com grandíssimos gritos, ao som de alguns tambores pequenos e de ferros e chocalhos, que lhe ajudam a fazer maior estrondo e grita»*.

O autor do livro *Etiópia Oriental* (1609) salientava ainda que «*serve-se mais o Quiteve do outro género de cafres, grandes músicos e tamgedores que não tem outro officio mais que estarem assentados na primeira sala do rei e á porta da rua e ao redor das suas casas, tangendo muita diferença de instrumentos músicos e cantando a elles muita variedade de cantigas e prosas, em louvor do rei, com vozes mui altas e sonoras*».

Manuel Carlos de Brito vai mais longe, reportando um grande número de referências musicais que segundo este estudioso é possível descobrir na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto (publicada em 1614). Face «*à questão do grau de veracidade e rigor histórico do autor; que escrevia muitos anos após os acontecimentos, [e] é ainda hoje complexa e controversa*», considera Manuel Carlos de Brito que «*é ponto assente o facto de ele ter peregrinado longos anos pelo Oriente e de ter sido testemunha presencial de uma boa parte dos factos que narra. Por outro lado, a grande variedade e extensão das áreas geográficas a que se refere, e a extraordinária vivacidade e colorido literário das suas descrições, fazem com que a sua obra ocupe um lugar cimeiro em toda a literatura europeia de viagens*». E a demonstrar tal facto está a sua popularidade: o «*elevado número das suas traduções durante o século XVII: sete espanholas, quatro francesas, três inglesas, uma alemã e duas holandesas*».

Recorda Manuel Carlos de Brito que «*o que torna especialmente fascinantes as referências musicais é o modo como elas aparecem habitualmente integradas em quadros verdadeiramente cinematográficos, que na sua hiperbólica grandiosidade nos fazem por vezes lembrar as superproduções históricas de Hollywood*». Mas, se a *Peregrinação* é um «*extraordinário filme de aventuras*», também não deixa de ser «*um filme sonoro*». «*Ao lê-la [refere Manuel Carlos de Brito] ouvimos distintamente o estrépito e a música das batalhas, dos cercos, dos combates navais, dos*

cortejos profanos e religiosos, das cerimónias dos templos, mas ouvimos também a requintada e suave música de corte».

E nesta ponte com o passado e a relação com a música, Manuel Carlos de Brito salienta ainda que «*são muito frequentes as referências a instrumentos militares, misturados com os sons terríveis da guerra, como durante o combate com o corsário Coja Acém nos mares da China*». Citando Fernão Mendes Pinto, em a *Peregrinação*, «*ainda neste tempo a manhã não era bem clara e a revolta dos inimigos e nossa era tamanha, juntamente com o estrondo dos tambores, bacias e sinos e com as gritas e bardos de uns e outros, acompanhados de muitos pelouros de artilharia e arcabuzaria e na terra, o retumbar dos ecos pelas concavidades dos vales e outeiros, que as carnes tremiam de medo*». Num olhar sobre a música no Oriente, Manuel Carlos de Brito lembra que António de Gouveia descreveu – no seu livro *Relação em que se Tratam as Guerras e Grandes Vitórias* – como o Xá da Pérsia apreciava a música dos missionários portugueses, tendo ido «*ouvi-la no Natal de 1608, acompanhado da sua comitiva e como chegou mesmo a corrigir o harpista, que teve de confessar*».

Neste desafio da escrita das influências musicais portuguesas na Ásia não posso deixar de citar o último parágrafo de Manuel Carlos de Brito: «*não nos podemos de qualquer modo esquecer que ao nível da ideologia, a perspectiva democrática e igualitária das relações entre povos e culturas diferentes é um conceito moderno. Mesmo descontando necessariamente os condicionanismos históricos da época em que viviam, os Portugueses do tempo das Descobertas foram pioneiros de um tipo de relacionamento natural entre os povos, a ocidente e a oriente, de que encontramos também reflexos no capítulo das relações musicais*».

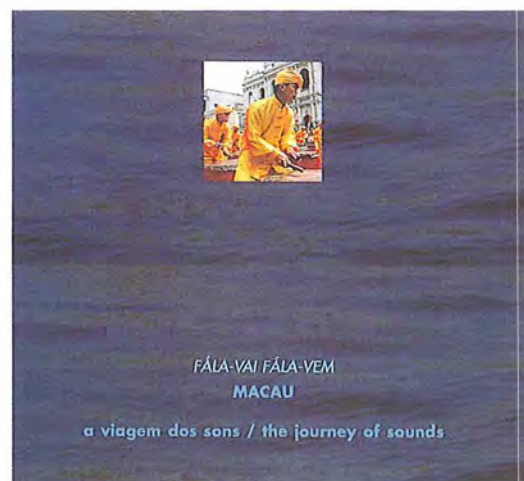
Macau não deixa de ser um capítulo na história das relações entre a Europa e Ásia, mas

também entre Portugal e a China. Dissociar este facto seria ignorar ciclos históricos, que dão continuidade aos sistemas político, económico e social e à identidade de Macau no futuro. Falar de música é falar de sonoridades, de estilos, de sentimentos, mas também é identificar itinerários construídos pelas pessoas. Dizia-me um colega, questionado sobre a definição de música, que «*a mesma é a definição dos sentimentos através dos sons*». Mas nada é linear nas definições que possamos encontrar. As viagens protagonizadas pelos portugueses, que a partir do século XVI se aventuraram na procura de outros mares e de outras terras, levaram e trouxeram marcas de som, de cor e de sabor, mas também «*ingredientes cujo papel de mediador afectivo em muito contribuiu para quebrar distâncias e revelar afinidades culturais*». Portugal deixa um legado cultural em Macau, mas transporta consigo heranças de convivialidade que se cruzam entre vários saberes. E num quadro de relações internacionais, Macau fixará certamente vínculos à lusofonia e à União Europeia, com quem subscreve um Tratado de Cooperação. E a globalização não é apenas política ou económica. A cultura é cada vez mais um factor de proximidade entre povos e singulariza aspec-

tos específicos de estar, mas, ao mesmo tempo, permite reencontros tão diversos quanto a música. Nada impede que um europeu goste de samba ou que um africano goste de Mozart. Como não se exclui a possibilidade de um asiático gostar de morna ou coladera. O exemplo e a experiência comprovam-no: Cesária Évora, numa digressão ao Japão, deixou os habitantes de Tóquio em completo estado de fascínio pela música da cantora caboverdiana. As distâncias geográficas não afastam sentimentos e emoções. Falar da transição de poderes em Macau é também descobrir a forma como a presença de Portugal em Macau – datada, segundo os historiadores, há mais de 400 anos – deixou tonalidades musicais de referência aos cidadãos macaenses e asiáticos.

Num artigo denominado «Algumas Observações sobre as Influências Portuguesas nas Tradições Musicais do Mundo» (*Revista de Cultura*, Instituto Cultural de Macau), Salwa El-Shawan Castelo Branco salientou que «*nesta década de comemoração da passagem de 500 anos sobre os Descobrimentos dos Portugueses e de outros Europeus em África, na Ásia e no Mundo, os etnomusicólogos têm tido o desafio de documentar e interpretar os processos e*

«Fala-Vai Fala-Vem Macau», CD incluído na colectânea *A Viagem dos Sons*.
Fotografia de Carlos Malvas/Missão de Macau.



produtos musicais que resultaram desses contactos históricos».

Logo, Macau, localizada no sudeste da China, na margem oeste do Delta do Rio das Pérolas, não deixa de ser evocado, no texto assinado por Carlos Piteira, no álbum discográfico «Falá-Vai Falá-Vem», *Viagem dos Sons/ The Journey of Sounds*. Refere Carlos Piteira, neste trabalho musical de 14 faixas, que *«ouvir falar o português parece ser algo apenas acessível a quem tenha algum familiar ou amigo que o conduza pelos pequenos espaços que ainda são ocupados pela comunidade portuguesa aí residente»*. De qualquer modo, Carlos Piteira, antropólogo, não deixa de lembrar que *«tempos houve em que Macau foi um espaço de presença lusófona notória. Sabemos que os Portugueses nunca foram, na história de Macau, uma maioria populacional, no entanto, o seu domínio político e administrativo permitiu-lhes marcar e vincar uma “singularidade” peculiar da lusofonia, traduzindo-se na conquista e influência de espaços privilegiados que vão desde as referências arquitectónicas à sua interferência nos hábitos e costumes da malha social que a compunha»*.

Neste domínio, e numa análise sociológica que distingue as sociedades e os grupos sócio-económicos e culturais, haverá sempre uma matriz de modelos e modos de estar e sentir *«enquanto produto da herança miscigenada do cruzamento luso-asiático que se perpetuou no tempo e no espaço, através de gerações sucessivas que nunca negaram a sua identidade portuguesa»*, salienta Carlos Piteira num extenso texto, em que combina a identidade cultural e a descoberta de sons que *«viajaram»* e como *«os portugueses levaram consigo não apenas a sua música mas também, ao promover a viagem dos outros, diferentes tradições musicais»*.

E retomando o artigo de Salwa El-Shawan Castelo Branco, em articulação com as opiniões de Manuel Carlos de Brito e Carlos Piteira, esta

investigadora destaca que *«Portugal foi pioneiro em estabelecer os primeiros encontros entre a Europa e muitas partes do mundo extra-europeu. Os exploradores portugueses, seguidos de missionários, comerciantes, colonos e funcionários do governo colonial foram, em muitos casos, os primeiros a introduzir o cristianismo e a cultura europeia, incluindo a música. Em muitas partes do mundo formaram-se novas comunidades constituídas por portugueses, mulatos e várias outras etnias que contribuíram para a preservação de alguns elementos culturais portugueses e para o surgimento de novas sínteses culturais»*.

Nesta perspectiva, bastante elucidativa da multiculturalidade, pelo punho de Salwa El-Shwan revê-se a forma dos contextos e as pessoas que adoptaram as músicas levadas pelos portugueses, ou a partir dos mesmo, e como se devolveu à história novas sonoridades expressivas, que entretanto adquiriram autonomia e vitalidade, gerando outros universos sonoros, numa multiplicação de instrumentos e de criações que conferem à música, neste espaço de confluência portuguesa e asiática, novos géneros musicais.

Por isso, citando novamente Salwa El-Shwan, *«há amplas provas da existência de vários géneros e níveis de síntese multiculturais e musicais, incluindo uma importante componente portuguesa, mesmo quando a presença portuguesa foi curta e seguida pelo domínio de outras forças coloniais ocidentais. Os portugueses também trouxeram para Portugal e outros países europeus alguns aspectos das culturas e músicas com as quais tinham contacto. Alguns destes elementos foram integrados nas tradições locais»*.

Mas esta investigadora não deixa de focar um aspecto importante neste domínio das influências musicais, quer em Portugal, quer de Portugal no Mundo e na zona geográfica do

continente asiático, alertando que *«apesar da importância dos processos musicais catalizados pela presença portuguesa, bem como do interesse que tem havido no domínio da Etnomusicologia pelo estudo das sínteses interculturais na música, até muito recentemente, tem havido uma notável falta de estudos quer sobre a influência portuguesa nas tradições musicais do mundo, quer sobre as múltiplas influências extra-europeias nas tradições musicais da Península Ibérica. Um punhado de investigadores que têm trabalhado em áreas marcadas pela influência portuguesa descreveu descreveu os rituais, instrumentos, conjuntos e géneros musicais de influência portuguesa como parte de um estudo mais lato de uma área»*. E Salwa El-Shawan Castelo Branco cita exemplos, nomeadamente aqueles que *«incluem o trabalho de Gerhard Kubik sobre Angola, Margaret Kartomi sobre a Indonésia, Wolfgang Laade sobre o Sri Lanka e Gerhard Behague sobre o Brasil»*. E faz questão de destacar, na altura da sua comunicação em 1991, que vários licenciados da Universidade Nova de Lisboa estavam a investigar, no âmbito da pós-graduação, *«tradições musicais de influência portuguesa»*, aludindo ao trabalho das investigações de Susana Sardo em Goa, João Soeiro em Moçambique e Rosa-Clara Neves em São Tomé e Príncipe. Ainda segundo Salwa Castelo Branco *«existem ainda muitas áreas onde pouco ou nenhum trabalho tem sido feito. Macau e Timor são apenas dois exemplos entre muitos. Efectivamente as questões fundamentais que surgem dos processos históricos que envolveram Portugal e muitos outros países ainda estão por estudar»*.

Mas neste percurso de conhecimento, Salwa El-Shawan Castelo Branco abre caminhos à investigação, deixando no ar várias questões fundamentais como primeiro passo sobre as várias tradições musicais da Ásia e de outras partes do Mundo, nomeadamente «qual a natureza

«Unda ta vai quirida» / «Onde vais, querida?»

CD «Fála-Vai Fála-Vem» (primeira faixa)
A Viagem dos Sons/The Journey of Sounds

INTÉRPRETE: Adê (assim conhecido em Macau, mas o seu nome de origem é José dos Santos Ferreira, falecido em 1993).

A nostalgia poética dos tempos de uma Macau descomprometida caminhando, ao sabor do acaso, para o fim de um ciclo da esperança Macaense.

Dialecto papiá

«Unda ta vai quirida?»

Macau di nòsso coraçon,
Alma di nòsso coraçon,
Únde vòs ta vai, quirida?
Assi metido na iscuridám?

Qui di candia pa lumíá vòs?
Quelê-môdo vòs pôde andá?
Cuidado, nom-mestê tropeça!
Vòs cai, nòs cai juntado co vòs.

Macau di rosto tristónho,
Únde têm vòsso alegria?
Quim já suprá vòsso candia,
Largá vòs na treva medónho?

Ventania fórti ta zuni,
Tempo ta fazê coraçon esfriado;
Na fugám, fôgo apagado,
Amôr tamém pôde escapuli.

Tradução em língua portuguesa

«Onde vais, querida?»

Macau do nosso coração,
alma da nossa vida,
Onde vais, querida?
assim metida na escuridão

Que candeia te ilumina?
Como podes andar?
Cuidado, para não tropeçar!
Se caíres, nós também caímos.

Macau de cara tristonha
Onde está a tua alegria?
quem soprou a tua candeia,
e te deixou na treva medonha?

Ventania forte está a zunir
O tempo esfria o coração;
O fogo se apaga no fogão,
e o amor pode-se escapular.

do impacto da presença portuguesa sobre as várias tradições musicais e de outras partes do Mundo?», «Quais as características das tradições musicais portuguesas que foram levadas para os vários contextos?», «Quais as outras tradições que foram levadas através dos escravos africanos e outros convertidos?», «Que sínteses multiculturais e musicais tiveram lugar?», «Como é que as culturas com as quais Portugal tem tido contactos durante os últimos quinhentos anos têm influenciado a sua própria vida musical no passado e no presente?», «Como é que a cultura musical portuguesa foi introduzida e integrada?»

Após estas sistemáticas e pertinentes questões, Salwa Castelo Branco levanta uma última questão: *«Dadas as divergências no enquadramento político e social no qual a presença portuguesa tem funcionado e a variedade na duração da estadia dos Portugueses em algumas partes do mundo, quais as diferenças que podemos observar nos processos e resultados musicais da presença portuguesa em vários contextos?»* Perante a interrogação, ficou expressa uma afirmação: *«claramente, não propomos abordar estas questões numa única sessão de trabalho. No entanto, parece-nos que podem fornecer um enquadramento metodológico, integrando fontes históricas (escritas e iconográficas) e o testemunho etnográfico contemporâneo»*, frisou.

Uma visão histórica sobre o compositor Xian Xing Hai

Wang Ci Zhao, sub-director do Conservatório Central de Pequim, numa pesquisa sobre Xian Xing Hai, compositor macaense nascido em Macau em 1905, traça o percurso musical deste homem que, se fosse hoje vivo, teria 94 anos. Ficou a memória do que criou e de um percurso musical repleto de histórias, de vivências e de viagens pelo mundo.

Com apenas 40 anos, idade com que faleceu em Moscovo, Xian Xing Hai tinha composto quatro obras corais, uma ópera, duas sinfonias, quatro suites de orquestra, uma rapsódia, centenas de canções e várias peças para instrumentos, tais como violino e piano, que constituem actualmente uma página importante na história musical da China.

Referiu Wang Ci Zhao que Xian Xing Hai, *«na interacção da cultura chinesa e ocidental, conseguiu criar obras que evidenciam o espírito do povo chinês. Sobretudo nos tempos conturbados da guerra contra o Japão, compôs as melhores canções para a luta de libertação, encorajando e instigando, com a sua música, à resistência»*.

Xian Xing Hai nasceu em 11 de Junho de 1905, oriundo de uma pobre família de pescadores. O pai, Xian Xi Tai, natural de Pan Yu, no Cantão, morreu antes do nascimento do compositor, sendo Xian Hai, criado pela mãe, Huang Su Ying, em casa da avó. Viveu os primeiros seis anos em Macau e em 1911, após o falecimento da avó, mãe e filho partiram para Singapura, onde a mãe ganharia a vida como doméstica. Porém, em 1915, Xian ingressou numa escola criada por ingleses. No ano seguinte, entra para a Escola Yang Zheng, mantida pelo chineses do então Ultramar, que estava sob a tutela da Universidade de Ling Nan. Neste estabelecimento de ensino, Xian Xing Hai, recebe a primeira educação musical. Aí aprendeu a tocar instrumentos, tais como oboé e piano, sob a influência do professor Ou Jian Fu. Entretanto, em 1918, mudam-se para Cantão. Em 1920 ingressa na Escola Secundária subordinada à mesma Universidade de Ling Nan. Mais tarde, o promissor jovem músico, e futuro compositor, frequenta o curso propedêutico da universidade, tendo, durante esse período, trabalhado como dactilógrafo e professor. Mas a música já lhe estava no sangue e Xian aproveitava todos os tempos livres que



Segundo Wang Ci Zhao, sub-director do Conservatório Central de Pequim, Xian Xing Hai, compositor macaense nascido em 1905, «deu contribuições inolvidáveis para desenvolver a nova música chinesa». O compositor com companheiros, em Paris, em 1935.

tinha para aprender a difícil arte de fazer música, participando nas actividades do grupo de sopros da escola. Torna-se maestro e ao mesmo tempo aprende violino. A sua dedicação e paixão à música era de tal ordem que foi considerado, na escola, «como o melhor tocador de Xiao do país meridional».

Mas o ano de viragem na vida de Xian aconteceu em 1926. Despediu-se da família e foi para Pequim. Na Escola Nacional Especial de Arte de Pequim, dirigida na altura por Xiao You Mei, Xian Xing Hai aprofunda o estudo do violino, sob a orientação de Tuno, conhecido professor russo. Mas é em Setembro de 1928 que ingressa no novo Conservatório Nacional de Xangai, especializando-se em violino e frequentando, simultaneamente, os cursos de Teoria Musical e Piano. No ano a seguir, em 1929, publica num periódico do Conservatório um artigo que intitulou «A Música Universal», onde apresentava pela primeira vez a sua posição sobre a música, defendendo, segundo os jornais da época, que «a China necessita não é da música privada ou da nobreza, mas sim da música universal».

No inverno de 1929, com o apoio de amigos, Xian, conseguiu ultrapassar todas as dificuldades e chega à capital francesa. Em Paris, o compositor e violinista Xian Xing Hai continua os estudos durante cinco anos, sob condições extremamente difíceis. Reforçava a aprendizagem do violino, harmonia, contraponto e composição sob a direcção de Paul Oberdoeffler (famoso professor de violino), Noel Gallon (professor de Teoria Musical) e Vincent d' Indy (compositor) no Conservatório de Paris. Em 1934 ingressa, através de exame, na classe superior de Composição do famoso compositor Paul Dukas. Contudo, a morte de Paul Dukas em 17 de Maio de 1935 obriga Xian a interromper os estudos, regressando ao seu país no Outono desse mesmo ano. Mas na capital francesa deixou memórias e afectos musicais, compondo a obra «Vento» para soprano, oboé e piano e a «Sonata para Violino em Ré Menor». «Vento», que foi apresentada em Paris, deixou marcas, merecendo da crítica os mais variados elogios.

Já em Xangai, e novamente com o apoio de amigos, consegue colocação na Companhia

Cinematográfica Xin Xua como compositor. É uma nova etapa de vida, em que Xian compõe canções para a salvação nacional e músicas para o cinema progressista. Entre as mais importantes, ficaram conhecidas «Canto da Meia Noite», «Sangue Fervente», «Canção de Puxar o Arado» e «Marcha da Juventude». Contudo, quando começou a guerra de resistência contra o Japão, em 1937, Xian Xing Hai, participa na Associação de Canto para a Salvação Nacional de Xangai, como funcionário dos Assuntos Gerais. Deixa Xangai com o «II Grupo Ambulante de Teatro no Tempo de Guerra» e passa por Nanjing, Kaifen e Loyang, para chegar em Outubro a Wuhan, centro da resistência. Em 1940, para a produção e adaptação musical do primeiro grande documentário «Yanan e a Força Número Oito», filmado pelo Grupo Cinematográfico de Yanan, chega a Moscovo com o pseudónimo de Huang Xun, acompanhado pelo famoso realizador Yuan Muzhi. Durante a permanência na então União Soviética, concluiu a sua Sinfonia nº 1, intitulada «Sinfonia da Libertação Popular» e conclui depois a Suite nº 1 para Orquestra, com o nome «Retaguarda».

No Inverno de 1944, devido à dureza da vida e ao excesso de trabalho, o compositor Xian Xing Hai padece de uma grave pneumonia. Em 1945 é internado no Hospital do Kremlin. Durante o período de tratamento, começou a compor a obra para orquestra, intitulada «Rapsódia da China». Era o encontro entre a vida, a morte e o profundo acto de criar. Xian Xing Hai acabaria por falecer devido a várias complicações de saúde e aos 40 anos de idade, mais precisamente em 30 de Outubro de 1945, calava-se uma voz e os sons dos seus instrumentos musicais. As suas cinzas, segundo Wang Ci Zhao, «ficaram guardadas numa velha igreja dos arredores de Moscovo e só viriam a ser transferidas para a China em 25 de Janeiro de 1983, sendo sepultadas oficialmente no Jardim

Xing Hai de Lu Lu, nos arredores de Cantão em 3 de Dezembro de 1985».

Na Sessão Comemorativa do aniversário da morte do compositor Xian Xing Hai, realizada solenemente em Yanan em 14 de Novembro de 1945, o presidente Mao Zedong escreveu pelo seu próprio punho uma frase que ficava para a história: «*apresentamos as nossas condolências pela perda do camarada Xian Xin Hai, músico do povo*».

Para o sub-director do Conservatório Wang Ci Zhao, na conferência que proferiu no Instituto Cultural de Macau, em 1995, sobre a vida e a obra do compositor Xian Xing Hai, lembrou que Xian «*deu contribuições inolvidáveis para desenvolver a nova música chinesa. Para Macau, é a honra do seu povo, mas é também a honra de todo o povo chinês. Vamos comemorá-lo para sempre*».

O cruzamento de um olhar

A 18 de Janeiro de 1917 nascia, na ilha do Pico, nos Açores, Áureo Castro. E com 14 anos de idade embarcava para o Oriente, ingressando no Seminário de São José de Macau, onde doze anos depois se ordenou sacerdote e disse a sua primeira missa.

Foi nomeado pároco da igreja de São Lourenço, onde exerceu, conforme documentos e o próprio maestro Simão Barreto, a actividade «*com zelo o seu múnus sacerdotal. Esta época*», refere o mestre Simão Barreto, «*deve-o ter marcado profundamente, pois escreveu para o coro da igreja inúmeras peças para uso de actos litúrgicos*».

Mas é em 1952 que o padre Áureo Castro ingressa no Conservatório Nacional de Música de Lisboa para estudar composição, completando em 1958 o seu curso com altas classificações. E nesse mesmo ano regressa a Macau, sendo-lhe atribuída, no Seminário São José, a



Falar do Pe. Áureo Castro como músico é falar de uma das personagens mais importantes no campo da música de Macau deste século e a quem a cultura macaense muito deve.

responsabilidade de reger a disciplina de Música. Começava o esboço de um desenho e de uma carreira. Considerado um pedagogo competente, incutiu nos seus alunos o gosto pela música gregoriana e iniciava-os ao mesmo tempo na arte de apreciar e executar a *«riquíssima polifonia sacra antiga»*.

Entretanto, uns anos mais tarde, Áureo Castro criou o Grupo Coral Polifónico de Macau que durante três décadas deliciou a sociedade macaense com excelentes execuções de música de qualidade e uma literatura musical pouco ouvida nas salas de concertos locais, como por exemplo polifonia sacra e profana da Renascença, canções chinesas (cantadas por portugueses) e canções portuguesas (cantadas por chineses).

Rapidamente a fama de Áureo Castro como director chegava a Hong Kong, a ponto de um dos mais prestigiados coros da vizinha colónia o ter convidado para dirigir o mesmo, função que exerceu com eficiência durante mais de um ano.

E o prestígio de Áureo Castro aumentava, devido à procura que tinha de alunos que lhe soli-

citavam aulas de música e de piano, em especial quando criou a Academia de Música de São Pio X, que ainda hoje constitui um ponto de referência importante no ensino da música em Macau. Os anos que se seguiram permitiram a formação de músicos brilhantes que pelo seu punho se foram espalhando pelo mundo, nomeadamente na Austrália, Estados Unidos, Canadá, Portugal, Suíça e grande parte ficou radicada em Hong Kong.

Para o maestro Simão Barreto, falar de Áureo Castro, como músico, *«é falar de uma das personagens mais importantes no campo da música de Macau deste século e a quem a cultura macaense muito deve»*.

Áureo de Castro cultivava uma personalidade comunicativa. Como salientou o Maestro Simão Barreto, num artigo escrito em 1996 sobre compositores de Macau, o compositor português *«era o homem amigo dos seus amigos, tendo com eles um relacionamento franco e generoso»*. Do ponto de vista religioso, classificou-o como *«um sacerdote sincero e fervoroso»*.

Mas da longa vivência de Macau, o padre Áureo Castro reuniu músicos, solistas e coros de todo o mundo e tendências.

Evidência de uma troca de culturas, na opinião de Simão Barreto, *«o seu contacto com a cultura e vivência chinesa, desde a sua juventude, marcou-o profundamente na sua produção musical»*. Para este maestro macaense, *«a música chinesa, por estar construída em escala pentatónica e por força da sua natureza, é uma música modal»*. Quanto à «música gregoriana», o maestro definiu Áureo Castro como um apaixonado *«por exigência da sua vocação e ofício»*.

E nessa linha de orientação musical, não é de «estranhar», na perspectiva do maestro, a criação de «Te Deum», «Cantica Psalmódica», «Suite China» (Cenas de Macau), «Ritmos Chineses» e as canções chinesas harmonizadas para coro. Para Simão Barreto, o importante na *«vida do*

compositor, assim como na vida de qualquer criador artístico, é ter coragem de assumir e assinar o que produz». Foi esse «axioma» que conduziu Áureo Castro a «uma obsessão da perfeição», referia Simão Barreto.

O Instituto Cultural de Macau, devido à importância e influência do compositor, criou um grupo de trabalho de modo a recolher, estudar e analisar o património musical do autor e compositor Áureo Castro. No domínio das obras para Orquestra/Conjunto de Câmara, Áureo Castro deixou «Tocata e Minuete em ré menor», de Carlos Seixas, transcrita para quarteto de cordas e «Scherzo» da Sonata nº 12, Op. 26 em lá bemol de Beethoven, orquestração para grande orquestra. Ao nível de obras para piano e órgão, ficou o registo «Fuga em Lá Bemol» em três partes e «Suite China» em três andamentos para piano. Mas a vasta obra musical deixada por Áureo Castro não se esgota apenas nestas referências. Destaca-se no seu *curriculum* musical a produção de obras para Coro e Orquestra, em especial a «Hodie Christus Natus Est», canção de Natal de Feltz orquestrada e arranjada para orquestra de câmara e coro a quatro vozes mistas, e «Santa Cecília», pequena *cantata* para solo, coro e orquestra de câmara. No domínio de obras para coro «A Capella», fica o registo de «A Belém, Pastores», canção natalícia portuguesa para coro de quatro vozes mistas. Uma última referência, entre muitas outras, recai sobre a obra musical para coro com acompanhamento instrumental denominada «Alma Minha Gentil», soneto de Luís de Camões, para coro de três vozes brancas e piano, especialmente compostas para as crianças do coro do colégio Dom Bosco.

Sentimentos Contemporâneos

Neste imaginário e nesta ponte final, não quero deixar de referir o nome de um senhor que

muito contribuiu e bebeu da música oriental e das suas influências. Chama-se Rão Kyao. Nasceu em Lisboa e desde muito cedo mostrou a tendência para a actividade musical, participando, a partir dos sete anos de idade, em diversos grupos corais. Era o início de uma carreira. Na juventude, mais precisamente no início da sua adolescência, inicia os seus estudos de flauta de bambu e saxofone. No início dos anos 70 actua nos grupos Status e The Bridge.

Parte para França, onde permanece dois anos, tocando com uma série de grandes nomes do jazz e da música étnica, de origem indiana e origem africana. E é aqui, neste cruzamento de culturas, que participa na gravação de dois LP's de música de raíes africana.

Ainda em França, Rão inicia o estudo sistemático da música indiana, música que, a par com a música árabe, está na base da música tradicional portuguesa.

Em 1976, a inspiração leva Rão, já em Portugal, a gravar o seu primeiro LP, intitulado «Malpertuis», que o referencia com um grande instrumentista e compositor da música portuguesa. Um ano depois grava o álbum Bambu, considerado pela crítica musical o melhor trabalho discográfico de 1977. O sucesso soma-se e, em 1978, Rão Kyao é convidado a participar no Festival de Música Jazz yatra em Bombaim, na Índia, em representação de Portugal, onde actua com a Big Band de Clark Terry. No balanço desse festival, Rão decide fixar-se em Bombaim durante alguns meses, aperfeiçoando o estudo da flauta de bambu (Bansuri) e da música indiana em geral, partilhando e recolhendo saberes com o mestre Raghunath Seth.

Dois anos depois, volta de novo a Portugal e grava o álbum «Goa», reflectindo as influências que aí viveu e recebeu.

Mas não ficou por aí. Rão continuou no caminho da música e vai até Macau, onde o con-

Capa do CD «Macau Junção», Rão Kyao



vidam a gravar um LP que relate, em termos musicais, a presença portuguesa no Oriente. Escreve esse trabalho a que dá nome de «Macau ao Amanhecer». Na senda desta criação musical, Rão Kyao experimenta, pela primeira vez, uma nova sonoridade que descobre a partir da ligação da flauta de bambu com a corda e a percussão, dando mais tarde origem a um novo trabalho que se chamaria «Estrada da Luz».

Porém, em 1985, lança ao público o «Oásis», uma mostra pefeita do rigor e das sonoridades que lhe vêm do cruzamento das músicas indianas com a portuguesa. No domínio da música clássica indiana tem duas grandes paixões: Bismillah Khan e Ram Narayan. Mas não deixa de lado Ray Charles e Lúcia Pop.

Em 1997, depois de uma vasta discografia, Rão Kyao edita o CD «Navegantes», interpretando, num ambiente totalmente acústico, vários temas celebrando os Descobrimentos Portugueses.

Já este ano grava, com a Orquestra Chinesa de Macau, composições próprias, ilustrando através da música os 450 anos de presença por-

tuguesa em Macau. O álbum «Junção», foi gravado a um passo da transição de poderes de Macau para a China, sob a direcção musical do maestro Wong Kin Wai, encerrando um ciclo, mas abrindo outros.

Antes de terminar este artigo quero dizer que tive o privilégio de trabalhar com o compositor Rão Kyao, enquanto produtor executivo da RadioTelevisão Portuguesa (Centro de Produção do Porto). Foram várias as vezes que foi meu convidado musical. Ficou sempre a lembrança de um músico e compositor simples, exigente perante os microfones, mas dialogante quanto basta. Uma forma clara de um diálogo multicultural.

Celebração da Paz

«Macau Junção», CD
MÚSICA: Rão Kyao
MAESTRO E DIRECTOR ARTÍSTICO: Wong Kin Wai
Orquestra Chinesa de Macau

Que o meu sonho não termine.
Lembro-me de aqui ter chegado. Coloane dos silêncios,
Taipa serena de vida, Cidade do Nome de Deus de
Todos os Deuses.
Aqui encontrei a Paz.

Olho agora em volta e vejo que não estou só eu e tu.
Somos já muitos em muitas gerações os que acreditam
que afinal é esta diferença que nos une.
Não me deixes acordar.
Vivamos assim para sempre.

(A monção trouxe-me para os teus braços.
Lembras-te? A simbiose dos contrários na
perfeição que os nossos sábios sempre souberam.
Tudo tão simples. Apenas amor.)

Celebremos a Paz.
Do encontro, da Harmonia.
Macau!

Macau, identidade multilingue

M a r i a J o s é R e i s G r o s s o

MACAU, LOCALIZADO NO SUDESTE DA CHINA, É UM território sob a administração portuguesa até 20 de Dezembro de 1999, data depois da qual constitui uma Região Administrativa Especial da República Popular da China.

É um Território com características muito próprias, resultando a sua identidade da sua própria diversidade. Ao contrário da maior parte das ex-colónias portuguesas, não nasce duma «conquista político militar dos portugueses» mas «*de um processo de mútuo interesse mercantil luso-chinês*»¹. Macau é ainda uma cidade de migrantes que engloba elementos de várias proveniências, não só de chineses, mas também de outras partes do mundo, um lugar privilegiado desde o século XVI de coexistência de diferentes povos e etnias. Causas históricas, migratórias, económicas e políticas fazem deste território um espaço multilingue.

Até hoje são poucos os trabalhos que estudam quantitativamente o multilinguismo de Macau. Dado o carácter flutuante de algumas comunidades linguísticas, dificilmente se poderá estabelecer ao certo o universo das línguas e o número de falantes.

A população de Macau, de etnia chinesa, tem maioritariamente o cantonês² como língua materna; é por ela que recebe a socialização e se identifica com a cultura e com a grande comunidade chinesa. Este é o código de sobrevivência usado nos vários domínios de comunicação, sendo também a língua veicular de ensino para a maior parte das escolas do Território.

Além do cantonês, do português, do inglês e do mandarim, são várias as línguas e dialectos falados no Território, como o xangainês, o hakka, o tagalo, o birmanês, o japonês, o tetum e outras³.

Um dos problemas de Macau é a comunicação entre as diferentes comunidades linguísticas que constituem a população deste Território, com especial relevo para as comunidades portuguesa e chinesa.

Esta situação insere-se, porém, numa problemática mais vasta, que se liga ao estatuto das línguas em presença e à utilização que delas se faz. Apesar de ser um espaço plurilingue, as várias línguas, com excepção do inglês, só são geralmente usadas dentro dos grupos étnicos que as falam, isto é, o indivíduo que vive em Macau não faz uso das diferentes línguas que tem à sua disposição.

Muitas das comunidades linguísticas, como as provenientes das Filipinas ou da Tailândia, são, pela sua origem, multilingues; refere-se o caso do indivíduo filipino que domina várias línguas. Além da sua língua materna, domina o tagalo e o inglês e muitas vezes, por necessidades laborais, domina também o cantonês e/ou o português.

A língua de contacto neste espaço multilingue é geralmente o inglês, que é usado como língua de comunicação por várias comunidades linguísticas. É também língua veicular e de comunicação em várias instituições de ensino, nomeadamente na Universidade de Macau. É também língua veicular em escolas e colégios que seguem o sistema educativo inglês, bem como nos cursos do Instituto de Formação Turística e em cursos curriculares e extra-curriculares de outras instituições. As reuniões ligadas ao mundo dos negócios, da economia, da tecnologia e da medicina ocorrem geralmente em inglês. Não há dados recentes que permitam dar uma ideia aproximada da proficiência nesta língua; no entanto, e com base na experiência do dia a dia, verifica-se que a maior parte da população empregada nas lojas de qualquer tipo de comércio não domina (ou domina de modo muito insuficiente) a língua inglesa. Nesta área, a comunicação não ultrapassa o nível do quotidiano e, mesmo este, é rudimentar, não indo além de um falar feito de monossílabos onde se entrecruzam o cantonês, o inglês e o português.

Além do exposto, a língua inglesa teve (e tem) um papel fundamental na educação entre alguns elementos da comunidade macaense⁴; muitas famílias preferem que os seus filhos sejam educados em língua inglesa, sendo o português suplantado por esta língua, situação já frequente nos fins do século XIX e início do século XX⁵.

As diferentes comunidades linguísticas agem quase autonomamente, pouco interagem entre si. O português e o chinês não fogem a essa realidade: são línguas usadas em comunidades distintas; restringem-se, na vida da comunidade, a domínios sociais de comunicação diferentes⁶.

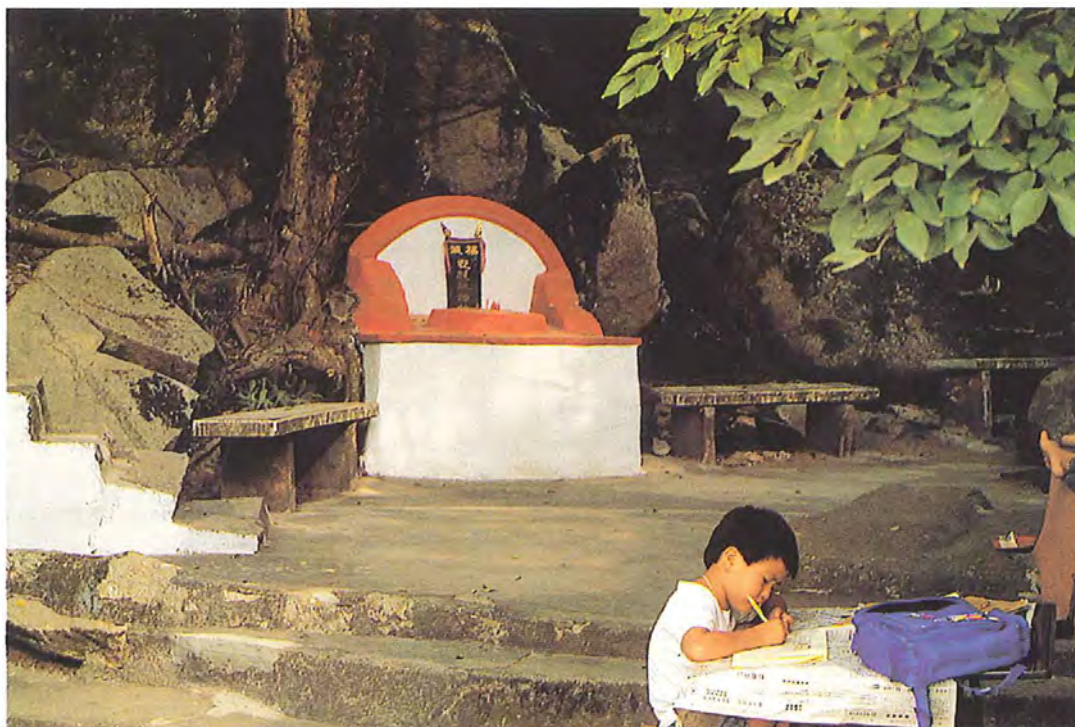
O cantonês (yuè) goza de estatuto e prestígio e, segundo Lyovin (1997), tem no total cerca de 53 900 000 falantes; destes, 46 305 000 pertencem à República Popular da China; 5 292 000 a Hong Kong e 498 000 a Macau; os outros falantes distribuem-se pela Malásia, Vietname, Singapura, Indonésia, Tailândia, Filipinas e Nova Zelândia. Em Macau, usado em todos os domínios de comunicação, é a língua privilegiada das relações familiares e gregárias (dos afectos, da amizade, da vizinhança) e de todas as situações que têm como objectivo a satisfação de necessidades de comunicação e de sobrevivência.

A partir de 1989 a língua chinesa foi considerada língua oficial⁷ e, com a alteração do seu estatuto, a tradução jurídica passou a constituir uma das prioridades da Administração do Território; apesar de nos documentos oficiais a língua referida como oficial ser a *língua chinesa* («a língua chinesa tem em Macau estatuto oficial e a mesma força legal que a língua portuguesa»⁸), subentende-se que o chinês é o mandarim (a língua oficial da China) e não o cantonês (embora seja a língua materna da maioria da população de Macau); questão problemática, pois apesar de ser uma língua, é tradicionalmente entendida como um dialecto⁹.

São muitas as etnias, as línguas e os dialectos da República Popular da China¹⁰, mas é o mandarim que representa a língua oficial e tem o papel de unificar toda a China. Só o mandarim recebe a designação de língua, sendo as outras consideradas variantes dialectais; também na China, o mandarim é a língua comum, a língua veicular de ensino para todas as etnias. Teoricamente o mandarim está unido pela escrita às diferentes variantes dialectais que lhe são atribuídas¹¹. O que significaria que falantes de mandarim e de cantonês poderiam facilmente comunicar pela forma escrita. Na prática, porém, o cantonês e o mandarim são diferentes¹²: a própria oralidade implica mudanças a vários níveis, designadamente no estrutural e no lexical; quanto à realização escrita do cantonês, esta nem sempre é coincidente com a do mandarim. As diferenças ultrapassam o nível da pronúncia e o domínio da oralidade¹³.

No que respeita à língua portuguesa em Macau, esta teve sempre uma presença socio-cultural pouco significativa. É a língua da Administração, da classe governante, do funcionalismo público e do Direito. O chinês/cantonês e o português sempre tiveram funções diferentes: enquanto o primeiro é a língua de comunicação, o segundo é a língua institucional que governa, a língua do poder. A cada domínio social de comunicação corresponde o uso privilegiado de uma das línguas, se bem que, com a oficialização da língua chinesa, haja neste momento mais domínios bilingues.

Desde sempre foi imprescindível a existência de falantes bilingues que dominassem as duas línguas e que servissem de intermediários entre as duas comunidades; na primeira metade do séc. XVII, na afirmação da autonomia política de Macau, emerge o papel fundamental do juru-



«A população de Macau, de etnia chinesa, tem maioritariamente o cantonês como língua materna, sendo também a língua veicular de ensino para a maior parte das escolas do Território». Fotografia de Ricardo Fonseca.



«A língua de contacto neste espaço multilíngue é, geralmente, o inglês. É também língua veicular e de comunicação em várias instituições de ensino, nomeadamente na Universidade de Macau». Fotografia de Eduardo Grilo.

baça (intérprete) e do escrivão. O primeiro, *«responsável pela comunicação oral, deveria ocupar-se do reforço da imagem dos agentes políticos da cidade»*; o segundo, de acordo com Flores (1995: 114 e 115), *«era o depositário do discurso político escrito da cidade»*.

O tipo de bilinguismo ligado à comunicação política e administrativa, apesar do seu carácter pragmático, reflecte mundividades diferenciadas e culturais mais complexas do que as que resultam das necessidades imediatas na comunicação do quotidiano; em Macau, e durante séculos, num quadro quase único de bilinguismo, a sua principal função é tentar resolver os problemas de comunicação entre os serviços públicos e os utentes que só falam chinês (em domínios como a educação, assistência social, saúde e habitação).

A necessidade de quadros bilingues tornou-se num dos pontos vitais do período de transição, quer a nível da localização de quadros quer ainda no que respeita à formação de

tradutores em domínios como o jurídico e o administrativo.

Quando o português ocorre como língua não-materna, os domínios privilegiados são os das relações transaccionais com incidência nas burocráticas e administrativas. Para a análise do bilinguismo institucional, áreas como a Administração e os Serviços Jurídicos eram, em virtude da política de uma única língua oficial, basicamente monolíngues, tendo de recorrer-se a um sistema de tradução, situação que, como era de esperar e já referida em Grosso e Wang (1992), se tem alterado e encaminhado para o bilinguismo. Em 1992, como actualmente, a situação bilingue ocorria em determinados serviços públicos, como por exemplo, nos Correios, nos Serviços de Identificação, nos Serviços Policiais, nos serviços de atendimento ao público ligados à Administração. Fora destes domínios, o bilinguismo português/chinês institucional é raro.

O bilinguismo chinês/inglês ocorre mais a nível dos serviços bancários e em alguns serviços de saúde, mas a situação mais frequente é a monolíngue, com a utilização do cantonês. Como língua curricular de ensino, o português tem públicos distintos: falantes nativos de português, falantes bilingues de português e chinês e só falantes de chinês. A língua portuguesa é ainda língua veicular em Cursos Superiores, como é o caso da Licenciatura e Mestrado em Língua e Cultura Portuguesas a funcionarem na Universidade de Macau; estes cursos são frequentados quer por falantes nativos de português quer por falantes nativos de chinês.

Até 1989 o português foi a única língua oficial e o seu estatuto para depois de 1999 foi considerado juntamente com a oficialização da língua chinesa.

Com a oficialização da língua chinesa, o português e o chinês têm o mesmo estatuto, o que, obrigatoriamente, determina actualmente

situações de comunicação bilingue (bilinguismo administrativo) e frequentemente trilingue, co-ocorrendo as diferentes línguas em presença: português, chinês e inglês.

Com a mudança de soberania, a língua chinesa ocupará na Administração o lugar da língua portuguesa. Nesta situação, com a migração de muitos elementos da China, prevê-se não só um aumento de falantes do mandarim, mas também, e consequentemente, o seu crescente uso e alargamento a outros domínios de comunicação, reservados ao cantonês, como o das relações gregárias e familiares. A mudança de quadros implicará uma situação semelhante à que ocorria com a língua portuguesa, falando-se em determinados domínios só o mandarim, língua de prestígio e de poder que tenderá a generalizar-se ao mundo empresarial e económico, podendo coexistir ou suplantar em Macau o uso do inglês.

Com a generalização do uso do mandarim haverá cada vez mais a tendência para a língua única, a substituição natural e gradual do cantonês pelo mandarim e um reforço cada vez maior de pertença e de união à China.

Quanto à língua portuguesa, o ensino de português língua estrangeira, só é verdadeiramente implementado a partir de 1979, na década de oitenta, com programas, materiais e instalações próprias, condicionado pela própria história da política linguística portuguesa e pela história das instituições que o promoveram. No fim da década de 80 há uma dinâmica no ensino da língua portuguesa que se reflecte em novos cursos e produção de materiais adequados; a situação da língua portuguesa em Macau é o tema que domina encontros e seminários realizados em Macau (citam-se como exemplo: 1º *Encontro sobre o Ensino do Português em Macau* (1987), *Seminário de Português como Língua Estrangeira* (1991), *Encontro Por-*



«Em 1992, como actualmente, a situação bilingue ocorria em determinados serviços públicos. Fora destes domínios, o bilinguismo português/chinês institucional é raro».

tuguês-Língua de Cultura (1993), *Seminário de Português como Língua Estrangeira* (1997)).

Neste contexto, algumas sugestões e propostas de intervenção que surgem, repetem, de um modo geral, propostas anteriores, designadamente e em termos gerais, a necessidade de haver *uma política linguística do português e um projecto nacional que ensine a língua com materiais e métodos adequados ao contexto.*

São vários os factores que debilitam a permanência da língua portuguesa em Macau; com a saída da maior parte dos portugueses, diminui o número de falantes de português e restringe-se o domínio de uso desta língua; o domínio gregário e familiar é particularmente afectado já que o número de casamentos mistos será cada vez menor; a distância de Macau tornará a ligação a Portugal cada vez mais ténue, contribuindo para isso o decrescente uso da língua portuguesa na religião, sendo substituída pelo cantonês ou pelo inglês nos actos de culto. À diminuição dos falantes acresce o desaparecimento gradual de feriados e de festas tradicionais portuguesas.

A possibilidade do estatuto de língua oficial após 1999, e por mais cinquenta anos, bem como o conceito de um país dois sistemas, legitimam o uso da língua portuguesa no acesso ao mercado de trabalho, principalmente aos tradutores, aos professores de PLE e aos profissionais do domínio jurídico. A língua portuguesa será essencialmente uma língua de quadros restritos

(elites) e também dos que queiram emigrar para países lusófonos.

Alguns factores de permanência de uma língua dificilmente são previsíveis e dependem sempre de contextos sociais, políticos e até psicológicos, específicos e complexos.

De acordo com a sua própria identidade e a sua vocação cosmopolita e multicultural, a situação linguística natural de Macau seria a multilingue, no sentido em que a população residente deste Território compreendesse e aceitasse mais do que uma cultura e falasse pelo menos três línguas. Neste contexto, a pluralidade de línguas, como expressão de diversidade cultural e étnica, é também traço da identidade de Macau.

- ¹ « [...] os portugueses e os outros europeus que seguiram os mares da China não têm condições para impor à civilização chinesa qualquer tipo de dependência», Barreto (1995:780).
- ² Ocorre frequentemente em Macau com a designação de cantonense.
- ³ Para a situação linguística de Macau, cf. Rocha (1992).
- ⁴ Macaenses são tradicionalmente referidos como os naturais de Macau, de sangue português e chinês, luso-asiáticos, também designados por *filhos da terra*.
- ⁵ «Todos os macaenses que têm alguns meios para educar os seus filhos mandam-nos para colégios ingleses de Hong Kong e de Shangai, ou fazem-nos frequentar as escolas inglesas de Macau, criadas e subsidiadas por eles próprios. É tal a desnacionalização, que mesmo muitas das crianças nascidas em Macau e ali educadas, falam mais facilmente inglês do que português» (Machado (1913/1997: 67)).
- ⁶ Domínio social de comunicação tem aqui o sentido que é dado em Casteleiro *et al.* (1988: 31). Os domínios definem-se com base nas relações sociais neles envolvidas: relações transaccionais, gregárias, educativas, profissionais, familiares e com os meios de comunicação de massa.
- ⁷ Com a entrada em vigor em Junho de 1989 do Decreto-lei nº 11/89/M, de 20 de Fevereiro, altera-se o âmbito de utilização da língua chinesa. Posteriormente inicia-se o alargamento da utilização da língua chinesa com o Dec. lei nº 455/91 de 31 de Dezembro de 1991.
- ⁸ Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Dezembro de 1991, *Boletim Oficial de Macau* nº 2, de 13 de Janeiro de 1992.
- ⁹ A designação de *chinês* engloba um conjunto de dialectos, só o dialecto *han* tem o estatuto de língua.
- ¹⁰ De acordo com Crystal (1992) há oito línguas: *wu, xian, gan, min do Norte, min do Sul, yue e hakka*, línguas que por sua vez se dividem em dialectos locais.

¹¹ Segundo Norman (1988: 1), «*The Chinese language, especially in its written form, has always been one of the most powerful symbols of this cultural unity*».

¹² A diferença começa pela própria pronúncia; no cantonês, seguindo Wang (1991: 29), os caracteres podem ter nove tons, enquanto que no mandarim só há quatro, correspondendo a estes, cinco graus de intensidade: alto, semi-alto, meio, semi-baixo e baixo.

¹³ Ainda a propósito da relação do mandarim com os dialectos chineses, Alleton (1979) sublinha o facto de o mandarim ser uma língua segunda que se aprende na escola, diferente da língua materna dos alunos, com diferenças não só na pronúncia, mas também no vocabulário e na gramática; refere, como exemplo, a negação em mandarim e em cantonês, salientando a problemática de serem linguisticamente duas línguas diferentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- V. ALLETON, *Grammaire du Chinois*, Col. Que sais-Je?, Paris, Presses Universitaires de France, 1979.
- L. F. BARRETO, «A condição de Macau-elementos para uma análise histórico-cultural», *Administração*, nº 30 (4º de 1995), vol.VIII, Dezembro de 1995, Macau, Ed.Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, 1995.
- J. M. CASTELEIRO (et al), *Nível Limiar*, Conseil de l'Europe, Strasbourg; D.L.C.P., Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), 1988.
- D. CRYSTAL, *Dictionary of Language and Languages*, Penguin Books, 1992.
- J. FLORES, «Comunicação, informação e propaganda: os "Jurubacas" e o uso do português em Macau na primeira metade do século XVII», *Actas, Encontro Português – Língua de Cultura*, Macau, ed. Instituto Português do Oriente, 1995, pp. 107-121.
- M. J. GROSSO, e Yang WANG, «Perspectivas do Bilinguismo em Macau», *Administração*, Revista da Administração Pública de Macau, nº16 (2º de 1992), vol. V, Agosto de 1992, Macau, Ed. Serviço de Administração e Função Pública, 1992, pp. 465-471.
- A. LYOVIN, *An Introduction to the Languages of the World*, New York, Oxford University Press, 1997.
- A. de Mello MACHADO, *Coisas de Macau*, 2 ed., Macau, Edit. Kazumbi, 1997.
- J. NORMAN, *Chinese*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.
- R. ROCHA, «Um país dois sistemas políticos, um território vários sistemas linguísticos», *Administração*, Revista da Administração Pública de Macau, nº 16 (2º de 1992), vol. V, Agosto de 1992, Macau, Ed. Serviço de Administração e Função Pública, 1992, pp. 483-493.
- S. WANG, *O Português para um chinês, Abordagem Simultânea sobre os Métodos de Ensinar Português aos Chineses*, Ed. Instituto Rainha D. Leonor, 1991.

Macau e a situação futura da Língua Portuguesa

M á r i o F i l i p e

AGORA QUE SE CONSUMOU A TRANSFERÊNCIA DA administração portuguesa de Macau para a República Popular da China, volta a falar-se sobre este território e da presença portuguesa ou, segundo alguns, da falta dela. Um dos pontos que parece despertar maiores paixões (extemporâneas?), é o tema da cultura (parece que a história é mais ou menos consensual, as pedras estão lá, os arquivos também, o futuro da memória aparentemente está assegurado). Os peritos mais pessimistas não auguram, a julgar pelas declarações que sempre surgem nestas alturas na comunicação social, grande futuro à chamada *influência* portuguesa em Macau, à sobrevivência dos aspectos marcantes da *nossa* cultura por aquelas paragens ou, dando uma nota mais intercultural às suas declarações, temem pela sobrevivência do modo de vida «*resultado da convivência de 450 anos entre ocidente e oriente*» em que Macau surge como exemplo paradigmático de um encontro de culturas e do que delas resultou naquele pequeno espaço que a tornou original, única e merecedora de preservação. Da cultura à língua vai um passo e o pessimismo aumenta. Quem é que vai falar português em Macau depois de 20 de Dezembro de 1999? Os mais optimistas preferem perguntar por quanto tempo se falará português em Macau depois da saída da administração portuguesa. A irrelevância destas perguntas é tal que as respostas raramente se ouvem, posto que as perguntas carregam já em si a fatalidade de um – ninguém – ou de um comedido – muito poucos, por pouco tempo.

Sem querer recorrer à história dos últimos 100 anos e particularmente dos últimos 40 anos, para aí encontrar, sem demasiado esforço, várias causas para a situação actual, causas demográficas ou fenómenos migratórios sobejamente estudados e com influência directa numa maior ou menor visibilidade dos falantes maternos de língua portuguesa no Território; sem me perder

na análise da ausência ou não de políticas linguísticas para o território no que respeita ao uso, aprendizagem, ensino, difusão da língua portuguesa, relevaria antes o esforço real levado a cabo desde meados dos anos 80 para finalmente levar o ensino do português como língua estrangeira à comunidade de língua materna chinesa do Território.

Neste momento, importa antes do mais ter consciente que, no que respeita à continuidade da língua portuguesa em Macau, existem dois vectores que há que ter em conta:

- O português como língua materna;
- O português como língua estrangeira.

Talvez seja necessário afirmar desde já o óbvio para lembrar que nenhuma língua resiste artificialmente. Se deixa de ter função, se aos homens deixa de ser útil, extingue-se com o último dos seus falantes e às vezes antes dele. A língua comporta-se assim como um organismo dinâmico, vivo. Tem o seu tempo de vida útil e, cumprido o seu ciclo, não há panaceia que a faça sobreviver. Acontece porém que enquanto os seus falantes maternos entenderem que a *sua língua* é uma das marcas da sua identidade e de reconhecimento da sua comunidade, a par das suas outras tradições, mantiverem a vontade e sentirem a necessidade de nela se exprimirem como forma de identificação e afirmação cultural e social, o que, nesta altura, abrange cerca de 1,8% dos habitantes de Macau, não haverá que temer. Nenhuma língua desaparece por decreto. Parece até, a dar crédito aos exemplos que abundam no mundo, que tem tendência a fortalecer-se quando tem de se defender. Sem querer apontar exemplos de comunidades linguísticas não lusófonas que resistiram ou que souberam preservar as suas línguas e identidade próprias, lembro apenas a situação de Malaca, onde uma pequena comunidade que se identifica como «os portugueses de Malaca», soube preservar a sua língua e encontrou formas de sobreviver a

350 anos de condições linguística e economicamente desfavoráveis, sem se deixar diluir. Não é certamente o português que é o nosso aquele que se fala hoje no Bairro português de Malaca. Mas é o seu *Papiá Cristã*, o que lhes dá o sentimento de pertença.

Não quer isto dizer que nada devamos fazer e que sejamos apenas observadores ou nem isso (esse era o velho hábito e não devemos forçar a sorte demasiadas vezes). Pelo contrário, devemos ser agentes facilitadores e tentar assegurar, através da criação de condições objectivas, que o processo vital ao seu desenvolvimento e evolução não sofra estrangulamentos desnecessários, antes encontre razões para se fortalecer. Vai nesta linha o assegurar aos falantes que em Macau têm a língua portuguesa como língua materna ou língua segunda, ao nível da formação escolar, a continuidade do Liceu de Macau, para além de 1999 (refira-se que este ano lectivo conta com 950 alunos matriculados). Aliás, seria inadmissível outra situação, pois entendo que enquanto houver interesse e manifesta vontade por parte destes macaenses, em se reivindicarem de matriz linguística portuguesa e em manterem os seus laços culturais e linguísticos com o espaço lusófono, eles devem ser apoiados.

O segundo vector acima referido refere-se ao português enquanto língua estrangeira. Este deve visar um universo de potenciais aprendentes mais alargado da população de Macau em que a comunidade luso falante se insere. Aqui atrevo-me a dizer que hoje há mais falantes de português língua estrangeira em Macau entre os membros da comunidade de língua materna chinesa do que alguma vez houve, pelo simples facto de hoje existirem escolas onde esta comunidade aprende português, o que era inimaginável há apenas 20 anos. São muitos, são poucos, são aqueles que o desejam fazer. Sejam claros, no futuro serão tantos quantos uma estratégia de difusão da língua for capaz de



O futuro da memória da presença portuguesa em Macau aparentemente está assegurado: as pedras estão lá, os arquivos também. O pessimismo aumenta, no entanto, quando se fala no futuro da Língua Portuguesa...

trazer à aprendizagem do português. Caso se saiba dar boas razões que levem a comunidade de língua chinesa de Macau a continuar a interessar-se pela língua e cultura portuguesas; se se conseguir mostrar aos habitantes de Macau que conhecer a nossa cultura e língua é poder conhecer melhor Macau e as suas especificidades, é contribuir para reforçar e enriquecer a identidade da Região Administrativa Especial de Macau no seio da República Popular da China. Da mesma forma, a comunidade luso falante deve aprender chinês por forma a reforçar a sua condição de membros da comunidade maior que é a população de Macau. Se soubermos apresentar a língua portuguesa como uma língua de comunicação internacional, facilitadora de contactos num espaço alargado de 200 milhões de falantes em quatro continentes e, em resultado desta realidade, promover, por exemplo, o português como língua de negócios no espaço lusófono, neste contexto poderemos enfim fazer com que ela possa ser vista como geradora de uma mais valia no mercado de trabalho, tal como sucede com outras línguas internacionais.



«A manutenção do português como língua materna (e até como língua segunda) em Macau é, em grande medida, uma questão de afectos e de vontade dessa comunidade».

Fotografia de Jean Doat.

Servem estas linhas para dizer que sem sermos exuberantes devemos afastar-nos de posições pessimistas que, por vezes, mais se confundem com desejos fatalistas de algum masoquismo miserabilista, do que com razões que à língua dizem respeito. A língua portuguesa poderá, segundo o que a declaração conjunta

consagra, ser utilizada em Macau durante os próximos 50 anos. Independentemente do entendimento que se possa ter sobre a aplicabilidade desta disposição, cabe-nos criar condições para tirar partido desta realidade. Se é certo que a manutenção do português como língua materna (e até como língua segunda) em



Macau é, em grande medida, uma questão de afectos e de vontade dessa comunidade, que deve ser apoiada à medida e na medida do que for desejado por esses falantes; a difusão da cultura e da língua portuguesa como língua estrangeira em Macau é uma questão de estratégia e de política linguística, não é, nem pode ser, um problema de nostalgias, que me abstenho de adjectivar. O que é necessário saber neste domínio, é se existe espaço para o português língua estrangeira em Macau ou não. A não haver, deveria equacionar-se se no âmbito específico do Território e dentro dos interesses estratégicos de Portugal, no quadro definido por uma política linguística global, seria do nosso interesse investir na promoção e difusão do português nesta zona do mundo de modo a criar esse espaço. No entanto, e no caso em apreço, a nosso favor temos a realidade dos últimos 15 anos que mostra que existe espaço próprio para a língua portuguesa em Macau. Existem alunos, têm existido professores. As escolas e os centros de língua para o seu ensino também. Estas estruturas, adaptando-se à nova realidade, devem continuar a existir.

Criem-se, pois, condições para que o português continue a ser uma opção atraente para a comunidade chinesa. Tire-se proveito do esforço que a Administração de Macau tem feito para levar o português às escolas chinesas e da sensibilização que aí tem sido levada a cabo por professores devidamente preparados, quer locais (que têm vindo a ser formados ao longo desta década e nos quais se deve apostar cada vez mais, actualizando e melhorando de forma continuada a sua formação) quer requisitados. Esta sensibilização tem permitido aos jovens estudantes de Macau um contacto com a língua portuguesa que devemos agora aproveitar. Neste sentido, e porque este aspecto da adopção de estratégias realistas deve ser fundada na análise dos factos e não no desapontamento ini-

cial daqueles que desconhecendo a realidade, ficam estupefactos por não encontrarem facilmente um taxista que fale português e os leve na «língua de Camões» do aeroporto até ao hotel (curiosamente já não se admiram tanto quando, passadas as Portas do Cerco, encontram nas lojas e no mercado local, chineses que se nos dirigem dizendo palavras em português. O comércio sempre foi um grande motor de aprendizagens linguísticas por mais básicas que pareçam). Na verdade, a questão do português língua estrangeira em Macau e na zona envolvente depende em boa medida de nós, dos objectivos que Portugal delinear para aquela área do globo, da mesma forma que são definidos objectivos para outras áreas que são consideradas importantes para a visibilidade de Portugal no mundo através da sua língua e cultura, no quadro de uma determinada política linguística.

Se se entender do que aqui fica escrito, uma perspectiva algo optimista quanto à situação da língua portuguesa em Macau, não se andarão longe da verdade (já que é certo que não partilho as abordagens apocalípticas). Preferia, talvez, que da leitura deste texto ficasse evidente que se trata tão-só de um olhar sem emoções, que em nada ajudam ao discernimento e à clareza de raciocínio. É meu desejo que nestas linhas se leia claramente que Macau, pela sua história e pelos homens que a fizeram, não pode ser encarada, pelo menos no que à questão linguística diz respeito, da mesma forma ou pela mesma perspectiva que outros espaços lusófonos. Aqueles tiveram condições para o desenvolvimento da língua que são estranhos à realidade de Macau e que, acima de tudo, é tendo uma visão para o futuro e não repisando o passado, ou prendendo-se nele, que se pode construir um projecto que permita à cultura e língua portuguesas permanecer e fortalecer-se naquela região do Globo.

Camões e Macau num romance neerlandês

*Patrícia Couto
com Arie Pos*

EM 1932, O ESCRITOR NEERLANDÊS J. J. SLAUERHOFF (1898-1936) publicou um romance no qual Macau e Camões surgem como dois dos protagonistas principais. O livro tornou-se um clássico da literatura neerlandesa e desde o ano passado existe também uma tradução portuguesa. Quem era Slauerhoff, de onde veio o seu fascínio por Macau e Camões, e que livro escreveu?

Verão de J. J. Slauerhoff

JAN SLAUERHOFF NASCEU EM 1898 EM LEEUWARDEN, capital da Frísia, uma das províncias mais nórdicas dos Países Baixos. O seu pai era comerciante e a mãe era oriunda de Vlieland, uma ilha a Norte da Frísia. Desde jovem revelou possuir uma saúde muito frágil e sofrer de asma. Por essa razão, passava as férias de Verão na ilha de Vlieland em casa dos avós maternos, junto ao mar, elemento que tanto o atraía. No Inverno, era obrigado a passar grandes temporadas fechado em casa, entretendo-se a ler aventuras passadas no mar e em terras longínquas.

Em 1916 parte para Amsterdão para estudar Medicina. Foi durante esses anos de estudante que publicou os seus primeiros poemas em revistas literárias. Revelou desde logo fortes afinidades com poetas «malditos» como Villon, Baudelaire, Rimbaud, Verlaine, Corbière, e com Hölderlin, Poe e Rilke. Ainda antes de terminar o curso de medicina, fez uma viagem de navio e conheceu o Porto. Da impressão que a cidade lhe causou, restaram um poema «Portugeesch fort» («Forte português»), a vontade de voltar a Portugal e a certeza de querer passar o resto da vida no mar.

Logo após a sua formatura em finais de 1923, deixou a terra natal a caminho de culturas remotas e para tentar a sua sorte como médico de bordo. Embarcado para o Extremo Oriente, onde o esperava um contrato numa companhia marítima das Índias holandesas, adoeceu. Ao chegar

a Batávia viu-se forçado a voltar para Holanda. Em Setembro de 1925 estava de volta a Batávia, onde assinou um contrato por dois anos na «Java-China-Japan Lijn». Nos navios desta companhia cruzou os mares da China a partir da ilha de Java, navegando ao longo da costa chinesa, Filipinas, Coreia e Japão. Da Ásia, enviava para jornais neerlandeses pequenas crónicas de viagem onde relatava as suas impressões. Em 1927 publicou um livro de poemas *Oost-Azië* (Extremo Oriente) que inclui uma secção dedicada a Macau, constituída por cinco poemas: «De jonken» («Os juncos»), «Kathedraal S. Miguel»¹ («Catedral de S. Miguel»), «Uitzicht op Macao van Monte af» («Vista de Macau a partir da fortaleza do Monte»), «Ochtend Macao» («Aurora Macau»), e «Camoës» («Camões»).

De Março de 1928 a Fevereiro de 1931, altura em que adoece de novo gravemente, trabalhou como médico de bordo em navios da Lloyd Real Holandesa na carreira Amsterdão-Buenos Aires v.v., com escala obrigatória em Lisboa. Recordações das suas visitas à metrópole encontramos na colectânea de poesia *Soleares* (1933), que contém uma secção intitulada «Saudades» onde encontramos poemas com títulos em português: «Lisboa», «Fado's», «Vida triste», «O enfeitado», «Saudade» e «Fado».

Numa das viagens para a América Latina, Slauerhoff terá conhecido Albino Forjaz de Sampaio, com quem partilha o fascínio por Luís de Camões. Sampaio homenageou o seu amigo com a publicação de duas fotografias de Slauerhoff, uma junto à estátua de Camões, em Macau, e outra a bordo do navio, na *História da literatura portuguesa ilustrada* (1930)², de que ele era o editor. Por sua vez o escritor neerlandês dedicou a Forjaz de Sampaio o Prólogo do romance *Het verboden rijk* (1932). No mesmo período Slauerhoff fez ainda traduções do espanhol e do português, entre as quais de *O crime do Padre Amaro* de Eça de Queiroz.

Desde Setembro de 1932, desempenhou funções de médico noutras companhias, via-

jando para a costa oriental africana. No Verão de 1935, fez uma última viagem a África. Ao visitar Moçambique, encontrou na Beira o famoso cantor de fados e colega-médico António Menano. Durante a sua estadia em Moçambique contraiu de novo malária. A sua saúde já fortemente debilitada impediu a convalescença. Após um ano de sofrimento, morreu, vítima de tuberculose, nos Países Baixos. Tinha apenas trinta e oito anos.

Praticou por breves períodos de tempo medicina nos Países Baixos, onde o clima era desfavorável à sua saúde. À procura de um clima melhor fixou-se, em 1934, em Tânger, de onde partiu de novo passado meio ano. Ainda investigou as possibilidades para abrir um consultório em Portugal ou em Espanha. Todavia, era incapaz de permanecer no mesmo local por muito tempo e acabava sempre por voltar a embarcar. Também as suas relações pessoais – com amigos e mulheres – eram marcadas pela inconstância. Toda a sua existência foi dominada por um forte desassossego. Não suportava viver na sua pátria pequena e tancanha, onde lhe faltava, em sentido literal e figurativo, o ar. Procurava incessantemente conhecer mundos longínquos, que nunca o satisfazem. E uma vez de volta ao mar, ansiava regressar a terra.

Considerado por outros uma pessoa insolente e imprevisível, ele próprio se sentia um poeta incompreendido, enfeitado até, e a sua inquietação forçava-o a um auto-exílio. A sua poesia foi, no entanto, bem recebida pela crítica da época. Em 1934 recebeu um importante prémio literário pela colectânea *Soleares*. Ao longo da sua curta vida publicou uma dezena de colectâneas de poesia, três romances, dois livros de contos e uma peça de teatro.

Nas suas viagens foram frequentes os encontros com o «mundo português», na Ásia (Macau), na Europa (Lisboa), na América Latina (Brasil) e na África (costa da Guiné, Moçambi-

Slauerhoff numa fotografia de 1928.



que). Os vários lugares ligados à história do império português exerceram uma forte atracção sobre o poeta neerlandês e não é de estranhar que a sua obra reflectisse esse fascínio. Em toda a sua obra o tempo possui um poder corrosivo e conduz inevitavelmente à decomposição e à morte. A sua visão do mundo era dominada pela ideia que vivia na época do declínio da cultura ocidental. Desencantado com a vida moderna, virava-se para o passado, onde não só procurava inspiração para as suas criações literárias, mas também o contacto com as almas igualmente atormentadas de poetas malditos de outros tempos. É contra este pano de fundo que desenvolve o seu fascínio pelo passado portu-

guês e pela figura de Camões. Para Slauerhoff a época dos Descobrimentos portugueses representa o ciclo de ascensão e queda numa forma muito concentrada. Entre a descoberta do caminho da Índia por Vasco da Gama e o ano de 1580 em que Portugal perde a independência e morre Camões, o país conseguiu dar novos mundos ao mundo, fundar um Império, juntar riquezas imensas e perder tudo. Por fim, uma catástrofe clássica na forma de um terramoto destrói em 1755 a cidade de Lisboa. Portugal e Macau surgem como espaços protótipos da transitoriedade da glória.

A história de Portugal adequa-se assim à sua própria mundividência. Lisboa e Macau são os lugares que reflectem o seu próprio mal-estar. O que o fascina na cidade de Lisboa é a beleza da decadência: a imponência dos monumentos históricos, testemunhas silenciosas de um passado grandioso, ao lado das ruínas e dos bairros miseráveis da Mouraria e de Alfama. As cores claras das ruas e as praças banhadas pelo sol que contrastam com as vielas escuras e degradadas. Na saudade e no fado reconhece a expressão perfeita da sua própria nostalgia e do seu próprio fatalismo. Identifica-se com a tristeza e a apatia das pessoas que encontra nas ruas estreitas e caóticas, transformando-as nas personagens melancólicas dos seus poemas, naufragados na vida que erram sem rumo. *Outcasts* como ele, isolados na sua letargia que as impede de participar na vida activa. Só lhes resta a meditação e a certeza de que tudo é inútil e vão.

Camões na perspectiva de Slauerhoff

Tal como faz de Lisboa e Macau projecções do seu próprio mal-estar, transforma também a figura de Camões. Reconhece nele um poeta maldito a seu modo e transfigura-o da mesma maneira que transfigurou os outros poetas com quem se identificava, isto é, transpondo para eles as suas próprias obsessões³. De todos estes

poetas Camões é a personagem mais recorrente na obra de Slauerhoff.

Para além do poema já referido, publicado em *Oost Azië*, incluiu um poema intitulado «Camoës' thuiskomst» («Regresso de Camões») numa nova colectânea chamada *Eldorado* (1928). Em 1932 é editado o seu primeiro romance *Het verboden rijk*, traduzido para português sob o nome *O reino proibido*⁴. Aqui uma das duas personagens principais é baseada na figura de Luís de Camões. Em 1935 é publicado o conto «Laatste verschijning van Camoës» («A última aparição de Camões»). Neste conto surge novamente o protagonista de *O reino proibido*. Poucos meses antes da morte de Slauerhoff ainda foi publicado um outro poema intitulado «Camoës», na colectânea *Een eerlijk zeemansgraf* (Um honroso jazigo de marinheiro).

Estamos assim perante um fenómeno curioso: nos poemas, no romance e no conto, Slauerhoff apresenta-nos uma personagem cha-

mada Luís de Camões que é uma versão transfigurada da personagem histórica. Dá-se, portanto, o caso algo contraditório de Slauerhoff denotar uma quase-obsessão pela figura de Camões, ao passo que a figura que apresenta tem pouco a ver com o verdadeiro Camões, mas, pelo contrário, muito mais com o próprio Slauerhoff.

Verdade é que Luís de Camões e a sua obra, constituída por elementos antagónicos que fazem dele um poeta complexo, colocam o leitor perante perspectivas contraditórias. Se por um lado ganhou fama mundial como autor de uma epopeia heróica como *Os Lusíadas*, ele é igualmente o poeta que nos revela um mundo desconcertado. A escassez de documentos acerca da sua biografia aliada às ambivalências na sua obra reflectem-se no surgimento de episódios famosos ou simbólicos acerca da vida de Camões que posteriormente proporcionaram a criação da imagem do poeta incompreendido e

«Nos dias que passou em Macau ganhou inspiração para o seu primeiro romance. Slauerhoff associa a cidade a um ambiente onírico, irreal, onde o tempo parece estar suspenso, onde o presente coincide com o passado e o Ocidente com o Oriente».



maldito⁵. Sobretudo na Alemanha esta interpretação da figura de Camões popularizou-se, tornando-se sujeito de *Künstlernovellen*, óperas e peças teatrais⁶.

De facto, alguns elementos biográficos ou lendários de Luís de Camões coincidem com a figura fictícia do romance de Slauerhoff. Assim ambos são poetas portugueses do século XVI, enviados pelo Rei para o Extremo Oriente, sofrem um naufrágio de onde salvam a obra, vivem um amor impossível e, abandonados, dedicam-se à escrita de uma epopeia numa gruta em Macau. Há, para além disso, uma variedade de outros pormenores que remetem para a vida e obra do verdadeiro Camões, mas que, tal como os referidos elementos, foram deslocados no tempo e no espaço pelo romancista. O mesmo aconteceu com outros factos históricos. A verdade é que Slauerhoff se tinha documentado amiúde antes de escrever o romance. No que diz respeito à vida e obra de Camões, as fontes mais importantes utilizadas foram justamente a parte dedicada ao poeta na *História da literatura portuguesa ilustrada* e a biografia da autoria do historiador alemão Reinhold Schneider, *Das Leiden des Camoes oder Untergang und Vollendung der portugiesischen Macht* (A Paixão de Camões, ou o Declínio e o Fim do Poder Português, 1930). A segunda obra teve uma influência decisiva no romance, já que apresentava os factos históricos sob uma perspectiva muito parecida com a do próprio Slauerhoff. Muito eloquentemente, Schneider desenvolvia a tese do declínio do poder português, realçando Camões como a figura na qual cumulava a glória do Portugal quinhentista, que ao mesmo tempo eternizou em *Os Lusíadas*. Assim, Slauerhoff tinha à sua disposição toda uma teoria de factos pré-interpretados à luz da tese do declínio, da qual pôde utilizar o que lhe vinha mais a propósito. E o propósito era utilizar os factos históricos como simbolizações numa narrativa que

expressasse a sua própria mundividência e o seu próprio mal-estar no mundo moderno através das histórias interligadas de Portugal, Macau e Camões do século XVI.

Daí que a personagem de Camões que Slauerhoff apresenta tem, propositadamente, muito mais a ver com o poeta maldito moderno do que com o poeta renascentista português. O protagonista do romance é arrogante, mal-educado, hostil, passivo, antipatriótico e solipsista. Ele abomina a pátria, o rei, e, em resumo, todos os que se aproximam dele, com excepção de duas mulheres, Diana e Pilar, mas o que mais odeia é o seu talento poético. Além disso ainda sofre de delírios e de alucinações que o levam à loucura. O protagonista do romance revela ser uma transfiguração premeditada da figura histórica de Luís de Camões. Transfigurado para assemelhar-se à imagem que Slauerhoff queria transmitir, que era a de um poeta maldito moldado como um *alter ego* do autor, como uma espécie de irmão-gémeo seu que viveu no século XVI.

Macau

No último dia do ano de 1926, após mais de um ano de viagens pelo Extremo Oriente, Slauerhoff chegou pela primeira vez a Macau, vindo de Hong Kong, onde o seu navio estava aportado por algum tempo.

No espólio do poeta foram encontradas várias folhas com apontamentos que documentam a sua primeira visita a Macau e que podem dar-nos uma ideia das suas primeiras impressões:

«Foi, com certeza, há muito que deixei Hong-Kong, a cidade inglesa no Extremo Oriente, para chegar aqui no Mediterrâneo. Ainda não sei onde, desconfio que estou algures na costa espanhola entre Valência e Barcelona. Avisto uma catedral, um farol branco no cimo duma rocha, casas com loggias abertas e uma linda avenida numa curva a volta da baía. Mas não está ali escrito, em letras gar-



«Tudo leva a crer que tenha sido na sua primeira estadia em Macau que nasceu também o seu fascínio por Camões. Visitou a gruta do poeta e nos seus apontamentos descreveu um encontro imaginário com ele».

rafais no cimo de uma rocha, Hotel Boa Vista? Então, seria Portugal? Portugal não tem costa mediterrânea. O navio muda de rumo e vejo, para susto meu, que a catedral altiva consiste apenas em uma fachada, por detrás nada mais do que ruínas. Agora consigo descortinar algo por entre as duas colinas, entre a fortaleza e a colina do farol. Por detrás distingo inegavelmente telhados chineses. Onde estou, na China ou no Sul da Europa? [...] Que consolo errar por esta cidade de civilização antiga, conhe-

cido por ninguém mas todavia cumprimentado por alguns, onde, num jardim pequeno, mulheres entrelaçam flores nos cabelos negros. Que milagre desembarcar; no derradeiro dia dum ano de exílio, num vestígio da cultura mediterrânea. Pensamentos tão profundos não me ocupavam naquele momento. Sentia-me só, pela primeira vez após meses e meses, em perfeita harmonia com o ambiente, e isto provoca uma felicidade que é incomparável àquela em que a vida se exprime.

O monumento a Camões

Numa tarde abrasadora, permiti-me um passeio através de um labirinto fedorento e um formigueiro de pessoas, para visitar um local único na China e em toda a Ásia oriental: o monumento dedicado a um famoso poeta europeu! Seria obviamente escusado procurar tal coisa numa colónia inglesa. Encontrei-a em Macau, a última e decadente possessão portuguesa no Oriente, onde outrora dominavam. Desprezado por aqueles que avaliam um lugar pelo movimento de negócios, amado por aqueles que sabem ainda sentir o que evoca, o que aqui é muito: a atmosfera de um passado glorioso e o encanto do sul-europeu no outro lado do globo, portanto duplamente exótico.

Curiosamente, uma pessoa tem de deixar esta atmosfera para trás e passar pelo referido labirinto para chegar ao monumento, a Gruta de Camões, situada na mesma solidão que foi a da sua vida entre os seus compatriotas.

Um jardim desleixado, flanqueado por estufas de vidros partidos, e ao fundo um outeiro coberto de vegetação. Lá em cima, ergue-se uma estrutura de pedras grandes que no meio deixa aberta uma espécie de

câmara, fechada à luz do dia pela sombra das árvores. Que local ermo. Conta-se que Camões escreveu aqui *Os Lusíadas* e aqui se refugiava. Conta-se também que deu à costa como náufrago, o seu manuscrito na mão erguida, para evitar que se molhasse.

Deve ser um mito.

Em cima do pedestal, onde se encontram exaradas estrofes de *Os Lusíadas*, está um busto pequeno com pêra e gola de renda, género Guilherme, o Taciturno. Nos bancos em volta estão sentados jovens chineses em traje faustoso. Não se incomodam com a cara estrangeira.

Nas paredes de rocha foram colocadas placas de mármore com versos de Tasso, Quevedo, Sir John Bowring e outros. Faço algumas cópias sem a assistência fazer comentários. Acham possível que um chinês, em Amsterdão, possa fazer, por exemplo, um desenho de Thorbecke, na praça do mesmo nome, sem ser molestado?

Em retribuição da cortesia, não importuno o cule que dorme no nicho onde está gravado o pranto e a saudação que Rienzi dirigiu a Camões («voyageur, poète et soldat comme lui»), apesar de o seu corpo estendido ao comprido me ocultar as linhas finais.

J. J. Slauerhoff: «Camoës' monument»,
De Locomotief, 24 de Setembro de 1927.

A porta para a China

O ferry tornou-se em *hydrofoil* e chama-se «Flying Ibis», um navio-voador, a arfar nas ondas castanho-amareladas do porto de Hong Kong. Sobre o cais flutua a bandeira inglesa, o mar está picado, no ancoradouro os navios do tempo de Slauerhoff, aqui não terá mudado muito. Rebocadores, barcos de cabotagem descoloridos, juncos e champanas. A luz do sol é branca e pica nos olhos, trespassa as ondas agitadas como uma faca e por pouco não me cega a vista. Com dificuldade consigo ler os nomes de navios reluzentes ou chamuscados que esperam para entrar no porto, o New Sea Pioneer, o Kotan Mari, o Pacific Courier, o Oriental Express. Navegamos perto da costa ao longo das Hong Kong United Dockyards, a terra é íngreme e pedregosa, coberta de vegetação seca, a pele de um animal velho. O navio acelera, a água castanha salta em espuma para as janelas, passado algum tempo deixo de ver terra, apenas gai-

Macau era solitária, decadente e fatigada, e eu também. Macau perdurava numa beleza própria, à margem, apesar de Hong-Kong, apesar da supremacia inglesa, da perda das colónias, da podridão da terra-mãe. Perdurava como por milagre. Então, por que havia eu de perecer inteiramente?»⁷.

O que o atrai são as ruínas, os vestígios do esplendor do passado. Macau representa a decadência da civilização ocidental, da qual a fachada da Catedral de S. Paulo é o símbolo máximo. Ao mesmo tempo, e, paradoxalmente, Macau, situada no Extremo Oriente, junto da imensa China, permanece como única esperança para uma regeneração. Macau é uma zona de transição entre a cultura ocidental e a

votas que, negras, mergulham no prateado e se dissolvem nele. À minha volta fala-se chinês; sonolento, ouço as explosões atenuadas daquela língua secreta, até que, de repente, apanho uma palavra que reconheço: Macau. Obviamente nunca foi uma palavra portuguesa, mas só agora, pela sua pronúncia, me dou conta do facto.

Este tipo de navios não têm convés, pelo que não posso ver a ilha surgir no horizonte, como tinha esperado, mas para além dos véus castanhos vislumbro qualquer coisa, terra, um traço indefinido, árvores, colinas, deve ser aí. Desembarcamos num embarcadouro em madeira e arrastamos os pés em fila indiana para a alfândega, para mim a terceira no mesmo dia, mas desta vez tenho de preencher impressos portugueses. Quando saio do edifício da alfândega, o calor bate-me na cara. Amigos tinham-me recomendado que me alojasse no Hotel Bela Vista e o inevitável táxi velho leva-me até lá. Vozes chinesas na rádio, nomes de ruas portuguesas, Avenida da Amizade, Rua da Praia Grande, Rua

vasta imensidão do vazio impessoal que a China representa para Slauerhoff. É o lugar onde encontra um ambiente em perfeita sintonia com a sua própria alma fatigada e decadente.

Nos dias que passou em Macau ganhou inspiração para o seu primeiro romance, no qual a colónia tem um papel crucial. Slauerhoff associa a cidade a um ambiente onírico, irreal, onde o tempo parece estar suspenso, onde o presente coincide com o passado e o Ocidente com o Oriente. É nesta atmosfera de decadência e estagnação que se desenrola grande parte de *O reino proibido*. Tudo leva a crer que tenha sido na sua primeira estadia em Macau que nasceu também o seu fascínio por Camões. Visitou a gruta do poeta e nos seus apon-

da Praia do Bom Parto. Colinas, palácios caídos em ruínas, olmeiros, juncos com velas em forma de asas de dragões, tudo está como deve ser.

Também o hotel está a cair em ruínas, pintado como uma velha atriz. O hall tem as dimensões dos prédios grandes nos trópicos, um ventilador barulhento faz circular o mesmo ar quente, o meu nome é apontado num livro grande, onde desde agora ficará guardado para sempre, um rapaz taciturno leva-me para o meu quarto, um cubículo pardo onde ainda pairam os maus sonhos de hóspedes anteriores. Manchas, fendas, rachas, a torneira que começa a ladrar como um cão e vomita uma água ferrugenta, e um espelho igual ao de hoje de manhã, em Tóquio, cheio de um cancro de pele acastanhado e deformador, através do qual dou de caras com uma pessoa estranha e transtornada.

Da janela do quarto de banho cinzento tenho vista sobre o mar castanho e a Praia Grande, e o que vejo bate certo:

tamentos descreveu um encontro imaginário com ele. Slauerhoff voltou a Macau pelo menos mais uma vez e escreveu várias crónicas de viagem nas quais deu conta das suas experiências. Uma delas relata uma visita à gruta de Camões.

O reino proibido

O romance revela um mundo em decomposição e em conflito, dominado pela animosidade entre chineses e portugueses e é constituído por três linhas narrativas que se entrecruzam e se sobrepõem. Uma primeira relata a história de Macau, desde os acontecimentos que por volta de 1540 levaram à sua fundação até ao início deste século. A imagem dada segue a linha de ascensão e queda apresentada na obra de

*os jardins,
Onde, por entre o floreado,
Palácios derramam o seu fausto*

*Em ruínas, até lá em baixo,
Onde a graciosa Praia Grande
Lança os alvos braços em volta
Do ancoradouro assoreado,
Para sempre abandonado...*

O único outro quarto no meu corredor tem alguma coisa a ver com a Cruz Vermelha, à porta está um cesto com lençóis para lavar, do WC vem, flutuante e insistente, o cheiro inconfundível de urina, e de uma maneira estranha sei que tem de ser assim. Um absurdo, obviamente, mas é que tudo isto está de acordo com a imagem que trazia. Lá fora vejo que metade do hotel está em obras, tal como mais tarde vejo que metade de Macau está a ser deitado abaixo: daqui a dez anos temos aqui uma Singapura esterilizada, com bancos e duty free shops. Até a decadência é perecível.

C. Nootboom: «De poort naar China» (fragmento),
in *Voorbije Passages* Dezembro 1981.

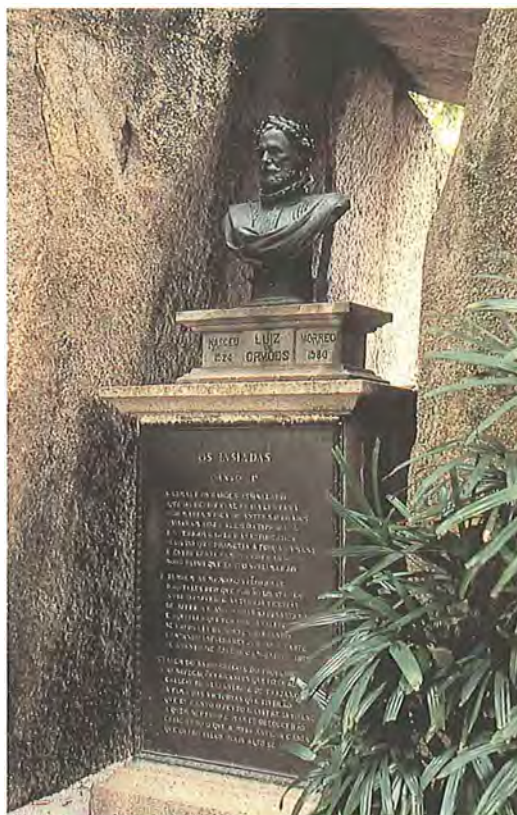
C. A. Montalto de Jesus, *Historic Macao. International Traits in China old and new* (1926). Trata-se de uma reedição da obra publicada em 1902, aumentada com uma parte bastante crítica em relação à política governamental e ao futuro de Macau. Logo após a sua publicação foi proibida e queimada pelas autoridades⁸. Não obstante, Slauerhoff adquiriu um exemplar do livro durante a sua primeira visita a Macau. Utilizou-o como fonte de informações acerca da história da colónia portuguesa. Mais uma vez, tal como foi o caso com a biografia de Camões da autoria de Schneider, a obra fornecia uma visão e interpretação dos acontecimentos históricos que correspondia à visão do próprio Slauerhoff. E mais uma vez ele utilizou os dados para servir

os seus intentos, de forma aleatória, transfigurando-os e deslocando-os no tempo e no espaço. Assim, encontramos no Prólogo que trata da fundação de Macau dois protagonistas chamados Farria e Mendes Pinto e um *remake* do episódio da vingança de António de Farria em resposta à destruição de Liampó pelos chineses, como relatado por Fernão Mendes Pinto na sua *Peregrinação*. Slauerhoff baseou-se no resumo do episódio que encontrou em *Historic Macao*.

Uma segunda linha narrativa descreve a vida de Luís de Camões na corte de Lisboa, a viagem de navio para o desterro, o naufrágio (aqui situado em frente à baía de Macau), um segundo exílio – desta vez para a China – e a travessia pelo deserto chinês. As duas linhas juntam-se quando Camões chega a Macau.

A terceira linha narrativa conta a vida dum radiotelegrafista anónimo de origem irlandesa, que nos inícios dos anos trinta do nosso século se encontra embarcado no Mar de China. O radiotelegrafista apanha sinais misteriosos que mais tarde se mostram ligados à vida de Camões. Através dos sinais, o espírito do poeta consegue tomar conta do espírito do radiotelegrafista. Também ele sofre um naufrágio e é obrigado a atravessar o deserto chinês. Ambos vagueiam à beira da morte pelo deserto, onde se dá por fim uma «sobreposição» das duas personagens. As duas personagens confluem e no corpo do radiotelegrafista (mas vestido nas roupas de Camões) conseguem voltar a Macau, onde o radiotelegrafista se liberta da influência avassaladora do poeta, que se refugia na sua gruta, dedicando-se exclusivamente à composição da sua epopeia. O radiotelegrafista volta para Hong Kong para retomar a sua vida, na ciência de que os espíritos do passado não o podem libertar do seu próprio destino.

O que pode parecer um romance histórico é, pelo contrário, um complexo e arrojado romance simbólico que trata do problema da



«Numa tarde abrasadora, permiti-me um passeio através de um labirinto fedorento e um formigueiro de pessoas, para visitar um local único na China e em toda a Ásia oriental: o monumento dedicado a um famoso poeta europeu».

(Slauerhoff, 1927).

identidade do homem moderno e da questão da inspiração poética. O radiotelegrafista pode ser interpretado como mais um *alter ego* do autor, desta vez na sua qualidade de poeta maldito moderno que se deixa inspirar por poetas malditos de outros tempos. A inspiração procurada ameaça a identidade do poeta moderno.

É com este mesmo sentido simbólico que no romance a linguagem é sempre apresentada como um instrumento inadequado, que conduz à falta de comunicação, ao isolamento e à morte. Também a linguagem está sujeita à corrosão do tempo. As palavras perderam a sua força, elas desvalorizaram-se na troca diária. No romance, praticamente não encontramos diálogos. Também as cartas nunca são respondidas, as ordens

Hotel Bela Vista. Fotografia de Eduardo Grilo.



e conselhos não são ouvidos por ninguém. A profunda crise em que os dois protagonistas se encontram é a dum mundo fragmentado, sem coesão interna, porque foi o verbo, a palavra no sentido de *logos*, que perdeu o seu poder ordenador e criador. Quer isto dizer que também a palavra é fragmentada e que cabe aos protagonistas restaurá-la.

A busca desta palavra matriz é uma longa e perigosa expedição, tal como fora a viagem de Vasco da Gama. Desta vez o rumo não leva ao outro lado do mundo, mas para dentro, para o subconsciente. Abandonado no deserto chinês, numa alucinação próximo da morte, o radiotelegrafista é possuído por Camões, seu subconsciente é o receptor do canto do poeta português. É preciso procurar nas ruínas do passado, da tradição literária – aqui representada na figura de Luís de Camões –, os resíduos para construir um novo canto. O radiotelegrafista sobrevive porque é salvo por Camões e porque se salva de Camões, expulsando-o. Se necessita da tradição literária, também precisa de se distinguir dela para poder construir a sua própria identidade.

O texto que perverte *Os Lusíadas*, é ao mesmo tempo construído à base de fragmentos da obra lírica de Camões, recorrendo a palavras, imagens ou motivos do poeta português. Este é o romance em que Slauerhoff é «possuído» por Camões, de quem, como um vampiro, extrai o canto.

No rasto de Slauerhoff

Cees Nooteboom (1933), um dos escritores neerlandeses mais importantes da actualidade, não esconde o seu fascínio por Slauerhoff, que atravessa a sua obra quer como autor, quer como personagem. Dele diz Nooteboom:

«Às vezes penso que este nómada frísio, descendente de Rimbaud e tradutor de Ruben Dário, que escreve fados e soleares, e que estava empregnado duma variedade portuguesa de melancolia – que é a saudade –, era um quinto heterónimo de Pessoa,

uma sombra holandesa, chinesa, portuguesa, espanhola, por detrás de Ricardo Reis, Alberto Caeiro e Álvaro de Campos, por detrás do mestre bonequeiro, cinco senhores dos anos vinte e trinta que deambularam por Lisboa junto ao Tejo e falavam de Camões, Vasco da Gama e aguardente»⁹.

Desde jovem, Nooteboom segue o seu rasto em viagens pelo mundo fora. Assim conheceu Lisboa, cidade onde desenrola parte do seu romance *Het volgende verhaal*, traduzido para o português com o título *A história seguinte*¹⁰. Mais de meio século depois da estadia de Slauerhoff em Macau, Nooteboom visitou o enclave e dedicou-lhe um conto, em *Voorbije passages*, do qual apresentamos aqui um fragmento.

Quero agradecer a Arie Pos a tradução, as sugestões, a revisão crítica, em resumo, a ajuda imprescindível que prestou na elaboração deste texto.

¹ Convém esclarecer que em Macau não há nenhuma catedral dedicada a S. Miguel. O poema descreve, sem dúvida alguma, a famosa Catedral de S. Paulo. Existe, isso sim, um cemitério de S. Miguel. Terá sido erro ou intenção do autor?

² *História da literatura portuguesa ilustrada*, vol. II, Albino Forjaz de Sampaio (ed.), Paris-Lisboa, Aillaud e Bertrand, 1930, p. 367.

³ A. Pos, «De strijd met de demon» in *Preludium. Tijdschrift voor literatuur*, 4-1, 8/9 jaargang, 1992, p. 26.

⁴ J. J. Slauerhoff, *O reino proibido* (tradução de P. Couto e A. Pos), Lisboa, Teorema, 1998.

⁵ Maria Vitalina Leal de Matos, *Introdução à poesia de Luís de Camões*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992, p. 13.

⁶ Gustavo Ramos, *Três obras literárias alemãs sobre Camões*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1922.

⁷ *Het China van Slauerhoff. Aantekeningen en ontwerpen voor de Cameron-romans*, W. Blok e K. Lekkerkerker (eds.), Haia, Nederlands Letterkundig Museum en Documentatiecentrum, 1985, pp. 22-24.

⁸ Uma primeira edição portuguesa da versão apreendida em 1926, *Macau Histórico*, foi publicada em 1990 pela Livros do Oriente.

⁹ C. Nooteboom, «Slauerhoff in vertaling. Bij de duitse uitgave van De opstand van Guadalajara.» *Bzzlletin*, 258, Setembro 1998, p. 6.

¹⁰ C. Nooteboom, *A história seguinte* (trad. A. M. Carvalho), Lisboa, Quetzal Editores, 1993.

Macau, Macaenses e Língua Portuguesa

Ana Cristina Rouillé Correia

AO FALARMOS DE MACAENSES SABEMOS QUE, NO geral, de portugueses se trata. Se a dúvida não está aí, porque ser *macaense* no sentido de «filho da terra» (de Macau) é necessariamente ser português de nacionalidade, resta saber se *português macaense* e *macaense português* são expressões que se equivalem, ou se entre elas há qualquer diferença – e, nesse caso, qual.

Quando falamos do *português macaense*, que tem o seu contraponto no português de Portugal, ou dos Açores, da Madeira, de Angola ou Moçambique, ou até do Minho ou do Algarve, estamos a acentuar a qualidade de português. Se falamos dum *macaense português*, estamos a centrar o nosso enfoque na qualidade de macaense, admitindo-se implicitamente dois factos interligados: que existe uma comunidade macaense, tipicamente local, distinta de outras comunidades geográfica e até etnicamente próximas; e que essa comunidade engloba indivíduos que se assumem como portugueses – e assim são reconhecidos pelos outros – a par de macaenses não-portugueses, ou seja, no caso concreto, chineses de Macau. Este último grupo inclui indivíduos de nacionalidade portuguesa e outros que a não detêm, mas tal não aparenta ser significativo, não justificando qualquer subdivisão, pelo menos num artigo desta natureza.

Nenhuma das designações mencionadas no início é comum. Não é hábito falar-se em *portugueses macaenses*, mas sim em portugueses de Macau. E também a expressão *macaenses portugueses* soa mal. Porquê, então, trazê-las agora aqui?

A sociedade de Macau tem vindo a sofrer profundas alterações ao longo deste século, e Macau é, agora, um meio clara e assumidamente urbano, o qual, além de ter crescido em número de habitantes, cresceu também – e muito – do ponto de vista económico. Uma emergente burguesia urbana local, etnicamente chinesa, tem progressivamente vindo a substituir-se aos

macaenses no lugar tradicionalmente ocupado por estes, não só a nível económico como também no papel de «ponte» entre a administração e a população.

Paralelamente, a comunidade macaense propriamente dita, ou seja, os portugueses locais herdeiros da rica mistura de sangue e culturas que nesta terra se criou, tem vindo a alterar as suas características, sobretudo pelo aumento dos casamentos com chineses e pela adopção dos costumes e valores da sociedade global.

Em resultado do crescimento e prosperidade da cidade, começa a fortalecer-se um sentido de identidade macaense, não já no sentido tradicional de «filho da terra», mas no de habitante nascido ou criado em Macau, aí socializado, e que partilha com uma fatia importante da sociedade local um conjunto de valores e de comportamentos tipificados que podem já ser considerados como (pré-)definidores de um grupo social distinto.

Macaenses *portugueses* e macaenses *chineses* nem sempre se diferenciam à primeira vista, sobretudo se o olhar é pouco experimentado. A língua de uso mais comum é o cantonês; e o português, ainda que conservado pela quase totalidade dos «filhos da terra», é reservado para contextos profissionais, religiosos ou, dum modo geral, mais formais. Só que, para quem lida com os macaenses, o português começa a aparecer mais e mais: presta-se, em primeiro lugar, atenção às palavras portuguesas que surgem no meio das frases: «requerimento», «modelo», «despacho»..., palavras ligadas à administração pública, onde os macaenses ainda têm um papel de relevo – que se espera que mantenham – e que entraram no vocabulário corrente dessa área, mesmo que a conversa decorra em cantonês.

Depois, começa-se a notar que uma frase pode ser começada em chinês e continuada em

português, ou vice-versa. Os contornos duma partilha de espaço linguístico esboçam-se no falar das gentes. Práticas partilhadas por chineses e macaenses, outras exclusivas de um dos grupos, ou sub-grupos... Na perspectiva do não-linguista, há a percepção destes fenómenos, mas porque os instrumentos de análise são pouco afinados, e porque pré-conceitos se interpõem, eles são referidos de forma sincrética, e o panorama que se esboça não dá conta do que ocorre.

Com os portugueses de Portugal, os macaenses falam português. E falam-no bem, fluentemente, à sua maneira, que não é exactamente igual à de Portugal – ou antes, não é exactamente igual à de outras regiões (apetece dizer paragens) onde o português se fala.

Entre si, os macaenses, às vezes, também falam português. Quando, com quem, sobre o quê, porquê, quanto, como, são questões a que não podemos responder com dados obtidos de forma sistemática, muito menos científica. Aqui, só a intuição nos informa. Sabemos que essas respostas são variáveis em função de factores que identificamos: pertença ou não às famílias tradicionais, grau de instrução, tipo de educação, maior ou menor contacto com a(s) comunidade(s) portuguesa(s) não local(ais), permanência em Portugal ou no Brasil... Mas os macaenses (ainda) falam português, e a sobrevivência da língua portuguesa em Macau está intimamente ligada com a manutenção ou alteração desse facto.

Mas regressemos aos conceitos de *português macaense* e de *macaense português*. Indo agora um pouco mais longe, poderemos perguntar-nos se, apesar de *portugueses macaenses* e *macaenses portugueses* serem duas realidades distintas, não se manifestarão, habitualmente, num mesmo indivíduo, sendo essa, aliás, a forma mais usual de se manifestarem. Ou seja, quando estamos em presença



«Macaenses portugueses e macaenses chineses nem sempre se diferenciam à primeira vista, sobretudo se o olhar é pouco experimentado». Fotografia de Ricardo Fonseca.

de um *português macaense*, verificamos que ele é, cada vez mais, também um *macaense português*, e cada vez mais no sentido de que, se para os mais velhos a noção de macaense se confunde de tal forma com a noção de português de Macau que elas são uma e a mesma coisa, já para os mais novos a noção de macaense é, sobretudo, a noção de «ser de Macau», de ter nascido e crescido em Macau, de ser parte integrante de uma sociedade de facto multicultural, de ter absorvido e contri-

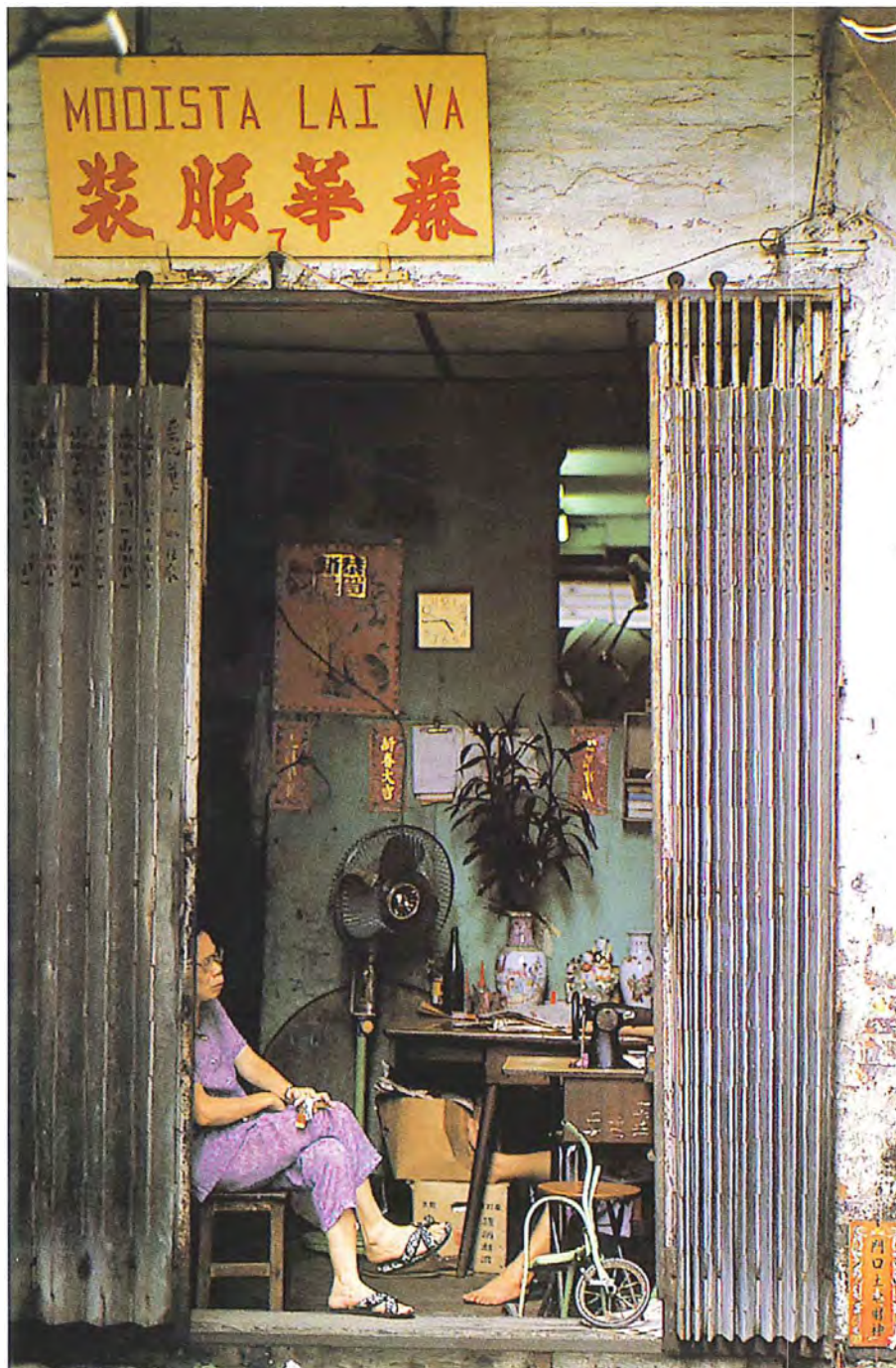
buído para manter viva uma cultura de facto miscigenada.

Temos então os *novos macaenses*: não aqueles que Marreiros retratava no seu paradigmático «Alianças para o Futuro», resultado da evolução do macaense tradicional, mas os produtos da cultura urbana macaense dos anos oitenta e noventa. Chineses, macaenses, portugueses de Portugal e das ex-colónias que aqui nasceram ou que aqui se criaram. Cultura de McDonalds e de *chau min*, de Titanic e de Templo de Shaolin, de

discoteca e de Festa da Lua. Qual será o património comum partilhado por este novel grupo? Será suficiente para que se fale numa identidade própria? Os caminhos por que seguirão os indivíduos que o compõem manter-se-ão entrelaçados?

A evolução social, política e económica do território nos próximos anos determinará as respostas a estas interrogações. Só então poderemos saber se a comunidade macaense «filha da terra» se diluirá na matriz chinesa ou se se manterão traços que a individualizam. Só então poderemos verificar se houve condições para a permanência de outros indivíduos de ascendência portuguesa não local. Só então poderemos perceber se a marca ocidental – portuguesa, mediterrânica, europeia, internacional – continua a ser patente no *futuro macaense*, o cidadão de Macau.

Seguindo o rumo oposto, ou seja, procurando prever no que se tornará o português macaense, ou seja, o português que cresceu e vive em Macau, ocorre-nos mencionar a importância de factores como a presença no território da língua portuguesa, a existência duma escola portuguesa, a manutenção das estruturas religiosas católicas, a permanência de firmas portuguesas e de contactos comerciais com Portugal. A uma dinâmica interna da própria comunidade corresponderão também factores de ordem externa, como o apoio do governo português, a funcionalidade e acessibilidade das estruturas diplomáticas e culturais portuguesas estabelecidas no território, e a evolução das relações políticas entre Portugal e a China. Se as relações intracomunitárias e internacionais são áreas extremamente complexas, dependentes de circunstâncias que seria vão tentar caracterizar numa abordagem tão rápida, podemos, em contrapartida, fazer alguns comentários sobre outros aspectos referidos.



«A língua de uso mais comum é o cantonês; e o português, ainda que conservado pela quase totalidade dos *filhos da terra*, é reservado para contextos profissionais, religiosos ou, de um modo geral, mais formais». Fotografia de Ricardo Fonseca.

A manutenção da língua portuguesa sobressai como sendo o factor de maior peso na conservação dum grupo étnico de matriz portuguesa, e terá de ser um fenómeno multifacetado, pois é consensual que a língua só terá condições para se manter se houver uma escola portuguesa, se houver uma vivência sociocultural de referências portuguesas, se houver conversas e meios de comunicação social em português, se os nomes das pessoas, dos lugares e das firmas se mantiverem (também) portugueses, se na igreja o português continuar em uso, se os contactos com Portugal e com os portugueses não se desvanecerem. E é isso que não sabemos se acontecerá ou não.

Para que a resposta a este «se» seja afirmativa, há que tomar determinadas medidas concretas:

- promover a fixação e a estabilidade da comunidade portuguesa, quer local, quer de outras origens;

- fomentar a criação de novas atitudes em relação à língua portuguesa, valorizando o seu papel instrumental como veículo de acesso a informação útil e atraente, mesmo que isso faça esmorecer o controle relativo à «pureza» da língua;

- facilitar a aceitação de variedades do português menos submissas às regras do português-padrão, nomeadamente a variedade local, fruto da descrioulização ocorrida a partir do início deste século;

- consolidar uma escola portuguesa que, sendo viável em termos económicos, satisfaça as necessidades de um público aprendente heterogéneo, para quem o português poderá ser língua materna ou não;

- criar instrumentos para a aprendizagem do português em Macau que levem em consideração o contexto linguístico e cultural em que o processo se desenrola, e as características diversificadas dos aprendentes;

- aplanar os caminhos que ligam as várias instituições com responsabilidades e poderes na área da difusão da língua e cultura portuguesas em Macau, para a que sua (esperada) abundância numérica e diversidade possa ser devidamente aproveitada;

- apoiar os meios de comunicação social em português, evitando o perigo de os deixar ficar reduzidos ao discurso redundante que facilmente chega ao receptor noutras línguas e por outros meios;

- estimular a interacção social entre os falantes de português, tornando a língua acessível a grupos com diferentes graus de domínio da língua.

O que pensa a população sobre estes aspectos? Escasseiam os estudos sobre estas questões, mas alguns dados recolhidos em 1998 junto de 181 *macaenses* e 169 portugueses de outras origens por meio de questionários escritos anónimos dão-nos uma ideia das expectativas destes dois grupos da população. À pergunta «Após 1999, quem pensa que vai ajudar à continuação do português em Macau?», em que as alternativas dadas eram as sete que constam do quadro da página seguinte, para além de «Os portugueses que forem para Portugal», «Os macaenses que forem para Portugal» e «Os macaenses que forem para outros países» (hipóteses praticamente não seleccionadas pelos respondentes), e em que se pedia que se assinalassem três escolhas hierarquizadas, as respostas obtidas foram as seguintes:

MACAENSES

	Total de escolhas	1 ^{as} escolhas
Os macaenses que fiquem em Macau	79 %	26,5 %
Os portugueses que fiquem em Macau	66,3 %	19,9 %
O governo de Macau	53,6 %	22,1 %
Instituições privadas de Macau	34,3 %	6,1 %
O governo de Portugal	33,1 %	18,8 %
O governo da China	11,6 %	3,3 %
Instituições privadas de Portugal	11,6 %	1,7 %

Ambos os grupos concordam que o factor humano é o principal, mas os macaenses dão-lhe mais relevo, e salientam mais a importância da permanência do seu próprio grupo étnico. Os portugueses de outras origens parecem, também eles, pender mais para a valorização do seu próprio grupo, se bem que de forma menos vinculada, pois apenas o sentido da primeira escolha se afigura revelador dessa tendência.

Em segundo lugar, aparecem os governos e, por último, as instituições privadas. Também aqui as duas comunidades valorizam mais o seu governo específico, sendo o papel do governo da China considerado por ambos de pouco relevo. Com efeito, para 53,6% dos macaenses, o governo de Macau vai ajudar à manutenção da língua portuguesa, enquanto que só 33,1% pensam o mesmo do governo português; já quanto aos portugueses não-macaenses a tendência se inverte, sendo os valores de 30,8% e de 40,1%, respectivamente. É ainda de notar que, para este grupo, as expectativas quanto ao contributo das instituições privadas de Macau são bastante altas, situando-o no terceiro lugar, quer em termos de total de escolhas, quer de primeiras escolhas. Os macaenses esperam menos das instituições locais, sendo esta diferença no respectivo grau de confiança bem demonstrada pelos

PORTUGUESES DE OUTRAS ORIGENS

	Total de escolhas	1 ^{as} escolhas
Os macaenses que fiquem em Macau	65,1 %	20,1 %
Os portugueses que fiquem em Macau	64,5 %	23,7 %
Instituições privadas de Macau	55 %	17,8 %
O governo de Portugal	40,1 %	16 %
O governo de Macau	30,8 %	11,2 %
Instituições privadas de Portugal	16,6 %	3,6 %
O governo da China	11,2 %	3,6 %

números: 55% de escolhas totais e 17,8% de primeiras escolhas para os portugueses não-macaenses e 34,3% e 6,1%, respectivamente, para os macaenses.

Que conclusões poderemos tirar desta pequena amostragem?

a) Em primeiro lugar, que os portugueses que vivem em Macau manifestam tendência para terem opiniões diferentes conforme se trata de «filhos da terra» ou de naturais de outros lugares;

b) Em segundo lugar, que partilham a ideia de que o papel da(s) comunidade(s) lusófona(s) é o principal num cenário de manutenção da língua portuguesa em Macau;

c) Em terceiro lugar, que quer macaenses quer não-macaenses acreditam preferencialmente em si próprios, em termos de comunidade e de governo;

d) Em quarto lugar, que o relativo descrédito dado às instituições locais pelos macaenses não é partilhado pelos restantes portugueses, que nelas confiam mais do que em qualquer governo.

E assim concluímos nós, com votos de que, entre pessoas, governos e instituições, haja razões, estímulos e apoios suficientes para que a língua portuguesa não desapareça do território.

Um Sonho Confuso

R o b e r t o C a r n e i r o

*Haverá uma condição
macaense no mundo?
Será essa condição
suficientemente aglutinadora
de uma diáspora?
Poderá essa diáspora
subsistir sem território-mãe?*

NESTAS TRÊS PERGUNTAS FICAM RESUMIDOS A HISTÓRIA e o drama de uma comunidade. Comunidade feita de destino errático em que a partilha de referências – entre as quais a de uma mestiçagem comum de origem – se tem sobreposto à centrifugação imposta pelas forças da sobrevivência quotidiana. Não tenho respostas claras para essas questões. As perguntas, essas, parecem-me indiscutíveis num momento onde por Macau passam, porventura, mais interrogações do que certezas. As respostas... dá-las-á o *tempo*, verdadeiro senhor da história e dono de toda a fortuna.

Aquilo que direi, mais não são do que meras hipóteses de trabalho – nunca teses que não saberia fundamentar cientificamente. Caberá aos estudiosos confirmar ou infirmar as ideias aqui lançadas ao vento, relanceadas sobre 450 anos de caldeamento num minúsculo cadinho territorial e agora agitadas na esquina da história aprazada para finais de 1999.



Dou uma interpretação positiva à existência de uma condição macaense no mundo. Por três ordens de razões:

A primeira, prende-se com Macau como entreposto: comercial, diplomático e cultural. A sua posição ímpar no continente asiático for-



Celebrações do Ano Novo chinês.
Fotografia de Ricardo Fonseca.

jou uma personalidade própria, feita de uma cultura de mestiçagem. Dito de outro modo, a condição macaense resulta da emergência de uma consciência cultural autónoma que transcende a mera aglutinação do humanismo cosmopolita português com a milenar civilização chinesa. O *filho-de-macau* não é *ngao* nem *china*. Ele transporta esse estigma por todo o mundo, e por mais que o queira disfarçar pode dizer-se que *é mais fácil tirar um macaense de Macau do que tirar Macau do fundo de um macaense*.

Em segundo lugar, o facto de essa condição «tribal» se traduzir numa pletera de simbologia material, para além da espiritualidade imaterial que a sustenta. Refiro-me, naturalmente, às manifestações exuberantes da culinária específica dos macaenses (porco balichão, minchi, diabo, ade-cabidela, apa-bico, bebinca de leite, chao-chao pele, etc.), às formas de religiosidade típicas do sincretismo mestiço, e ao *doci papiaçâm di macau* que configura um dialecto tão possuído de afecto, ingenuidade e sabedoria. A força destas expressões de especificidade faz com que entre os macaenses *tudo cã primo-prima* (*mopri-mapri*, na deliciosa inversão silábica com que os filhos-de-macau criptam os seus dizeres mais ternurentos), independentemente da latitude ou longitude para onde a contingência da vida os tenha levado.

Finalmente, pelo carácter operativo que essa condição reúne no seio das correspondentes comunidades. Onde quer que se tenham estabelecido núcleos macaenses (Portugal, EUA, Brasil, Austrália, Canadá) surgem as Casas de Macau, UMA's e outras organizações associativas que perpetuam aquela intensa simbologia. Desde o *chá-gordo* às celebrações do ano novo chinês, todos os pretextos servem para invocar a festa de uma condição única no mundo.

Essa condição, que se transmite teimosamente de pais para filhos, será suficiente para gerar o sentimento de pertença a uma *pátria macaense*? É difícil responder, mas propendo a considerar que sim.

A diáspora assim perfilada não é tanto o produto de uma saudade sobrevivente, nem de uma espécie de *macausismo* latente, muito menos de uma inteligência activa construída sobre o conceito. Será talvez – e tão-só – a decisão individual, ou familiar, de continuar Macau nos quotidianos. Para mim, é tão simples como isso.

Tudo se passa como se nos interstícios do dia-a-dia se persistisse numa ideia de comunidade imaginária, uma fraternidade difusa que supre a diversidade de naturalidade, filiação ou residência. Por isso, a diáspora macaense, a existir, é mais uma pátria do que uma nação.

O povo judeu viveu uma história empolgante de milénios à procura da terra prometida de Canaan, até à formação recente do Estado de Israel. Os macaenses estão em vias de perder a referência territorial que constituía o ponto focal da sua geografia comum.

No entanto, para a maior parte das comunidades macaenses espalhadas pelos vários continentes, Macau é já hoje, essencialmente, uma memória que perdura nos símbolos, na liturgia, no drama, na afectividade, no jogo da vida diária. É a história de uma estranha identidade que não se alimenta no sonho da reunião de um povo sobre um mesmo solo partilhado, mas que, partindo de um território histórico, constrói vários *lugares de memória* para entretecer uma relação de pertença sem base territorial.

Assim, a condição macaense tem a dinâmica interior para continuar a peregrinar pelo planeta como um desígnio que se eleva para um limbo protegido da erosão contingencial do espaço e do tempo.

Já Antero evocou em soneto o sonho oriental dos portugueses.

Mas talvez mais oportuno será citar aqui a eloquente estupefacção de Torga quando, pela primeira vez, visitou Macau. Pode ler-se no seu *Diário XV*: «Macau, 8 de Junho de 1987 – Cruzo a cidade em todas as direcções, visito fortes, igrejas e casinos, meto-me numa lancha e espreito o porto interior; desembarco nas ilhas, percorro-as e regresso estonteado ao hotel. Nunca tinha tido uma experiência assim de caminhar tantas horas em levitação. Tudo nesta terra é simultaneamente natural e mágico, concreto e abstracto, imóvel e fugidio. Ontem entrei num jardim particular: Plantas anãs envasadas, ao lado de outras de grande porte, pareciam encantadas pelo jardineiro e paradas no tempo. Transformadas numa espécie de gnomo vegetais, em vez de alegrar os olhos, causavam mal-estar; como todas as aberrações. Durante um banquete a que assisti, houve uma exibição de ranchos folclóricos. E lá vi a dança do dragão e o vira do Minho de mãos dadas no mesmo palco, a conciliação insólita da profundidade mítica com a superficialidade coreográfica. Nas bancas de jogo, transfiguradas, ricos e pobres dão-nos a impressão de que arriscam em cada lance a própria vida. Adivinhos em todos os cantos da cidade sabem mais de nós do que nós. Até o ar que aqui se respira tem qualquer coisa de perturbante, de opiado. Não estimula, enlanguesce. Miragem tangível, desafio à nossa razão, à nossa sensibilidade e ao nosso senso comum, Macau não é uma realidade que se apreenda com nitidez. É como que um sonho confuso de Portugal».

Como tudo o que diz respeito a Macau, a sobrevivência da presença macaense para além de 1999 é um enigma bem guardado.



Pessoalmente, creio que a história é a maximização das possibilidades. Tudo pode acontecer. A leitura oficial chinesa inventou a célebre fórmula: Um país, dois sistemas. Com os macaenses à solta, talvez possam acontecer três sistemas culturais, dos quais um sem ancoragem necessária a uma base física.

No meio de tanta confusão onírica somos impelidos a recuar três séculos e a reler no desafio da alma macaense uma manifestação singular do fantástico sonho de Vieira que proclamou a autonomia imperial da cultura e do espírito, sem apego a qualquer temporalidade de território.

«Adivinhos em todos os cantos da cidade sabem mais de nós do que nós» (Miguel Torga, *Diário XIV*).
Fotografia de Eduardo Grilo.

Diplomacia e Comércio de Macau na Ásia do Sueste, em inícios do século XIX

Jorge M. dos Santos Alves

COMO VEM SENDO DEMONSTRADO EM TRABALHOS DE crítica e revisão historiográfica¹, a análise do comércio português e luso-asiático do Golfo de Bengala, na Insulíndia e no Mar da China, nas primeiras décadas do século XIX, deve ser revista e repensada. Não se trata apenas de proceder a simples cosmética, repescando exemplos mais ou menos singulares sobre o tema, mas de procurar avaliar ponderadamente o nível e a extensão da participação de homens de negócios portugueses e luso-asiáticos nas redes comerciais asiáticas e mesmo transoceânicas durante aquela época.

Essa perspectiva de análise parece evidenciar que, na viragem para o século XIX, os homens de negócios de Macau e a própria vida mercantil da cidade permaneciam particularmente activos; procuravam até romper em direcção a novos mercados, no Mar da China, no Índico, no Atlântico e mesmo no Pacífico. Macau fê-lo então, como sempre o fizera, através da acção concertada dos seus canais diplomáticos e comerciais.

Sem esta plástica e eficaz diplomacia do empório macaense, que não se restringe, como alguma historiografia ainda supõe, ao Império Chinês, não teria sido viável, em várias épocas da sua história, a sobrevivência de Macau. Foi, com efeito, a internacionalização elevada à máxima potência uma das razões mais decisivas para a solidificação e sobrevivência do projecto luso-chinês de Macau. A hábil tecelagem da sua rede de contactos e relações político-diplomáticas e mercantis fez de amortecedor para muitas das crises da cidade e serviu, afinal, de garante da sua continuidade como porto internacional.

Nas primeiras décadas do século XIX, numa linha de clara e consistente continuidade, Macau tudo fez para manter a abertura aos mercados circundantes da Ásia do Sueste e do Mar

da China. Seguindo o modelo tradicional, com maiores ou menores dificuldades, numa conjuntura especial, Macau procurou estender o seu comércio a novas áreas geográficas. O objectivo, numa época de internacionalização do comércio asiático, era a internacionalização total: saltar da escala asiática para a escala global. Isto é, deixar os limites do Índico e do Mar da China, para chegar ao Atlântico e ao Pacífico. O primeiro passo, que aqui acompanhamos, foi dado na Ásia do Sueste.

A conciliação daqueles que podemos designar por «mercados tradicionais» da geografia de negócios de Macau na Ásia do Sueste (v.g. Sião, Camboja, Cochinchina, Bornéu, Banjarmasin e Timor), com novos mercados dentro desta mesma região (Terengganu, Achém e Pontianak), constituiu uma das novidades do período que mediou entre os finais do século XVIII e os primórdios do XIX. Na procura de uma maximização da autonomia mercante e diplomática à escala panoceânica residiu o objectivo maior do império macaense.

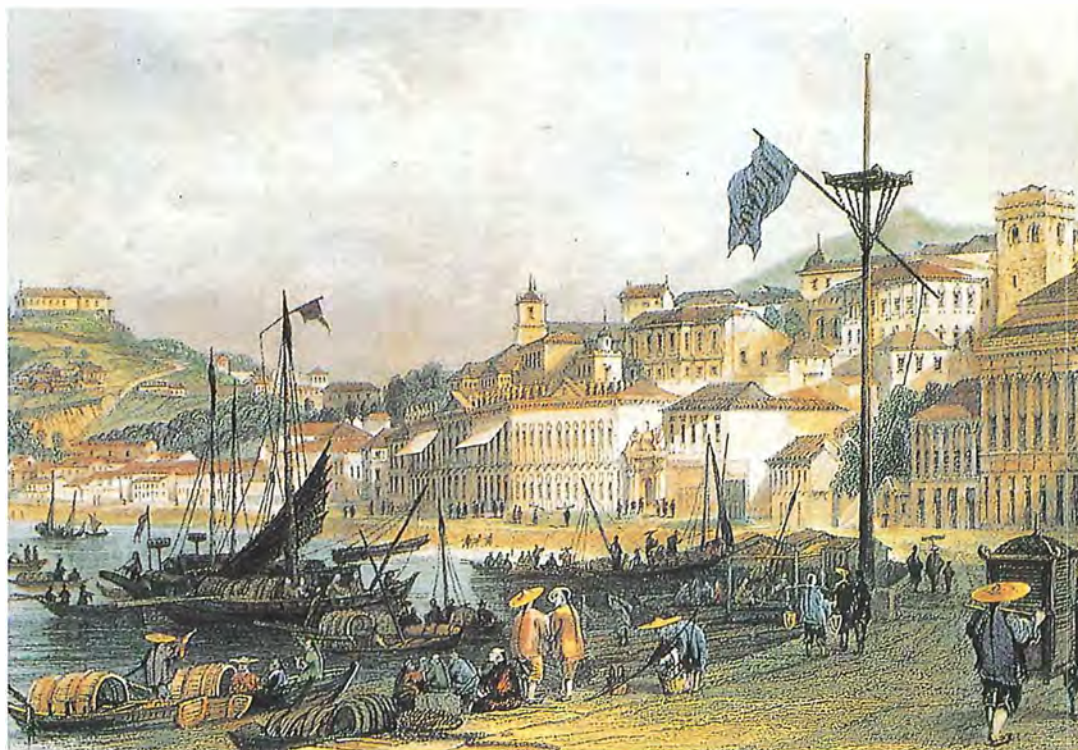
No último quartel do século XVIII, nomeadamente nos primeiros anos do XIX, a estrutura do comércio asiático alterou-se substancialmente. Talvez pela primeira vez, as relações comerciais entre a Ásia e a Europa representavam maior volume de mercadorias e maior valor financeiro do que o chamado comércio Ásia-Ásia. Neste processo, o comércio de ópio adquiriu particular significado, mormente no regime de trocas entre os europeus (encabeçados pelos ingleses) e o Império Chinês.

Controlado durante séculos por mercadores do Guzerate e de outras partes da Índia, o comércio de ópio nos mercados asiáticos passou em finais do século XVII para as mãos da Companhia Holandesa das Índias Orientais (V.O.C.). Posteriormente, graças à conquista de Bengala, a grande zona produtora de ópio da Índia, pelos ingleses, iniciada em 1757, o negócio do ópio

deslizou gradualmente para as mãos dos ingleses ao longo do século XVIII. Em 1773 os interesses ingleses (representados maioritariamente pela Companhia Inglesa das Índias Orientais, a E.I.C.) começaram por estabelecer o monopólio sobre o comércio opiáceo. Em 1797 o monopólio inglês estendeu-se ao próprio circuito produtivo, banindo em poucos anos todo o cultivo paralelo e levando à concentração da produção nas áreas de Bihar e Banaras. Primeiramente destinado aos mercados da Ásia do Sueste, o ópio de Bengala penetrou de forma crescente, explosiva depois, em princípios do século XIX, no mercado chinês. Uma vez mais fê-lo pela mão dos ingleses, que assim conseguiam compensar (o que a panaria de algodão por si só não era capaz) o défice das suas transacções de chá chinês nos portos daquele império.

Os homens de negócios privados portugueses e luso-asiáticos, designadamente aqueles que operavam a partir de Macau, procuraram, num primeiro momento, continuar exteriores à rede comercial-marítima da E.I.C., concorrendo até com ela. É disso exemplo, durante boa parte da segunda metade do século XVIII, a sua participação activa num conjunto de ligações comerciais-marítimas entre a Índia do Sul e o Golfo do Bengala, e a Ásia do Sueste e a China. Era especialmente notória a participação destes agentes mercantes no comércio açucareiro entre a China e a Índia do Sul, inundando os mercados indianos de açúcar chinês a preços imbatíveis. Tem sido sobejamente mencionada, mas continua insuficientemente estudada, a sua activa participação (muitas vezes em sociedade com mercadores privados ingleses) no comércio de sedas chinesas para os mercados da Índia do Sul, bem como nas relações comerciais entre o Bengala e as Filipinas. Uma vez activada a pressão naval e o reordenamento comercial da E.I.C., logo os mercadores macaenses se viram forçados a encontrar no comércio de ópio, em colaboração

Na viragem para o século XIX, os homens de negócios de Macau e a própria vida mercantil da cidade permaneciam particularmente activos. Gravura representando a Baía da Praia Grande, ca. 1835. Gravado por W.H. Capone, a partir de um desenho de Thomas Allon, com base num esboço feito pelo Tenente White. Arquivo CNCDP.



com a E.I.C. ou com mercadores privados ingleses, a base dos seus negócios.

Cientes de que poderia beneficiar igualmente da cooperação com os negociantes de Macau, a E.I.C. passou a escoar uma parte substancial do seu ópio para o mercado chinês através dos macaenses, ou em navios com estandarte português. De forma oficial, a E.I.C. interrompeu em 1809 a participação directa no comércio de ópio para a China. Apesar dos lucros alcançados graças ao comércio do ópio, os mercadores macaenses sentiam que essa situação não duraria indefinidamente.

As autoridades chinesas repetiam as proibições ao tráfico de ópio, tanto quanto ao seu consumo. Por outro lado, a participação macaense naquele tráfico só se mantinha mediante o abastecimento exclusivo nos mercados do Bengala,

estritamente controlados pela E.I.C. Para mais, isto obrigava ao dispêndio de avultadas somas de prata, única unidade de troca aceite pelos ingleses. Cabia, pois, a Macau, se queria continuar a prosperar com o ópio, encontrar uma alternativa ao ópio bengala que quebrasse esta pesada dependência. Mesmo no plano político-militar, o relacionamento de Macau com os ingleses suscitava alguma apreensão ao Senado da Câmara e aos moradores em geral. O apetite inglês pelo controlo efectivo de Macau iniciara-se em meados do século XVIII, momento da sua entrada em força no comércio da China. Necessitados de uma base de apoio à sua navegação e comércio, que os chineses lhes negavam, os ingleses olharam insistentemente para Macau como um alvo potencial para as suas pretensões de estabelecimento nas costas da China do Sul.

A passagem das palavras à acção deu-se, pela primeira vez, em 1802, quando, a pretexto de defender Macau contra uma potencial ameaça francesa, uma armada inglesa se preparou para desembarcar e ocupar a cidade. Seis anos mais tarde, em 1808, o desembarque concretizou-se, mas a ocupação de Macau por tropas inglesas durou apenas quatro meses, fruto da resistência das autoridades chinesas e de habilidades diplomáticas do ouvidor de Macau, Miguel de Arriaga Brum da Silveira, representando os interesses do Senado e dos moradores.

Um punhado de fortes razões levava, pois, Macau a procurar cortar a verdadeira teia de dependências que prendia a cidade e os seus moradores aos interesses ingleses. No que concerne ao comércio de ópio, num esforço iniciado já a partir de 1801, os mercadores de Macau recorreram ao ópio de Malwa, que se exportava a partir das posições portuguesas de Diu e Damão. Trabalhando em associação com privados ingleses e luso-indianos, os mercadores de Macau procuravam iludir o monopólio da E.I.C., levando ao mercado chinês ópio de menor qualidade, mas de bem mais baixo preço. Mas na verdade os principais beneficiados com este comércio eram os mercadores privados ingleses, que continuaram a desenvolver o seu comércio e a prosperar.

No passado, por diversas vezes, Macau tivera experiências dolorosas sempre que fizera depender a sua vida comercial-marítima da quase exclusividade de uma linha de comércio. A história da cidade ensinara aos macaenses que as linhas complementares de um comércio principal eram absolutamente essenciais. Só a diversificação para outros produtos e mercados poderia assegurar, em tempo de previsíveis dificuldades com o ópio, a sobrevivência da cidade.

Por esta ordem de ideias assistiu-se nos primeiros anos do século XIX a várias tentativas de reanimar mercados sueste-asiáticos que outrora, em períodos dos séculos XVII e XVIII, haviam contribuído para a prosperidade de Macau e dos seus moradores. Tomemos por primeiro cenário geográfico deste esforço diplomático e comercial de Macau a Península Indo-chinesa.

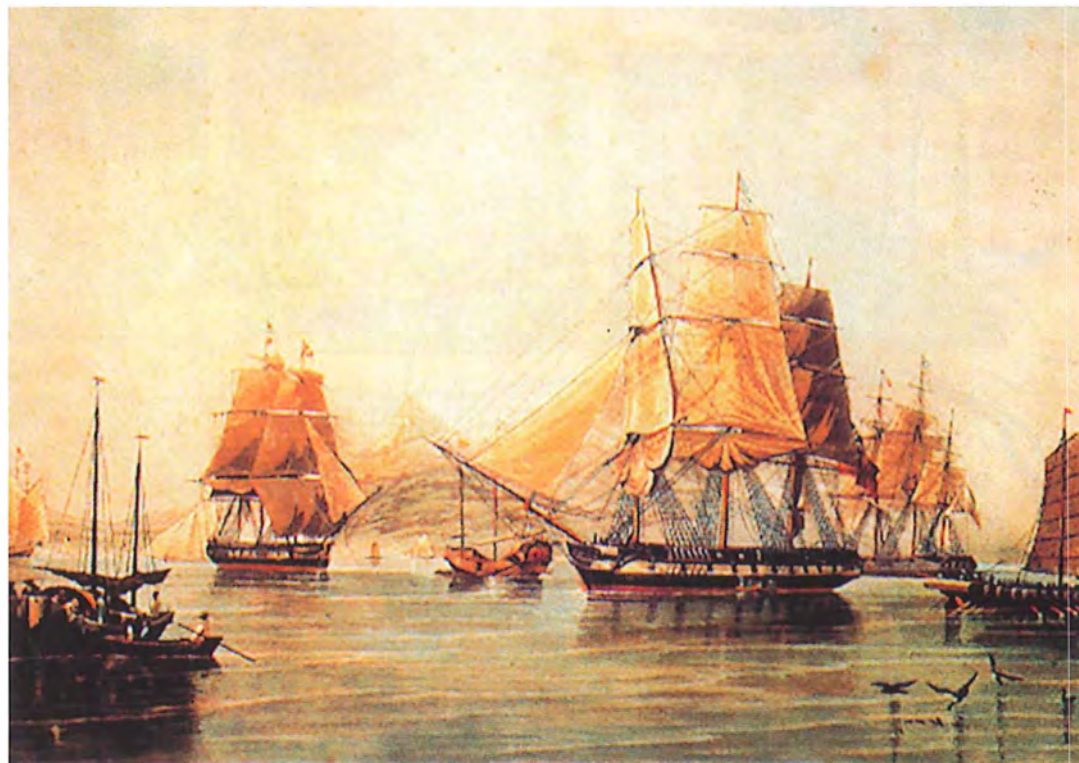
– No Sião, procurou Macau a todo o transe reavivar o comércio português, usando como pivot dessa estratégia a abertura em Bangkok, em 1820, de uma feitoria permanente e de um consulado.

– Na Cochinchina, após o fracasso dos acordos de comércio e dos projectos de ajuda militar aos reis Nguyen em finais do século XVIII, o comércio macaense voltou a tentar instalar-se por 1808/1809, desta feita pela mão do negociante João de Deus de Castro. Procurou introduzir-se tabaco de Portugal, através de uma feitoria portuguesa no porto de Donnay, em 1810/1811.

– No Camboja, também por 1810/1811 procurou-se encontrar um mercado alternativo para a compra de panaria de algodão, para o que foram enviados representantes do Senado de Macau, com cartas de apresentação, a fim de conseguirem negociar o estabelecimento de uma feitoria portuguesa num porto daquele reino.

O mentor deste e de outros projectos mais vastos de comércio e diplomacia de Macau era Miguel de Arriaga Brum da Silveira, ouvidor de Macau entre 1803 e 1824. Mais do que simples gerador de ideias e planos, Arriaga distinguiu-se pela sua capacidade de estabelecer articulação entre eles, sempre com o fito de promover a modernização e desenvolvimento de Macau. Mais do que um gestor de conjunturas, Arriaga era um coordenador e organizador. Para realizar os seus projectos, Arriaga apostava na articula-

Embarcações de transporte de ópio numa gravura de ca. de 1825, in revista *Macau*, Julho, 1997.



ção perfeita do comércio e daquilo a que chamava a «diplomacia antiga de Macau». O funcionamento dos canais de comércio e diplomacia de Macau assentava fundamentalmente na rede de contactos pessoais, com mercadores e poderes asiáticos, dos negociantes macaenses. A reanimação destes contactos e da própria cidade dependia também da injeção de sangue novo nos meios comerciais macaenses. O incentivo à fixação de jovens e dinâmicos agentes de negócios portugueses em Macau era uma das prioridades. Durante alguns anos Miguel de Arriaga levou por diante uma política de concessão de benefícios de vária ordem (compra de navios, licenças de viagem, crédito e casamento com filhas de famílias ilustres macaenses ou com órfãs) a troco da fixação de residência e partici-

pação na vida mercante de Macau. Contando com os moradores mais antigos e uma vaga de novos residentes, a preocupação de Arriaga era agora coordená-los, dirigi-los para um mesmo objectivo, que visava, para além da Ásia do Sueste continental, alguns pontos do Arquipélago Malaio, tais como:

- No sultanato de Brunei os contactos iniciaram-se em 1806, tendentes à criação de uma feitoria portuguesa naquele porto. Estas diligências viriam a ser retomadas em 1813, apesar de o sultão de Brunei se encontrar exilado em Pontianak, devido à eclosão de guerras civis no seu país.

- Em Terengganu, sultanato da costa da Península Malaia virada para o Golfo do Sião, e grande produtor e exportador de pimenta, os contactos aceleraram por 1805. Este potentado



atravessava um momento de certo declínio econômico, por força da pressão militar do Sião, desejoso de o anexar, e da emergência de competidores comerciais e militares nas zonas vizinhas, tais como Kelantan, a norte, e Singapura, a sul, depois de 1819. Uma vez mais pretendia-se reanimar as ligações comerciais com Macau, que remontavam à década de 1780, tendo em vista sobretudo o abastecimento de pimenta para o mercado chinês.

– O sultanato de Banjarmasin, no Sul do Bornéu, havia requerido em 1811 ao senado macaense a retoma de relações comerciais,

muito antigas com Macau. No ano seguinte, Arriaga despachou um representante da cidade com a missão de negociar um acordo que permitisse a construção de uma feitoria portuguesa em Banjarmasin e outra em Pontianak, a troco do envio de armas e munições.

– No sultanato de Achém, no topo norte de Samatra, também se procurou o reatamento de laços comerciais antigos. Em meados da década de 1810, como veremos adiante, certos indicadores apontavam para que um porto deste sultanato pudesse desempenhar um papel fulcral na nova estratégia comercial de Macau.

Macau no século XIX. Litografia de Sabastier segundo um desenho de Lauvergne, in *Voyage de la Bonite*, de M. Vaillant. Arquivo CNCDP.

Como se constata, com os exemplos acima alinhados, a diplomacia e o comércio de Macau estendia o seus braços um pouco por toda a Ásia do Sueste, neste período do século XIX. Claramente a cidade pretendia encontrar mercados alternativos, seguros, para o seu comércio no interior da Ásia do Sueste, bem como para as rotas mercantes entre aquela região e a China. No mercado chinês, o comércio do que podemos chamar de iguarias oriundas da Ásia do Sueste (como ninhos de andorinha, bicho de mar², barbatanas de tubarão e bucho de peixe) e das especiarias (em especial a pimenta) ajudaria à prosperidade de Macau e a quebrar o ciclo de dependência em relação ao ópio de Bengala.

Da parte dos próprios potentados malaioes existia interesse em fazer ressurgir o comércio com Macau, mas havia sobretudo uma enorme procura pelo auxílio militar ou arsenalístico dos portugueses de Macau. Nesta época, vivia-se um momento de transição no quadro geo-político e militar da Ásia do Sueste, que se iniciara na década de 1780 e se haveria de prolongar bem dentro da década de 1820. O «mito» das armas de fogo de Macau reaparecia agora nesta conjuntura particular. Depois de ao longo do século XVII os fundidores de Macau terem granjeado enorme fama por toda a Ásia do Sueste e Mar da China, e mesmo um pouco por toda a Ásia portuguesa, os negociantes de Macau mantiveram-se entre os principais, senão os principais, fornecedores de armas e munições desta área geográfica. Gerindo os seus bons contactos junto dos meios mercantis portugueses, luso-asiáticos ou de outros europeus, por onde circulavam as armas e as munições, os mercadores macaenses impunham-se aos seus concorrentes asiáticos (designadamente os chineses) que não tinham acesso a estes produtos estratégicos.

É sobejamente conhecido o caso da Cochinchina e já acima citámos o caso do Camboja. Também no Sião, a diplomacia macaense colo-

cou em cima da mesa de negociações da feitoria e consulado português em 1820 as armas de fogo e as munições como trunfo importante. Curiosamente, um dos casos mais emblemáticos desta recuperação do «mito» das armas portuguesas (a ler macaenses) nas primeiras décadas do século XIX, deu-se no Pacífico, nas ilhas de Sandwich (Hawai). Em 1817, um enviado do soberano local chegou a Macau para comprar um carregamento de armas, que lhe permitisse resistir aos planos de ataque russos sobre o arquipélago.

Para além da oportunidade de negócio que se abria, pela via do Hawai, para o fretamento de navios macaenses para o transporte de mercadorias para a China (como sucedera em 1813, com o navio *Mercurio* de Bernardo Gomes de Lemos), abria-se igualmente um mercado abastecedor de sândalo (mais barato que o de Timor) e de peles vindas da Califórnia para o mercado de Cantão.

Este último exemplo é especialmente relevante para ilustrar de que forma, nos primeiros anos do século XIX, Macau procurava abrir os seus braços de comércio e diplomacia até mesmo ao Pacífico, num plano verdadeiramente panoceânico. Uma vez mais o coordenador do projecto era Miguel de Arriaga. Inicialmente dispostos ao sabor das solicitações, das iniciativas de soberanos malaioes ou de aventuras comerciais desgarradas de alguns dos seus moradores, a diversificação e expansão comercial e diplomática de Macau tornou-se, pela acção planificadora e sistematizadora de Miguel de Arriaga, um verdadeiro plano de reordenamento da vida internacional da cidade. Os seus pilares eram a recuperação dos canais diplomáticos da cidade e uma nova geografia de negócios panoceânica.

Este plano não se limitava ao Índico, Mar da China e ao Pacífico. Estendia-se ao Atlântico. Beneficiando deste esforço de redimensionamento da actividade comercial de Macau, no

qual a diplomacia da cidade foi de enorme préstimo, Macau apostou também forte numa ofensiva diplomática junto da Coroa Portuguesa que, em última instância, lhe desse acesso ao mercado brasileiro e aos tráficos atlânticos em geral.

Procurando tirar partido da fuga e estabelecimento da corte no Brasil, em 1807, o Senado de Macau aproveitou igualmente o ensejo para apresentar ao soberano um conjunto de medidas que reputava de indispensáveis para um novo surto de desenvolvimento. Estas medidas, de que algumas foram efectivamente acolhidas pelo Príncipe Regente, podem agrupar-se em três pontos essenciais:

1. *Reordenamento e modernização da vida comercial, e reforma do sistema financeiro de Macau.* Este primeiro ponto incluía medidas como: isenção do pagamento de direitos alfandegários das mercadorias vindas da China (pela via de Macau) para o Brasil; a expulsão da cidade dos mercadores privados ou das casas comerciais europeias, mormente as inglesas; a liberalização da navegação e do comércio macaenses em todos os portos de aliados da Coroa Portuguesa; a administração das fortunas pessoais dos mercadores macaenses pelo Senado da Câmara, desde que considerado dinheiro mal parado; criação de uma companhia de seguros.

2. *Revisão do modelo de relacionamento político-institucional de Macau com a Coroa Portuguesa.* Nesta alínea eram considerados como aspectos fundamentais os seguintes: reconhecimento formal da fidelidade de Macau à Coroa Portuguesa, através da concessão do título de «Leal» ao Senado da Câmara; nomeação de um procurador permanente de Macau na corte do Brasil; dependência directa de Macau em relação à corte brasileira, cortando a sua dependência relativamente a Goa; consulta a Macau por ocasião da nomeação dos governadores de Macau.

3. *Reforma do sistema defensivo de Macau.* Como tópicos fundamentais estavam os seguintes: reforço das estruturas defensivas da cidade; envio de um contingente de 600 soldados portugueses e 200 artilheiros para a guarnição da cidade.

Como vimos já, este vasto plano de alargamento da diplomacia e do comércio macaenses visava chegar a mais, novos e antigos, destinos e mercados da cidade. Na mente de Arriaga, desejava-se a ideia de que a consumação daqueles objectivos só era possível através de uma coordenação e sistematização dos esforços e das iniciativas. Mas a transição de Macau para a modernidade passava também, em larga medida, pela adopção de novos processos e técnicas económicas e financeiras, trazidos da Europa e praticados na Ásia pelas grandes companhias de comércio. Passava ainda, no entender de Arriaga, pela cunhagem em Macau de moeda de prata própria. No fundo, para além do redimensionamento da geografia de negócios de Macau, que assumiria doravante um carácter verdadeiramente panoceânico (Atlântico-Índico-Pacífico), o plano de Arriaga para o desenvolvimento de Macau escorava-se também numa autonomização relativamente à E.I.C., mas não forçosamente em relação aos mercadores privados ingleses, e na escolha de novos parceiros no campo europeu e asiático.

Entre os ocidentais, americanos e suecos eram os principais alvos dos planos de Arriaga. Aqueles seriam atraídos a Macau como mercado alternativo de abastecimento de ópio do Malabar (escoado a partir de Damão), fora do controlo da E.I.C., para os mercados da Ásia do Sueste e da China. Do lado asiático, sabedor de que os principais agentes de estimulação comercial e financeira de Bombaim haviam sido os homens de negócios e financeiros parses e arménios, tratava-se de os atrair a Macau, tanto mais que aqueles se tentavam instalar já em Cantão (como veio a acontecer em 1817).

Do conjunto de medidas que, em 1807, o Senado de Macau apresentou ao Príncipe Regente como sendo indispensáveis para um novo surto de desenvolvimento, constava o reforço do sistema defensivo de Macau. Pormenor da Fortaleza do Monte. Fotografia de Jean Doat.

É pois este o *grand dessein* que visava colocar Macau na linha da frente das grandes metrópoles comerciais-marítimas do Oriente, e do Extremo Oriente em particular, que se deve integrar e destacar o projecto de estabelecimento de uma feitoria portuguesa no Achém, placa giratória de distribuição do ópio da Madeira e de Malwa para a Ásia do Sueste e para o Império Chinês, pela via de Macau.

Neste projecto, o Achém desempenharia quatro funções essenciais:

1. Principal porto abastecedor de especiarias (pimenta sobretudo), areca e escravos para os mercados da Índia e Mar da China.

2. Porto de escala alternativo para a navegação portuguesa e luso-asiática na Ásia do Sueste e Mar da China, a Malaca e Penang.

3. Entrepasto de comercialização do ópio de Malwa e do ópio vindo da ilha de Porto Santo, na Madeira.

4. Base de reparação e construção naval para a navegação portuguesa e luso-asiática.

Contudo, as variáveis do projecto de comércio triangular Madeira-Achém-Macau não chegariam nunca a conjugar-se positivamente. Guerras civis no Achém e a sua crescente subalternização relativamente a outras grandes metrópoles da região, designadamente Penang, e o aparente fracasso da produção e comércio de ópio na Madeira foram duas das mais fortes razões para o fracasso deste projecto.

Assim se esfumou o projecto de tráfico de ópio na Ásia do Sueste e na China, pela via de Macau, por intermédio de um dos seus negoci-



antes, de comércio triangular Madeira-Achém-Macau. Apesar de tudo, o comércio do ópio de Bengala continuava sendo mais proveitoso, não obstante os riscos que Macau corria com a sua introdução no Império Chinês e da posição cada vez mais difícil em que colocava a cidade em relação aos interesses da E.I.C.

O falhanço deste e dos demais projectos que conjugavam habilmente a diplomacia e o comércio de Macau, em princípios do século XIX, no contexto da Ásia do Sueste, empurrou o comércio da cidade para a situação que o Senado e Arriaga a todo o transe haviam procurado evitar: a concentração de navios, capitais e expectativas no negócio do ópio. Apesar de tudo, o empório macaense ainda viveria durante mais duas décadas de prosperidade, graças sobretudo ao comércio do ópio.

- ¹ Para além dos trabalhos de Pierre-Yves Manguin, Bryan de Souza e Ângela Guimarães, citados na bibliografia deste artigo, veja-se sobretudo a reflexão proposta por Kenneth McPherson.
- ² O bicho de mar era o nome dado pelos portugueses à holotúria (género de equinodermes holoturídeos, da ordem dos peclatas), iguaria extremamente apreciada na China, sobretudo na China do Sul, onde é consumida seca e fumada, sendo muito usada na confecção de guisados. Esta iguaria angariou entre os chineses, ao longo dos tempos, a reputação de poderoso afrodisíaco.

BIBLIOGRAFIA ESSENCIAL

- Jorge M. dos Santos ALVES, «Natureza do Primeiro Ciclo de Diplomacia Luso-Chinesa (séculos XVI-XVIII)», in *Estudos de História do Relacionamento Luso-Chinês, séculos XVI-XIX*, organização e coordenação de António Vasconcelos de Saldanha e Jorge M. dos Santos Alves, Macau, Instituto Português do Oriente, 1996, pp. 179-219.
- Jorge M. dos Santos ALVES, «O triângulo Madeira/Achém/Macau. Um projecto português de comércio de Ópio (1816)», in *Archipel*, Paris, número especial em memória de Denys Lombard (no prelo), 1998. Remetemos o leitor para este estudo, no qual encontrará referência às fontes que sustentam documentalmente o presente artigo.
- Barbara Watson ANDAYA, «An examination of the sources concerning the reign of Sultan Mansur Shah of Trengganu, 1741-1973», in *Journal of the Malaysian Branch of the Royal Asiatic Society*, 1976, vol. 49, II, pp. 80-107.
- Luís Filipe BARRETO, «A condição de Macau – elementos para uma análise histórico-cultural», in *Administração. Revisitada Administração Pública de Macau*, n.º30, 1995, vol. VIII, pp. 777-787.
- William Gervase CLARENCE-SMITH, *The Third Portuguese Empire, 1825-1875; A Study in Economic Imperialism*, Manchester, 1985.
- FOK KAI CHEONG, *The Macao Formula: A Study of Chinese Management of Westerners from the Mid-sixteenth century to the Opium War period*, Tese de Doutoramento (exemplar policopiado), University of Hawaii, 1978.
- Jorge FORJAZ, *Famílias Macaenses*, 3 vols., Lisboa, Fundação Oriente/ Instituto Cultural de Macau/Instituto Português do Oriente, 1997.
- M. GREENBERG, *Brithish Trade and the Opening of China*, Cambridge, 1951.
- Ângela GUIMARÃES, *Uma relação especial: Macau e as relações luso-chinesas (1780-1844)*, Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 1996.
- Kenneth MACPHERSON, «Enemies or Friends? The Portuguese, the British and the Survival of Portuguese Commerce in the Bay of Bengal and Southeast Asia from the Late Seventeenth to the Late Nineteenth Century», in *The Portuguese and the Pacific; International Colloquium at Santa Barbara*, edição de Francis A. Dutra e João Camilo dos Santos, Santa Barbara, Center for Portuguese Studies, 1995, pp. 211-238.
- Pierre-Yves MANGUIN, *Les Portugais sur les Côtes du Viêt-nam et du Campa. Étude sur les routes maritimes et les relations commerciales, d'après les sources portugaises (XVIe, XVIIe, XVIIIe siècles)*, Paris, 1972.
- Pierre-Yves MANGUIN, *Les Nguyen, Macau et le Portugal. Aspects politiques et commerciaux d'une relation privilégiée en Mer de Chine, 1773-1802*, Paris, 1984.
- Benjamim Videira PIRES, S. J., *A vida marítima de Macau no século XVIII*, Macau, Instituto Cultural de Macau/Museu Marítimo de Macau, 1993.
- OM PRAKASH, «Opium monopoly in India and Indonesia in the eighteenth century», in *Merchants, Markets and the State in Early Modern India*, edição de Sanjay Subrahmanyam, New Delhi, Oxford University Press, 1990, pp. 121-139.
- Leonor de SEABRA, *Relações entre Macau e o Sião (séculos XVIII-XIX)*, Tese de Mestrado (exemplar policopiado), Macau, Universidade de Macau, 1994.
- Talib SHAHARIL, «The Port and Polity of Terengganu During the Eighteenth and Nineteenth Centuries: Realizing its Potential», in *Southeast Asia Port and Polity, Rise and Decline*, ed. J. Kathirithamby-Wells e John Villiers, Singapore, Singapore University Press, 1990, pp. 213-231.
- James T. SIEGEL, *The Rope of God*, Berkeley/Los Angeles, 1969.
- George Bryan SOUZA, *A Sobrevivência do Império: Os Portugueses na China (1630-1754)*, Lisboa, 1991.
- António Martins do VALE, *Os Portugueses em Macau, 1750-1800*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1997.
- James Francis WARREN, *Trade, Raid, Slave: The Socio-Economic Patterns of the Sulu Zone, 1770-1898*, Tese de Doutoramento (exemplar microfilmado), Australian National University, 1975.

«Notícias do melhor reino que há no mundo»

Macau e as relações luso-chinesas no século XVI

R u i M a n u e l L o u r e i r o

ANTES DA CHEGADA DE VASCO DA GAMA A CALECUT, em 1498, a Ásia era um mundo demasiado remoto, quase totalmente ignorado pela cultura portuguesa. O conhecimento da geografia oriental, muito lacunar, baseava-se sobretudo em relatos de viajantes medievais, moldados pela fantasia de sucessivos compiladores. O *Livro das Maravilhas* de Marco Polo contribuíra para a divulgação de vagas notícias a respeito do Cataio, vasto e poderoso império governado pelos khans mongóis, que se situava algures nas partes do Extremo Oriente. A visão europeia dessas regiões exóticas, porém, era vaga e nebulosa, sem contornos precisos, já que a ausência de contactos directos contribuíra para a difusão de uma geografia imaginária. O descobrimento do caminho marítimo para Índia irá alterar radicalmente esta situação, pois, de repente, graças às viagens e explorações portuguesas, o mundo oriental ganha uma nova dimensão, impondo-se como um poderoso pólo de atracção, tanto por razões de ordem material como em termos intelectuais. A vivência directa dos mares, das terras e das gentes asiáticas, alargando os horizontes geográficos dos europeus, provocará importantes alterações nos modos de vida, mas também nas formas de conceber o mundo, já que as notícias recolhidas em primeira mão pelos nossos viajantes, renovando o saber tradicional, irão revolucionar a visão portuguesa da Ásia.

Entre muitas outras novidades absolutas, os portugueses recolhem as primeiras informações sobre uma enigmática «terra dos chins», que se situaria nos confins mais remotos do Oriente. Ao correr dos anos, na sequência de sucessivas viagens de exploração e de regulares inquéritos levados a cabo em numerosos portos asiáticos, as notícias disponíveis vão-se acumulando, dando origem à criação de enormes expectativas. A China, com efeito, começa a tomar a forma de um extenso e poderoso reino, produtor de valiosíssimas mercadorias, que suscitam a

O *Livro das Maravilhas* de Marco Polo contribuiu para a divulgação de vagas notícias a respeito do Cataio, vasto e poderoso império governado pelos khans mongóis, que se situava algures nas partes do Extremo Oriente. *Livro das Maravilhas* de Marco Polo, 1307. Bodleian Library, Oxford.

curiosidade e também a cobiça dos viajantes europeus. Os primeiros contactos com gente oriunda desta região são estabelecidos em Malaca, em 1509, e confirmam todos os anseios dos portugueses: os chins, para além de trafica-

rem sedas e porcelanas, revelam enormes parecenças com os próprios europeus, desde a cor alva da pele, ao vestuário e à alimentação, passando pelas elaboradas regras de civilidade. Assim, praticamente desde o primeiro encontro, os chineses apresentam-se como interlocutores privilegiados, enquanto a China se impõe como uma meta prioritária das nossas navegações.

Depois do contacto inaugural com a ilha de Tamão, estabelecido em 1513, os navios portugueses não mais deixariam de demandar o litoral chinês, com uma persistência louvável, decerto proporcional aos enormes benefícios materiais que ali podiam alcançar. Nas décadas imediatas, várias formas de aproximação ao Império do Meio foram sucessivamente experimentadas. Num primeiro momento, os enviados de el-Rei D. Manuel tentaram estabelecer um entreposto fixo na Baía de Cantão, recorrendo ao poderio naval, temperado pela mediação diplomática. Porém, este processo, que havia resultado em outras regiões asiáticas mais ocidentais, mostrou-se totalmente inadequado às circunstâncias locais, conduzindo a um breve período de confrontos. Por um lado, os portugueses cometeram demasiados erros tácticos, motivados pelo total desconhecimento das principais características da civilização chinesa. Por outro lado, a China revelou uma invulgar capacidade de resistência à intrusão dos navegadores europeus, recusando qualquer tipo de relacionamento oficial com estes bárbaros estrangeiros.

Perante o fracasso da política régia, os mercadores privados tomaram a iniciativa, criando, ao longo de anos de tráfico semi-legal, uma vasta rede de cumplicidades com as populações ribeirinhas das províncias chinesas meridionais. Onde a intimidação e a utilização da força haviam falhado, a maleabilidade e o compromisso com os poderes locais obtiveram resultados surpreendentes. Depois de minimamente familiarizados com as subtilidades da política



externa chinesa, os portugueses adoptaram um perfil conciliador, que lhes permitiu contornar as proibições imperiais de uma forma discreta, mas com grande eficácia. Assim, durante várias décadas conseguiram manter um proveitoso intercâmbio com determinadas zonas costeiras do Fujian e do Zhejiang.

Embora as relações com os portos chineses fossem maioritariamente efectuadas por tratantes e aventureiros agindo por conta própria, o Estado da Índia, sobretudo através da capitania de Malaca, cedo procurou chamar a si uma fatia significativa dos negócios da China. Aliás, os funcionários régios raramente conseguiram separar de uma forma clara os interesses da Coroa das suas próprias conveniências, mostrando-se bastante permeáveis às atracções do mundo mercantil. A segunda aproximação ao mundo chinês, assim, mais pragmática e mais produtiva, fora fruto de uma informal aliança entre capitães, fidalgos e chatins, proporcionando ao projecto mercantil um moderado sucesso, depois do total fracasso do projecto estatal.

O descobrimento do Japão, em 1542 ou 1543, veio introduzir um factor de dinamização no tráfico com a China, que se tinha até então desenvolvido paulatinamente, de uma forma camuflada, decerto, mas com segurança e com continuidade. Constrangimentos de vária ordem, sobretudo climáticos e geográficos, exigiam agora a existência de uma base segura em algum ponto do litoral chinês, a partir da qual os nossos navegantes pudessem rumar alternadamente ao porto de Malaca e ao arquipélago nipónico. Cerca de uma década depois da primeira viagem documentada a Tanegashima, as embarcações lusitanas obtinham autorização dos mandarins de Cantão para ancorarem na ilha de Sanchoão, e logo depois em Lampacau.

O primeiro acordo luso-chinês, informalmente celebrado por Leonel de Sousa em 1554,

previa a realização de feiras anuais, que teriam lugar nas ilhas do estuário do rio da Pérola. Ao longo das décadas anteriores, a situação interna na província de Guangdong tinha sofrido alterações importantes, que impunham a necessidade da abertura do porto da Cantão ao comércio exterior. Outros factores, porém, contribuíram para a regularização das relações com os folangji, como os nossos eram apelidados. Os portugueses, através de uma longa vivência da realidade marítima chinesa, haviam sabido adaptar o seu comportamento aos exigentes padrões do Império do Meio. Agora, apresentavam-se como pacíficos mercadores, que apenas pretendiam traficar com as populações costeiras, depois de regularizados os respectivos direitos alfandegários. Simultaneamente, os nossos homens tinham-se conseguido destacar de outros grupos de intrusos que rondavam o litoral chinês – os irrequietos bandos de piratas wokou –, através de uma atitude de conivência com os mandarins locais e de uma utilização muito criteriosa do terrível poderio militar de que dispunham.

Em 1557, menos de três anos depois do primeiro acordo, a base de negócios fora transferida para a península de Macau, onde se iria manter a partir de então. Tinha chegado a idade do *compromisso*, tanto para os portugueses como para os chineses. A manutenção de uma base lusitana em território do Celeste Império deve ser entendida, sem dúvida, como uma conquista dos nossos mercadores e aventureiros, que conseguiram adquirir um estatuto de parceiros credíveis face às autoridades da vizinha metrópole de Cantão. Todavia, Macau é também uma invulgar concessão dos mandarins cantoneses, que, numa atitude perfeitamente inédita, consentiam o estabelecimento de uma povoação de estrangeiros no interior das fronteiras imperiais. Em 1564, um curioso incidente viria a contribuir para a consolidação da incipiente povoação lusa. Nesse ano,

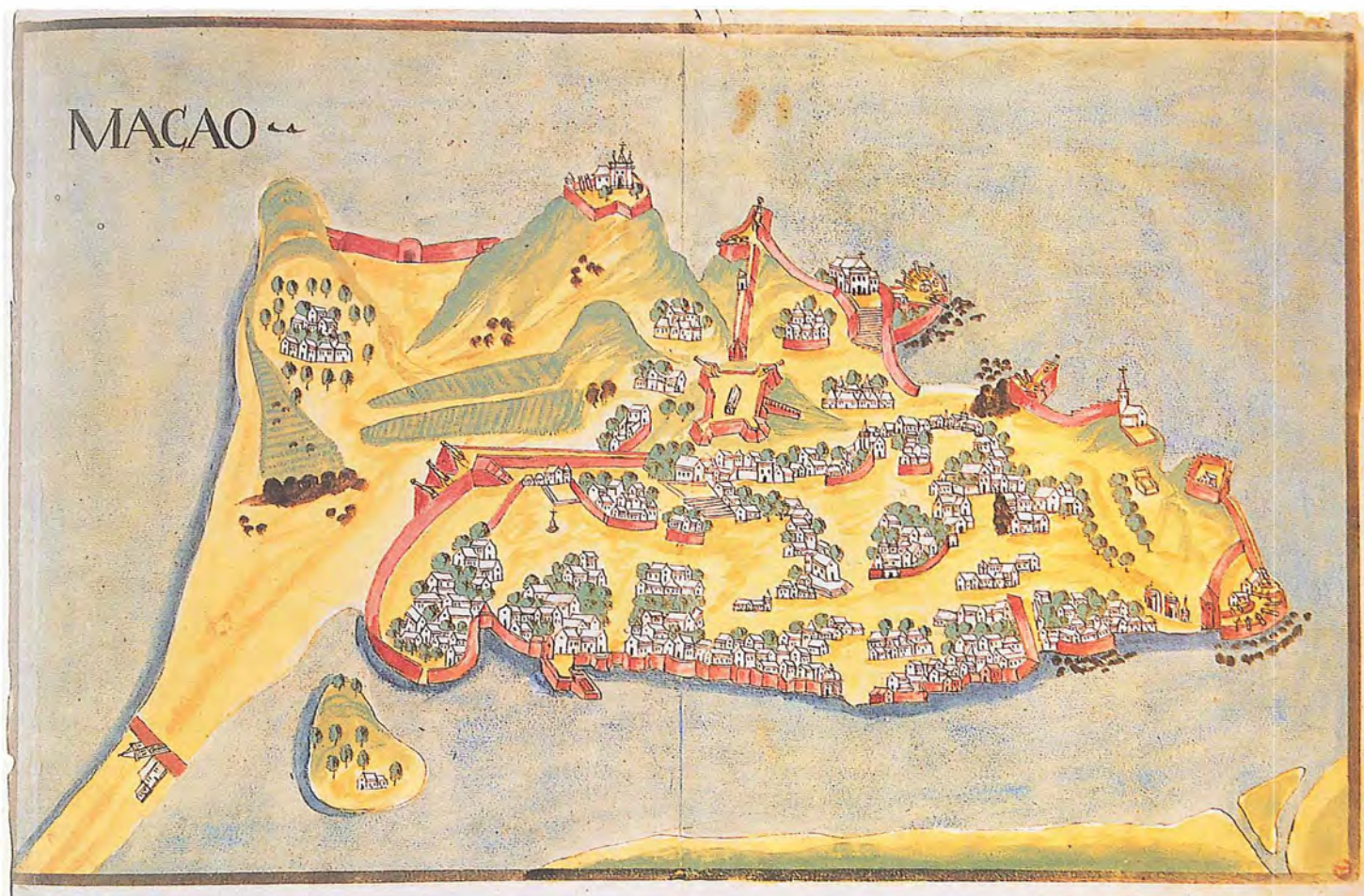
Mandarins chineses numa gravura do *Itinerário* de Jan Huygen van Linschoten, Amsterdão, 1595. Sociedade de Geografia, Lisboa. Fotografia de Laura Castro Caldas e Paulo Cintra.



uma armada chinesa que regressava de uma campanha de pacificação no litoral do Fujian revoltou-se contra as autoridades de Cantão, aparentemente por questões salariais, colocando a grande metrópole em sérias dificuldades. Os mandarins provinciais, em desespero de causa, e numa atitude sem precedentes, resolveram solicitar o apoio militar dos estrangeiros de Macau, os quais, fazendo uso das suas imponentes capacidades bélicas, rapidamente regularizaram a situação. A disponibilidade revelada pelos portugueses, assim como a eficácia demonstrada no «episódio dos piratas», terão contribuído sobremaneira para reforçar os informais direitos anteriormente conseguidos pelos nossos na península macaense.

Macau, para além de entreposto mercantil, passou também a ser uma base estratégica para

os padres da Companhia de Jesus, que tinham a seu cargo a missão de vastas áreas do Extremo Oriente. Os Jesuítas, desde a morte do Pe. Francisco Xavier na ilha de Sanchoão, em 1552, tinham demonstrado um inusitado interesse pelas «coisas da China», e apareciam mesmo como portadores de um projecto próprio, distinto nos seus métodos e objectivos das aproximações estatais e mercantis. Os padres jesuítas, no seu afã evangélico, haviam mesmo patrocinado várias embaixadas portuguesas a Cantão, todas fracassadas, infelizmente. Por ocasião dessas empresas, as tentativas de conquista espiritual da China, protagonizadas pelos Inacianos, tinham sido subalternizadas a interesses mais imediatos, que consideravam os padres um potencial obstáculo ao bom andamento dos negócios.



Todavia, depois dos primeiros falhanços, também a Companhia haveria de aprender as suas lições, optando por uma forma de aproximação mais moderada, que tomava em devida conta os condicionalismos impostos pela civilização chinesa. Assim, o Pe. Alessandro Valignano, visitador nas partes do Oriente, delineou uma estratégia mais adaptada às realidades locais, e em 1580 já sugeria ser «*coisa mui acertada que alguns dos nossos aprendessem a língua mandarim*», adiantando na mesma carta que dois dos padres estaciona-

dos em Macau já se estavam a dedicar a tal tarefa, ao mesmo tempo que se familiarizavam com os costumes chineses. A nova atitude obteria resultados positivos a curto prazo, pois em 1583 já os padres jesuítas residentes na povoação conseguiam autorização do tutão provincial para se estabelecerem em Zhaoqing, importante cidade do Guangdong. De repente, o sonho do Pe. Francisco Xavier tornava-se realidade, e as portas do Celeste Império pareciam abrir-se de par em par à missão católica.

Macau na *Descrição da Fortaleza de São João e das mais da Índia*, de António de Mariz Carneiro, 1639. Biblioteca Nacional, Lisboa.

Os contactos com a «terra dos chins», facilitando a obtenção de informações de carácter geográfico e antropológico, dariam inevitavelmente lugar a uma proliferação de relatos escritos, que pretendiam divulgar realidades anteriormente ignoradas. Assim, mercadores e aventureiros, soldados e funcionários régios, e também missionários de variadas denominações, todos contribuíram, na medida das respectivas possibilidades, para um melhor conhecimento do mundo sínico. O processo foi idêntico ao que se desenvolveu em outras regiões asiáticas. Os nossos observadores começaram por prestar atenção aos dados de carácter mais utilitário, ligados às condições políticas e militares, assim como ao mundo da mercancia. Depois de preenchidos os vazios informativos mais urgentes, os viajantes ampliariam a sua grelha de questões, procurando obter informes mais detalhados sobre usos e costumes, e também sobre crenças e práticas religiosas, de modo a formarem uma imagem global mais rigorosa do Império do Meio.

As informações consignadas em cartas e relatórios manuscritos circularam de uma forma ampla, sendo regularmente aproveitadas por cronistas e por literatos, que, a seu modo, deram consistência à imagem que se ia esboçando. A China, descoberta pelos navegadores lusitanos nos primeiros anos do século XVI, foi-se impondo aos olhos dos nossos observadores como um dos mais poderosos reinos asiáticos, merecedor da maior admiração e do mais profundo interesse, não só pela sua enorme extensão e pela sua incrível riqueza, mas também pela forma eficiente como conseguira resolver os principais problemas materiais que afectavam qualquer sociedade policiada. Por volta de 1583, qualquer leitor português interessado teria à sua disposição um vasto conjunto de textos, tanto manuscritos como impressos – de entre os quais se destacava o *Tratado das cousas de China* de

Fr. Gaspar da Cruz –, que transmitiam uma imagem extraordinariamente detalhada dos mais variados aspectos da civilização sínica.

O conjunto de notícias recolhidas no Oriente sobre as «coisas da China» caracteriza-se, regra geral, por um tom francamente apologético. A realidade chinesa é encarada de uma forma admirativa em extremo, que não encontra paralelo em qualquer outro reino asiático frequentado pelos nossos homens. A China aparece aos olhos dos portugueses como uma verdadeira sociedade modelo, pelo impecável funcionamento da administração e do governo, pela rigorosa imparcialidade da justiça, pela abundância em todo o género de mercadorias, pela elaborada organização das actividades produtivas, pela benevolência e a caridade das instituições estatais, pelo apurado ordenamento urbano, e até pela enorme severidade dos castigos aplicados aos infractores. Curiosamente, apesar de vários observadores portugueses terem chamado a atenção para traços menos positivos da realidade sínica, tais como a corrupção que grassava entre alguns mandarins de grau inferior, a brutalidade dos castigos aplicados aos criminosos, ou a excessiva autoridade de que gozavam os magistrados, os elogios são praticamente generalizados.

A visão positiva da China foi lentamente formulada, ao longo da primeira metade do século XVI, por viajantes lusitanos com experiência asiática, alguns dos quais haviam visitado os portos chineses, como Tomé Pires, Cristóvão Vieira ou Galiote Pereira. Expressa em cartas e relatórios manuscritos, essa imagem rapidamente chegou ao Reino, sendo, logo de seguida, retomada e amplificada em todas as grandes obras da «cultura da expansão» preparadas na segunda metade de Quinhentos. Das *Décadas da Ásia* de João de Barros à *Crónica do Felicíssimo Rei Dom Manuel* de Damião de Góis, passando pelos *Comentários* de Afonso Brás de Albuquerque,

que, pelo *Tratado dos Descobrimentos* de António Galvão e tantos outros, as «coisas chinesas» foram motivo de um autêntico coro de louvores, que, ao mesmo tempo que davam a conhecer o Celeste Império ao público português, o impunham como o único reino asiático capaz de rivalizar seriamente com a Europa em expansão.

Por volta de 1583, os portugueses estavam firmemente implantados no litoral da China, graças à cumplicidade de certos funcionários locais, mas também com o aval tácito do poder central, já que o imperador Wan Li recebera repetidos memoriais da província de Guangdong a respeito dos folangji. O nosso estabelecimento, segundo parece, adquirira já um estatuto de relativa autonomia perante o governo cantonês, pois o *Livro das Cidades e Fortalezas*, preparado no ano anterior, declarava que ali existia «uma povoação grande de portugueses», onde residiam a título permanente «passante de dois mil vizinhos». De acordo com o anónimo autor, «posto que a terra seja d'el-Rei da China», os estrangeiros regiam-se «pelas leis e ordenações deste Reino de Portugal». Aliás, ainda nesse ano de 1583, os cidadãos macaenses formalizavam a sua relativa independência, elegendo um «governo de câmara e ministros dela», como logo escreveria Filipe II de Espanha (e I de Portugal), que poucos anos mais tarde o reconhecia formalmente. Este organismo municipal haveria de reger os destinos da povoação até à nomeação do primeiro capitão-geral, já bem entrado o século XVII.

As relações mercantis com Cantão passavam certamente pela liquidação dos respectivos direitos alfandegários. Mas um relatório coevo refere também que os nossos pagavam «cada ano quinhentos taéis de prata de tributo», em troca da autorização de residência. Tratava-se certamente do célebre «foro do chão», que está devidamente atestado desde 1584, pelo menos. O mesmo relatório, que fora preparado por um feitor espanhol



Morte de S. Francisco Xavier na Ilha de Sanchoão. Pintura a óleo de André Reinoso, 1619. Museu de S. Roque/Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Fotografia de Laura Castro Caldas e Paulo Cintra.

de visita a Macau, sublinhava que, nas suas visitas à grande metrópole vizinha, os portugueses se sujeitavam às maiores humilhações em prol do bom andamento do tráfico. Assim, durante as audiências com os mandarins negociavam «de joelhos», sendo por vezes obrigados a «*estar seis horas, assim, ao sol, descapuçados*».

Os habitantes de Macau, praticamente desde a fundação do entreposto, tiveram uma consciência muita nítida da precaridade da sua posição, que só se perpetuaria graças à boa vontade dos seus poderosos vizinhos. No fim de contas, a cidade não era auto-suficiente, e tinha de importar todos os bens de primeira necessidade das localidades circundantes. Qualquer embargo posto em prática pelos mandarins chineses colocaria imediatamente em risco a permanência dos portugueses na Baía de Cantão. É provável que os macaenses, como escrevia em 1584 o governador das Filipinas, com evidente aze-

dume, pagassem «*vilmente aos chins mil imposições*», estando-lhes «*sujeitos como negros*». Porém, esta atitude de subserviência era essencial à manutenção do estatuto de extra-territorialidade que Macau havia adquirido, e que lhe permitiria, em anos seguintes, prosperar à sombra do tráfico com o Japão, com as Filipinas e com muitos outros destinos extremo-orientais.

O encontro dos portugueses com o Império do Meio, no século XVI, parece ter assumido as características de uma irresistível atracção, tanto do ponto de vista mercantil como no mais vasto aspecto cultural. Após os frutuólos contactos iniciais, os nossos mercadores e aventureiros, de uma forma quase compulsiva, não mais deixaram de demandar os portos sínicos, ultrapassando com persistência todos os obstáculos conjunturais, até finalmente disporem de um entreposto sólido na Baía de Cantão, complementado pela aquisição, diante do funcionalismo imperial, de um estatuto de total credibilidade. O porto de Macau, à sombra das vastas oportunidades negociais oferecidas pela sua localização estratégica na geografia do Extremo Oriente, cresceu rápida e vertiginosamente, transformando-se em escassos anos num dos mais importantes entrepostos da Ásia marítima. A «Cidade do Nome de Deus» haveria de funcionar igualmente como uma base missionária de primeiro plano, essencial nas ligações com o Japão, é certo, mas sobretudo como ponto de abordagem à China, onde os missionários jesuítas descobriam com espanto uma civilização que atribuíra um respeito desmesurado aos homens «de letras e saber», como adiantava um padre jesuíta em 1565. Complementarmente, a povoação lusitanizada passou a ser um posto de observação privilegiado, a partir do qual os portugueses se debruçaram mais demoradamente sobre as «coisas da China», que, desde a primeira visita à ilha de Tamão, muitos anos antes, nunca haviam deixado de os fascinar.

Tractado em que se contam muito por extenso as cousas da China, Frei Gaspar da Cruz, Évora, 1569. Biblioteca Nacional, Lisboa.



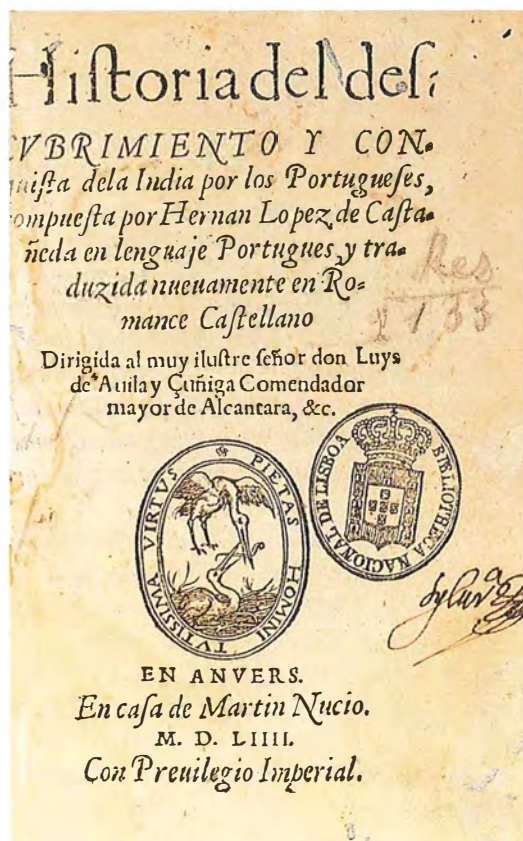
Breves sombras da China na cronística da Expansão (século XVI)

A n a P a u l a A v e l a r

AO EVOCARMOS A CRONÍSTICA DA EXPANSÃO COMO espectro analítico das *sombras* da China, reportamo-nos a um modelo de narrativa que subcreve uma tipologia própria. Este modelo surge a par do texto cronístico, elaborando um discurso histórico, delimitando as fronteiras do seu objecto, e distinguindo-se da crónica régia, apesar de com ela se entrecruzar. Os seus elementos constitutivos evidenciam-se quer no modo como cada um dos autores da cronística da Expansão compôs a sua obra, quer no diálogo que se concretiza com os textos coevos, como os relatos que se subordinam a tipologias várias, as cartas, ou ainda as crónicas régias.

Fernão Lopes de Castanheda, na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, João de Barros, na sua *Ásia... Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*, ou Gaspar Correia, nas *Lendas da Índia*, circunscrevem um objecto narrativo, espelhando-o de imediato nos respectivos títulos: o propósito geral de todos eles é o de relatar os feitos/eventos dos portugueses em terras e mares orientais. Por outro lado, o *espaço* nuclear dos discursos é, em Castanheda e em Gaspar Correia, explicitamente referenciado por *Índia*, enquanto que João de Barros enquadra na sua *Ásia/Oriente* a construção narrativo-espacial.

A matriz destas obras filia-se na estrutura modelar dos clássicos, numa nítida vertente renascentista. As *Décadas* de Tito Lívio, *grosso modo*, funcionam como um modelo de narrativa histórica, tutelar destes cronistas. Tal inscrição encontra-se presente não só numa mais ou menos evidente exposição da divisão do seu trabalho sobre a *Ásia...* em *quatro décadas*, como acontece em João de Barros, mas também nos dez livros escritos por Fernão Lopes de Castanheda. Estes são organizados em função de um todo, da sua *História*, sendo tal inscrição igualmente patenteada nas quatro *Lendas da Índia*,



de Gaspar Correia, correspondendo cada uma delas a séries temporais mais ou menos homogêneas que respeitam os períodos de vigência dos respectivos governos da Índia¹.

Tal acontece apesar de a obra de Gaspar Correia não ser ao tempo publicada, permanecendo manuscrita e assim correndo até à sua edição no século XIX. Deste modo, a sua estrutura não recebeu a depuração autoral seja quanto à forma ou mesmo quanto ao estilo que decerto teria sido objecto de modificação se Correia tivesse acompanhado a sua impressão. Esta é aliás prática comum, sucedendo nomeadamente com Lopes de Castanheda, como se depreende através do confronto da reimpressão

do seu primeiro livro em 1554 com a primeira impressão de 1551.

A existência de um público alvo tornar-se-á um dos eixos construtores das crónicas da Expansão, explicitando-se nos prólogos de Castanheda ou Barros. O próprio Gaspar Correia introduziria a sua narrativa com um pequeno texto dirigido aos senhores leitores.

Nos diferentes prólogos que acompanham cada um dos livros impressos, reflecte-se uma logicidade intrínseca ao corpo narrativo global, isto é, desenvolve-se os princípios estruturantes aos vários livros que compõem a *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, ou as diferentes *Décadas* que constituem a *Ásia*... Semelhante organicidade decorre dos tópicos temáticos que são abordados em cada livro, e da formulação expressa através dos elementos delineadores de um discurso histórico. Estes consubstanciam-se nos princípios clássicos presentes na elaboração de um texto que se poderá designar prefacial ou prólogo, denunciando uma obediência aos diversos momentos retóricos de construção de um discurso, cumprindo-se o *decoro*, a pertinência da argumentação, a finalidade moral, e subscrevendo-se, enfim, o *prodesse et delectare*.

Seguindo a matriz clássica insculpem-se estes textos nos *antigos*, procurando-se, ainda que por vezes tal não surja explicitamente referenciado, apaixonar, encantar, comover o leitor, através dum estilo que em tudo se pretende cuidado. João de Barros escreve-o claramente no seu prólogo à *Primeira Década* (1552), nomeadamente quando evoca a importância e perenidade da palavra escrita face à oral². Numa recorência de tópico, Fernão Lopes de Castanheda evidencia logo no prólogo do seu primeiro livro (1551) que, apesar de muito conhecidos e divulgados pelo mundo, os feitos dos portugueses não o são tão «*perfeitamente, como o serão por escrito*»³. Por seu turno, Gaspar Correia men-

ciona o desejo de escrever e *memorar as cousas da India*, tendo como pressuposto que as relata segundo o que lhe «*parece q[ue] em outro tempo parecerão bem a quem as ouvir*»⁴.

A importância da escrita é, portanto, o elemento-chave de permanência de uma memória, de transmissão e construção de uma *imagem* que corre, se altera, e reestrutura através de um tempo e de uma *voz*. Contudo, a presença de uma escrita passa nesta cronística da Expansão pela consciência da importância da sua impressão⁵. A impressão coloca à disposição de todos uma memória colectiva, possibilita a sua manipulação por outros, exteriorizando-se concomitantemente uma *reminiscência e construção individual*. O veículo de transmissão, por excelência, desse passado histórico é assumidamente a *crónica*.

Conceber uma crónica da Expansão significa ter em atenção o exemplo da cronística régia. Gaspar Correia é dos três autores citados aquele que se debruça explicitamente sobre este género de discurso histórico, escrevendo duas crónicas respectivamente sobre D. Manuel e D. João III. O eixo destas narrativas é o das figuras reais, percorrendo o seu espaço temporal a duração dos respectivos reinados. O enfoque da cronística da Expansão é, como já assinalámos, outro. Todavia, não deixam de se cruzar os percursos narrativos de umas e de outras, já que umas e outras fornecem informações para a elaboração das narrativas históricas. Ao escrever a *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, Damião de Góis conhece as obras de Castanheda e Barros, enquanto que Francisco de Andrada evoca Gaspar Correia na sua *Crónica de D. João III*.

A cronística da Expansão assume-se como discurso de um *poder* de um *domínio* servindo enquanto fonte das crónicas régias, um outro discurso de *poder* e *domínio*; recorde-se que tanto a *História do Descobrimento e Conquista*

da Índia pelos Portugueses, quanto a *Ásia ...* foram impressas sob chancela régia⁶. Sendo esta cronística um discurso de um poder, interessará observar de que forma perpassam as imagens construídas e transmitidas de um espaço, tão idealizado e enfiado quanto o chinês ao longo dos tempos. Não cabe no âmbito destas páginas desvendar as várias faces desta *sombra* por nós percebida enquanto imagem fugidia, envolta numa auréola de irreabilidade e de mutabilidade. O nosso propósito primeiro é o de entrever o modo como estes três cronistas da Expansão, estas três *vozes* distintas, espelham os primeiros contactos estabelecidos pelos portugueses na China.

A recolha de informações várias é o processo de elaboração do discurso histórico. Tanto Castanheda quanto Barros ou Gaspar Correia utilizam diversos tipos de fontes, desde o texto escrito sob as mais variadas formas de relatos, cartas, manuscrito ou impresso, ao testemunho oral. Os seus percursos vivenciais intervêm neste processo. Um dos primeiros testemunhos impressos sobre a China que correu na Europa de então, foi o livro de Marco Polo. Este foi explicitamente evocado por Castanheda, logo em 1551, na primeira impressão do primeiro livro da sua *História...* ao apontar esta fonte relativamente ao senhorio do Preste João. Quando narra a viagem de Afonso de Paiva à corte do imperador da Etiópia, Castanheda escreve que este: «[...] *he o q[ue] agora erradamente nomeamos por Preste Ioão, porque ho verdadeiro, q[ue] foy aquelle de q[ue] Marco Paulo fala em seu livro, q[ue] senhoreava no sertão da India, & confinava seu senhorio cõ ho grã cão de Cathaio[...]*»⁷ Por outro lado, em 1554, na reedição do primeiro livro, assinala que o Preste João é «senhor da Etiópia». A explícita referência a Marco Paulo surgirá então em Castanheda já no terceiro livro, aquando da descrição do senhorio do Preste⁸.

Ásia... de João de Barros. Lisboa, Germão Galharde, 1552. CNCDP, Lisboa.

A Sinarria Paetica

Asia de Joam de Barros / dos
fectos que os Portugueses fize-
ram no descobrimento e
conquista dos ma-
res e terras do
Oriente.



Impressa per Germaão Galbar de em
Lisboa: a. xviii. de Junho
anno de. m. d. lii.



João de Barros menciona em idêntico momento do seu fluxo narrativo, na *Terceira Década da Ásia...*, o livro de Marco Polo⁹.

Este não é todavia o único texto que, tocando a China, é citado pelos cronistas da Expansão, sendo ainda referenciados os primeiros relatos de portugueses sobre este espaço, nomeadamente os de Duarte Barbosa e de Tomé Pires. Logo no início das suas *Lendas da Índia*, Gaspar Correia informa os leitores que não elaborará uma extensa descrição das terras, costumes e tratos locais asiáticos, pois outros o teriam feito: «[...] vi alguns volumes e mormente um livro q[ue] d'isso fez Duarte Barboza [...]»¹⁰. Correia cita-o sempre que no decurso da narrativa pretende introduzir informações de índole descritiva, assim enquadrando o seu núcleo temático essencial, isto é, a descrição dos feitos militares dos portugueses.

Não pretendemos cruzar aqui todas as fontes sobre a China utilizadas pelos cronistas, mas sim observar como cada um destes cronistas transpôs os seus reflexos. Para tal deveremos observar de que forma este espaço foi introduzido no discurso histórico, formulando-se um sistema narrativo coerente. Começemos por Gaspar Correia, visto ser este o cronista que mais tempo permaneceu no Oriente, aí falecendo.

O autor das *Lendas da Índia* na sua crónica régia sobre a figura de D. Manuel refere a partida de D. Duarte de Meneses como governador da Índia e o facto de este ter sido acompanhado por Martim Afonso de Melo. Este fidalgo teria ao seu cuidado quatro navios para ir à China. Na crónica régia centrada em D. João III, Gaspar Correia assinala o envio de três embarcações que teriam por capitão mor Manuel Botelho e que se destinariam ao trato da China¹¹. Também nas *Lendas da Índia* menciona pontualmente este ou aquele espaço chinês,

seguindo uma inserção discursiva que obedece ao nexó temático desta crónica da Expansão. Gaspar Correia deambula de episódio em episódio, de acordo com a sequência diacrónica dos acontecimentos, sendo todavia introduzidas entropias que alteram os ritmos narrativos.

As notações sobre a China nas *Lendas da Índia* abrangem o assinalar as viagens àquelas costas, o circuito comercial estabelecido antes da chegada dos portugueses, a presença de produtos chineses nas praças indianas, e a comparação entre os mercadores chineses e portugueses. Em 1506, na sequência do pedido de autorização ao rei de Cochim, por parte de D. Francisco de Almeida, no sentido de aí construir edifícios de pedra, tal analogia seria pronunciada. Defendendo esta causa, um príncipe local argumentaria que os *chins*, quando estiveram em Calecute, também construíram as casas de pedra onde viviam, não sendo por isso o costume quebrado: «[...] por eles serem mercadores estrangeiros, como aqui são ora os portugueses»¹². A visão transmitida por Correia do olhar dos *outros*, neste caso gentios de Cochim, face aos portugueses e chineses, denuncia uma certa similitude. Esta surge nos textos quinhentistas portugueses nomeadamente devido ao facto de a cor de pele dos chineses se aproximar da dos europeus, e de os seus costumes observarem uma civilidade que de algum modo tocava a europeia; pense-se em Duarte Barbosa ou Tomé Pires.

As referências que se sobrepõem relativamente a este povo nas *Lendas da Índia* correspondem, no entanto, ao modelo narrativo de Correia. Assim, deparemos com a enunciação dos vários contactos estabelecidos, nomeadamente o encontro com embarcações chinesas¹³, as notícias das expedições enviadas àquele espaço, a lenda da estadia naquelas paragens do apóstolo S. Tomé, o combate travado por Duarte Coelho nas costas de Cantão em 1522. Segundo as impressões colhidas, os *chins* seriam «*muíto*

boas gentes», ainda que se encontrem nestes mares corsários, assinalando, aliás, Gaspar Correia, que quem regressa da China vem rico¹⁴.

Gaspar Correia referencia igualmente o cativo de portugueses nas costas da China, e destaca, até pela extensão da micro-narrativa, a expedição de Fernão Peres de Andrade. Em Julho de 1517, Peres de Andrade parte de Malaca com destino à China, acompanhando uma embaixada portuguesa àquele *Reino*; segundo escolha do Governador, o embaixador português seria Tomé Pires. Com ele seguiriam Simão Távora, que capitaneava a embarcação Santa Cruz, Pero Soares, a Santo André, Jorge de Mascarenhas, a Santiago, e Jorge Botelho, Manuel de Araújo e António Lobo Falcão que navegariam em juncos. A primeira escala desta expedição teria lugar em Tamão, no mês de Agosto de 1517, sendo anunciada às autoridades chinesas a sua chegada. Os portugueses aguardariam então a autorização para navegar o rio das pérolas. Devido à demora da resposta, Fernão Peres de Andrade abandona o resto da expedição e parte com Tomé Pires para Cantão, onde aportaria em Outubro de 1517, aí permanecendo algum tempo.

Nas *Lendas da Índia*, a descrição da cidade surge aquando da partida da embaixada e da sua chegada ali. O processo descritivo obedece ao ritmo do percurso, sendo evocada «*a fermosura do rio*», de um e outro lado «*pejado de verde com muitas hortas e lugares*». Gaspar Correia estabelece ainda a ponte entre o leitor desconhecedor do espaço e referências que lhe estão próximas, como, por exemplo, ao comparar «*a grandura da cidade*» à de Évora. O cronista vagueia pela cidade, transmitindo uma visão topográfica da mesma, descrevendo a muralha que a cerca, as torres de vigia, as portas, e a sua guarnição. Os planos gerais da cidade são descritos, assim como o aspecto exterior das casas, todas elas térreas, e o seu



Chineses numa gravura do *Itinerário* de Jan Huygen van Linschoten, Amsterdão, 1595. Sociedade de Geografia, Lisboa. Fotografia de Laura Castro Caldas e Paulo Cintra.

interior forrado com madeira, «*sendo muito lavradas e pintadas*». Por outro lado, as ruas são largas e limpas, destacando o cronista os signos exteriores de uma organização social: nas ruas ao longo das paredes: «*[...] de ambas as bandas, tem ladrilhado de lageas de pedra e dous terços, e o terço do meo fica mais baixo, q[ue] nom he lageado, por q[ue] corre a gente baixa, e os fidalgos e homens honrados vão polo lageado d'ambas as bandas*»¹⁵.

As recorrências são evidentes quando nos confrontamos com objectos idênticos, como sucede na cronística da Expansão. Deste modo, não será de estranhar que tanto Fernão Lopes de Castanheda como João de Barros se debrucem igualmente sobre a expedição de Fernão Peres de Andrade. Tanto Castanheda quanto João de Barros explicitamente traçam os quadros sócio-culturais das diferentes comunidades descritas, aparecendo tanto na *História do Descobrimento*

e *Conquista da Índia pelos Portugueses* como na *Ásia...* capítulos que se esboçam as envoltórias mais gerais dos costumes, e transmitindo às séries temporais dos factos uma organicidade histórica.

Observemos brevemente os *topoi* da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses e da Ásia...* No capítulo XXVII do seu quarto livro, ao mencionar a expedição de Fernão Peres de Andrade, Castanheda elabora a *descrição da China e seus costumes*. Em primeiro lugar, informa o leitor de que esta costa se distancia 500 léguas da de Malaca, seguindo uma navegação para leste. Em segundo lugar, enunciam as riquezas, a abundância de alimentos, metais, tecidos e especiarias. Em terceiro lugar, menciona o tipo de embarcações utilizadas – os juncos – e que o trato é efectuado por *ricos* mercadores chineses. Em quarto lugar, destaca as cidades, descritas através de um traçado geral e da sua disposição topográfica – cercadas de muros, torres e cavas –, surgindo os *edifícios nobres*, constituídos tanto por habitações como por templos. Castanheda anota que existem indícios da presença de cristãos, descrevendo, no entanto, a especificidade das crenças locais e destacando os espaços de culto.

As impressões sensitivas assumem uma particular importância em Castanheda. Além disso, o cronista menciona os detalhes dos rituais de celebração, recorrendo sempre a homologias com o sistema de referências do europeu/português; por exemplo, o livro de celebração dos ofícios divinos é escrito numa língua que para eles desempenha a mesma função que o latim para os europeus, e têm os chins língua própria que «[...] no tom da fala parecem alemães»¹⁶. A descrição dos chineses obedece ao captar da impressão geral de uma sociedade. Os chineses são homens e mulheres «*alvos e bem dispostos*», existindo entre os homens «*letrados em diversas ciências as quais se lêem em escolas públicas*»,

assim como «*se imprimem muitos e bons livros, sendo eles bons artífices*». Castanheda descreve ainda tanto vestuários e hábitos alimentares, como o facto de os chineses serem «*fracos para a guerra*», apesar de terem boas armas. No plano específico do orgânica do poder, o autor evidencia a estruturação social e os seus signos. Por fim, através da narrativa da expedição de Fernão Peres de Andrade, descreve a cidade de Cantão¹⁷.

Por seu turno, João de Barros inscreve o seu registo no conjunto da obra, enviando o leitor para a sua *Geographia*. Recorre, deste modo, a uma visualização cartográfica do espaço, destacando a própria «*graduação da terra*» e confrontando pontualmente o leitor com as informações dos mareantes. Barros apresenta aqueles que seriam os quinze reinos ou principados – *governanças*, estabelecendo analogias com a antiguidade clássica, em particular no que diz respeito à nomeação dos *lugares*. A organização dos poderes locais é igualmente exposta, sendo sistematizadas as esferas de actuação e a prática quotidiana dos ofícios. Outro tópico devidamente assinalado é o ritual religioso. Ainda que genericamente, João de Barros explicita os estudos onde se ensina «*a ciência natural e moral*», registando a existência de diferentes graus de conhecimento.

Por outro lado, a observação etnológica revela-se com uma maior acuidade no momento em que o autor se atém sobre a gente da província de Cantão, a qual: «[...] *em respeito da outra q[ue] vive mais vizinha ao norte é como a gente Dafrica aos Alemães: assi no parecer, na alvura & trajo como no tractamento de sua pessoa, de maneira q[ue] os debaixo parecem escravos dos de cima*»¹⁸. Ao referir-se às mulheres dirá que estas são «*de bom parecer a seu modo*», isto é, Barros traduz a perspectiva estética do *Outro*, afirmando que se *tratam muito bem*, sendo os homens delas «*muito ciosos que poucos lhas*

vem». A adjectivação que acompanha a descrição geral dos chineses traduz principalmente a impressão causada pelas normas de comportamento social, pois eles: «[...] *sam muy mimosos & deliciosos no trajo, no serviço de suas pessoas* [...]»¹⁹. Tal como Castanheda, João de Barros elogia as artes de guerra dos chineses, mencionando que são excelentes fundidores.

A imagem que nos é traçada da cidade de Cantão é, como ele próprio afirma, marcada pela informação que teria obtido de Fernão Peres de Andrade e de outros que o teriam acompanhado. Consequentemente, João de Barros partiria de um: «[...] *debuxo do natural della q[ue] nos delá trouxerã* [...]»²⁰. O cronista intersecciona o ritmo flutuante do seu peregrinar pela cidade com as sucessivas impressões vivenciadas pelos actores da expedição. Observemos a título de exemplo, como assinala a simetria organizada do espaço, e a estruturação do mesmo a partir de duas ruas que se cruzam, convergindo em quatro das portas que servem a cidade, sendo a partir dessas ruas que se desenvolvem as restantes, pois: «[...] *todallas outras vam ordenadas, & á pórtia de cada casa está plantada hu[m]a árvore q[ue] tem todo o ano folha, somente pera sombra e frescura: & assi póstas em ordem, q[ue] per o péde hu[m]a se póde cõ a vista enfiar o de cada hu[m]a das outras*»²¹. Podemos afirmar que a sua admiração pela sociedade e cultura chinesas se consubstancia na sua comparação ao universo greco-latino.

As *sombras* da China que perpassam a cronística da Expansão, e das quais apenas vislumbrámos alguns reflexos, atraíram e cativaram João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia. A nossa brevíssima incursão neste espaço narrativo, no que ele reflecte das faces de uma sociedade chinesa, conduz-nos na busca daquelas que teriam sido as percepções colhidas por estes sujeitos históricos sobre as diferentes tessituras culturais.

Mas esses serão, afinal, outros – futuros – percursos de investigação.

¹ A primeira *Lendas da Índia* comporta a narrativa referente aos acontecimentos que decorrem de 1497/98-1508, a segunda *Lendas da Índia* ocupa-se do período de 1509-1525, a terceira *Lendas da Índia* versa os anos de 1526 a 1537 e a quarta *Lendas da Índia* os anos de 1538 a 1550.

² Cf. João de Barros, *Ásia... Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente – Primeira Década*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, pp. 1-2.

³ Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *Historia do descobrimento & conquista Índia pelos Portugueses*, impressão feita em Coimbra por João da Barreira e João Álvares a qual foi concluída a 6 de Março de 1551, logo na sua primeira página. Na segunda impressão deste mesmo livro de novo se evoca a importância da escrita da *História* de tais feitos, pois com o desaparecimento de quem os teria testemunhado e transmitido oralmente estes se perderiam. A sua escrita dar-lhes-ia a *memória*. Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1979, I, p. 4.

⁴ Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1975, I, p. 1.

⁵ Recorde-se a disputa que se levanta nos círculos culturais portugueses relativamente ao primado na escrita de uma crónica da Expansão.

⁶ Ainda que o primeiro livro de Castanheda tenha saído em 1551 sem a protecção de D. João III e sob os auspícios da Universidade de Coimbra. O autor ocupava nesta Universidade o cargo de bedel da Faculdade das Artes.

⁷ Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, 1551, p. 3.

⁸ Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, 1979, I, pp. 9 e 724.

⁹ Cf. João de Barros, *Ásia... Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente – Terceira Década*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, liv. IV, fl. 85.

¹⁰ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, I, p. 2.

¹¹ Cf. Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1992, pp. 123, 299-300.

¹² Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, I, p. 630.

¹³ *Ibidem*, II, p. 224.

¹⁴ A título de exemplo Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, II, pp. 674, 786, IV, p. 307.

¹⁵ Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, II, p. 526. Note-se que os processos descritivos empregues pelo cronista obedecem ao seu modelo discursivo, sendo objecto da nossa investigação desenvolver toda uma rede de comparações que nos permitam determinar os diálogos estabelecidos entre este e outros textos da Expansão.

¹⁶ Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 913.

¹⁷ *Ibidem*, I, pp. 917-918.

¹⁸ João de Barros, *Ásia... Década Terceira*, liv. II, fl. 47.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *Ibidem*, fl. 47 v.

²¹ *Ibidem*, fl. 48.

Ferdinand Verbiest

A defesa dos interesses da Coroa Portuguesa em Macau e o contributo dado à História da Imprensa Missionária

À memória do Pe. Edward J. Malatesta, S. J. (1933-1998)

Manuel Cadafaz de Matos

A FIGURA DO FLAMENGO FERDINAND VERBIEST, padre da Companhia de Jesus, no panorama dos estudos orientalistas de matriz portuguesa, ainda não mereceu – contrariamente ao que tem sucedido por parte de investigadores de outras nações – um estudo de fundo. Os contributos de incidência sócio-política, científica e religiosa, ao serviço do Padroado Português do Oriente, em particular na China do século XVII, bem o continuam a justificar.

Tomamos como terreno de fundo deste nosso trabalho duas vertentes muito específicas da sua acção. Será analisada, primeiramente, a relação bilateral entre Portugal e a China no início do terceiro quartel do século XVII. Ela é perspectivada, no essencial, através da carta latina que esse missionário enviou da China, em 1 de Setembro de 1678, ao rei de Portugal D. Pedro II, e que aqui se divulga na íntegra. São dados a conhecer, de igual modo, alguns dos mais destacados contributos que ele deu ao domínio científico da História da Imprensa missionária em terras da China nesse mesmo período.

Ainda muito novo, Ferdinand Verbiest – que nascera na Flandres, na localidade de Pitthem (nas imediações de Coutraï) em 9 de Outubro de 1623 – foi recebido no noviciado na cidade de Malines, em 29 de Setembro de 1641¹. Tendo aí exercido o magistério, em Humanidades e em Retórica, durante cerca de cinco anos, algum tempo depois, mais precisamente em 1654, já se encontrava a estudar Teologia em Roma.

A chegada a esta cidade de notícias dos avanços dos trabalhos de evangelização em terras da Ásia Extrema, era então frequente. O mesmo sucedia com a publicação, neste período e em tal cidade (e muitas outras), quer de car-

Retrato do Pe. Ferdinand Verbiest, S. J., pormenor.
Arquivos da Casa Provincial dos Missionários CICM
(Scheut), Bruxelas. Institut Ricci, Paris.

tas-ânuas chegadas do Oriente, quer de outros tipos de relatos de acções missionárias e de martírios pela mesma causa.

Admitimos que essa conjuntura, aliada ao seu vincado espírito de sacrifício, terá pesado na decisão – quer quando se encontrava ainda em Bruges ou, desta feita, em Roma – de partir para terras em fase de missionação (e colonização) por parte de potências da Europa do ocidente, como as Américas. Impondo a si próprio uma formação teológica exigente, os seus estudos teológicos romanos em breve viriam a ter continuidade na Península Ibérica.

Ferdinand Verbiest – ou por decisão própria ou por incumbência (ao nível de formação por parte da Companhia de Jesus que servia) – já se encontrava, em Abril de 1655, na Universidade de Sevilha. Nesse mês defendeu aí, com efeito, teses públicas de Teologia. É o que se depreende da afirmação de um dos mais credenciados bibliógrafos da Companhia, o Pe. Sommervogel, ao aludir às «*Theses theologicae propugnabuntur praeside R. P. Ludovico de Sola, S. Th. professore primario, a P. Ferdinando Verbiest, S.J.*», naquela data.

Em 1657, com 34 anos, Verbiest viajou para Lisboa. Nesta cidade, tendo D. João IV falecido em 1654, reinava (na menoridade de D. Afonso VI) D. Luís de Gusmão.

O seu destino missionário, porém, não era o mesmo. Aqui embarcado numa nau a caminho das terras de eleição, o evangelizador estava ciente das dificuldades que iria enfrentar no terreno. Não seguia, porém, para as Américas. Os seus Superiores tinham-lhe feito sentir a necessidade de evangelizar os gentios da China.

Não restam dúvidas de que Verbiest passou algum tempo na cidade de Velha Goa² (ou eventualmente no porto de Cochim). Sendo esse apenas o cumprimento obrigatório de um itinerário, em de 1659 já se encontrava instalado no Colégio da Companhia de Jesus da Madre de



Deus³, na cidade portuária de Macau, um dos berços da cristandade do Extremo Oriente.

Nesta colégio, em 5 de Fevereiro de 1659, Ferdinand Verbiest – ao que registam alguns dos seus mais credenciados biógrafos como Bosmans⁴ ou Du Halde⁵, fez a profissão dos quatro votos. Aí se manteve, presumivelmente mais alguns meses, antes de dar entrada na China.

Os dados em presença indicam que este missionário flamengo ainda se encontrasse na residência nesta cidade quando, dois meses depois, aí faleceu o seu correligionário Pe. António Francisco Cardim⁶, que há mais de duas décadas atrás desempenhara aí as funções de Reitor do Colégio da Companhia⁷.

2. O papel dos jesuítas em Macau e em Pequim em meados do século XVII, visto através da carta de Verbiest ao rei de Portugal (1678)

Tendo permanecido nesses meses em Macau, é evidente que o Pe. Verbiest captou, no essencial – como virá a dar testemunho disso, algum tempo depois, na sua epistolografia manuscrita e impressa – o papel que então Portugal tinham naquele território tanto ao nível do poder político como das instâncias religiosas, jesuítas ou outros⁸ (contribuindo assim, no concerto das outras nações com interesses na Ásia, para o engrandecimento da Coroa «lusíada» naquele território).

Ainda durante uma parte de 1659 foi dado ao Pe. Ferdinand Verbiest, depois da sua entrada na China, evangelizar as populações da região de Chen-si. Fê-lo, efectivamente, na companhia do Pe. Ferraris durante algum tempo.

Em 9 de Maio de 1660, porém, saiu dessa região em direcção à Corte, em Pequim. Tinha sido chamado para dar colaboração, não só num plano missionário como também científico, ao Pe. Adam Schall, germânico como é sabido, então já de idade bastante avançada⁹.

Não é nosso intuito deter-nos, aqui, sobre a acção evangelizadora e científica que desenvolveu entre 1659 e 1674, área de que aliás se ocuparam exaustivamente alguns dos seus biógrafos¹⁰. Diremos apenas que em 1664 – dois anos depois do agravamento das perseguições aos missionários europeus na China – ele esteve prisioneiro na capital do império, entre 16 de Novembro (daquele ano) e 2 de Maio de 1665, sendo libertado definitivamente em 1669¹¹. «Nesse último ano, com efeito, mais precisamente em 1 de Abril – dada a sua reconhecida cultura científica (em particular no domínio das Matemáticas e Astronomia) – o imperador nomeou-o Presidente do Tribunal das Matemáticas¹². É nesse cargo que ele se torna num dos principais

obreiros que meteu então ombros à reconstrução do Observatório Astronómico de Pequim».

Os trabalhos dessa reconstrução, ao regista Joseph Needham, prolongaram-se até 1672¹³. É presumivelmente nesse período que principia a conceber uma série de desenhos científicos sobre instrumentos de precisão astronómica que, já no final da primeira metade dessa década de 70, virão a estar na origem das gravuras que veio a publicar na capital chinesa (e a que faremos referência mais adiante).

2.1. Pe. Verbiest defende interesses de Portugal, junto à Corte imperial em Pequim

Entre 1667 e 1670 tem lugar a primeira embaixada de Portugal na China. O rei D. Pedro II¹⁴ envia em sua representação junto do imperador da China Kangxi, o embaixador Manuel de Saldanha. Este leva em sua companhia o jesuíta Francisco Pimentel, que acabará por redigir uma pormenorizada relação sobre os acontecimentos registados¹⁵, sobre uma missão político-diplomática que acabará por se traduzir num significativo êxito.

Não restam hoje dúvidas que foi deveras importante para Portugal e para este seu legado que tenha sido então nomeado como intérprete, nas negociações havidas no Palácio Imperial de Pequim, o jesuíta Ferdinand Verbiest¹⁶ (actos a que também esteve presente o Pe. Luís Buglio). Tal deveu-se, obviamente, ao prestígio que aquele jesuíta flamengo desfrutava na Corte em Pequim.

Com essa embaixada o rei de Portugal (nomeadamente também pelos apoios recebidos dos jesuítas Jacques le Faure e Gabriel de Magalhães) conseguiu obstar à destruição de Macau e reabrir o seu porto às potências estrangeiras¹⁷. Este foi, sem dúvida, um dos assinaláveis triunfos dessa missão diplomática.

A actuação do Pe. Verbiest, nessas negociações, saldou-se para Portugal deveras positivamente na medida em que ele tinha um particu-



Planta de Macau, vista da Lapa. Meados do século XVIII. Reproduzido de Tcheong-U-Lâm e Ian-Kuon-lâm in *Ou-Mun-Kei Leok* (Monografia de Macau). Imagem cedida pela CTMCDP, Macau.

lar reconhecimento pela acção missionária que a Coroa portuguesa vinha implementando também em terras da China (no âmbito do Padroado Português do Oriente, sancionado pela Cúria Romana). Esta postura do missionário belga ocorreu num período em que os seus trabalhos se viram também para área da circulação dos saberes ao nível do impresso.

Se o Pe. Verbiest já na Europa, inclusivamente durante a sua presença e acção cultural em Sevilha,

havia já dado mostras do seu interesse pela arte tipográfica, em Pequim, a partir de 1673-1674 é por demais evidente o seu empenho nos trabalhos de impressão. Este flamengo – na sua qualidade de Presidente do Tribunal das Matemáticas – imprimiu em 1674, com efeito, pelo método xilográfico e com o apoio de alguns seus correligionários (ou também com o de alguns técnicos chineses) os (seus) trabalhos *Liber Organicus. Para um Novo Esferograma* e o *Mapa-mundo*.

Já em Agosto de 1678, por seu lado, é manifesta a sua continuidade neste mesmo tipo de acção. Faz então imprimir a *Epistola ad Socios Missa...*, dirigida sobretudo a outros religiosos na Europa que apostassem na missão da China¹⁸.

É precisamente do período desse último trabalho, impresso xilograficamente, que data a carta enviada pelo Pe. Ferdinand Verbiest ao rei de Portugal, D. Pedro II, a qual foi redigida em 1 de Setembro de 1678¹⁹.

3. A carta do Pe. Verbiest de 1 de Setembro de 1678 dirigida a D. Pedro II de Portugal e os problemas que suscita

É indiscutível, pelo teor desta missiva que adiante se publica, que o Pe. Ferdinand Verbiest mantinha bem viva na memória, nesse ano de 1678, não só a sua presença em Macau como também (e sobretudo) a impressão favorável da acção dos missionários portugueses na China, a partir daquele território e centrada no Colégio da Madre de Deus.

Numa primeira instância, esta carta põe em relevo que «*todos saibam quanto a Missão chinesa deve à Majestade Portuguesa*». Especifica, com efeito, que toda essa vasta acção evangelizadora «*se deve por inúmeras razões ao Rei de Portugal*»²⁰.

Fazendo alusão ao território de Macau, o jesuíta flamengo não tem dúvidas em explicitar que essa cidade «(foi) fundada há mais de 130 anos pelos Reis de Portugal, no reino Chinês, para a edificação da qual o imperador chinês ofereceu, outrora e gratuitamente o local aos portugueses, em virtude de valiosos serviços prestados à Província de Cantão. Com seus poderosíssimos navios e pela força das armas limpavam de ladrões os mares».

A objectividade dos dados em presença obriga-nos, pois, em obediência às razões da

exigência científica e da fidelidade histórica, a apresentar aqui alguns argumentos justificativos de tão categórica afirmação.

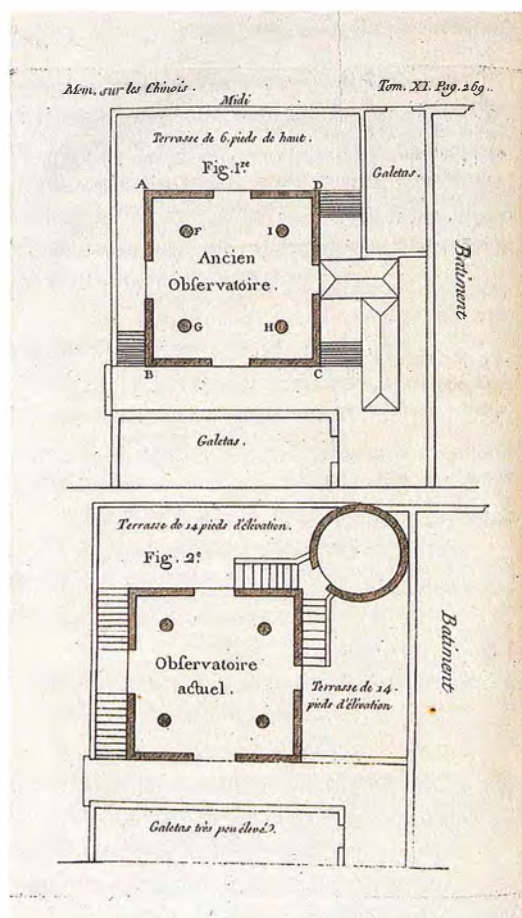
3.1. Razões (ao nível da historicidade do documento) que abonam a favor da legitimidade da presença portuguesa em Macau

Alguns intelectuais e políticos nacionais – decerto que sem grande fundamento científico – têm referido, ao longo dos últimos anos, não haver documentação comprovativa que legitime, num plano de Direito Internacional a presença dos portugueses em Macau ao longo dos séculos. Acontece, porém, que mesmo sendo Verbiest um europeu – e não uma destacada figura da China do século XVII – a sua posição, como Presidente do Tribunal das Matemáticas de Pequim, no período (1678) em que redigiu esta carta – faz com que se identifiquem nele, para além da isenção desse dado informativo e factual, um *valido* próximo do imperador Kangxi.

Num âmbito diplomático, face ao papel dirigente do missionário junto daquela Corte imperial, uma declaração tão categórica como esta tem, necessariamente, uma extensão e abrangência tanto jurídica como diplomática. Não estando tal documento – esta missiva do Presidente daquele Tribunal – *carregado* do sentido da *autoridade* jurídica que conferiria a chancela ou o selo do Imperador, é uma manifesta verdade que o mesmo não está isento (no contexto de comunicação para a Realeza) de uma indirecta caracterização jurídica.

Não se pretende aqui, obviamente, transportar o sentido de a diplomacia portuguesa do nosso tempo – nas negociações havidas com as autoridades chinesas com vista à integração de Macau na República Popular da China – tenha agido com alguma leviandade sem ir, com exigência e rigor, aos fundamentos da razão histórica e da documentação disponível. Pretendere-

Planta dupla do Observatório Astronômico de Pequim, em que se comparam as estruturas do mesmo nos séculos XVII e XVIII.
Mémoires concernant l'Histoire, les Sciences, les Arts ... des Chinois, pelos Missionários de Pequim, Paris, vol. XI, 1786. LHITIPOR.



mos afirmar, antes, que talvez não tenham sido dados por Portugal os passos suficientes no sentido da afirmação, face à R. P. da China, de uma presença portuguesa historicamente justificada *de facto*. Neste caso prevaleceu, como os dados em presença indiciam, uma *deliberada* vontade política, por parte de sucessivos Governos de Lisboa, em alienar esta parcela do solo nacional²¹.

A referida posição do Pe. Verbiest em relação à legitimidade histórica da presença portuguesa em Macau, é complementada na mesma carta por uma outra declaração, de igual modo favo-

rável ao nosso país, referente ao modo como a China nunca pretendeu hostilizar Portugal naquele seu território asiático. O jesuíta flamengo afirma, a propósito: «[face à] última perseguição de que fomos vítimas no ano de 1664 [...] [quiz] a Divina Providência que aquela cidade²², que é o alicerce de todas as igrejas chinesas, permanecesse firme como pedra inamovível... Certamente que isto a mim e a outros, peritos em questões chinesas, se assemelha a um prodígio, visto que os chineses, no passado, e os tártaros agora, (que em tudo imitam os chineses), consideram os povos estrangeiros como gente odiosa e tudo fazem pelo seguro, mas não obstante isso, a verdade é que a cidade de Macau, guardada embora de soldados Portugueses e fortemente munida de muralhas e de canhões, desde há muitos anos, como acontece na sua terra, deixaram-na intacta. De facto, se o tivessem querido, em pouco tempo e apenas pela fome, tê-la-iam destruído, proibindo todo o comércio».

Um pouco mais adiante o jesuíta flamengo alude ao embaixador Manuel de Saldanha e à acção de assinalável importância junto à Corte imperial. Refere, primeiramente, que este diplomata português se demorou por cerca de dois anos na Província de Cantão. Adianta por outro lado, que teve a incumbência de lhe servir de intérprete nas negociações ou prestação de honras junto do imperador Kangxi.

A este respeito em particular, o Pe. Ferdinand Verbiest alude às subidas honras – em termos de alojamento – com que o imperador da China beneficiou tanto o embaixador Manuel de Saldanha como a sua comitiva²³. Justifica esse facto, com o maior ênfase, pelo elevado conceito em que Kangxi tinha esses intrépidos diplomatas e navegadores que, arrostando tantos perigos, se deslocavam de tão longa distância até aquelas paragens.

O padre flamengo não oculta, também, o que sucedeu quando o imperador da China

teve conhecimento da morte do embaixador Manuel de Saldanha naquele território. Chega mesmo a afirmar que Kangxi se prostrou então com uma «singular dor de alma e de semblante e voz visivelmente perturbados».

Na parte final do documento, o jesuíta flamengo volta a aludir aos avultados dispêndios do erário régio português, na «*fundação e edificação de igrejas chinesas, juntamente com o preço do sangue de tantos milhares de Portugueses, derramado em prol da sua abertura, conservação e sustentação, durante tantos anos*».

E, como se isso não bastasse, enaltece o rei de Portugal, incitando a que os cultores de ciências como a Astronomia, a Cosmografia ou a Náutica dêem público testemunho régio desse seu reconhecimento.

4. Os benefícios da acção xilográfica na China como um serviço de difusão da cultura

No âmbito de uma avaliação da actividade civilizacional dos padres da Companhia de Jesus ao serviço do Padroado Português do Oriente em terras da China, a acção tipográfica e xilográfica nos períodos quinhentista e dos séculos XVII e XVIII – a que temos votado uma dúzia de anos ininterruptos de investigação²⁴ – constituiu, sem dúvida, uma das manifestações culturais de significativo impacto.

Seguindo um ideal de penetração cultural e evangélica delineado já pelo Pe. Matteo Ricci, S. J. (1582-1610), os missionários europeus imprimiram nesse território, na esmagadora maioria pelo processo xilográfico, algumas obras de expressão cultural portuguesa que já constituíram matéria de um nosso anterior Registo Catalográfico: dezassete no século XVI; e dezoito dessa mesma natureza, ao longo dos séculos XVII e XVIII²⁵.

4.1. O contributo do Pe. Ferdinand Verbiest no âmbito da História da xilografia euro-chinesa

O estudo das obras do Pe. Ferdinand Verbiest que foram produzidas na China pela técnica xilográfica obriga, necessariamente, ao seu inventário prévio. Para tal importa, antes do mais, estabelecer as Relações bibliográficas, ou elencos, que foram produzidos nesse território (ou fora dele) ao longo do século XVII (em que ele viveu).

O Pe. Henri Bernard, S.J., no seu catálogo «Les Adaptations chinoises d'ouvrages européens, bibliographie chronologique depuis la venue des Portugais à Canton jusqu'à la Mission Française de Pékin, 1514-1688»²⁶, publica as sete seguintes listas bibliográficas, inventariadas de A a G:

*Lista A, do Pe. Rodrigo de Figueiredo, de 1627*²⁷;

*Lista B, do Pe. Alegambe, publicada em 1643*²⁸;

*Lista C, provavelmente do Pe. Aleni (ou do Pe. Francisco Furtado), de 1642*²⁹;

*Lista D, do Pe. Martini, publicada em 1654*³⁰;

*Lista E, do Pe. Kircher, publicada em 1667*³¹;

*Lista F, uma reedição da lista B, «de que por vezes reproduz textualmente as notícias», do Pe. Southwell, publicada em 1676*³²;

*Lista G, do Pe. Couplet*³³, *publicada em 1686*³⁴.

É esta última Lista ou Catálogo G – por naturalmente ter sido realizado no período em que o Pe. Ferdinand Verbiest já tinha produzido e editado, pela técnica xilográfica, o essencial das suas obras – que vai constituir, primeiramente, o centro das nossas atenções, em relação ao autor belga de que nos ocupamos. Este catálogo poderá ter sido impresso em chinês e, algum tempo depois, em latim, comportando na sua globalidade 251 obras de vários autores-missionários.

Este elenco de trabalhos impressos, em relação ao Pe. Verbiest, interessa por dois tipos de razões. Em primeiro lugar, pelo facto de integrar 15 obras da autoria e da responsabilidade técnica desse religioso flamengo.

O Imperador Kangxi na sua biblioteca. Rolo vertical pintado em seda. Autor anónimo. Reproduzido do catálogo *A Cidade Proibida*, Lisboa, Fundação Oriente, 1992.



Existe, porém, outro aspecto de significativa importância a reter. É o facto de o próprio Pe. Verbiest ter indicado (presumivelmente a Couplet) alguns dos elementos da sua própria produção bibliográfica. Por outro lado, o missionário flamengo de Pitthem completou esta obra, apondo-lhe uma longa introdução histórica. Trata-se do *Tao-hio kia-tch'oan*, i. e., «Tradições de família sobre a doutrina»³⁵.

Este Catálogo G foi, primeiramente impresso em Pequim, em 1668 e, depois, em 1674. Essa é a razão porque essa fonte não apresenta obras impressas em Pequim pelo Pe. Verbiest após meados dessa década de setenta (do século XVII).

Tal compilação bibliográfica foi, depois, traduzida em latim pelo Pe. Couplet e publicada em Paris em 1686 (sete anos antes da sua morte no Oriente). Intitula(va)-se *Catalogus Patrum Soci-*

etatis Jesu qui, post obitum S(anc)ti Francisci Xaverii, ab anno 1581 ad annum 1681, in imperio Sinarum, Jesu Christi fidem propagarant.

Couplet juntou por seu lado também este catálogo, como apêndice, à obra do Pe. Verbiest, *Astronomia Europaea sub imperatore tartaro-sinico K'ang-hi... in lucem revocata*. Foi dada à estampa na cidade de Dilingen, em 1687.

Identificando-se aqui, através deste catálogo de Couplet, apenas as 15 referidas obras xilográficas da autoria do Pe. Verbiest, nós desviamos um pouco, na apresentação das mesmas, da ordenação seguida por Couplet, que não obedece a um critério cronológico (como o que perfilhamos).

Entretanto importava dar aqui a conhecer, também – no seguimento das investigações e descobertas feitas por Henri Bernard, na China, durante a década de trinta – outras obras xilográficas do mesmo missionário flamengo seiscentista. Foi o que fizemos, a partir do levantamento do mesmo H. Bernard (indicando-se, para cada caso, a sua localização no catálogo deste último).

Perspectivam-se assim, ante os leitores, as obras sinológicas de produção xilográfica de Verbiest, na já aludida sequência cronológica, a partir do décimo ano da sua entrada no império da China. Apenas em casos minoritários está patente o facto de se tratar de uma (ou outra) obra resultado da colaboração de vários autores. [Ver quadro nas páginas seguintes]

4.2. Duas edições do Pe. Ferdinand Verbiest em análise (e objecto do respectivo Registo Catalográfico)

De todo o conjunto de 33 edições de carácter xilográfico, que aqui deixamos para análise do leitor, vamos isolar apenas duas delas, uma em língua chinesa e outra em língua latina. A selecção em causa – óbvia e necessariamente sempre de carácter subjectivo – tem por pressu-

1669

(1) COMPENDIUM OBSERVATIONUM

Catº. Couplet (nº. 235), Verbiest I: *Compendium observationum coelestium*;

Catº. Henri Bernard (nº. 419): *Tch'ê-yen ki-lío*, resumo de observações do céu (para demonstrar os erros dos astrónomos muçulmanos).

Xilografia. Pequim (um curto resumo, em latim, no final da obra *Astronomia Europaea*), 1669³⁶.

(2) YU-LAN SI-FANG

Catº. Henri Bernard (nº. 426): Yu-lan si-fang yao-ki, Memória sobre o Ocidente apresentada ao Imperador (da China), da autoria dos Pes. Buglio, Verbiest e Magalhães.

Xilografia. Pequim, 1669³⁷.

(3) APOLOGIA CONTRA CALUMNIAS

Catº. Couplet (nº. 234), Verbiest II: *Apologia contra calumnias in astronomiam europaeam*;

Catº. Henri Bernard (nº. 428): Li-fa pou-té-i-pien, *Apologia da astronomia (europeia contra Yang Koang-sien)*.

Xilografia. Pequim, 1669³⁸.

(4) (CONTRA) YANG KOANG-SIEN

Catº. Henri Bernard (nº. 429): Discussões contra os advinhos e contra Yang Koang-sien.

– 1. *Wang tch'oi ki hiongpien*. – 2. *Wang tchan pien*.

Xilografia. Pequim, 1669³⁹.

(5) TIPOS DE ECLIPSE

Catº. Henri Bernard (nº. 430): Tipos de eclipse.

Xilografia. Pequim, 1669⁴⁰.

1670

(6) SÚPLICAS AO IMPERADOR

Catº. Henri Bernard (nº. 433): Súplicas ao Imperador, de missionários como os Pes. Buglio, Verbiest, Magalhães, entre outras a de 21-VI-1669.

Xilografia. Pequim, 1670⁴¹.

(7) DE REMUNERATIONE

Catº. Couplet (nº. 230), Verbiest III: *De remuneratione boni et mali quaesita et responsa*;

Catº. Henri Bernard (nº. 437): *Chan-ngo-pao lío-chouo*, Pequeno tratado sobre a retribuição do bem e do mal.

Xilografia. Pequim, 1670⁴².

(8) ORDO PROPONENDI

Catº. Couplet (nº. 228), Verbiest IV: *Ordo proponendi mysteria fidei*;

Catº. Henri Bernard (nº. 438): Kiao-yao siu-lueu, Exposição metódica do essencial da fé.

Xilografia. Pequim, 1670⁴³.

(9) PREVISÕES SOBRE OS PLANETAS

Catº. Henri Bernard (nº. 439): *Previsões sobre os planetas*.

Xilografia. Pequim, 1670⁴⁴.

(10) EFEMÉRIDES CHINESAS

Catº. Henri Bernard (nº. 440): *Efemérides chinesas*.

Xilografia. Pequim, 1670⁴⁵.

1671

(11) DE USU THERMOMETRIAE

Catº. Couplet (nº. 237), Verbiest V: *De usu thermometriae*; Catº. Henri Bernard (nº. 447): *Y'en-k'í chouo*, Explicação do termómetro.

Xilografia. Pequim, 1671⁴⁶.

1672

(12) EXPLICATIO MAPPAE

Catº. Couplet (nº. 241), Verbiest VI: *Explicatio Mappae Cosmographicae majoris delineatae ex mandato Imperatoris*, 2 vols.;

Catº. Henri Bernard (nº. 454): K'oen-yu t'ou-chouo, Explicação do mapa-mundo terrestre.

Xilografia. Pequim, 1672⁴⁷.

(13) MAPPA STELLARUM

Catº. Couplet (nº. 239), Verbiest VII: *Mappa stellarum in parte boreali et meridionali aequatoris*;

Catº. Henri Bernard (nº. 455): *Tch'e-tao nan-pé sing-r'ou*, Carta das estrelas ao norte e ao sul do equador.

Xilografia. Pequim, 1672⁴⁸.

c. 1673 e 1673

(14) TRIPPLICIS GENERIS MAPPAE

Catº. Couplet (nº. 240), Verbiest VIII: *Item triplicis generis Mappae stellarum*;

Catº. Henri Bernard (nº. 457): *Ki-ho yuen-pen*, Princípios de geometria.

Xilografia. Pequim, c. 1673⁴⁹.

(15) RESPONSA AD DUBIA

Catº. Couplet (nº. 227), Verbiest IX: *Responsa ad dubia de Eucharistia*;

Catº. Henri Bernard (nº. 458): Cheng-t'í ta'I, Resposta a questões sobre a Santa Eucaristia.

Xilografia. Pequim, 1673⁵⁰.

(16) DE S. POENITENTIA

Catº. Couplet (nº. 229), Verbiest X: *De S. Poenitentiae sacramento*;

Catº. Henri Bernard (nº. 459): *Kao-kiai yuen-I*, Do Sacramento da penitência.

Xilografia. Pequim, 1673⁵¹.

1674

(17) MAPPA TOTIUS MUNDI

Catº. Couplet (nº. 238), Verbiest XI: *Mappa totius mundi terrestris in bina magna hemisphaeria, quarum diameter 5 pedum, divisa*;

Catº. Henri Bernard (nº. 465): K'oen-yu ts'íuen-t'ou, Carta geral do mundo (grande edição).

Xilografia. Pequim, 1674⁵².

(18) DE THEORIA... FABRICA INSTRUMENTORUM

Catº. Couplet (nº. 231), Verbiest XII: *De theoria, usu et fabrica instrumentorum astronomicorum et mechanicorum*, 14 vols.;

Catº. Henri Bernard (nº. 467): *(Sin tche ling t'ai) I siang tche*, Descrição dos instrumentos novamente construídos no Observatório imperial.
Xilografia. Pequim, 1674⁵³.

- (19) EORUM INSTRUMENTORUM IMAGINES
Catº. Couplet (nº. 232), Verbiest XIII: *Eorum instrumentorum imagines*, 2 vols.;
Catº. Henri Bernard (nº. 468): *I siang t'ou*, Desenhos representando os instrumentos (do Observatório imperial).
Xilografia. Pequim, 1674⁵⁴.

1675

- (20) T'ÏEN-TCHOU-KIAO
Catº. Henri Bernard (nº. 476): *T'ien-tchou-kiao sang-li wen ta*, Catecismo para os ritos funerários.
Xilografia. Pequim, 1675⁵⁵.

1676

- (21) K'ÏEN-YU KO-TCHE
Catº. Henri Bernard (nº. 484): *K'oen-yu ko-tche liouchouo*, Tratado abreviado de cosmografia, geografia e ciências naturais.
Xilografia. Pequim, 1676⁵⁶.

1677

- (22) NGAN SIEN-CHENG
Catº. Henri Bernard (nº. 487): *Ngan sien-cheng hing-chow*, Elogio fúnebre do Pe. Gabriel de Magalhães (morto em 7 de Maio), pelos Pes. Buglio e Verbiest.
Xilografia. Pequim, 1677⁵⁷.
(23) ASTRONOMIA PERPETUA
Catº. Couplet (nº. 233), Verbiest XIV: *Astronomia perpetua Imperatoris Kangchy*, 32 vols.;
Catº. Henri Bernard (nº. 492): *K'ang-hi yong-nien piao*, Tábuas perpétuas do Imperador K'ang-hi.
Xilografia⁵⁸. Pequim, 1677⁵⁹.
(24) LIBELLI SUPPLICES
Catº. Couplet (nº. 236), Verbiest XV: *Libelli supplices in favorem astronomiae restitutae*, 3 vols.;
Catº. Henri Bernard (nº. 493): *Hi-tch'ao ting-nan*, Memórias apresentadas ao Imperador (a favor do restabelecimento da Astronomia europeia).
Xilografia. Pequim, 1677⁶⁰.

OBRAS POSTERIORES DO PE. FERDINAND VERBIEST (após o terminus do Catº. de Couplet):

- (25) KIAO-YAO SIU-LUEN
Catº. Henri Bernard (nº. 494): *Kiao-Yao siu-luen*,

Maneira de propor os mistérios da fé.
Xilografia. Pequim, 1677⁶¹.

1678

- (26) EPISTOLA... AD SOCIOS MISSA
Catº. Henri Bernard (nº. 495): *Epistola... ad socios missa*, Carta de 15 de Agosto (*vide* secção Cartas) enviada aos padres da Companhia de Jesus na Europa.
Xilografia. Pequim, 1678⁶².

1681

- (27) TÁBUAS DE LOGARITMOS
Catº. Henri Bernard (nº. 518): *Tábuas de logarithmos* (de c. de 1681), para uso do imperador Kangxi.
Xilografia. Pequim, 1678⁶³.

1683

- (28) MIN-LI POU-TCHOU
Catº. Henri Bernard (nº. 532): *Min-li pou-tchou kai-houo*, Comentário acrescentado ao calendário popular para responder às dificuldades práticas, pelos Pes. Schall e Verbiest.
Xilografia. Pequim, 1683⁶⁴.
(29) KIEN P'ING KOEI TSONG
Catº. Henri Bernard (nº. 534): *Kien ping koei tsong sing t'ou*, Carta abreviada de todas as estrelas =? Carta das constelações celestes.
Xilografia. Pequim, 1683⁶⁵.

1684

- (30) HI-TOU-CHE YUEN-YEOU
Catº. Henri Bernard (nº. 538): *Hi-tou-che yuen-yeou yong-fa*, Origem e emprego da pedra que atrai o veneno.
Xilografia. Pequim, 1684⁶⁶.

1685

- (31) YEN-K'Ï CHOUO
Catº. Henri Bernard (nº. 540): *Yen-k'ï chouo*, Explicação do termómetro (reedição da obra já referenciada neste mesmo catálogo que aqui seguimos, sob o nº. 447; vide, atrás, nº. 11).
Xilografia. Pequim, 1685⁶⁷.

1686

- (32) TAO-HIO KIA-TCH'ÏAN
Catº. Henri Bernard (nº. 541): *Tao-hio kia-tch'ïan*, Tradições familiares sobre a doutrina.
Xilografia? Pequim, 1686⁶⁸.
(33) K'ANG-HI YONG-NIEN LI-FA
Catº. Henri Bernard (nº. 542): *K'ang-hi yong-nien li-fa*, Astronomia perpétua do imperador Kangshi, pelos Pes. Verbiest e Grimaldi (este último nomeado em 1685 para o Tribunal de Astronomia).
Obra presumivelmente terminada em 1678.
Xilografia. Pequim, 1686⁶⁹.

posto tratem-se de duas obras que mereceram, nesse período da sua produção, uma circunstancial atenção por parte dos padres da Companhia de Jesus que nesse período se encontravam no Colégio da Madre de Deus em Macau.

4.2.1. Uma edição em língua chinesa, de 1674, o *Liber Organicus*, sobre os instrumentos do Observatório Astronómico de Pequim

Principiamos por nos deter sobre uma edição cujo título não é consensual por parte de diversos analistas que procuraram estudar o seu conteúdo. O Pe. Couplet, na Lista G, referencia-a como *Eorum instrumentorum imagines*; o Pe. Henri Bernard, por seu lado, no elenco «Les Adaptations chinoises...» que temos vindo a seguir, referencia a mesma sob a designação chinesa *I siang t'ou*, que traduz por «Desenhos que representam os instrumentos (astronómicos de Pequim)»⁷⁰.

Nós próprios na dissertação produzida em 1990⁷¹, apresentámos essa obra, na secção Registo Catalográfico, II-06, sob a referência *Liber Organicus. – Para um Novo Esferograma [Instrumentos do Observatorio Astronómico]*⁷².

É hoje vulgarmente aceite que esta obra foi produzida xilograficamente em Pequim, em 1674, sob a responsabilidade do Pe. Ferdinand Verbiest, que desde começos de Abril de 1669 assumia as funções de Presidente do Tribunal das Matemáticas e responsável pelo Observatório Astronómico de Pequim – cuja reconstrução dirigia desde 1672 – cargo em que se manteve até à sua substituição pelo Pe. Grimaldi⁷³.

A maioria dos autores que se dedicam à acção cultural e xilográfica dos padres Jesuítas na capital daquele império são unânimes em atribuir esta obra ao Padre Ferdinand Verbiest. Um deles, Le Comte, editou em Paris, em 1696, uma histórica gravura representando aquele Observatório Astronómico. Nela se vêem repre-



O Imperador Kangxi à mesa de escrever. Rolo vertical pintado em seda. Autor anónimo. Reproduzido do catálogo *A Cidade Proibida*, Lisboa, Fundação Oriente, 1992.

sentados os principais instrumentos de observação astral criados por Verbiest e apresentados em pormenor nesta edição xilográfica de 1674 de que aqui tratamos.

Em *Para um Novo Esferograma [Instrumentos do Observatório Astronómico]*, assumem particular significado as representações gráficas que o Padre Verbiest⁷⁴ fez imprimir dos principais instrumentos por si criados para aquele centro de observação. É o caso, entre outros, da esfera equinocial, do globo celeste, da esfera zodiacal, do horizonte azimutal, do quadrante e do sextante⁷⁵.

Estas pesquisas astronómicas dos padres da Companhia de Jesus em Pequim beneficiaram, efectivamente, neste terceiro quartel do século XVII, de um grande impulso por parte do Padre Verbiest, que desempenhava as funções de vice-Provincial da Companhia.

O afincio ao estudo que se vê patenteado nesta obra sobre Astronomia, em língua chinesa, do Pe. Ferdinand Verbiest é o mesmo com que, por sinal, se encontra bem visível em outros trabalhos de pesquisa, no mesmo domínio (e em igual período), em outros centros de investigação astronómica do mundo. Bastaria frisar, de entre eles, o de Jaipur, na Índia – fundado em 1728 (portanto apenas cerca de cinco décadas depois) nessa cidade do império moghol⁷⁶, ou o de Paris, de 1667, ligeiramente anterior ao de Pequim, e que teve como primeiro director o investigador de temas astronómicos Jean-Dominique Cassini [1623-1712]⁷⁷.

Esta obra xilográfica, sendo embora em dois volumes na sua versão primitiva, era constituída de gravuras soltas.

Na sequência dos contactos institucionais da Companhia de Jesus entre Pequim e Macau nesse período, uma colecção de tais gravuras (a par de outros conjuntos) chegou aos padres estabelecidos no território macaense. É bem provável que a colecção da obra hoje existente no

Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa⁷⁸, tenha tido essa proveniência.

4.2.2. Uma edição em língua latina, de 1678, a *Epístola ad Socios Missa*

A segunda obra xilográfica do Pe. Verbiest que seleccionamos – e que, de igual modo, se encontra também associada indirectamente como aquela, à Companhia de Jesus em Macau nesse último quartel do século XVII – é a intitulada *Epístola... ad Socios Missa*, Pequim, 1678⁷⁹.

Sendo Verbiest um cidadão flamengo – e em estreita relação intelectual (também) com a Corte da França – evidencia-se, neste período da sua vida, uma notória *aposta* no sentido de que os padres jesuítas franceses e outros se venham implantar na grande China. Esta questão acarreta, obviamente, sérios problemas ao Padroado Português do Oriente, dado que Portugal era então na China a principal potência ao nível do foro administrativo eclesiástico.

Na sequência da vasta epistolografia que o Pe. Verbiest dirige então para religiosos e instituições jesuíticas de países como a França e a Flandres, Portugal confronta-se com os perigos de uma eventual perda de influência na China.

Algumas Cortes da Europa, como a de Versailles, dispuseram-se, assim, a colaborar com o plano de missão (também) francesa que, a partir de então, se pretendia passasse a ser uma (outra) realidade.

Em 1678 aquele religioso flamengo dirigia, assim – com conhecimento (ou autorização) do imperador chinês Kangxi – aos religiosos (jesuítas) do ocidente europeu, mais particularmente da França, a sua mensagem de chamamento de jesuítas. Materializava-se este chamamento através desta sua nova *Epístola*, impressa por via xilográfica em Pequim.

Nesta sua carta, de 15 de Agosto de 1678 – presumivelmente a primeira de sua autoria, que

mereceu ser impressa (tal a importância ideológica do seu conteúdo) –, o padre flamengo lançou um veemente apelo no sentido de que fossem enviados para a China, com urgência, o maior número possível de missionários, em particular astrónomos e matemáticos. O rei de França Luís XIV, em resposta a tal pedido – sob iniciativa de Colbert – decidiu encarregar o director do Observatório Astronómico de Paris de «preparar um *plano para a China*». Segundo Louis Frédéric, este «foi o primeiro projecto cultural e científico [de cooperação da França] com um país estrangeiro»⁸⁰.

Tal como atrás referimos as bases de cooperação de Portugal com a Santa Sé, ao nível do Direito de Padroado entravam assim em litígio com os interesses da França nesta matéria em relação a esta região. Como refere ainda L. Frédéric, para obstar a que pudessem advir graves incidentes de natureza diplomática entre a França, a Santa Sé e Portugal, o rei Luís XIV «decidiu enviar [à China] uma missão científica, se bem que composta por missionários, encarregando o Pe. De la Chaise de se entender, nesse sentido, não com Roma, mas com o Geral dos Jesuítas»⁸¹.

Foi aceite, deste modo – embora com sérias reservas –, que o Pe. De la Chaise se deslocasse à China. Para que não se registassem quaisquer dúvidas sobre a sua missão, nitidamente *aparente*, Colbert outorgou-lhes, por decreto de 28 de Janeiro de 1683, o título de «matemáticos do Rei»⁸², tornando-os académicos. Esta forma – muito bem arquitectada (a um nível diplomático) – impedia assim que os portugueses pudessem levantar quaisquer obstáculos à missão daqueles estrangeiros que tinha, no seu lado exterior e visível, apenas uma componente científica.

Todos os elementos de tal *missão científica* partiram, acompanhados de outros religiosos e cientistas, do porto de La Rochelle, em França,

em 3 de Março de 1685. Dela faziam parte, além do Pe. De la Chaise, Jean de Fontaney, Joachim Bouvet, Louis le Comte⁸³, Jean-François Gerbillon, Claude Visdelou⁸⁴ e Tachard, dos quais apenas o último não chegaria à China permanecendo no Sião.

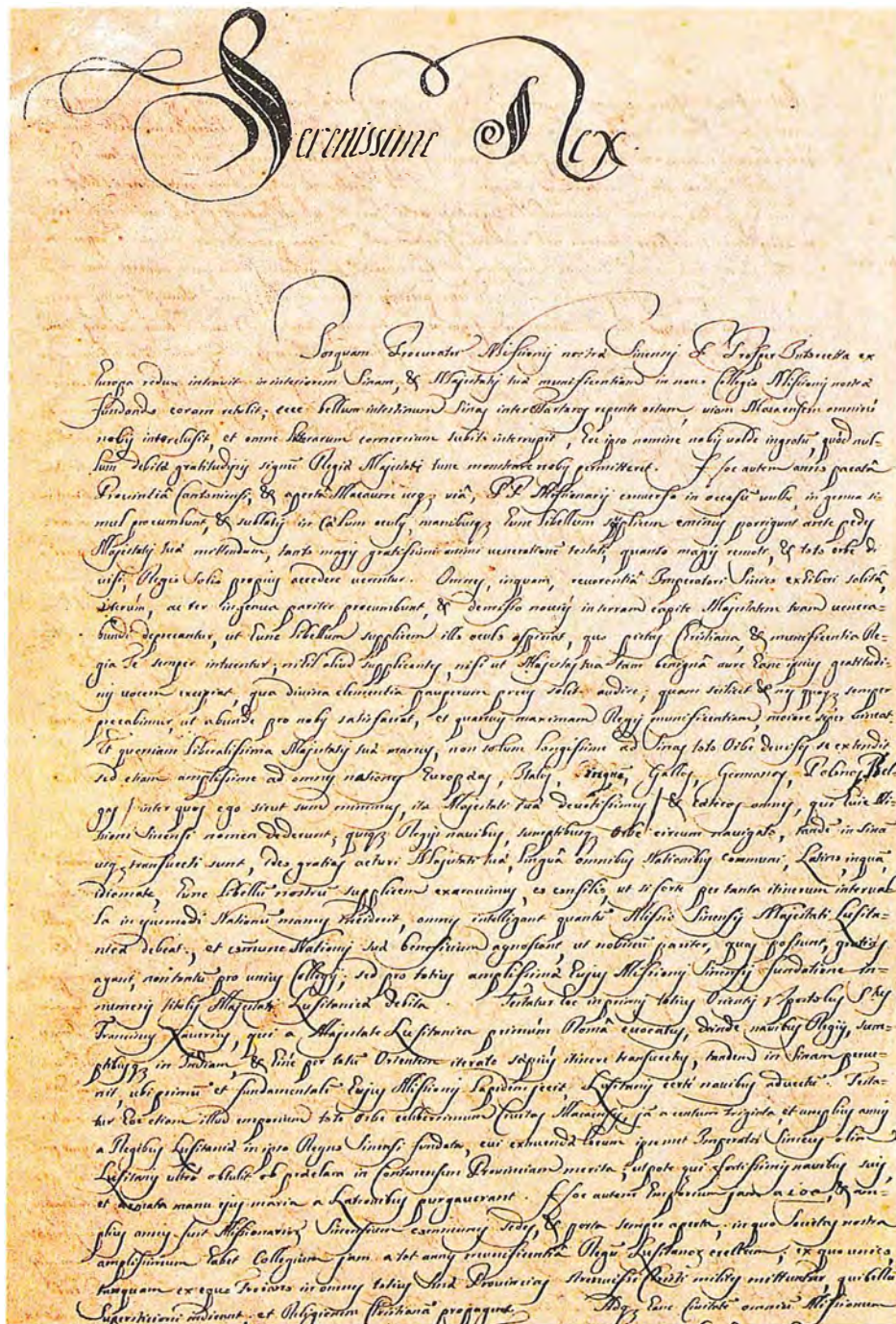
Importa sublinhar, ainda no âmbito dos resultados dessa missão dita *científica*, que ela veio a ter também alguns reflexos no âmbito da História da Imprensa. Com efeito, ao ser dada à estampa na China – em 1701-1702 (mais de uma dúzia de anos após a morte de Verbiest) – a obra *Brevis Relatio Eorum...*, nela surgem, no seu último fólio, e ainda como resultado de uma impressão xilográfica, as assinaturas [em *fac-simile*(?)] de alguns dos mais destacados religiosos dessa missão francesa⁸⁵.

Existe portanto um hiato de cerca de treze anos, como atrás se pode observar, entre a edição do *Liber Organicus – Para um Novo Esferograma* e a chegada a Pequim em 1687 dos seis religiosos da Companhia de Jesus, provenientes de França e trazendo a recomendação de serem *matemáticos e astrónomos do Rei*.

Esta vinda daqueles missionários franceses terá permitido um reforço das ligações científicas entre Paris e a capital da China. Nesse sentido, estamos em crer que a elevada competência, designadamente no domínio da Astronomia, dos Jesuítas cientistas portugueses que já se encontravam nessa cidade, não saiu em nada diminuída. É, até, muito provável, que os próprios franceses chegassem a beneficiar dos ensinamentos de alguns dos astrónomos portugueses que aí estavam em missão.

Não deixa de ser verdade – e voltando ao período de 1678 em que o Pe. Verbiest apelou para a vinda de missionários franceses através da *Epistola ad Socios missa* – que nesse período o missionário flamengo, já dotado de uma assinalável obra científica de natureza xilográfica⁸⁶, se encontrava muito mais perto, ideologica-

Fólio 1º do manuscrito original da carta do Pe. Ferdinand Verbiest ao rei de Portugal, D. Pedro II. Colecção particular de Reiner Daehnhardt, Lisboa.



mente, quer do rei de Portugal quer dos superiores do colégio jesuítico de Macau.

Não restam dúvidas que esta reprodução xilográfica da *Epistola ad Socios missa*, de 15 de Agosto 1678, foi recebida pelos padres da Companhia de Jesus em Macau (de uma forma directa ou indirecta, dado o seu sentido de alguma conflitualidade para com os portugueses) nesse mesmo período ou pouco depois.

É bem provável que as duas semanas que distam entre a data dessa carta e a da epístola que Verbiest fez seguir para o rei de Portugal (1 de Setembro do mesmo ano) seja uma tentativa quase diplomática, não dissimulada, de atenuar os efeitos que a anterior missiva provocara, nomeadamente entre os jesuítas naquele território do sul da China. Procurava Verbiest redimir-se – numa actuação de frente dupla e não destituída de alguma ambiguidade neste sentido – dessa sua forma de fazer política, ao serviço dos Evangelhos?

Estamos em crer, em relação a esta carta de Verbiest de inícios de Setembro para o rei de Portugal, que poderá haver uma relação de causa-efeito entre a postura de desagrado por parte da missão portuguesa em Macau e na China e as duas presumíveis edições, uma na França e outra na Flandres – portanto num universo de língua francesa –, pouco depois, dessa mesma missiva favorável aos interesses portugueses.

Em 1682 esta epístola, com efeito, foi objecto de edição em Paris, segundo indicações de L. Pfister⁸⁷. Essa carta de Verbiest dirigida a D. Pedro II foi também publicada, por seu lado, em Antuérpia, em 1686, em letra de forma.

O Pe. Francisco Rodrigues, relacionando alguns destes factos em presença, é de opinião – e nós perfilhamos da mesma – que essa carta foi «espalhada por toda a Europa com intenção de impedir ou apaziguar o justo ressentimento da Corte de Portugal pela entrada dos missionários franceses na China sem dependerem do Padro-

A forma como os missionários-cientistas franceses entraram na China, poderá ainda ser objecto de reflexão neste âmbito. Como para entrarem pelo porto de Macau (como aliás era mais usual até aí) tinham de pedir permissão às autoridades portuguesas, acabaram por entrar na China pelo porto de Nimpó. A partir daqui os dados estavam lançados: haviam duas forças missionárias europeias, de tendências ideológicas não coincidentes, em terras da China.

Entre os últimos trabalhos votados ao Pe. Ferdinand Verbiest⁹⁰ merecem-nos particular referência alguns do Pe. John W. Witek, S. J.⁹¹. Os projectos de pesquisa recentemente terminados, bem como alguns outros em curso, sobre este missionário flamengo permitem-nos, hoje, manter em aberto diversas interrogações acerca da sua actividade, tanto na esfera da sua actividade científica como na de diplomata no grande império da China no período de seiscentos.

Uma das questões em aberto foi o das motivações e do modo prático como realizou, provavelmente em 1679 (?), o trabalho xilográfico com notas em latim e francês existente na East Asian Library (em 1989 sob a direcção Eugene Carvalho), da Universidade de Kansas, na cidade de Lawrence, EUA, subordinada ao *título Mongolian Solar Ephemeris for 1680, by Ferdinand Verbiest* (sic)⁹².

Outras perspectivas se poderão abrir a este tipo de investigações sobre o missionário flamengo e a(s) sua(s) obra(s) impressa(s) quando se estabelecer uma maior aproximação entre sinólogos que, um pouco por todo o mundo ocidental, trabalham(os) sobre este tema. É evidente que depois da edição do Pe. John W. Witek,

desiderio per vnde summa curia. Ut cum circumdare & fande claudere sinisset Imperij & stringere, ac tot e-
jus Provincias longis, & arvis extendendis aperire. Profecto id tunc etiam. Custodit Pulchre Regum
sua jura merito fundatari dno esse, Patrimonium ac Patri agnoscunt, quo de fide nominis Electi sinisset et Mi-
sue nobis agnoscant. Proutamque denique, Venerabilissimum nostrum, semper gloriosum, Maximilianum Imperatorem
curam exercebat, ut viris reuerentibus Majestati sua dignas gratias agere possimus. Altimania quidem Regni
nomine hinc inde Leges ultra aquatorem procreavit. Summopotentem Lucorum Australem solum vigilanti oculis
resolvens plurimas, pulcherrimasq; stellae globos suas & hisce addidit et nunc ex parte novis illis stellis ornata
venit in conspectu Majestatis tuae famelicus, atq; iniquis gratias sine animi Virtute tua de immensa calaneus
intulit. Congregatio quoq; Regii manubry in domum revocanda transierit, nunc tenuissima Sinus Levius
ventis latet, & toto exagere Indici spirans ventus, ad Majestatem tuam redit unum gratissima, &
unus maris quieti Praevius substituta. Curia prima aperuit, magisq; viris coloribus exornata, ante oc-
culos Majestatis tuae exhibuit. Sed in primis Nautica, sanguinem fortissimam Virago, qua Europae finis
quasi nimis angustas indignata, eas regulas prima abiecit, & fluctibus Praevius Regni auspicis, colu-
mnas efferventes longe praetermisit, omnibus rebus seculis ignotis, sentavit mare, ac multa tandem clas-
se variis Indici fluctibus infultante, perqua tota circumnavigavit Orbem nunc quasi triumphans re-
vit ad Majestatem tuam, & divinis laudibus antecellit, atq; muneribus antera ingenua precibz, et im-
mensis feraz, mirarumq; fectuz, ac gaudy genere munivimus, quas Pluvia navis aperturunt, in mag-
is suis exaltat delinatas Majestati tuae contingendum esset. Nos itaq; Clementissimus Rexque
Virginis illas vestitus, & carissime earum maris legi tabellaz noster Altissimorum, tanquam Libe-
lum supplicis Majestati tuae porrigimus, illos scilicet insulae, qui multis die obvia obstitit, cum solvenda
essent, per auroras occidentibus manuum tabellaz nostrarum sua obsequia porrigunt, quibus quantum
debant restituerunt. Perquam intantum Veniam (remittimus) ut Majestatem tuam diu nobis incho-
ram servet, & deo quantumvis magnam ergatur Liberalitatem orationis semper vivat. Quamobrem
Pluvialis tua Christiana, prater cetera Missas sacrificia, certum nullum Oblatum pro Major-
tate tua supplicii monui ad aras offere. Datum i. Septembrij 1678.

Majestati Tuae

Simillimus Servus, & Obsequiosissimus

Ferdinandus Verbiest Soc. Jesu

de 1988, outras espécies (*impressas*) daquele autor foram entretanto descobertas.

Mais interessantes serão, porém, para os investigadores portugueses as pesquisas que se venham a desenvolver sobre a relação do Pe. Verbiest com o rei D. Pedro II e a aristocracia da sua Corte, ou eventualmente com outros nobres do Reino, tanto estabelecidos em Portugal como no estrangeiro.

Em relação à articulação de interesses missionários e diplomáticos entre D. Pedro II e Verbiest e vice-versa importa hoje ir um pouco além da carta de 1 de Setembro de 1678 que aqui publicamos. Haverá que complementar essas pesquisas com o estudo dos textos (primeiramente identificados, em 1930, por J. H. Kramers) das cartas de D. Pedro II a Verbiest, de 22 de Março de 1684 e de 25 de Março de 1688 (esta última, como referimos atrás, escrita poucos meses depois da morte do missionário).

A assinalar, de igual modo – embora o inventário dos códices da col^o. *Jesuitas na Ásia* (BA) não ofereça pistas a tal respeito – a troca epistolar verificada, pelo menos entre 1685 e 1686, entre Verbiest e a Duquesa de Aveiro. Neste âmbito ainda não esgotámos as investigações sobre este tema (dado que conhecemos apenas a vertente epistolográfica de Pequim para Portugal e não conheçamos em profundidade o teor das cartas enviadas por aquela aristocrata para a missão da China). Poder-se-á afirmar, em síntese, que D. Maria de Guadalupe Lencastre e Cardenas, VI Duquesa de Aveiro (1630-1715), era uma mulher piedosa que, nas expressão de Diogo Barbosa Machado «*dispendia grande cópia de dinheiro para sustentação dos missionários da Serra Leoa, China e Japão, desejando que toda a idolatria abjurando a sua cegueira adorassem ao Redentor Crucificado*»⁹³.

As relações epistolares do Pe. Verbiest com D. Maria Guadalupe Lencastre e Cardenas não terão sido ditadas apenas por razões de natureza económica, na sequência dos apoios materiais

concedidos pela portuguesa à missão da China. Estamos em crer que ele admiraria o lado intelectual⁹⁴ – e a consequente produção literária e artística (e até a sua coragem) – daquela mulher que, tendo casado em Espanha com D. Manuel Ponce de Leon, VI Duque de Los Arcos, optou por se divorciar deste voltando para a sua pátria.

Constitui assim um aliciente projecto o estudo das cartas de Verbiest à duquesa de Aveiro – também elas identificadas em 1930 por J. H. Kramers – que datam de 10 de Novembro de 1685 e de 1 de Novembro de 1686. De assinalar que provavelmente nesse mesmo período esta aristocrata portuguesa continuava ainda a dar evasão aos seus reconhecidos dotes artísticos e literários. Na primeira dessas vertentes continua a atribuir-se-lhe, por exemplo, um quadro de Nossa Senhora da Piedade, do Convento da Conceição de Marvila (Lisboa), bem como dois retratos do Pe. D. Alberto Maria Ambineri, como disso deu testemunho Jorge Cardoso. Em relação aos seus dotes literários não podemos deixar de tomar em consideração o testemunho, minimamente fiável, de Diogo Barbosa Machado, seu contemporâneo (1682-1772), quando regista que essa crente – que se encontra sepultada no Mosteiro de Nossa Senhora de Guadalupe, em Castela – escreveu uma obra sob o título *Exercício devoto*⁹⁵.

Pode afirmar-se, finalmente, que a própria epistolografia de Verbiest com outros missionários do seu tempo em terras da China, como por exemplo com o Pe. Gabriel de Magalhães, poderão oferecer aliciantes pistas aos investigadores. O retrato sumário, mas pretensamente objectivo, que aqui deixamos aos leitores é, no essencial, o de um missionário – sepultado no cemitério de Chala, em Pequim – que em vários passos da sua vida defendeu os interesses da Coroa portuguesa em Macau, mesmo apesar de noutras circunstâncias ter manifestado sintomas de ambiguidade na sua conduta (não evangélica mas) diplomática e política.

- ¹ Pe. Louis Pfister, S. J. «n.º 124, P. Ferdinand Verbiest», in *Notices biographiques et bibliographiques sur l'ancienne mission de Chine, 1552-1773*, (2 tomos), T. I, XVI-XVII, Xangai, Imprensa da Missão Católica, 1932, pp. 338-362, em particular p. 339.
- ² Nesse período o Estado da Índia era presidido pelo «3.º. Conselho do Governo», integrando Manuel Mascarenhas Homem, Francisco de Melo e Castro e António de Sousa Coutinho que (desde 1656) tornou extensiva a sua acção até 1661. Vide José F. Ferreira Martins, *Os Vice-Reis da Índia. 1505-1917*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1935, pp. 145-148; e *Tratado de todos os Vice-Reis e Governadores da Índia*, Lisboa, 1962, p. 155.
- ³ De assinalar que poucos meses antes, mais precisamente em 18 de Julho de 1658, tinha falecido em Cantão o jesuíta Pe. Álvaro Semedo e, pouco depois, em 9 de Setembro do mesmo ano, a diocese de Macau foi, de algum modo, objecto de desmembramento. Então o Papa Alexandre VII, pelo Breve *Super Cathedram*, separou a diocese de Tonquim da jurisdição de Macau, sendo aquela confiada ao Bispo Pallu, M.E.P. – Vide Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau*, vol. I, *Séculos XVI-XVII*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação, 1992, p. 164.
- ⁴ Bosmans, *Ferdinand Verbiest. Les écrits chinois de Verbiest*, s/d.
- ⁵ Du Halde, *Description géographique, historique, chronologique, politique et physique de l'empire de la Chine et de la Tartarie chinoise...*, (4 tomos), t. III, Paris, 1735, p. 86.
- ⁶ Beatriz Basto da Silva, *op. cit.*, p. 128.
- ⁷ Este religioso, que havia nascido em Viana do Alentejo em 1596, desempenhara as funções de Reitor do Colégio da Companhia de Jesus em Macau entre 1632 e 1636.
- ⁸ No que respeita à intervenção de religiosos de outras Ordens neste mesmo período em Macau, importa destacar que nesse mesmo ano de 1659 Frei Francisco Manrique fundou aí o Convento de Santo Agostinho.
- ⁹ Pe. Louis Pfister, S. J., «n.º. 49, P. J.-Adam Schall von Bell», in *op. cit.*, t. I, pp. 162-182.
- ¹⁰ No estudo de L. Pfister (atrás referenciado na n. 1) o leitor encontra uma parte substancial dos elementos disponíveis sobre a acção missionária do Pe. Verbiest naquele período.
- ¹¹ Joseph Dehergne, S. J., «n.º. 883, Ferdinand Verbiest», in *Répertoire des Jésuites de Chine de 1552 à 1800*, Institutum Historicum S.I./Létouzey & Ané, Roma-Paris, 1973, pp. 288-290, em particular p. 289. Importa assinalar que tais perseguições decorreram no período vulgarmente designado dos Quatro Regentes, em particular no ano de 1662. Tal situação tão periclitante para os evangelizadores obrigou-os, em grande parte, a ir procurar refúgio na cidade de Cantão. Tais acontecimentos verificaram-se cerca de oito anos após o nascimento do (futuro) imperador da China, Kangxi, o que ocorreu em Maio de 1654. Sobre esta matéria remetemos para o nosso trabalho *A Tipografia de Expressão Cultural Portuguesa no Oriente nos séculos XVII e XVIII (Índia, China e Japão)*, Tese de Mestrado, E.C.S.H./UNL, 1990, 2 tomos versão policopiada, em particular t. I, «As dioceses de Pequim e Nanquim», pp. 30-32. Sobre a acção político-cultural do imperador Kangxi remetemos para Louis Frédéric, *Kangxi, Grand Khân de Chine et Fils du Ciel*, Paris, Ed. Arthaud, 1985.
- ¹² O cronista português Pe. Francisco Pimentel (*vide*, adiante, n. 15) refere-se a este facto com alguma precisão: «[...] deu o Imperador ao P. Fernando Verbiest a mesma dignidade que foi do Pe. João Adão [Schall, falecido em 1666] e o fez Presidente do Tribunal da Matemática com novo favor, porque só preside sem adjunto contra o costume deste, e de todos os mais Tribunais aonde sempre presidem dois, um china, e outro tártaro: diante de nós lhe deram os Mandarins os parabéns da nova promoção: não o podem negar os nossos, descontentes, ainda que muito o desejem. Porém o Pe. aceitou desta dignidade somente o cuidado e trabalho, mas não o título, nem o estado de tão grande Mandarim, porque entenderam os padres que assim convinha ao maior bem da cristandade, e serviços de Deus» (p. 22).
- ¹³ Joseph Needham (e Wang Ling), *Science and Civilisation in China*, Cambridge (década de 50, prolongada fase de publicação), t. III, pp. 380-451 e sgts.
- ¹⁴ Num período de alguma instabilidade governativa no Reino de Portugal, importa assinalar que (o futuro) D. Pedro II «impõe ao irmão [D. Afonso VI] a abdicação, começando a exercer o governo efectivo como regente, qualidade em que convocou Cortes, que iniciaram as sessões a 27 de Janeiro de 1668, aí sendo... jurado herdeiro do trono». Vide António Álvaro Dória, «D. Pedro II (1648-1706)» in *Dicionário de História de Portugal* (6 vols.), vol. V, nova ed., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1979, pp. 33-34.
- ¹⁵ *Breve Relação da jornada que fez a Corte de Pekim o Senhor Manoel de Saldanha, Embaixador extraordinario del Rey de Portugal ao Emperador da China, e Tartaria (1667-1670), escrita pelo Padre Francisco Pimentel e documentos contemporaneos*, compilados e anotados por C. R. Boxer e J. M. Braga, Imprensa Nacional de Macau, 1942. – Vide, ainda, Eduardo Brasão, *A política europeia no Extremo Oriente*, Porto, 1938; idem, *Apontamentos para a história das relações diplomáticas de Portugal com a China (1516-1753)*, Lisboa, 1949.
- ¹⁶ O cronista jesuíta Francisco Pimentel regista que o imperador da China «mandou que fosse intérprete o Padre Fernando Verbiest [aliás Verbiest] e assistiu também o Pe. Buglio. Depois de lhe falar, mandou repartir ao Senhor Embaixador dez peças de seda, aos três oficiais seis, aos outros quatro: todos eram damascos, veludos ou cetins e algumas de fundo de ouro...» (p. 20).
- ¹⁷ O espaço portuário macaense tinha sido considerado fechado em consequência da nefasta actuação de um pirata Coxinga, que em 1561 havia (segundo Jacques Gernet) expulso os holandeses da Formosa e, oito anos depois, atacou a cidade de Nanquim.
- ¹⁸ A estas três obras dedicaremos, mais adiante, o nosso estudo.
- ¹⁹ O Pe. Francisco Rodrigues, S. J., no trabalho *Jesuítas portugueses astrónomos na China, 1583-1805* (Porto, Tipografia Porto Médico, 1925), nova ed., Instituto Cultural de Macau, 1990, p. 12, regista tratar-se da «carta que escreveu de Pequim a 7 de Setembro de 1678 ao rei D. Afonso VI, a

manifestar-lhe a ele e aos reis de Portugal, os sentimentos da sua muita gratidão pelos favores tão reais feitos à missão da China». Pelo já exposto, é óbvio que – mesmo podendo o Pe. Verbiest acreditar que D. Afonso VI ainda reinaria então em Portugal – a carta foi dirigida de facto, a D. Pedro II, irmão daquele e seu sucessor. – No que respeita ao diferendo de essa carta ser de 1 de Setembro ou de 7 do mesmo mês, não temos dúvida, perante o original aqui objecto do nosso estudo e que adiante publicamos que ela é do primeiro dia de Setembro. Não enjeitamos, no entanto, a hipótese de (como estas cartas circulavam em mais de uma *vía*), uma delas apresentar, por lapso ou não, a data referenciada pelo Pe. Francisco Rodrigues.

²⁰ As passagens do documento em latim podem ser lidas adiante em toda a extensão dessa fonte manuscrita em versão portuguesa. – Agradecemos ao coleccionador Sr. Rainer Daehnhardt o ter posto à nossa disposição este documento e autorizando a publicação da leitura paleográfica do mesmo na íntegra.

²¹ Razões ligadas a uma onerosa administração daquele território, por parte de Portugal a uma tão longa distância intercontinental, poderão ter estado na origem dessa decisão política no sentido de uma decisão negocial pró-alienação. Este problema, porém não pode ser hoje visto com alguma levandade, na medida em que existem numerosos outros factores em presença.

²² O autor da carta, encontrando-se em Pequim, refere-se neste passo à cidade de Macau.

²³ Alude a estes factos o Pe. Luis Buglio panormitano numa carta impressa em Roma em 1672 (cerca de dois anos depois da recepção dada pelo imperador da China aquele embaixador português).

²⁴ Insere-se nestes objectivos a mostra que, sob a nossa direcção científica, se realizou em Pequim em 1995. Vide *Intercâmbio cultural e científico entre a Europa e a China através do livro (sécs. XVI-XVIII). Exposição bibliográfica organizada pela embaixada de Portugal e pela Livraria Humanística (LHITIPOR), por ocasião da visita de estado à China de Sua Excelência, o Presidente da República, Dr. Mário Soares*, Pequim, Abril de 1995.

²⁵ Em relação ao primeiro desses períodos, o século XVI, remetemos para a nossa Tese de Doutoramento, *A Tipografia Quinhentista de Expressão Cultural Portuguesa no (Índia, China e Japão)*, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997, em 4 tomos, num total de c. 1600 pp. No que diz respeito ao segundo desses períodos, remete-se para *A Tipografia de Expressão Cultural Portuguesa no Oriente nos séculos XVII e XVIII (Índia, China e Japão)*, Tese de Mestrado apresentada à mesma Faculdade e Universidade, 1990, em 2 tomos, num total de c. 650 pp. A reprodução de ambas é policopiada.

²⁶ Este estudo, da maior importância científica para o presente trabalho, foi publicado in rev. *Monumenta Serica, Journal of Oriental Studies of the Catholic University of Peking*, vol. X, Pequim, 1945, pp. 1-57; e (2ª. Parte), pp. 309-388.

²⁷ H. Bernard, *op. cit.*, Lista A (do Pe. Rodrigo de Figueiredo), pp. 20-22. Remetemos, também, para o nosso estudo

«O sinólogo coruchense Padre Rodrigo de Figueiredo. Para uma História da Leitura em Kaifeng, na China do século XVII», in *Actas das Conferências da Biblioteca Municipal de Santarém, Janeiro a Abril de 1995, Santarém os homens e a cidade na época dos Descobrimentos*, Câmara Municipal de Santarém, 1995, pp. 29-65.

²⁸ H. Bernard, *op. cit.*, Lista B (do Pe. Alegambe), pp. 23-27.

²⁹ Idem, *ibidem*, Lista C, (do Pe. Aleni), pp. 27-31.

³⁰ Idem, *ibidem*, Lista D (do Pe. Martini), pp. 31-35.

³¹ Idem, *ibidem*, Lista E (do Pe. Kircher), pp. 35-40.

³² Idem, *ibidem*, Lista F (do Pe. Southwell), pp. 40-46.

³³ Idem, *ibidem*, Lista G (do Pe. Philippe Couplet), pp. 47-56.

³⁴ O Pe. Couplet, que deixara a China em 1681, morreu perto de Goa em 1692. Vide Joseph Dehergne, S. J., *Répertoire des Jésuites...*, ed. ant. cit. (1973), pp. 66-67. O Pe. Ferdinand Verbiest dirigiu três cartas (pelo menos) ao Pe. Couplet. Foram elas datadas em 23 de Janeiro e em 20 de Agosto de 1670 – presumivelmente pouco depois de ter sido impressa em Pequim a primeira versão do Catálogo G a que atrás fizemos referência – e uma outra de 4 de Outubro de 1683.

³⁵ H. Bernard, *op. cit.*, p. 47.

³⁶ Idem, *ibidem*, p. 370.

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 370.

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 370. Vide ainda o estudo de Grete E. J. Moortgat, «On dating the *Pu-te-I Pien* by Ferdinand Verbiest», in *Actes du Ve Colloque International de Sinologie*, Chantilly, 1992, Universidade de S. Francisco, The Ricci Institute for Chinese-Western Cultural History e Taipé-Paris, Institut Ricci, 1995, pp. 243-266.

³⁹ Idem, *ibidem*, pp. 370-371.

⁴⁰ Idem, *ibidem*, p. 371.

⁴¹ Idem, *ibidem*, p. 371.

⁴² Idem, *ibidem*, p. 372.

⁴³ Idem, *ibidem*, p. 372.

⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 372.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 372. Na Newberry Library, Chicago, EUA, encontra-se a carta circular de Antoine Thomas, descrevendo, pouco depois da morte de Verbiest, mais precisamente em 1691-1692, a obra desenvolvida pelo missionário flamengo na missão da China.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 373.

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 374.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 374..

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 374.

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 374.

⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 374.

⁵² Idem, *ibidem*, p. 375. Sobre este *Mappa Totius Mundi* remete-se de igual modo para o estudo de Lin Tong-yang, «Aperçu sur la mappemonde de Ferdinand Verbiest, le *K'un-yu-ch'uan-t'u*», in *Actes du Ve Colloque International de Sinologie*, Chantilly, 1986, Universidade de S. Francisco, The Ricci Institute for Chinese-Western Cultural History e Taipé-Paris, Institut Ricci, 1993, pp. 145-174.

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 375.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 375.

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 376.

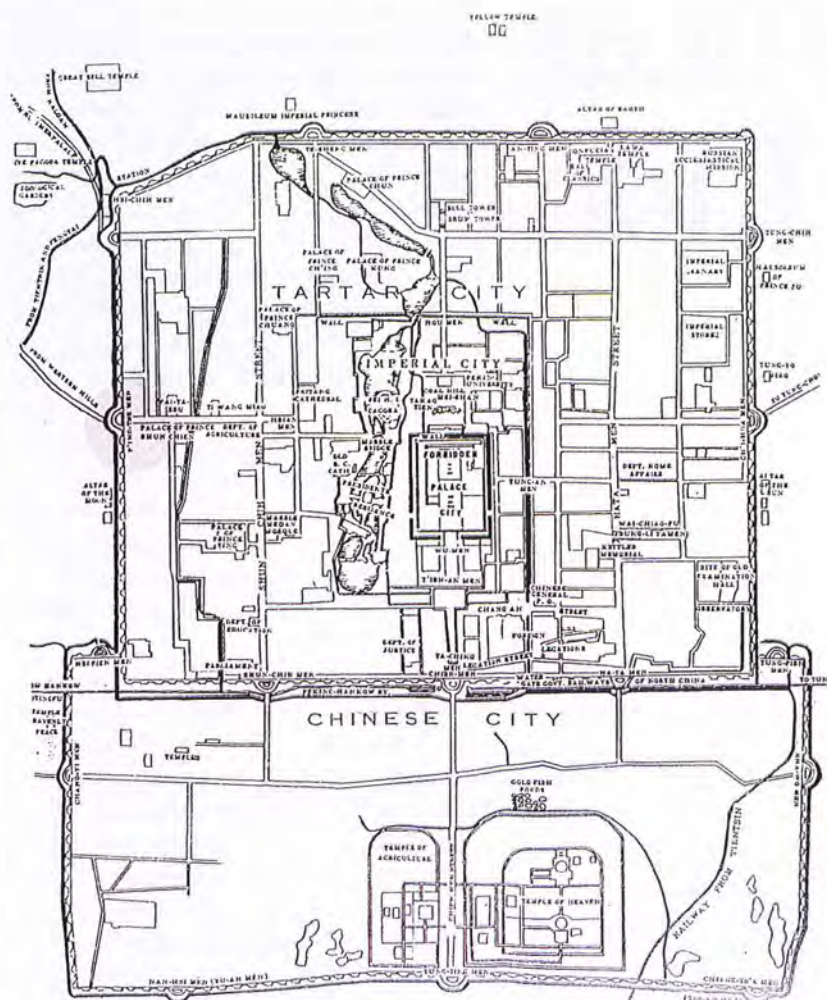
⁵⁶ Idem, *ibidem*, p. 377.

⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 377.

⁵⁸ Idem, *ibidem*, p. 378.

- ⁵⁹ O bibliógrafo Henri Bernard, S. J. editou o estudo intitulado «Ferdinand Verbiest, continuateur de l'oeuvre scientifique d'Adam Schall. Quelques compléments à l'édition récente de sa correspondance», in rev. *Monumenta Serica*, vol. V, Pequim, 1940, pp. 103-140, onde analisa comparativamente (in pp. 126-133) as contribuições dos Pes. Adam Schall e Ferdinand Verbiest no âmbito da *Astronomia Perpetua*, editada em Pequim no reinado de Kangxi.
- ⁶⁰ Henri Bernard, S. J., «Les Adaptations chinoises...», *op. cit.*, (1945), p. 378.
- ⁶¹ Idem, *ibidem*, p. 378.
- ⁶² Idem, *ibidem*, p. 378.
- ⁶³ Idem, *ibidem*, p. 380.
- ⁶⁴ Idem, *ibidem*, p. 381.
- ⁶⁵ Idem, *ibidem*, p. 381.
- ⁶⁶ Idem, *ibidem*, p. 382.
- ⁶⁷ Idem, *ibidem*, p. 382.
- ⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 382.
- ⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 382.
- ⁷⁰ Vide no elenco das obras de Verbiest esta obra referenciada sob o n.º 19 (Couplet, n.º. 232; H. Bernard, n.º. 468).
- ⁷¹ Vide nosso trabalho (de 1990), atrás, in n. 11.
- ⁷² O Dr. Jin Guo Ping, sinólogo, colaborou então connosco na tradução deste título e de outras passagens da mesma obra, ajudando-nos a compreender melhor o sentido – e enquadramento histórico-bibliográfico – da mesma.
- ⁷³ J. Créteineau-Joly, in *Histoire Religieuse, Politique et Littéraire de la Compagnie de Jésus composée sur les documents inédits et authentiques*, Ed. Paul Mellier, t. V, Paris, 1845, pp. 51-53, referencia alguns dos mais significativos contributos que o Pe. Verbiest deu à civilização chinesa no âmbito científico e missionário.
- ⁷⁴ A respeito da sucessão, à frente do Tribunal das Matemáticas, do Padre Ferdinand Verbiest, refere o Pe. Francisco Rodrigues, in *Jesuitas portugueses astrónomos na China, 1583-1805*, ed. ant. cit. (1925): «Não é logo para estranhar, antes muito natural que o imperador à morte do P. Verbiest [...] se lembresse do P. Tomas Pereira para lhe suceder no honríssimo cargo. Excusou-se eficazmente o Padre e de acordo com o P. António Tomás, distinto matemático belga, propôs para aquela presidência, ou seja, do Tribunal das Matemáticas, de Pequim, o abalizado astrónomo P. Philippe Grimaldi, por esse tempo ausente na Europa. O imperador, assombrado da excusa, aceitou a proposta e determinou que entretanto ficasse o P. Pereira Presidente interino tendo por adjunto o P. António Tomás...» (p. 19).
- ⁷⁵ O Abade Grosier, na obra *Description Générale de la Chine*, t. II, Paris, 1787, edita, em gravura, in pp. 418-419, quer uma esfera (de observação) do imperador da China, quer um observatório astronómico. O Pe. Amiot, por seu lado, nas *Mémoires concernat l'Histoire, les Sciences, les Arts, les Moeurs, les Usages, etc. des Chinois; par les Missionnaires de Pe-kin*, t. XI, Paris, Nyon, 1786 (LHITIPOR) – antecedendo o sub-capº. «Notices sur différents objects d'Astronomie...» (pp. 269-273) – apresenta uma planta do antigo Observatório de Pequim no séc. XVII, comparativamente com a planta do mesmo nessa década do século XVIII.
- ⁷⁶ Vide H. Stierlin, «Les observatoires astrologiques de Jaipur et Delhi», na obra *Inde – Des Moghols aux Maharajas*, Paris, Ed. Payot, 1985, p. 169.
- ⁷⁷ Vide Catherine Cardinal, «L'Horlogerie dans la Vie Scientifique, Economique et Artistique du Milieu du XVIIe. Siècle à la Fin du XVIIIe. Siècle – I. Les progrès de la technique horlogère, temoignage de l'essor des sciences et des techniques», na obra *L'Horlogerie dans l'Histoire, les Arts et les Sciences, Chefs-d'oeuvre du Musée international d'horlogerie de la Chaux-de-Fonds*, Lausanne-Suíça [em colaboração com a editorial Franco-Maria Ricci], Ed. Scriptar, 1983, pp. 41-42.
- ⁷⁸ Remete-se para a reprodução dos instrumentos astronómicos em causa na edição em *fac-simile* dessa espécie bibliográfica existente no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), *Observatório Astronómico de Pequim, Catálogo de Exposição Iconográfica*, com nota introdutória do embaixador João de Deus Ramos, Macau, 1994.
- ⁷⁹ Vide no capº. 4.1 destenosso estudo esta obra referenciada sob o n.º. 26 (Catº. Henri Bernard, n.º. 495).
- ⁸⁰ Louis Frédéric, *Kangxi, Grand Khan de Chine et Fils du Ciel*, Paris, Ed. Arthaud, 1985, p. 182.
- ⁸¹ Id. *ibidem*, pp. 182-183.
- ⁸² Id. *ibidem*, p. 183. Poder-se-á referir, a este respeito, que quando em 1697 é impressa a obra *Nouveaux Mémoires sur l'état present de la Chine*, do Pe. Louis Le Comte – nos prelos de Jean Anisson, director da «Imprimerie Royale», em Paris – o autor da obra surge, na portada de tal edição, assim designado: «[...] le P. Louis Le Comte de la Compagnie de Jesus, Mathématicien du Roy» (sic). Estava salva-guardada, pois, perante a Santa Sé, e ante as mais altas autoridades do *Padroado Português* (do Oriente), o seu estatuto de religioso da Companhia de Jesus que visitara a China e publicava, agora, as suas impressões de tal viagem. [Ver n. seguinte].
- ⁸³ Sobre Le Comte remetemos para Louis Pfister, *Notices Biographiques et Bibliographiques...*, ed. ant. cit., Tomo I (1932), pp. 440-443. Registe-se que este padre era natural de Bordéus onde nasceu em 10 de Outubro de 1655. A sua chegada a Pequim ocorreu em 7 de Fevereiro de 1688. Daí se conclui que a sua estadia nessa cidade chinesa é muito posterior à publicação, por parte de Ferdinand Verbiest, quer da obra *Liber Organicus – Para um Novo Esferograma* (1674) quer mesmo da *Epistola [...] ad Socios missa* (1678).
- ⁸⁴ Sobre a partida de Claude Visdelou para a China, bem como a sua acção nesse território, remetemos para o nosso próprio trabalho *Algumas Fontes Inéditas (existentes na Biblioteca da Ajuda em Lisboa) sobre a Evangelização da China pelos... franceses Visdelou, Maigrot e Fouquet*, comunicação apresentada no «XXXI International Congress for Asian and North African Studies», vulgo Congresso Internacional de Orientalistas, Hamburgo (R.F.A.), 25-30 de Agosto de 1986. Destacamos, neste âmbito, em particular as pp. 16-17 e 19-20.
- ⁸⁵ Apresentam-se contidas nessa obra xilográfica, com efeito, as assinaturas dos seguintes religiosos, por esta ordem: «Anthonius Thomas vice Prov(incia)lis Sinensis; Philippus Grimaldi Rector Pekinensis; Thomas Pereyra; Joannis

Carta de Pequim da autoria de Cook. Assinala-se, à direita, a localização do Observatório Astronómico de Pequim; ao centro a Cidade e Palácio Imperial; e à esquerda, num círculo, o cemitério de Chala onde ficou sepultado, em 1688, o Pe. Ferdinand Verbiest. Juliet Brendon, *Peking*, 1922.



Franc. Gerbillon; Josephus Suares; Joachimus Bouvet; Rili-anus Stumpf; I. Baptista Reg.; Ludovicus pernoti; dominis parrenin, omnes ex Soc(ieta)te Jesu sacerdotes». – Sobre a edição da *Brevis Relatio Eorum...*, remetemos para a nossa dissertação ant. cit. (1990), t. II, Registo Catalográfico II-09 [1701-1702], último fólio.

⁸⁶ De assinalar que já em 1674, período da produção da sua obra *Liber Organicus – Para um Novo Esferograma*, Verbiest havia publicado, pela técnica xilográfica, o *Mappa Totius Mundi* (Catº. Couplet, nº 238; Catº. Hri Bernard,

nº. 465). Vide o estudo e reprodução do mesmo, por parte de Monique Cohen e Nathalie Monnet, no catálogo *Impressions de Chine*, Paris, Biblioteca Nacional, 1972, nº. 79, pp. 126-127 (compilação documental esta em que, sob o nº. 78, in p. 125, é estudado o *Liber Organicus* do mesmo autor).

⁸⁷ Louis Pfister, *Notices Biographiques...*, op. cit., t. I, p. 361. Tratava-se, segundo L. Pfister, de «uma carta de apelo a todos os Jesuítas da Europa, em latim [...] e traduzida em francês, in 12º, Paris, [Gabriel] Martin, 1682, na qual ele convida os seus irmãos de fé, pelos mais preocupantes motivos, a ir em socorro da missão da China». – Acerca do impressor Gabriel Martin I (165?-1692?), impressor desta carta na sua versão francesa remete-se para Jean-Dominique Mallot/Élisabeth Queval, *Répertoire d'imprimeurs/libraires, XVIe-XVIIIe siècle*, Paris, Biblioteca Nacional de França, 1997, p. 421, onde se afirma que o mesmo impressor, estabelecido na Rue de S. Jacques, poderá ter falecido c. 1692.

⁸⁸ Francisco Rodrigues, *Jesuítas portugueses astrónomos na China*, ed. ant. cit (1925), capº. I, n. 3.

⁹⁰ Tomamos em consideração alguns dos estudos sinológicos sobre Verbiest mais recentemente publicados como o de Lin Tong-yang, de 1986 (vide, atrás, n. 52); e o de Greter E. J. Moortgat, de 1992 (vide nossa n. 38).

⁹¹ Vide de John W. Witek, «The Missionary Leadership of Ferdinand Verbiest: Some Perspectives», in *International Conference in Honor of Ferdinand Verbiest. Commemoration of 300th Anniversary of his Death, 1688-1988*, Taipé, 1988, pp. 151-163; e a edição *Ferdinand Verbiest (1623-1688). Jesuit Missionary, Scientist, Engineer and Diplomat*, Nettetal, Steyler Verlag, colº. «Monumenta Serica Monograph Series», nº. XXX, 1994. Agradecemos ao Pe. John W. Witek o ter-nos comunicado, por carta de 28 de Setembro de 1998, os resultados das suas mais recentes pesquisas sinológicas.

⁹² Remete-se para Archie R. Crouch, Steven Agoratus, Arthur Emerson e Debra E. Soled, *Christianity in China. A Scholars' Guide to Resources in the Libraries and Archives of the United States*, prefácio de John King Fairbank, Armonk, Nova Iorque/Londres, M. E. Sharpe, Inc., 1989, pp. 133-134. Assinala-se que nesta mesma biblioteca da Universidade do Kansas se encontra também um exemplar da *Epistola...ad Socios missa*, de Verbiest, em xilogravura, de 15 de Agosto de 1678.

⁹³ Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana...*, Lisboa, Oficina de Inácio Rodrigues, 1752, pp. 422-424.

⁹⁴ Para além da referida obra de Barbosa Machado, fazem menção à produção intelectual de D. Maria de Guadalupe Lencastre e Cardenas, Jorge Cardoso, no *Agiolégio Lusitano* (obra publicada em 3 vols., em Lisboa, em 1652, 1657 e 1666, portanto ainda em vida da Duquesa de Aveiro); Frei Agostinho de Santa Maria, no *Santuário Mariano*; e D. António Caetano de Sousa, na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*.

⁹⁵ A *Bibliografia Cronológica da Literatura de Espiritualidade em Portugal. 1501-1700*, Porto, Instituto de Cultura Portuguesa da Faculdade de Letras do Porto, 1988, não mencionando esta obra permite arquitectar a hipótese de ela já ter sido produzida entre 1701 e 1715 (a já referida data da sua morte).

Trocar de Tudo

Liberto Cruz

MACAU FEZ SEMPRE PARTE DO MEU IMAGINÁRIO.

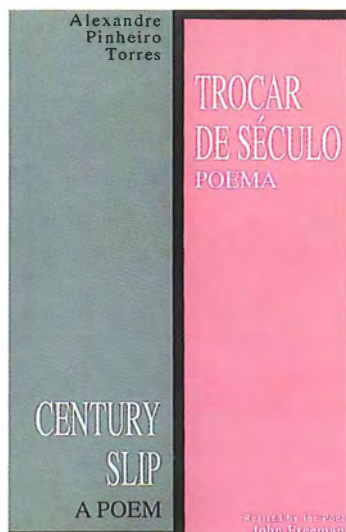
Desde os bancos da escola primária que sinto uma estranha atracção pela palavra Macau, facto que ainda hoje não consigo explicar. Seria a sonoridade da palavra? Seria por me terem dito que o território ficava lá para os orientes? Ou seria ainda por um vizinho meu ter partido para Macau e nunca mais ter voltado, abandonando mulher e filhos, enfeitado que fora por uma bela chinesa?

As leituras da adolescência, os filmes que vi, os relatos fantásticos de alguns viajantes, o mistério dos fumadores de ópio, os costumes exóticos, os casinos abertos a toda a gente (e tão censurados entre nós) só serviram para aumentar o meu entusiasmo por tão longínqua, inefável e secreta península. Uma terra que estava situada no estuário dum rio de pérolas tinha, por força, de ser diferente, de ser magnética e de ser susceptível de envolver qualquer aventureiro ainda que pacato e comum.

Aprendi com Álvaro de Campos que é do Oriente «*donde vem tudo*»¹. Camilo Pessanha, Luís Gonzaga Gomes, Ernesto Leal, Deolinda da Conceição, Maria Ondina Braga, Ana Maria Amaro, Senna Fernandes, Montalto de Jesus e Charles Boxer, entre outros escritores e estudiosos, não só me conseguiram confirmar o sortilégio macaense como me fizeram aumentar o desejo antigo de poder visitar e demorar-me por Macau.

Mas há sonhos, melhor, a maioria dos sonhos costuma ser decapitada à sua nascença. Os deuses, porém, permitiriam que este sonho viesse a ser concretizado.

Visitei Macau, pela primeira vez, nos começos da última década do nosso século. Foi sem surpresa que a percorri. Era há tanto tempo minha que não tinha possibilidades de me desiludir. É certo que fui encontrá-la já desfigurada, numa postura diferente, com grandes e, por vezes, imperdoáveis alterações de ordem urbanística mas, com a idade, as terras e as gentes, como é sabido, tanto podem atingir a tontaria como a



Em 1993, Alexandre Pinheiro Torres deslocou-se a Macau em missão de estudo. Dessa viagem e permanência resultou um poema sugestivamente intitulado *Trocar de Século*.

sublimação. No caso presente diria que ora seguem juntas, ora se entrechocam e ferem, e ora se ignoram e condescendem, como se defrontam e defendem. Um misto de loucura e grandeza, de serenidade e agressão, de paixão e desleixo, de religiosidade e indiferença, de inveja e despreendimento, de ganância e generosidade, parece ser o manto diáfano e envolvente da fantasia de Macau. No fim de contas, não nos devemos admirar com tão diverso e fogoso clima. Afinal, não foram muitas destas qualidades e destes defeitos que nos levaram a embarcar nas caravelas à descoberta e ao povoamento de outros mundos?

Muita gente se interroga hoje sobre o que em Macau ficará da nossa maneira de ser e de estar no mundo, após a sua passagem para a administração chinesa. Só num futuro, que tanto pode ser próximo como longo, se possa, talvez, vir a responder aos eventuais interessados. De qualquer forma é necessário não esquecer, e ter em conta, que uma outra história, numa nova era, vai começar em Macau a partir do ano 2000. História de que não seremos cronistas nem tão-pouco as personagens principais.

Das minhas viagens não poderei dizer, todavia, como Camilo Pessanha, que «vi a luz em um país perdido»². E porquê? Porque, quem sabe, talvez nas minhas rápidas passagens por Macau eu caminhasse já alumiado, não tendo portanto necessidade de deslizar sem ruído. Mas quem está livre de, a qualquer momento, poder cair e não se levantar?

Deixemos aos deuses, ciosos e secretos, a possibilidade de nos responderem. Para nós, mortais, Macau será sempre o que poderia ter sido.

Em 1993 Alexandre Pinheiro Torres, recentemente falecido, deslocou-se a Macau em missão de estudo. Dessa viagem e permanência resultou um longo poema sugestivamente intitulado *Trocar de século*³. Constituído por 41 poesias, foi escrito na Casa Garden de 22 de Março a 12 de Abril. Este trocar de século proposto pelo poeta é

também um trocar de continente e ainda, e uma vez mais, um trocar de ilha. Como disse acertadamente Eunice Cabral no prefácio ao livro *A Flor Evaporada*, «a ilha constitui um tema recorrente na poesia do autor»⁴, isto é, Alexandre Pinheiro Torres. Com efeito desde a Póvoa de Varzim, «uma ilha desterrada», até São Tomé, «a terra do pai», passando pela Grã Bretanha, «a ilha do exílio voluntário», só lhe faltava conhecer Macau, «a ilha onde se ia trocar de século». Antecipadamente anuncia, da esta troca é feita numa ilha que «é uma fábrica de bruma»⁵ onde o sistema leva, com frequência, a apostar «sempre em cavalos vagarosos»⁶.

É surpreendente o modo como Alexandre Pinheiro Torres adere à vivência macaense e a consegue transmitir. Assumindo uma experiência que dir-se-ia interiormente vivida e com uma prática que surge anterior aos acontecimentos, posição só reservada aos poetas maiores, o autor elabora um relato que mais não pretende ser que a sua versão pessoal das coisas e das pessoas claramente vistas em Macau. Uma versão apaixonada, é certo, mas equilibrada, atenta e imparcial. Uma versão de quem não ignora a problemática das ilhas. Problemática onde tomam assento as frustrações, anseios, medos, desconfianças, limitações, sucessos, êxitos, raivas e coragens. Uma ilha, como qualquer outra, habitada por seres humanos que foram e serão sempre, através dos tempos, os dignos heróis do passado, do presente e do futuro.

O itinerário traçado, as diversas falas ouvidas, os sonhos revelados, as imagens que projecta, os homens e as mulheres contactados e a visão das vidas por outros vividas, são um programa aliciante que, pouco a pouco, se agarra e adere ao poeta. Perseguido e quase dominado pelos factos, o autor absorve e é absorvido simultaneamente pelo real e pelo irreal de Macau. Resulta daí uma muito bela crónica poética onde o concreto e a lucidez sobressaem sem que haja a mínima agres-



Constituído por 41 poemas, *Trocar de Século* foi escrito na Casa Garden, entre 22 de Março e 12 de Abril.

sividade ou intolerância. Alexandre Pinheiro Torres reconhece, aliás, com singeleza, que todos os elementos humanos ou não, que ele vê, lhe estão, afinal, «junto aos olhos como óculos»⁷.

Reforçado por esta dupla visão e sabendo que «a vida ganha sempre ao jogo»⁸, é no constante mistério das coisas e das gentes que o poeta, todo o poeta, deve insistentemente procurar a sua via. Assim procedeu em Macau o autor de *Trocar de Século*.

Lembrando Jorge de Sena, que num dos seus poemas fala do fantástico Minotauro, «coisa grega muito longe destas ilhas»⁹ macaenses, Alexandre Pinheiro Torres aproveita para perguntar com subtileza e arrojo:

*não é justo que nos atrevamos
a visioná-lo neste labirinto,
bem lá no fundo dele,
à espera de nos engolir?*

*Para quê levantar altares
apenas a mistérios diminutos?*¹⁰

É neste labirinto de sobrevivências, e «quando parece que já nem sequer sonhamos»¹¹, que nos vamos preparar para trocar de século e esperar para ver como se procede à troca de um lírio por uma flor de lótus. Segundo Alexandre Pinheiro Torres (confiante ou céptico?) estas duas flores, o lírio e o lótus, trocam cartões «convencidas que o destino sempre as reunirá de novo»¹².

¹ In *Dois excertos de Odes*.

² In *Clepsidra*.

³ *Trocar de Século*, Macau, Instituto Português do Oriente / Fundação Oriente, 1995.

⁴ *A Flor Evaporada*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984, p. 17.

⁵ In *Trocar de Século*, p.7.

⁶ *Idem*, p. 7.

⁷ *Idem*, p. 21.

⁸ *Idem*, p. 23.

⁹ *Idem*, p. 35.

¹⁰ *Idem*, p. 35.

¹¹ *Idem*, p. 61.

¹² *Idem*, p. 89.

O Hotel Lisboa

Clara Ferreira Alves

O HOTEL É UMA ESPÉCIE DE PAGODE CIRCULAR, pintado de amarelo e branco como um bolo de anos. Em frente estacionam os últimos riquexós, sobre os quais desce a cabeça cansada do homem do riquexó, quase sempre um homem velho e de costas derrubadas, os ombros descaídos de muita vida e muito oriente, que não conhece férias nem descansos. O homem, com a máscara chinesa na cara, segue desinteressado o corrupio dos carros de vidros fumados e cerrados, os táxis de porta automática com estofos esfolados e temperaturas siberianas graças ao ar condicionado, as limusinas dos potentados, que são os apostadores máximos do Hotel Lisboa. O corrupio dos carros está associado ao corrupio dos jogadores, e o corrupio é incessante. O corrupio dos carros e a serenidade indifferente dos *coolies* dizem mais sobre a China do que mil livros de filosofia. Dizem, em primeiro lugar, que ninguém compreendeu o jogador, a obsessão e compulsão do jogador, até observar um chinês a jogar. No Hotel Lisboa, o casino entre casinos de Macau, a parada sobe à medida que se sobe de patamar. Nos salões de baixo, o proletariado chinês agarra as fichas com as garras e, sem mover um músculo do rosto, sem demonstrar o gosto do ganho ou o desgosto da perda, vai apostando com método, alguns com papelinhos rascunhados de esquemas e números, outras tantas fantasias, como se o casino pudesse ser derrotado. Todos os tratados de psiquiatria ocidental falhariam, e todos os Freuds vacilariam, se tivessem de explicar, à luz da psicanálise ou das falhas primordiais do ser humano, à luz do pecado original, a mania que o chinês tem pelo jogo. Assim, nos andares superiores do Lisboa, em salas privadas e protegidas por gorilas armados e de dura mandíbula, com as mãos plácidas cruzadas sobre as lapelas, os senhores das limusines, antítese dos homens do riquexó, arriscam cem mil dólares numa única aposta. Perdem, dobram, não param. Não cedem. A cara, como sempre, não mexe. Nenhum ocidental conseguiria escapar ileso a esta experiência. Em Macau, há

«E quando se acendem as luzes do Lisboa, que fica um bolo iluminado por velas à espera dos parabéns». Fotografia de Eduardo Grilo.



prestamistas mas não há, como à saída do casino de Monte Carlo, suicídios românticos, tiros disparados sobre a ténepora, afogados da beira-mar. É outra a ténepora chinesa. Nada do que lhes acontece parece afectá-los, deixar marca ou cicatriz. O homem do riquexó, pobre entre os pobres, vê desfilar o seu duplo antagónico, o rico entre os ricos. E os dois mundos, que quase se acotovelam na entrada engalanada do Hotel Lisboa, não se hostilizam nem se ignoram. A vida é como é. A imperial passividade, que induz nas feições uma espécie de beleza de estátuas, desenha-se ainda no rosto fino das prostitutas do Lisboa, aquisição suplementar de um vício para outro vício. De dia, o tal corrupção de carros de todas as cores, de noite, nos corredores, o corrupção de mulheres levadas para os quartos, na tradição de Macau de juntar o útil ao agradável, não se sabendo bem em qual desta duas categorias entra a mulher. As chinesinhas, quase todas com caras de meninas, e supõe-se que com anos de meninas contados pelos dedos de quatro mãos, descem como bandos de pássaros quando desce a noite sobre a cidade. E quando se acendem

as luzes do Lisboa, que fica um bolo iluminado por velas à espera dos parabéns. Uma luz crepuscular, antes do crepúsculo real, nunca abandona os corredores do hotel, perpetuamente mergulhados numa aliança de sombras e mármore, mármore verdes, castanhos, cremes, que impedem a passagem dos raios de sol a partir de qualquer esquina. E as esquinas são muitas, os corredores serpenteiam com movimentos de cobra caprichosa, seria preciso um manual de instruções para os percorrer sem engano ou extravio. Uma porta dá sobre a outra e a outra e a outra, na tradição infinita das caixinhas chinesas que se vão desvendando por se copiarem umas às outras. As meninas à venda, que são todas iguais umas às outras, nunca se enganam no caninho. De mãos dadas e passinho estreito, vestidas de seda ou de jeans, as meninas não sorriem nem se oferecem, óbvias. Se não fosse o número crescente de meninas, crescendo conforme cresce a noite, pensar-se-ia que passeavam nos corredores como quem passeia num jardim, com a inocência de crianças. As meninas, como os apostadores dos andares superiores, aparecem e desaparecem, num passe de mágica. Estão aqui e já não estão. Dentro das lojas do Hotel, tantas lojas como num bazar, os vendedores assistem à procição e ao corrupção com um fenda nos olhos e outra na boca. A imobilidade imperial. Um mundo inteiro desfila assim a coberto do dia e da noite no Hotel Lisboa. É um dos lugares mais misteriosos da terra, um lugar que nada tem a ver com Lisboa. Uma coisa não é o seu nome, e ainda bem. E os portugueses desembarcados de fresco em Macau não conseguiam subtrair-se aos encantos do Hotel, surripiando uma ficha das mais baratas, espiando as salas de entrada vedada, olhando de lado numa volúpia de lobo esfaimado as meninas de passinho leve e cabelo liso, e cabelo negro. No Lisboa, encontra-se tudo o que não se encontra em Lisboa. A perdição dos ocidentais nada tem a ver com a perdição dos orientais. Em Lisboa, o pecado mora ao lado. No Lisboa, o pecado não existe.

O Desafio de Traduzir Camilo

W a n g S u o y i n g

EM 1995 FOI PUBLICADA NA CHINA A MINHA TRADUÇÃO de *A Queda dum Anjo* (Edição conjunta do Instituto Cultural de Macau e da Editora Montanha das Flores da China) e, pelo que me disseram, o público chinês gostou. No ano passado, fui convidada pelo Instituto Português do Oriente para trabalhar na nova versão chinesa de *O Amor de Perdição* e neste momento estou a acabar a tradução. Está previsto que a nova versão chinesa sairá em 2000.

Na altura em que decidi traduzir *A Queda dum Anjo*, um amigo português preveniu-me de que a tradução deste livro seria, para o tradutor, um desafio. Nunca me esqueci desta frase durante todo o processo da tradução. Eu tinha traduzido muitos documentos históricos, culturais e científicos, também tinha experimentado a tradução no âmbito literário, de autores portugueses e brasileiros. Mas, de facto, nunca tinha encontrado um texto tão difícil de traduzir como *A Queda dum Anjo*. Cada vez que eu sentia cansaço, as palavras desse amigo estimulavam-me para enfrentar o desafio e cumprir a missão. Passados alguns anos, continuei a sentir o mesmo desafio quando peguei em *O Amor de Perdição*, sobretudo quando soube que a obra-prima de Camilo já tinha duas versões chinesas publicadas. Apesar de me ver a mim mesma favorecida pelas experiências acumuladas na área com o passar dos anos cheios de trabalhos de tradução, traduzir Camilo foi, é e será sempre, para mim, um desafio, pois Camilo, um dos maiores vultos literários do século XIX, foi o único, o singular, o incomparável, o máximo e o sagrado.

As dificuldades que encontrei na tradução de Camilo podem ser divididas em duas classes: a) dificuldades resultantes da compreensão do texto, pois é o português do século XIX e, além do mais, é a linguagem e descrição de Camilo; b) dificuldades em manter o estilo original de Camilo na versão chinesa.



Capa da tradução chinesa de *A Queda de um Anjo*.

No campo da tradução, os chineses costumam falar e debater sobre os três princípios apresentados no virar do século pelo famoso pensador, letrado e tradutor chinês Yan Fu (1853-1921): xin (fidelidade), da (fluência), ya (beleza). Em palavras modernas, o tradutor deve, em primeiro lugar, ser fiel à ideia do autor; em segundo lugar, traduzir essa ideia para o chinês (ou para uma outra língua) numa linguagem fluente e habitual; e por último, harmonizando as duas línguas e mantendo o estilo da obra, aperfeiçoar a retórica da tradução.

Todos os tradutores chineses prometem seguir estes três princípios, mas para segui-los séria ou honestamente, é preciso fazer muitos esforços e até sacrifícios, demorando horas e horas na investigação, o que nem todos estão dispostos a suportar. Alguns tradutores cometem, por ignorância, ou por lapso, infidelidades ao autor, as quais são às vezes imperdoáveis. Em *O Amor de Perdição*, Camilo escreveu no seu primeiro capítulo:

«*Dez anos de enamorado, mal sucedido, consumira em Lisboa o bacharel provinciano. Para fazer-se amar da formosa dama de D. Maria I minguavam-lhe dotes físicos: Domingos Botelho era extremamente feio [...]*».

É obvio que «*a formosa dama de D. Maria I*» mencionada aqui refere-se a D. Rita, dama do Paço com quem se casava mais tarde Domingos Botelho e mãe do nosso herói Simões, portanto, foi absurdo traduzir para o chinês que Domingos Botelho não se poupava em gastar o seu dinheiro a fim de galantear a formosa D. Maria I. Foi igualmente absurdo traduzir para o chinês que Domingos Botelho pretendia ser amado pela formosa dama Maria.

Manter-se fiel à história narrada por Camilo constitui o primeiro desafio para quem traduz Camilo. Nenhum tradutor pode gabar-se de não

ter cometido nenhuma infidelidade na compreensão do autor, mas pode e deve evitar erros absurdos. Felizmente, na minha tradução de *A Queda dum Anjo*, podia contar com o apoio da Dra. Leonor Seabra, Dr. Luís Sá Cunha, P. Rios, e sobretudo do Dr. Bigotte Chorão, para compreender correctamente o texto de Camilo. O Dr. Bigotte Chorão também está disposto a esclarecer-me as dúvidas em relação ao conteúdo de *O Amor de Perdição*. A ele e aos outros amigos supra mencionados ficarei eternamente agradecida.

Mas o maior desafio de traduzir Camilo consiste em manter na versão chinesa o estilo, a sátira e o espírito do autor. Trata-se de uma tentativa permanente que requer muito debate, muito cuidado, muita técnica e muita imaginação criativa. Como dou aulas de técnicas de tradução, enquanto faço a tradução, costumo imaginar as perguntas que os alunos podem fazer em relação a certos métodos adoptados pedindo a mim mesma a sua justificação, como se estivesse na aula perante os alunos, a fim de melhor manter o estilo original.

Em alguns casos, não é difícil fazer isso. Por exemplo (todos os exemplos adiante citados referem-se à obra *A Queda dum Anjo*), no 1º capítulo pode-se encontrar a seguinte descrição:

«*Remenda teu pano, chegar-te-á ao ano, dizia a morgada de Travanca; e, aferrada ao seu adágio predilecto, remendava sempre [...]*»

Felizmente em chinês há um adágio com ideia semelhante: «Novo em três anos, velho em três anos, e remendado passa mais um ano». Aproveitei a última parte do adágio chinês para a tradução do adágio português e o efeito sairia muito melhor do que uma tradução ao pé da letra.

No entanto, a língua chinesa e a língua portuguesa são, no fim de contas, totalmente dife-

rentes. Os costumes sociais e as maneiras de exprimir e ser também são distintas, portanto, não se pode encontrar, infelizmente, em todos os casos expressões correspondentes, e daí surgem os problemas ligados às notas.

Camilo usa muitos termos com duplo sentido e às vezes joga com o sentido das palavras. Nesses casos, a expressão portuguesa perde essa função quando traduzida para o chinês. Por exemplo, Camilo diz no 21º capítulo:

«[...] quis demais disto a providência dos amantes leídos, providência que eu não posso escrever com p pequeno [...]»

A palavra «providência» não tem o mesmo sentido quando é escrito com p grande ou com p pequeno. Mas em chinês, os caracteres chineses não conhecem essa regra de escrever com maiúscula ou minúscula, portanto, um leitor chinês não vai perceber o sentido da frase. O que podia eu fazer? Não podendo alterar a ideia do autor, só podia pôr uma nota explicando-a, como fazem muitos outros tradutores.

Naturalmente, às vezes, é preciso alterar um pouco a ideia dum certo termo para exprimir mais correctamente a ideia geral da frase ou parágrafo. Por exemplo, no 2º capítulo surge este tema:

«[...] “sem impostos, não haveria rei nem professores de instrução primária..., nem tropa nem anatomia nacional.”

O mestre-escola havia lido, repetidas vezes no Periódico dos Pobres, as palavras autonomia nacional. Falhou-lhe desta feita a memória [...].

Em chinês, os termos «anatomia» e «autonomia» têm sons totalmente diferentes. Se eu traduzisse tal qual escrito em português, o leitor chinês não compreenderia porque é que o autor diz que *«falhou-lhe desta feita a memória»*.

Então substituí o termo chinês «anatomia» por outro que tem som idêntico ao da «autonomia». Acho que nesse caso a infidelidade é permitida, mas, para esclarecer essa infidelidade, pus uma nota no pé da página.

Camilo costuma aproveitar como metáforas, durante a sua narração ou através da boca das personagens, nomes históricos e legendários, ou acontecimentos antigos e religiosos. Além disso, o enredo do próprio conto também exige referências às personagens, lugares, coisas ou factos daquela época. Como a cultura e a tradição chinesas são diferentes das ocidentais, um leitor chinês é capaz de não perceber muitas dessas metáforas, ou alusões históricas, e, se não as percebesse, não assimilaria a ideia da obra, muito menos gozar da sua graça. Por exemplo, o que é «ala dos namorados»? Porque é que Calisto queria restaurar «as leis do foral dado a Miranda pelo monarca fundador»? O que indica «sangue dos Afonsos e Joãos»? Daí, parece que as notas são indispensáveis.

Tantas coisas precisam de ser explicadas através das notas, as quais enchem as páginas. E há ainda mais.

Camilo usa grande quantidade de expressões latinas e francesas. O português vem do latim e é a língua irmã do francês, pelo que um leitor português pode deduzir o significado dessas frases ou termos em latim e francês, mesmo não conhecendo essas línguas. Mas o mesmo não acontece com o leitor chinês. A absoluta maioria dos chineses não entendem francês, muito menos o latim. Então, o que podíamos fazer perante esta situação? Consultei as traduções das outras obras estrangeiras para a língua chinesa e reparei que nesses casos, os tradutores mantêm o latim ou outra língua estrangeira na versão chinesa pondo uma nota ao pé da página explicando o significado, ou traduzem para o chinês pondo também uma nota para explicar que o texto original é em latim, etc. Reparei tam-

«O maior desafio de traduzir Camilo consiste em manter, na versão chinesa, o estilo, a sátira e o espírito do autor». Arquivo CNCDP.



bém que naquelas obras, não há tanto latim como na nossa novela e consequentemente, não são muitas as notas. Na altura, pensava eu que para manter o estilo original da obra, seria preferível a primeira alternativa das duas acima mencionadas.

Pedi a um amigo, que é jornalista, escritor e redactor de Macau, para ler a minha tradução inicial. Ele disse-me: «Percebi o estilo singular e extravagante de Camilo, mas essas frases em latim cansam o leitor. Vendo tantas letras intercladas entre os caracteres chineses sem saber o seu signi-

ficado, o leitor fica aborrecido movendo sempre a cabeça para ler as notas no pé da página, além de cortar o fio do pensamento. O mesmo acontece com as outras notas». Ele aconselhou que traduzisse tudo para o chinês, e que para a maior concentração e comodidade do leitor, nem seria preciso pôr a nota. Mas assim não altera o singular e original estilo de Camilo? Fiquei na dúvida.

Os outros amigos também acham que é melhor pôr o menos possível de notas. Um disse que *A Queda dum Anjo* é uma obra destinada aos leitores de bom nível cultural e mesmo para os portugueses, nem todos conseguem lê-lo da mesma maneira. Não é justo esperar que todos os leitores chineses entendam tudo o que Camilo disse, na sua versão chinesa, por isso não é preciso pôr notas explicando tudo; quem entende, está bem, quem não entende, também não faz mal. Outro disse que a versão chinesa é para os leitores chineses, por isso o mais importante é fazê-los compreender de maneira inteira, ou de modo geral, a história do livro; para essa finalidade, pode-se até simplificar o que está complicado, mesmo sendo infiel ao autor.

Levando em consideração essas opiniões, defendi que a obra e o estilo de Camilo devem ser entendidos de maneira mais fiel, directa e geral pelo público chinês. Gostei tanto de Camilo, que não queria vê-lo reduzido à expressão mais simples. Então, fiz duas coisas diagonalmente opostas para facilitar a leitura por parte do público chinês, evitando, porém, prejudicar o estilo original do autor:

1. Tentei suprimir o máximo das notas desnecessárias.

Por exemplo, traduzi para o chinês todas as palavras ou frases em latim e outras línguas (excepto um ou dois casos mesmo intocáveis), mas recorrendo à caligrafia itálica, para marcar a diferença. Expliquei o fenómeno em Palavras da Tradutora, dispensando desta maneira a colocação de notas em cada caso.

Outro exemplo: Camilo escreveu no 1º capítulo que «*D. Fuas Mendo casara com a filha de um mesteiral, e D. Dorzia se havia sujado casando mofinamente com um pajem da lança de seu irmão D. Paio Ramires*». Quisera pôr uma nota aqui explicando que «Dom» e «Dona» indicam nesse caso o sangue azul ou fidalguia, portanto os noivos desses casamentos não têm a mesma posição social. Mas depois arranjei na tradução termos chineses que mostravam a ideia do autor, em vez de pôr uma nota.

2. Tentei acrescentar o máximo das notas necessárias.

Por exemplo, pus uma nota explicativa para cada uma das personagens mitológicas, históricas e literárias ocidentais, assim como para os topónimos e acontecimentos históricos, para os leitores chineses perceberem porque é que foram mencionados por Camilo na novela, Dalila, Lucrecia Bórgia, Circe, Narciso, Medeia, Henrique VIII (da Inglaterra), Afonso de Albuquerque, Leonor Teles, Aljubarrota... Como é que o público pode manter-se insensível pela erudição de Camilo!

Enquanto eu fazia as notas, sempre que era possível ia às Enciclopédias e publicações chinesas para encontrar traduções convencionais desses nomes invocados pelo autor. Conheci bastantes casos de traduzir caprichosamente os nomes estrangeiros, tais como Francisco Xavier, Mirabeau, Desmoulins e outros, tornando essas pessoas famosas difíceis ou até impossíveis de identificar na versão chinesa, o que não podia acontecer de maneira alguma com os meus trabalhos. Eis um dos aspectos de enfrentar honestamente o desafio de traduzir Camilo!

O desafio existiu, existe e existirá. Que enfrentemos corajosa e honestamente o desafio, para que o grande Camilo seja compreendido de maneira íntegra pelo público chinês, aproximando assim os dois povos, geográfica e culturalmente distantes, o que constitui, exactamente, uma das tarefas dos tradutores.

Macau à janela do Brasil

H e r m a n o V i a n n a

MEU PRIMEIRO ENCONTRO COM OS MACAENSES QUE moram no Brasil aconteceu durante a apresentação de uma dança do leão no centro da cidade de São Paulo. Os músicos que acompanhavam a dança não encontraram instrumentos chineses nas lojas brasileiras. Por isso improvisaram: no lugar do *xiao tang-gu* ou do *dagu* tocavam um atabaque que não ficaria muito deslocado num terreiro de candomblé. Conversando com o mais jovem dos instrumentistas, descobri que ele havia nascido no Brasil, e por muito tempo se considerava apenas brasileiro. Mas agora cultiva com orgulho sua identidade macaense, com os meios que tem ao seu alcance, aqui do outro lado do «*mundo da língua portuguesa*». Depois da dança, todo o grupo foi matar as saudades de Macau, almoçando num restaurante chinês que não consta em nenhum guia gastronômico da cidade. Fica em baixo da Associação Cultural Cantonesa, na Liberdade, bairro mais conhecido pela culinária japonesa. Ao entrar nesse restaurante, entendi a razão de tanta saudade: fui imediatamente transportado para Macau. A língua portuguesa ficou na calçada, no letreiro sobre a porta de entrada. Do lado de dentro, falava-se apenas – imagino, mas estou longe de ter certeza – cantonês. O cardápio continha lindos ideogramas, e não adiantava pedir sugestões para quem aceitou o desafio de me servir. Meu pedido, escolhido exactamente por acaso (como geralmente acabava acontecendo em Macau), foi recebido com o olhar assustado e desaprovador do pessoal do restaurante. Que fazer? Pelo que conheço de sua história e sua cultura, aquele também não seria um ambiente exactamente familiar para os macaenses. É claro, eles podem até saber falar cantonês, mas os «verdadeiros» chineses, os não-mestiços, conseguem facilmente reconhecer sua diferença, tanto física quanto cultural. A culinária típica macaense não seria o *dim sum* mas sim a cabidela de pato ou o arroz chau-chau. É portanto surpreendente que os «filhos da terra» que vivem

fora do «Território» matem a saudade de «casa» em ambientes tão pouco mestiços, ou que passem também a cultivar tradições, como a dança do leão, que eram vistas como exóticas e apenas praticadas pelos «verdadeiros» chineses de Macau. Talvez essa seja uma mudança vivida por toda a diáspora macaense, espalhada pelos mais diversos continentes. Os «filhos da terra» buscam elementos mundialmente reconhecidos como chineses para marcar sua diferença com relação às culturas dos países que os adoptaram, assim como – no Território – tentaram se manter afastados do «peso aglutinador» da cultura chinesa. Mas isso não quer dizer que o macaense, na diáspora ou mesmo numa Macau controlada politicamente por Pequim, vá submergir em outra diáspora, a cantonesa, há muito tempo consolidada planeta afora. Os «filhos da terra», fora de Macau, redescobrem nostalgicamente os laços que os ligam com a China, mas não deixam de encontrar sua própria maneira de valorizar esses laços. Não é uma cultura que está a morrer, mas uma nova identidade macaense (mais chinesa, por que não?) que está a ser inventada. Os macaenses, que sempre viveram entre culturas mais poderosas e com pretensões imperialistas (a chinesa, a portuguesa, entre outras), desenvolvem – desde 1500 e tantos – estratégias para lidar com os problemas da constante (re)invenção identitária, buscando manter sob seu controle os espaços duramente conquistados. As lições de sua história devem servir como material de reflexão para outros povos, entre eles o brasileiro, que também inventaram inesperados motivos para se orgulhar de sua mestiçagem. Uma comparação do caso macaense com o caso brasileiro, ainda por fazer, poderia iluminar aspectos centrais de suas antropologias. Apesar das diferenças óbvias, é claro. Ou precisamente por causa delas. Pois são as diferenças que logo chamam a atenção do brasileiro que pisa em Macau pela primeira vez. Não as diferenças mais evidentes, advindas do fato de

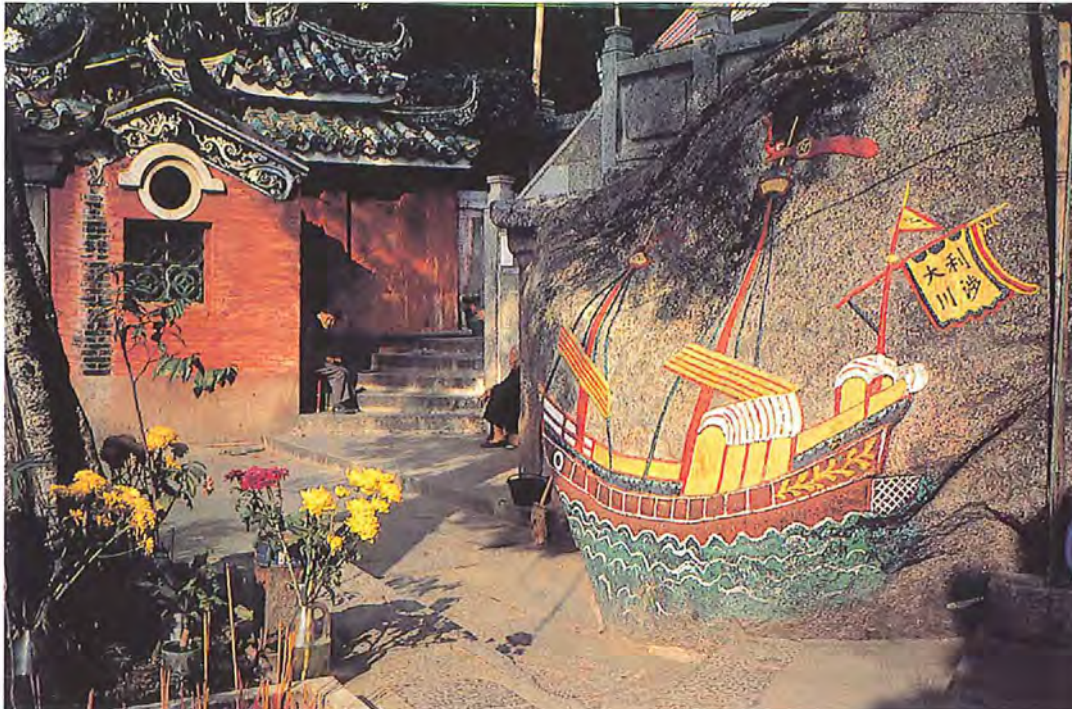
estarmos em pleno Oriente, mas aquelas que mostram como séculos de colonialismo português produziram realidades mestiças absolutamente contrastantes, na América e na Ásia. O Brasil tem uma área de 8.547.403,5 km². Macau possui apenas 18,7 km². Isto é, caberiam cerca de 450.000 Macaus no Brasil. Tamanho, nesse caso, não é documento. A área reduzidíssima da colônia asiática (que nunca chegou a ser «exactamente» uma colônia, mas esse é outro problema) não se traduziu em maior controle cultural, por exemplo. Apesar da vastidão do território brasileiro, a colonização portuguesa foi extremamente eficiente na imposição de uma única língua mesmo em seus mais longínquos recantos e para seus mais resistentes grupos étnicos nativos ou de imigrantes. Em Macau, cuja totalidade de sua área pode ser percorrida a pé em poucas horas, apenas 3 a 4 por cento da população fala português. Além disso, se acreditarmos no mito que nos ensina que a mais interessante característica da aventura colonial portuguesa foi o «incentivo» à mestiçagem (tanto de «raças», quanto de culturas), veremos que nesse assunto a disparidade entre o Brasil e Macau é certamente perturbadora. O Brasil produziu – misturando tradições portuguesas, africanas e indígenas (diz o tal mito...) – o samba, a feijoada e a mulata, logo transformados em exportáveis símbolos nacionais. Já em Macau, o mundo português e o mundo chinês parecem ter vivido todos esses séculos em coabitação, mais ou menos pacífica, mas não em verdadeiro intercâmbio que pudesse gerar uma mistura luso-chinesa realmente disseminada. Até a palavra «macaense» não tem a mesma abrangência que o nosso «brasileiro». Como sabemos, no seu uso quotidiano, macaense não designa todas as pessoas que nascem em Macau, mas sim os mestiços, filhos geralmente de portugueses com asiáticas. Esses mestiços não chegam a somar quinze mil pessoas, uma parcela muito pequena diante de uma popu-



Dança do Leão. Fotografia de Eduardo Grilo.

lação total de cerca de meio milhão de habitantes. Enquanto isso, do lado de cá, no Brasil, *«todo mundo é mestiço»*. Parece então que Macau é um fracasso dos ideais culturais simultaneamente catequizadores e pró-mestiçagem do Império lusitano. Parece que Portugal parou na porta da China, não entendeu nada, e agora vai embora sem deixar vestígios. Porém, quem visita Macau entende rapidamente que não é bem esse o caso. Tudo ali apresenta-se como uma prova de que o colonialismo português não teve uma face monolítica e soube se adaptar espertamente – ou cruelmente, tudo depende do ponto de vista – às realidades específicas que foi encontrando mundo afora. Apesar dessas diferenças, é possível que o brasileiro sinta uma familiaridade muito estranha ao visitar Macau, sentimento que não nasce apenas de seus passeios sobre pedras portuguesas e da utilização de sua língua «nativa» em nomes de lojas e placas de ruas. Os macaenses, apesar de minoritários, souberam, ao longo dessa História toda, exercer uma subtil tarefa de mediação

transcultural que não tem paralelo em Hong Kong, território que até recentemente tinha administração britânica. Os sinais concretos de sua presença só podem ser percebidos por olhares muito curiosos, mas seu conjunto cria um ambiente que atua imperceptivelmente como antídoto contra as tendências ao etnocídio ou ao *apartheid* que marcam os encontros entre grupos étnicos tão diferentes e tão arrogantes na defesa de seus respectivos pontos-de-vista. Os macaenses, com sua habilidade mediadora, poderiam ser peças chaves da «transição» para a administração dos chineses (que não «termina» em 1999). Também poderiam vir a exercer uma grande influência – mesmo que subtil, mesmo que quase sempre invisível – na vida económica e política da nova «*região administrativa especial*», traduzindo visões de mundo e estilos de vida entre o Oriente e o Ocidente. Para isso alguns «filhos da terra» já estão bem preparados. Um exemplo divertido: há dois anos atrás, conheci um macaense que possuía três celulares, um número de Macau, um de Hong Kong e outro da China. Todos eles – novos negócios para um novo tempo! – não paravam de tocar. Mas esse é, aparentemente, caso minoritário dentro de uma minoria. Estudo do antropólogo Carlos Piteira mostra que 95% dos macaenses pretendem deixar o Território com a «transição». Mas ninguém sabe ao certo qual vai ser o futuro de Macau depois de 20 de Dezembro. O mais triste que pode acontecer é ver o Território transformado num subúrbio de Hong Kong ou num apêndice pitoresco do capitalismo comunista de Guangzhou. A Macau portuguesa, que nunca chegou a ser propriamente portuguesa, corre o risco de se tornar apenas numa lembrança de macaenses ou de viajantes como eu, que um dia se sentiram lusitanamente em casa andando pelas ruas de seus bairros mais tipicamente orientais. Recordações de todos os estilos: nunca vou me esquecer da noite em que entrei no clube A Tribo, situado num conjunto habitacional chi-



Templo de A-Ma.
Fotografia de Ricardo Fonseca.

nês, propriedade de um empresário do Sri Lanka, e frequentado por macaenses, timorenses e africanos de língua portuguesa que adoravam «dançar quizomba». Também vai ficar para sempre em minha memória um passeio pelo Jardim de Lou Lim Ieoc, o mais lindo e o mais chinês da cidade, talvez do mundo, onde imitei o poeta Eugénio de Andrade: *«Deste Jardim o que levo comigo / é um ramo de bambu para servir / de espelho para o resto dos meus dias»*. Espelho que teima em reflectir minha imagem como que imersa num sonho psicadélico de Agostinho da Silva, onde o mundo da língua portuguesa instaura o Quinto Império do Divino Espírito Santo, e todos nós seremos *«enamorados do imprevisível»*. Enamorar-se do imprevisível não significa ficar esperando passivamente o futuro. É um dever de todo o mundo da língua portuguesa, e não só de Portugal, fortalecer a cultura macaense, não importa onde ela

sobreviva, e não importa também a nova (e imprevisível) forma que ela assuma. Sem os filhos daquela tão oriental terra, a lição luso-tropicalista/mestiça que um dia pretendemos (ainda pretendemos? responda-nos, Gilberto Freyre...) dar para o mundo perderia irreparavelmente grande parte da sua força e complexidade. Sou optimista. Que todos nós, mestiços, possamos ser também um pouco macaenses! Que apareça logo o novo rap em patuá! Que invente-se o *dim sum* de bacalhau! Que multiplique-se a dança do leão acompanhada por atabaques! Que A-Ma, a Iemanjá chinesa, divindade marítima da Baía de Macau, abençoe todas essas novidades, e acelere sua circulação pelos oceanos nunca dantes navegados da Internet, da globalização e da mutante diáspora macaense! Só assim, ter passado tantos séculos no Território não terá sido – totalmente – em vão. Só assim seremos dignos do imprevisível.

A Doci Papiaçam di Macau

H e l d e r F e r n a n d o

O SOM CRIULO DO DIALECTO MACAENSE TEM aquela música que nos é familiar, mais ou menos directamente. Aos nossos ouvidos, sobrepõem-se, com o *patuá*, sedimentadas em múltiplas raízes, melodias faladas noutras paragens da nossa História.

Sons únicos que chegam a ganhar indiscrimináveis tonalidades, quando se lêem pedaços de jocosos textos antigos ou se assiste a uma representação teatral falada na que foi a expressão mais vernácula da terra macaense.

Ao longo do tempo, não terão sido muitos os autênticos investigadores das origens, da fonética, da sintaxe, da morfologia deste antigo *falar maquista*. Como lembrava a filóloga Graciete Batalha, já nos fins dos anos 50, a fonte de estudo mais antiga que se conhece, escrita em 1745, é, curiosamente, de proveniência chinesa, em forma de pequeno vocabulário sino-macaísta que faz parte do livro *Ou-Mun Kei-Leok* («Monografia de Macau»), traduzido para língua portuguesa por Luís Gomes, em 1950. Também o Prof. C.R. Badwden, da Universidade de Cambridge, conhecedor de ambas as línguas, foi um exímio estudioso que tentou reconstituir as verdadeiras formas macaístas servindo-se das transcrições chinesas mas também da tradução portuguesa como termo de comparação.

Era Preciso Comunicar

No dias de hoje, já poucas famílias macaenses restam que utilizem o *patuá* como língua de comunicação. Dá-se até um pormenor curioso a que já assistimos – gerações mais novas, que estão fazendo interessante esforço, saudavelmente saudosista, em recuperar de certa forma o *patuá*, ao pretenderem dirigir-se aos familiares mais velhos na língua macaísta, obtêm alguma contrariedade, sob a alegação de que isso não é o português correcto. O que vem ao encontro do que alguns filólogos pretendem demonstrar, ou seja que o *patuá* não vem propriamente de uma

Dôs Palavra na Maquista Chapado

Nhonha-Nhonha co Nhu-nhúm! Dessá
nôs vêm papiá un-chinho, Na língu di
Macau antigo, Língu inchido di carinho,
Di gente di tempo antigo.
Macau já fica qui modérno, Qui di inven-
taçám têm p'olá! Titi falá sã unga inférno,
Sã nom-têm águ pa banhá.

José dos Santos Ferreira (Adé),
in *Poéma di Macau* (Ed. Leal Senado. 1993)

mistura de línguas, mas da assimilação algo apressada e algo imperfeita «*de uma língua estranha por um povo indígena, com vista às necessidades mais elementares de comunicação com os colonizadores*». Eis, o que opina Graciete Batalha, a investigadora que não deixou de chamar a nossa atenção para o facto de o crioulo de Macau ter uma história muito particular, dado que «*para a sua formação pouco contaria a meia dúzia de famílias chinesas que habitavam a península antes da nossa chegada aqui, se é que a terra era de facto habitada. [...] Claro que o dialecto veio a tomar características próprias na boca do povo macaense, mas foi uma linguagem já para aqui trazida em pleno desenvolvimento. Trazida em parte pelos pioneiros metropolitanos, oriundos sobretudo do Sul de Portugal, os quais contribuíram com suas particularidades regionais; em parte, e principalmente, pela população heterogénea que os acompanhava*».

A ter em atenção também, como escreve Montalto de Jesus no seu *Macau Histórico*, o facto de em 1563 já de estarem na cidade cerca de novecentos portugueses e mais alguns milha-

res de malaaios, indianos e africanos. Claro que essas gentes tinham de utilizar entre si e com os seus patrões, uma língua que pudesse ser comum – tudo leva a crer que tenha sido um português mal falado e mal escrito. Terá sido a principal formação do dialecto macaense.

Pelo velho e patrimonial Bairro de S. Lázaro e também por outros, ainda sobrevivem famílias que em alguns dos seus convívios sentem por vezes a necessidade de recordar alegres momentos de um outro tempo. E chegam fazê-lo através do fascinante linguarejar que é o *patuá*.

«*Recordo-me que há muitas dezenas de anos o sistemas político não favorecia o uso do patuá, pelo contrário, desrespeitava uma expressão fantástica da identidade macaense*», diz-nos o escritor e advogado natural de Macau, Henrique de Senna Fernandes.

O autor de *Amor e Dedinhos de Pé*, embora assumindo que na sua família, o hábito de utilizar o dilecto macanese não era por aí além, apesar de sua mãe empregar várias expressões, acrescenta que «*o esforço que um grupo de pessoas está a desenvolver no sentido de recuperar a memória de Macau através, por exemplo, de apresentação pública de récitas, merece o maior carinho. Se por cá ficarem, macaenses, ainda sobreviverão durante mais tempo as maravilhosas expressões do patuá. Perde-se a terra, mas fica a memória!*...»

As tunas de antigamente, compostas por muitos músicos, deram lugar a uma única Tuna Macaense, com menor número de elementos, de diferentes gerações. Um bem ensaiado grupo de portugueses de Macau, não profissionais de música, que atingiu valores de qualidade dificilmente ultrapassáveis nesta matéria. Já com trabalho discográfico editado, a Tuna Macaense tem feito chegar a várias partes do mundo, a Oriente e a Ocidente, muitas canções antigas de Macau e outras de autoria dos próprios elementos.

Também existe, em versão CD, um registo com antigas canções macaenses, e também doutras partes do Oriente, interpretadas por Isabel Tello Mexia – que é mais uma maneira de enriquecer, com iniciativas de hoje, a documentação disponível sobre a memória desta terra.

Por outro lado, o Coro Dinamente, constituído por algumas dezenas de cantores de várias etnias e com profissões diferentes, também possui no espectáculo, várias canções em *patuá*.

De grande impacto, de há cerca de dois anos para cá, entre a comunidade de língua portuguesa, são as récitas que um grupo de entusiastas tem levado à cerca, fazendo reviver o *doci papiaçâm* dos seus antepassados.

De todas as vezes que se fala de *patuá*, vem à memória o poeta macaense José dos Santos Ferreira (*Adé*), ou homem que durante uma vida se dedicou ao seguimento das tradições de Macau e da sociedade a que pertencia. Como Jorge Roberts, como Tarcísio da Luz, como mais uns poucos.

Autor de récitas muito *sabr' osas* e muito aplaudidas principalmente por altura dos Carnavais, *Adé* praticava actos de Amor pela sua terra. Construiu material riquíssimo, de comunicação imediata, em prosa e em poesia.

Tinha uma inextinguível noção dos ritmos musicais do bonito falar da terra. Vem à lembrança de quando gravávamos com ele, em estúdio, vários poemas e outros textos, quase todos eles longos, nos fascinava o poder da sua interpretação, o modo como ele ia buscar em cada frase, em cada sílaba, as melhores melodias do *patuá*. E depois... incrível, nunca precisámos de parar a fita.

De há quase três anos para cá, um grupo de gente de Macau organizou-se e insistiu em recuperar o saudável hábito da récita macaense, restaurar esse tipo de teatro amador. O grupo chama-se *Doci Papiaçâm di Macau* e já foi aplaudido entusiasticamente pelo Presidente

Mário Soares, no decorrer duma sua visita ao Território. A peça chamava-se *Olá Pésidenti*.

Os elementos deste grupo, ouvidos por nós, falam que decidiram ter ousadia e avançar definitivamente com a organização de récitas regulares, «*assim que deparámos com as fantásticas reacções do público*».

É assim que a Teatro D. Pedro V tem-se esgotado de todas as vezes que o *Doci Papiaçâm di Macau* apresenta uma récita. O riso contagiante, mas também o choro. A saudade ou a descoberta, para os mais novos, de interessantes motivos culturais duma comunidade única nas suas formas de estar no mundo.

As mais recentes apresentações forma *Mano Beto Vai Saiong e Unga Sonho di Natal*. Em digressão por comunidades macaenses dos Estados Unidos (S. Francisco) e Brasil (S. Paulo), Outubro foi o mês escolhido para representar a récita *Chácha Querê Festa*.

Miguel Senna Fernandes, um jovem advogado filho da terra, e co-autor de várias récitas, diz-nos entusiasmado que «*esta experiência tem sido extraordinária em termos de identificação com as nossas origens, pois o homem e a mulher macaense não se resumem a um mero cruzamento de raças. O patuá é a expressão que melhor traduz a alma macaense*».

Registe-se, para que sempre conste, os nomes dos elementos-base deste grupo amador e amante – sem qualquer ordem especial, pois são todos principais: Marizinha Correia Marques, Julie Senna Fernandes, Zé-Zé do Rosário, Cecília Jorge, Miguel Senna Fernandes, Henrique Senna Fernandes, Johnny Reis, Lísbio Couto, Armindo Robarts, Mário Siqueira, Sonia Palmer, Fredy Palmer, Nuno Senna Fernandes, Fernanda Robarts e Fátima Poupinho. Para além de dezena e meia de dedicados colaboradores.

De facto, «*é necessário saberem que o patuá existe. Ou pelo menos existiu*», como comenta Miguel Senna Fernandes.

Macau e o Cinema

José de Matos - Cruz

PARAALÉM DE *Caminhos Longos* (1955), UM FILME mítico de que se perderam as matrizes, a produção portuguesa em longa metragem, sobre Macau, apenas teve expressão a partir dos anos '80, e com especial relevo na década actual. Por 1966, assinala-se um pontual incremento, sob a perspectiva sociológica ou paisagística. Por outro lado, referencia-se – em itálico – uma vasta produção estrangeira ali rodada ou ambientada. Eis a filmografia principal, originária ou divulgada no Ocidente:

1942

LABAREDDAS

MACAO, L'ENFER DU JEU

Realização: Jean Delannoy. Produção: Demo Film (França). Argumento: Pierre Gilles Veber, Roger Vitrac. Intérpretes/Personagens: Erich Von Stroheim (Werner Krall), Mireille Ballin (Mireille).





Cena do filme *Camões - Erros Meus, Má Fortuna, Amor Ardente*, de Leitão de Barros, 1946.

Um aventureiro, traficante de armas, Werner Krall, chega a Macau com uma atriz francesa, Mireille.

Encontra Wing-Tchai que, sob aparência respeitável, dissimula actividades criminosas. Jasmine, filha deste, descobre tudo, e refugia-se no iate de Krall, com o seu amado, o jovem jornalista Pierre Milley...

Observações: Ambientação e m Macau.

1946

CAMÕES – ERROS MEUS, MÁ FORTUNA, AMOR ARDENTE

Realização: Leitão de Barros. Produção: António Lopes Ribeiro. Argumento: Leitão de Barros, António Lopes Ribeiro. Intérpretes/Personagens: António Vilar (Luís Vaz de Camões), José Amaro (D. Manuel de Portugal).

A tempestuosa existência errante de Luís Vaz de

Camões (1524-80), o grande épico e poeta apologético – com grande solidez de dados histórico-biográficos – dos tempos irreverentes em Coimbra (1542) aos amores contrariados, como guerreiro da «má fortuna» até ao declínio inglório, acompanhando a decadência do fausto renascentista e da pátria imperial...

Observações: Alusões a Macau.

1952

MACAO

Realização: Joseph Von Sternberg, Nicholas Ray. Produção: RKO (EUA). Argumento: Bernard C. Schoenfeld, Stanley Rubin. Intérpretes/Personagens: Robert Mitchum (Nick Cochran), Jane Russell (Julie Benson).

Vindos de Hong-Kong, chegam a Macau, Trumble, um detective nova-iorquino disfarçado de caixeiro-viajante; Julie, uma atraente aventureira e cantora de «night-club»; e Cochran, um americano que não pode regressar à pátria, por acusação de tiroteio. Trumble tem como alvo Halloran, influente proprietário de casas de jogo...

Observações: Ambientação em Macau.

1953

AMOR PROIBIDO

FORBIDDEN

Realização: Rudolph Mate. Produção: Universal International (EUA). Argumento: William Sakheim, Gill Doud. Intérpretes/Personagens: Tony Curtis (Eddie Darrow), Joanne Dru (Christine Lawrence).

Eddie Darrow é contratado por Barney Pendleton, líder criminal de Chicago, para procurar – em Macau – Christine Lawrence, viúva de outro «padrinho» na posse de documentos que podem incriminá-lo. Há muito apaixonado por Christine, Eddie surpreende-se ao sabê-la noiva de Justin Keit, proprietário de um clube em Macau...

Observações: Rodagem parcial em Macau.

1955

CAMINHOS LONGOS

Realização: Eurico Ferreira. Produção: Eurásia Filmes. Argumento: Eurico Ferreira, José Silveira Machado. Intérpretes/Personagens: Chung Ching (Teresa Vong), Wong How (Tan Meng).

A revolução chinesa e a tomada de Xangai deram origem a uma vaga de refugiados, que ali habitavam há anos ou gerações.

Na sua maioria, os que tinham raízes portuguesas concentraram-se em Macau. O exemplo de uma família que, de barco, chega a essa pequena península de quatro quilómetros, encravada no sul da China e conhecida por Cidade do Santo Nome de Deus...

Observações: Rodagem em Macau.

A COLINA DA SAUDADE

LOVE IS A MANY-SPLENDORED THING

Realização: Henry King. Produção: 20th Century-Fox (EUA). Argumento: John Patrick. Intérpretes/Personagens: William Holden (Mark Elliot), Jennifer Jones (Han Suyin).

Hong-Kong, em 1949. Han Suyin, eurasiática viúva, médica no hospital, conhece Mark Elliot, jornalista americano, numa recepção social. Consciente de que é mestiça, e Mark casado, Han resiste ao seu assédio.

Mais tarde, o casal vai passar uns dias de férias a Macau, onde assiste a cerimónia fúnebre oriental e visita um cartomante...

Observações: Ambientação parcial em Macau.

1959

PASSAGEM PARA HONG-KONG

FERRY TO HONG KONG

Realização: Lewis Gilbert. Produção: Rank Organisation, LG, George Maynard (GB). Argumento: Vernon Harris, Lewis Gilbert. Intérpretes/Personagens: Curd Jurgens (Mark Conrad), Orson Welles (Capitão Cecil Hart).

O intratável Capitão Cecil Hart dirige um velho

Cartaz de Passagem para Hong Kong, de Lewis Gilbert, 1959.

CURT ORSON SYLVIA
JURGENS · WELLES · SYMS



THE RANK ORGANISATION PRESENTS

a LEWIS GILBERT production

Ferry to Hong Kong

A CINEMASCOPE PICTURE IN EASTMAN COLOUR

also starring JEREMY SPENSER · NOEL PURCELL

SCREENPLAY BY VERNON HARRIS AND LEWIS GILBERT
PRODUCED BY GEORGE MAYNARD DIRECTED BY LEWIS GILBERT

barco, que faz a viagem de Macau a Hong-Kong. Um dia, a polícia da colónia britânica «deposita» a bordo, só com bilhete de ida, Mark Conrad, ébrio e cínico exilado australiano, que fora expulso de um «night-club». Mas as autoridades portuguesas recusam acolhê-lo em terra...

Observações: Rodagem em Macau.

1961

A NIGHT IN HONG KONG HONKON NO YORU

Realização: Yasuki Chiba. Produção: Toho, Cathay Organisation (Japão). Argumento: Toshiro Ide. Intérpretes/Personagens: Akira Takarada (Hiroshi Tanaka), Yu Ming (Wu Li Hung).

Regressando da Europa, o jornalista Hiroshi Tanaka faz escala em Hong-Kong, onde cai doente e é tratado por Wu Li Hung, uma jovem chinesa. Apaixonam-se e, ao partir para Tóquio, promete-lhe voltar. Meses depois, noivo de Keiko Kimura, torna a Hong-Kong, sabendo que Wu Li está comprometida com o patrão. Encontram-se em Macau, e Hiroshi propõe-lhe casamento... Observações: Rodagem em Macau.

1962

OUT OF THE TIGER'S MOUTH

Realização: Tim Whelan. Produção: Wesley Ruggles, Whelan Enterprises (EUA). Argumento: Wesley Ruggles Jr, Tim Whelan. Intérpretes/Personagens: Loretta Han-Yi Hwong (Little Moon), David Hang (Peaceful).

Little Moon e Peaceful, dois jovens chineses, são transportados da terra natal para Hong-Kong, no porão de um barco. Mas o barqueiro, sem escrúpulos, em vez de entregar o menino e a menina aos cuidados de um tio, leva-os para Macau, e vende-os num bordel. Uma prostituta apieda-se das crianças, e ajuda-as a voltar para Hong-Kong...

Observações: Rodagem em Macau.

1966

OPERAÇÃO ESTUPEFACIENTES – MACAU

Realização: Miguel Spiguel. Produção: Miguel Spiguel. Argumento: Navarro de Andrade. Intérpretes/Personagens: Mayana Martin (Mayana), António Wong (Importador).

Três episódios: O IMPORTADOR DE ÓPIO – DOCA DE PATANE – MAYANA. As actividades da Polícia Judiciária contra os traficantes de drogas, e a recuperação dos intoxicados, focando ainda o quotidiano de Macau, onde se mesclam aspectos realistas, pitorescos, sentimentais e exóticos. Alguns flagrantes: cerimónia de casamento, funeral chinês, vendedores ambulantes, o recolher dos juncos ao sol-posto.

Observações: Rodagem em Macau.

VIA MACAU

VIA MACAO

Realização: Jean Leduc. Produção: Felipe de Solms; Les Films de l'Olivier (França). Argumento: Jean Leduc. Intérpretes/Personagens: Anne Gael (Veronique), Roger Hanin (Michel).

Uma entidade desconhecida e maléfica, que se dedica ao tráfico de armas, actua sobre uma conferência internacional, realizada no Estoril. Um diplomata, membro da representação francesa, deixa-se envolver na sedução duma jovem espia, seguindo o que julga ser o seu rasto, até Macau, através de lutas e arriscadas aventuras... Observações: Rodagem em Portugal e em Macau.

1967

OS CORRUPTOS

THE CORRUPT ONES

THE PEKING MEDALLION

HELL TO MACAO

DIE HOLLE VON MACAO

LES CORROMPUS

IL SIGILLO DE PECHINO

Realização: James Hill, Bill Catching. Produção: CCC, Filmkunst (RFA), Criterion Films (França), Senior Cinematografica (Itália). Argumento: Ladislaus Fodor, Arp Brown. Intérpretes/Personagens: Robert Stack (Cliff Wilder), Elke Sommer (Lily Mancini).

Fotógrafo profissional por conta própria, em actividade na China, Cliff Wilder é surpreendido ao trabalhar em zona não-autorizada, logrando escapar a custo. Voando então para Macau, recebe o apoio de um estranho...

Observações: Rodagem em Macau.

1969

HISTÓRIA IMORTAL

HISTOIRE IMMORTELLE

Realização: Orson Welles. Produção: ORTE, Albina Films (França). Argumento: Orson Welles.

Obra Original: «The Immortal Story». Autor Original: Isak Dinesen/Karen Blixen. Intérpretes/Personagens: Orson Welles (Clay), Jeanne Moreau (Virginie Ducrot).

Em Macau, pelo final do século passado, vive um velho comerciante americano, que logrou enorme fortuna e levou à ruína o seu sócio. Este suicidou-se, e a filha desapareceu. Clay é perturbado por história fantástica, sobre a hospitalidade dum ancião...

Observações: Ambientação em Macau.

1974

007 E O HOMEM DA PISTOLA DOURADA

THE MAN WITH THE GOLDEN GUN

Realização: Guy Hamilton. Produção: Eon Productions (GB). Argumento: Richard Maibaum, Tom Mankiewicz. Autor Original: Ian Fleming. Intérpretes/Personagens: Roger Moore (James Bond), Christopher Lee (Scaramanga).

O agente James Bond recebe uma bala de ouro com o seu nome, entregue por M, o superior dos serviços secretos britânicos.

A balística não logrou determinar a origem da bala, e 007 parte para Macau, na pista dum armeiro especializado, para que lhe forneça informações sobre Scaramanga...

Observações: Rodagem em Macau.

1975

CLEOPATRA JONES E O CASINO DE OURO

CLEOPATRA JONES AND THE CASINO OF GOLD

Realização: Chuck Bail. Produção: Run Run Chau (Hong-Kong), William Tennant (EUA). Argumento: William Tennant. Intérpretes/Personagens: Tamara Dobson (Cleopatra Jones), Stella Stevens (Dragon Lady).

Agente especial negra, Cleopatra Jones vai a Hong-Hong e Macau, com a missão de destruir uma organização que fornece os mercados clandestinos de droga, nos Estados Unidos.

Rejeitando o apoio oficial, coopera com detecti-

ves locais, e enfrenta os implacáveis traficantes, liderados por Dragon Lady...

Observações: Rodagem em Macau.

1982

A ILHA DOS AMORES

Realização: Paulo Rocha. Produção: Suma Filmes. Argumento: Paulo Rocha. Diálogos: Luíza Neto Jorge, Sumiko Haneda, Moriaki Watanabe, Tai Jung Kok. Intérpretes/Personagens: Luís Miguel Cintra (Wenceslao de Moraes), Clara Joana (Isabel, Vénus).

A época, a obra, os amores, a vida e a morte de Wenceslau de Moraes. Nascido em Lisboa em 1854; falecido no sul do Japão, Tokushima, em 1929.

Em finais do século XIX, Moraes – oficial da Marinha de Guerra (Moçambique – 1885), desencantado com a situação, parte para Macau, não mais regressando. Em Macau (1895) e no Japão...

Observações: Rodagem parcial em Macau e no Japão.

1984

A ILHA DE MORAES

Realização: Paulo Rocha. Produção: Suma Filmes. Entrevistas: Ekiji Matsumura, Jakucho Setouchi, Armando Martins Janeira, Adelaide Moraes Costa, P. Manuel Teixeira, Wenceslau de Couto, Emiko Akagawa, Yujun Washino, Henrique de Senna Fernandes.

A obra e a vida de Wenceslau de Moraes (1855-1929).

Depoimentos, fotografias, filmes de actualidades e imagens de Lisboa, Macau, Kobe e Tokushima da época de Moraes, são confrontados com os seus textos e a ficção de «A Ilha dos Amores». Locais onde se mantém viva a memória do autor.

Observações: Testemunho complementar de A ILHA DOS AMORES. Rodagem parcial em Macau e no Japão.



INDIANA JONES E O TEMPLO PERDIDO
INDIANA JONES AND THE TEMPLE OF DOOM

Realização: Steven Spielberg. Produção: Paramount (EUA). Argumento: Willard Huyck, Gloria Katz. Intérpretes/Personagens: Harrison Ford (Indiana Jones), Kate Capshaw (Willie Scott). Xangai, em 1935. Arqueólogo e aventureiro, Indi-

ana Jones é envenenado, num clube noturno, por Lao Che – para não lhe entregar um prometido diamante, como pagamento por serviços prestados. A custo, Indy escapa num avião de carga com uma cantora americana que lhe proporcionou o antídoto, e um pequeno chinês órfão que adoptou... Observações: Rodagem parcial em Macau.

Imagem do filme *Shangai Surprise*, de Jim Goddard, 1986.

SHANGRI-LA

Realização: Jean-Claude Aubert. Intérpretes/Personagens: Lino Ventura (Francês), Mort Schuman (Médico).

Um Francês, farto de Paris e nostálgico do Oriente, escolhe Macau para «matar» parte dessa nostalgia, afogando no uísque, no jogo e na «boa vida», a memória dum passado ainda relativamente recente... Volta à Europa, a bordo de um junco ganho em aposta, com um Médico igualmente sem raízes, acompanhados por uma criança órfã, que por eles se afeiçoou.

Observações: Elementos de referência. Rodagem em Macau.

1986

XANGAI

SHANGHAI SURPRISE

Realização: Jim Goddard. Produção: Hand Made, The Vista Organisation (GB/EUA). Autor Original: Tony Kenrick. Adaptação: John Kohn, Robert Bentley. Intérpretes/Personagens: Madonna (Gloria Tatlock), Sean Penn (Glendon Wasey).

A antiga cidade de Xangai, a propósito duma exótica história de amor e aventura, que decorre por 1937. Gloria Tatlock, uma jovem missionária na China, depois de ter sido empregada de massagens orientais, encontra Glendon Wasey, um negociante duvidoso, e juntam-se à procura duma grande quantidade de ópio...

Observações: Rodagem em Macau.

1987

ZEGEN

Realização: Shohei Imamura. Produção: Toei Company, Imamura Productions (Japão). Argumento: Shohei Imamura, Kota Okabe. Intérpretes/Personagens: Ken Ogata (Ihei Muraoka aliás Zegen), Mitsuko Baisho (Shiho).

Nos primórdios do século XX, quando o Japão

inicia a expansão pelo continente chinês, um jovem ambicioso deixa a sua região natal, para cumprir um sonho: tornar-se um grande negociante em importação/exportação.

Quarenta anos depois, como mercador de mulheres e imperador de bordéis, acolhe os soldados nipónicos que desembarcam na Malásia...

Observações: Rodagem parcial em Macau.

1988

MACAO

DIE RUCKSEITE DES MEERES

Realização: Clemens Klopfenstein. Produção: Film Coop (Suíça), Pandora Films (RFA). Argumento: Clemens Klopfenstein, Wolfram Grodeck, Felix Tissi. Intérpretes/Personagens: Max Rudlinger (Mark), Hans Dieter Jendreyko (Piloto).

Mark voa de Zurique para Estocolmo, quando o avião explode sobre o Mar Báltico. Quando recupera, está a nadar para a costa de Macau, no lado oposto do planeta...

Observações: Rodagem em Macau.

O REGRESSO

Realização: Faria de Almeida. Produção: Rádio-televisão Portuguesa/RTP. Série: FADOS. Argumento: Faria de Almeida. Intérpretes/Personagens: Ruy de Carvalho (Castro), Luís Filipe Rocha (Martins).

Castro, um jornalista português e realizador de televisão, chega a Macau para fazer um programa sobre as suas gentes e o que pensam do futuro do território. A administração passa para a China em 1999, e o facto começa a ter reflexos na expectativa da vida futura de muitas pessoas. Os portugueses ficam ou saem? Os macaenses deixam ou não a sua terra natal? E os chineses de Macau sentem-se seguros com essa perspectiva de mudança?

Observações: Rodagem em Macau.

1991

AMOR E DEDINHOS DE PÉ

MACAO, MÉPRIS ET PASSION

Realização: Luís Filipe Rocha. Produção: MGN, Ou Mun Filmes (Macau), Radiotelevisão Portuguesa/RTP; Chrysalide Films (França), Igeldo Zine, Impala, Jet Films (Espanha). Argumento: Izaías Almada, Luís Filipe Rocha. Autor Original: Henrique de Senna Fernandes. Intérpretes/Personagens: Joaquim de Almeida (Francisco Frontaria), Ana Torrent (Victorina Vidal).

Macau, 1900. Francisco Frontaria – de boas famílias mas estróina, entre o jogo de cartas, as apostas e o vinho do Porto – desdenhou, nos faustosos salões da Cidade Cristã, a introvertida Victorina Vidal, que se converterá em atraente mulher, emancipada quanto aos preconceitos da elite social...

Observações: Rodagem em Macau.

1993

DRAGÃO – A VIDA DE BRUCE LEE

DRAGON – THE BRUCE LEE STORY

Realização: Robert Cohen. Produção: Universal Pictures (EUA). Argumento: Edward Khmara, John Raffo, Rob Cohen. Intérpretes/Personagens: Jason Scott Lee (Bruce Lee), Lauren Holly (Linda Lee).

Nascido em San Francisco, 1940, durante uma digressão do pai, actor natural de Hong-Kong, aí travou Bruce Lee uma adolescência rebelde.

Radicado nos EUA, tornou-se perito em artes marciais, mas foi no Oriente que logrou a celebridade no cinema...

Observações: Rodagem parcial em Macau.

1994

ANJOS DA GUARDA

Realização – Jean-Marie Poiré. Intérprete/Personagem: Gérard Depardieu (Antoine Carco).

Antoine Carco – um gânguester reformado, dono de um cabaré em Paris – recebe um telefonema de um velho amigo de Hong-Kong que, às portas da morte, lhe confia o filho e a fortuna.

Só que as seitas da possessão britânica andam, também, atrás do dinheiro, e o aventureiro francês passa alguns maus momentos...

Observações: Elementos de referência. Título alusivo à rodagem em Macau.

1995

EXÍLIO DOURADO EM MACAU

Realização: Manuel Tomaz. Produção: Farol da Guia. Argumento: Ribeiro Cardoso.

Em ambiente de fim de Império, e com sabor a exílio dourado, cerca de cinco mil portugueses europeus vivem em Macau – um pequeno território chinês, sob administração portuguesa até 1999.

Retrato dessas realidades e atmosferas – como um fresco da vida actual, para a colónia lusa na Cidade do Santo Nome de Deus, e de costas voltadas para a comunidade chinesa que a rodeia.

Observações: Rodagem em Macau.

1996

A TRANÇA FEITICEIRA

THE ROMANCE IN MACAO

LE CHARME D'UNE LONGUE TRESSE

Realização: Choi Yuan-Yuan. Produção: Choi's Film Company (Macau); Zhujiang/Pearl River (China). Argumento: Cai Yuanyuan, Cai An'na. Autor Original: Henrique de Senna Fernandes. Intérpretes/Personagens: Ning Jing (Aling), Ricardo Carriço (Adosindo).

Anos '30, Macau. O amor fiel de uma jovem aguadeira chinesa com uma grande trança, por um rico aristocrata português. Começando por encontrar-se às escondidas, acabam por ser descobertos. A comunidade

chinesa expulsa-os e, quando tenta levar Aling para casa dos pais, Adosindo é também rejeitado...

Observações: Rodagem em Macau.

1997

O HOMEM DA BICICLETA – DIÁRIO DE MACAU

Realização: Ivo M. Ferreira, António Pedro. Produção: Super 8 Filmes. Argumento: António Pedro, Ivo M. Ferreira. Intérpretes: Wong Kam Chueng, Phill Reavis, Chin Kok Leong, Magda Fernandes, Michel Reis, Carlos Coelho, Raymond Cheang, Ivy Keong, Ana Marçal, Habitantes de Macau.

Macau, 1996. Madrugada. O homem da bicicleta, um velho vendedor de jornais, sai para a rua.

Um dia na sua vida, um dia na vida da cidade. Momentos documentais que se cruzam com cinco pequenas situações ficcionadas – ao longo destas vinte e quatro horas, como «uma declaração de amor».

Observações: Rodagem em Macau.

1999

O DRAGÃO DE FUMO

Realização: José Carlos de Oliveira. Produção: ZDO Filmes, Radiotelevisão Portuguesa/RTP. Autor da Obra Original: João Aguiar. Adaptação: José Carlos de Oliveira. Intérpretes/Personagens: Cristina Homem de Mello (Rita Carreira), Afonso de Melo (Alexandre Moura).

Macau, 1999. Rita Carreira, com trinta anos, divorciada, vai para o Oriente recomeçar a sua vida, após um casamento falhado e as consequências desilusões.

Uma atmosfera colorida mas soturna – com seitas criminais, tráfico de influências, vivências do submundo e um hipotético partido político da extrema-direita...

Observações: série TV. Rodagem em Macau.

HISTÓRIA DE MACAU

Produção: China Central Television/CCTV (China)

A saga de uma família de apelido Hoi, ao longo de três gerações.

A alegria, o sofrimento, as lutas e as esperanças de cada membro do clã, tendo como pano de fundo os usos e costumes, os desenvolvimentos históricos, sociais, económicos e culturais de Macau.

Observações: série TV. Rodagem em Macau.

MACAU, AS DUAS FACES DE CLÁUDIA

Realização: Ferrão Katzenstein. Produção: Radiotelevisão Portuguesa/RTPi. Argumento: António Torrado. Intérpretes/Personagens: Micaela Cardoso (Cláudia), João Perry (Padre).

Antes do ano 2000, o último território colonial português transita para a República Popular da China. Macau – o choque de culturas oriental e ocidental.

Cláudia, uma jovem concebida em Macau, mas que sempre viveu em Lisboa, desloca-se à Cidade do Santo Nome de Deus, atraída pelo desejo de conhecer melhor o seu passado...

Observações: série TV. Rodagem em Macau.

MACAU ENTRE DOIS MUNDOS

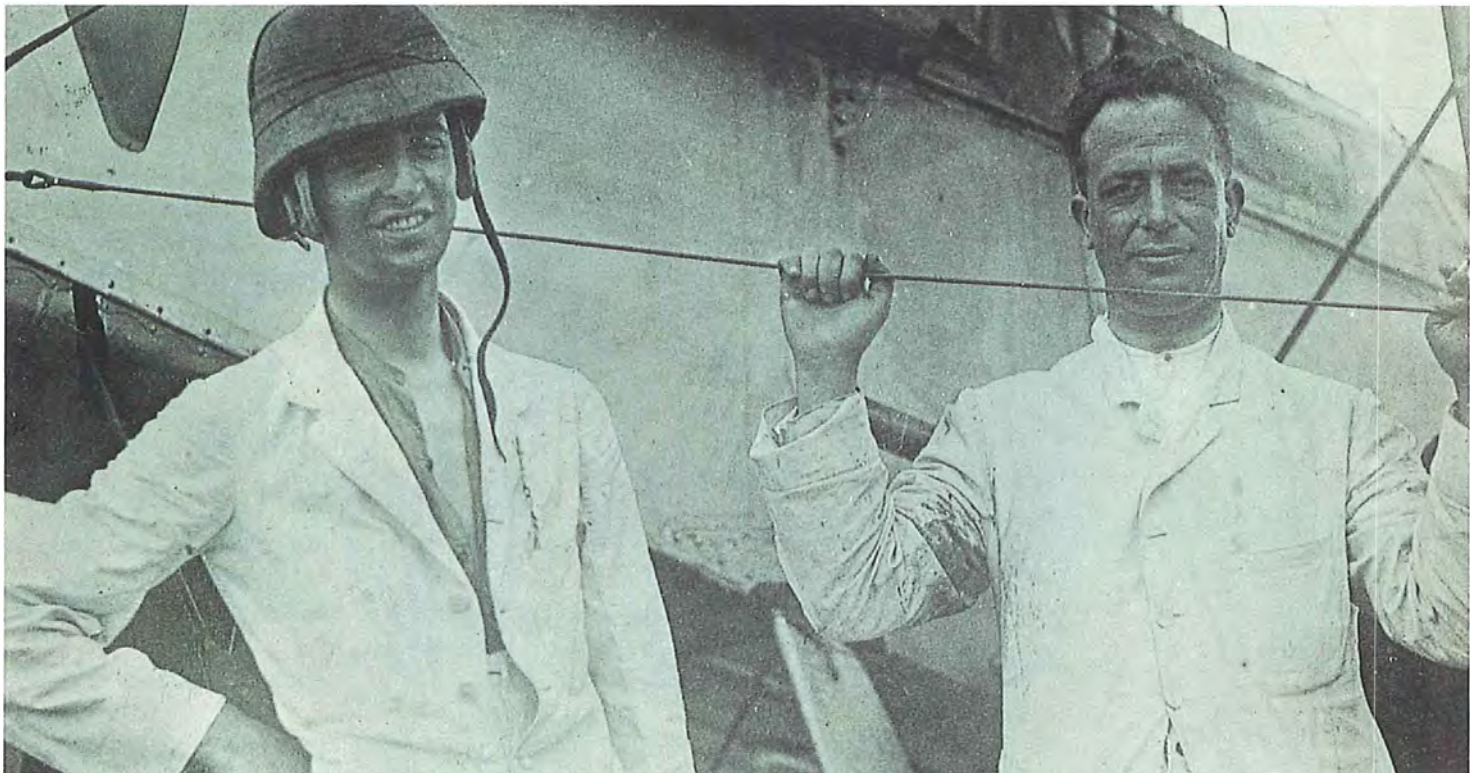
Realização: Fernando Lima. Produção: Radiotelevisão Portuguesa/RTP. Título Original «Macau: as duas transições». Autor original: Fernando Lima.

Ao entrarem no século XXI, a China e Portugal têm em comum Macau.

Como dois mundos distintos se entenderam entre si e criaram essa identidade própria?

Imagens documentais com dezenas de depoimentos para configurar a história cruzada de duas civilizações.

Observações: série TV. Rodagem em Macau.



Trabalhos de Tivoli em Cortes Históricas

Nesta filmografia sintética, além das produções documentais e ficcionais, até 52 minutos de duração, com rodagem ou directa abordagem sobre Macau, incluem-se outras obras em que sobressai uma referência explícita ou objectiva.

1923

ASPECTOS DE MACAU

Produção: Castello Lopes.

1924

ASAS DE PORTUGAL – SAUDAÇÃO AOS AVIADORES DO RAID LISBOA–MACAU

Patrocínio: Olympia (Porto).

MACAU

Realização: M. Antunes Amor. Produção: M. Antunes Amor. A vida animada e o progresso «daquela longínqua possessão».

1928

MACAU

Realização: prv M. Antunes Amor. Patrocínio: Tivoli.

1931

MACAU

Produção: Lisboa Filme.

1935

MACAU – ASPECTOS PITORESCOS

Realização Produção: M. Antunes Amor.

MACAU – CIDADE PROGRESSIVA E MONUMENTAL

Realização: M. Antunes Amor. Produção: M. Antunes Amor.

Baía da Praia Grande. Principais Avenidas. Jogo do Chu-chu, pelo Ano Chinês, nas ruas de Macau. Jardins de obras públicas e Gruta de Camões. Porta do Cerco e Porto Interior.

PORTO DE MACAU

Realização: M. Antunes Amor. Produção: M. Antunes Amor.

1940

JORNAL PORTUGUÊS – 15

Produção: Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas/SPAC.

Benção dos barcos bacalhoeiros que vão para a Terra Nova e a Groenelândia: Belém, missa pelo Bispo de Macau.

JORNAL PORTUGUÊS – 19

Produção: Sociedade Portuguesa de Actualidades Cinematográficas/SPAC.

Inauguração da Secção Colonial na Exposição do Mundo Português; a Rua de Macau.

1952

MACAU, CIDADE DO SANTO NOME DE DEUS

Realização e Produção: Ricardo Malheiro.

Aspectos da cidade de Macau – os monumentos, os costumes, a paisagem e a vida local.

1953

VIAGEM MINISTERIAL ÀS PROVÍNCIAS DO ORIENTE – MACAU

Realização e Produção: Ricardo Malheiro.

1954

PORTUGUESES NO MUNDO

Realização: João Mendes. Produção: Felipe de Solms. O esforço de dilatação da fé, paralela-

mente à expansão do povo português no mundo. Macau.

1956

ACÇÃO MISSIONÁRIA NO ORIENTE

Realização: Miguel Spiguel. Produção: Fernando de Macedo.

Aspectos evocativos da influência dos missionários portugueses no Oriente, em especial Macau.

MACAU EM MARCHA

Produção: Oficial.

MACAU, JÓIA DO ORIENTE

Realização: Miguel Spiguel. Produção: Miguel Spiguel.

A orla costeira, os cais, aspectos gerais da cidade. Conforto moderno e vida agitada das ruas. Edifícios modernos, bairros tradicionais. A população que reside nas barcas, em volta do porto. Mercados e espectáculos regionais.

1958

OS PESCADORES DE AMANGAU

Realização: Miguel Spiguel. Produção: Portugal, Além da Europa.

Aspectos típicos e característicos do núcleo piscatório de Amangau, que vive quotidianamente em suas embarcações, no porto de Macau.

1960

MACAU

Realização e Produção: Miguel Spiguel.

A terra, a vida e a gente de Macau – a cidade, Taipa e Coloane, em imagens características e sugestivas.

1971

MACAU DE HOJE

Realização e Produção: Miguel Spiguel.

Belezas de Macau, o grande prémio automobilístico e a construção da ponte.

Existência tradicional, dinamismo actual. Vida nocturna.

No Extremo Oriente, Macau continua a ser reconhecida, como há quase cinco séculos, a Porta do Ocidente.

1974

MACAU

PORTUGAL NA CHINA

Realização: António Lopes Ribeiro. Produção: Telecine-Moro. Macau – sua harmonia e contrastes.

A Península e as ilhas de Taipa e Coloane, onde se concentram – numa das maiores densidades populacionais da Terra (1200 pessoas por quilómetro quadrado) – portugueses e chineses. Paisagens, relíquias históricas, o luxo dos hotéis, a animação dos casinos.

MACAU INDUSTRIAL

Realização: Miguel Spiguel. Produção: Miguel Spiguel.

Durante muito tempo, Macau baseou o seu desenvolvimento no comércio com a China. A partir de 1950, assistiu-se a importante surto de industrialização, nomeadamente no sector da tecelagem.

Assim, não obstante a permanência de velhos costumes, a província envereda por uma progressiva entrada no mundo moderno.

1977

MACAU

Realização: Miguel Spiguel. Produção: Doperfilme.

1980

«SAGRES» NO JAPÃO, MACAU, HONG-KONG E MALACA

Produção: Radiotelevisão Portuguesa/RTP.

Um roteiro sobre as visitas ao Oriente do navio-escola «Sagres», incluindo o porto de Macau.

1981

MACAU

Realização: José Carlos de Oliveira. Produção: Francisco de Castro. Macau, terra do passado e do futuro – seus aspectos sociais, históricos, culturais, folclóricos, cosmopolitas e paisagísticos.

MACAU – UMA FORÇA INDUSTRIAL DA ÁSIA

Realização: José Carlos de Oliveira. Produção: Francisco de Castro. Realidades e potencialidades da industrialização e comercialização em Macau, segundo uma moldura turística.

1993

MISS MACAU

Produção: Gerald Lee. À procura da experiência mais bela das suas vidas, as doze finalistas ao Concurso de Miss Macau passaram cinco dias na ilha de Cheju, na Coreia do Sul, durante os quais foram registados mais de 200 minutos com as candidatas.

1996

AH MING'S MACAO

Realização: Albert Chu. Produção: Rachel Productions, Hiu Meng Kam. Interpretação: Chi Tat Cheang, Wai Chan Law, Sin Hou Cheang, Chi Loc Vong.

A comunidade chinesa de Macau, suas imagens e suas vozes.

1999

MACAU

TERRA MINHA

Realização: Jean-Michel Mariojouis. Produção: TDM (Macau).

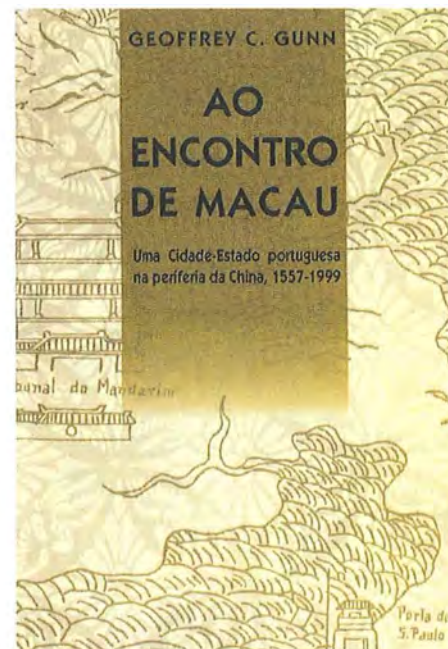
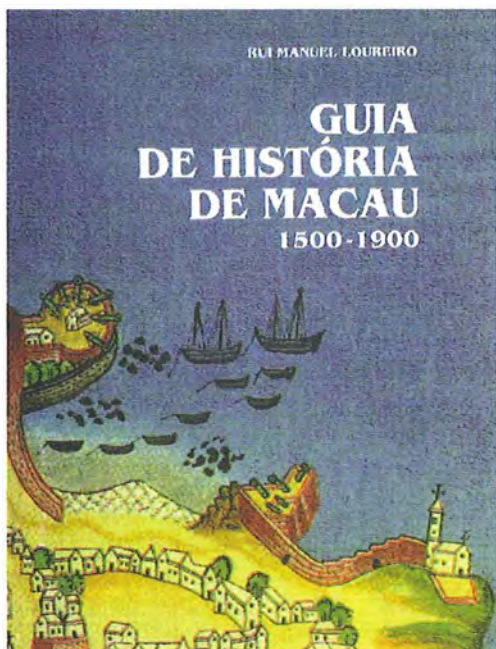
A comunidade portuguesa em Macau, a seis meses da transmissão entre Portugal e a China, prepara-se para o novo milénio, sem pressa de voltar. Alguns exemplos significativos. Problemas, realidades e dilemas.

Macau no pretérito perfeito: algumas sugestões de leitura

R u i M a n u e l L o u r e i r o

A HISTORIOGRAFIA DE MACAU TEM CONHECIDO EM anos mais recentes desenvolvimentos verdadeiramente espectaculares, por acção de variados e complementares factores. A multiplicação de cursos de pós-graduação nas universidades portuguesas e macaenses, por um lado, contribuiu sobremaneira para renovar problemática e metodologicamente uma área de estudos que até há uma década atrás era sobretudo alimentada por investigadores estrangeiros ou por historiadores nacionais de cariz mais positivista. A conjuntura de Comemorações dos Descobrimentos que se tem vivido em Portugal, por outro lado, permitiu o investimento de consideráveis recursos públicos em projectos de investigação, de divulgação e de edição que anteriormente feneciam por gritante escassez de meios materiais. Entretanto, o anunciado final da administração portuguesa em Macau veio trazer uma nova dinâmica às instituições culturais do Território, ao mesmo tempo que despoletava o aparecimento de várias fundações privadas: umas e outras, felizmente, desde cedo atribuíram especial prioridade à preservação da comum memória luso-chinesa, com a consequente implementação de importantes projectos historiográficos.

Assim, o leitor interessado em conhecer a história de Macau dispõe hoje de um alargadíssimo leque de títulos, que lhe permitirão obter uma visão minimamente rigorosa e documentada tanto da história da presença portuguesa na Ásia Oriental, como da história mais específica de Macau e das relações entre Portugal e a China. A recém-extinta Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, que durante anos desenvolveu um importante trabalho de dinamização dos estudos históricos, acaba de publicar um *Guia de História de Macau (1500-1900)*, de minha autoria, no qual são referenciados mais de 600 títulos de estu-



dos e fontes de perto ou de longe relacionados com o passado de Macau. Trata-se de um instrumento de trabalho estruturado de forma didáctica, que poderá ser utilizado como roteiro de iniciação ou de aprofundamento à pesquisa da história de Macau, já que todos os títulos são acompanhados de breves anotações contextualizantes e/ou explicativas. Evidentemente, nele encontram lugar privilegiado os mais actualizados e mais recentes trabalhos de investigação e de divulgação histórica relacionados com Macau.

Entretanto, talvez valha a pena apresentar uma pequena escolha – sempre pessoal, sempre subjectiva – de alguns dos títulos que permitirão uma primeira aproximação à história de Macau. Escolha variada, que inclui alguns clássicos indispensáveis, mas se centra sobretudo nos títulos mais recentes, e que abrange apenas obras publicadas em língua portuguesa.

1. Fernando Correia de Oliveira, *500 Anos de Contactos Luso-Chineses*, Lisboa, Público & Fundação Oriente, 1998 (264 pp.). A mais recente, e bem conseguida, tentativa de síntese da história de Macau com intuítos de divulgação. Estabelece, de forma particularmente eficaz, a ponte entre os mais recentes estudos historiográficos especializados e o grande público. Para além do relacionamento luso-chinês, a história macaense, que sempre lhe andou ligada, merece especial atenção. Contém amplas indicações bibliográficas.

2. Geoffrey C. Gunn, *Ao encontro de Macau: uma Cidade-Estado na periferia da China, 1557-1999*, Macau, Comissão Territorial de Macau para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998 (271 pp.). Obra inicialmente publicada em inglês. Após dois capítulos iniciais que tratam da génese de Macau e da sua afirmação como grande porto marítimo internaci-



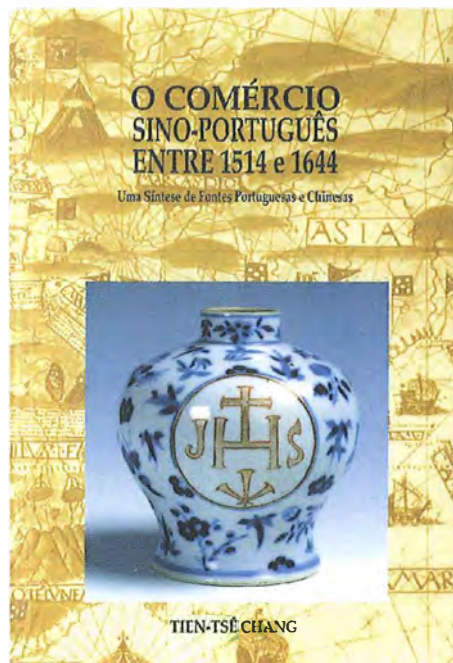
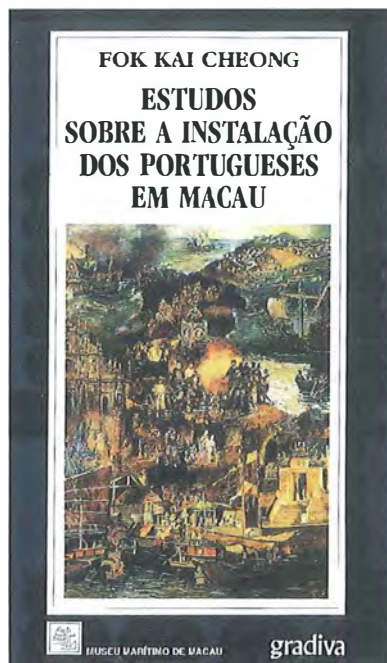
onal, o autor dedica o restante texto aos séculos XIX e XX, centrando a sua atenção nos aspectos políticos e económicos da vida da cidade. Trata-se de uma das mais actualizadas sínteses disponíveis, no que se refere à história recente de Macau.

3. Carlos Pinto dos Santos & Orlando Neves, *De Longe à China. Macau na Historiografia e na Literatura Portuguesa*, 4 vols. publicados, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1988-1996 (1718 pp.). Preciosa recolha de textos literários e historiográficos sobre Macau e a China. Muitos opúsculos interessantes, de há muito esgotados, assim como trechos relevantes de obras mais vastas, são aqui reimpressos, em edições muito cuidadas. Os textos incluídos nesta colectânea são ordenados de forma mais ou menos cronológica, desde o século XVI praticamente até aos dias de hoje. Pequenas introduções apresentam o autor de cada texto, explicando



de passagem o respectivo contexto. Trata-se de um inesgotável repositório de materiais para a história das relações de Portugal com a China e também para a história de Macau, que contém, além do mais, as referências bibliográficas necessárias a um aprofundamento da pesquisa sobre os temas abordados.

4. Charles R. Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente 1550-1770 – Factos e Lendas de Macau Antigo*, Macau, Fundação Oriente & Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990 (295 pp.). Trata-se de um verdadeiro clássico da historiografia dedicada a Macau, que foi originalmente publicado em língua inglesa em 1948. Baseado numa imensa pesquisa documental e bibliográfica, o autor constrói uma obra informada, rigorosa e de leitura acessível, tratando dos mais significativos eventos da história macaense, e do respectivo contexto extremo-oriental, no largo período de dois séculos



tomado em consideração. Continua a ser leitura obrigatória.

5. Rui Manuel Loureiro, *Em Busca das Origens de Macau*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996 (228 pp.). Estudo muito recente sobre o estabelecimento dos portugueses no litoral meridional da China, que se baseia numa ampla pesquisa em documentação europeia e tenta esclarecer definitivamente o processo da génese de Macau. A tese da luta contra os piratas chineses é definitivamente esclarecida e contextualizada. O estudo é complementado por um conjunto de documentos alusivos ao assunto, precedidos de breves introduções e amplamente anotados. Muitas indicações bibliográficas.

6. Fok Kai Cheong, *Estudos sobre a Instalação dos Portugueses em Macau*, Lisboa, Gradiva & Museu Marítimo de Macau, 1996 (118 pp.).

Fundamental recolha de estudos de um dos mais destacados historiadores do passado luso-chinês. O estabelecimento dos portugueses no delta do rio das Pérolas é minuciosamente analisado do ponto de vista das fontes chinesas, com um extraordinário rigor metodológico e uma vigorosa capacidade de interpretação. O autor demonstra, nomeadamente, que as autoridades chinesas, ao contrário do que por vezes se tem afirmado, monitorizavam com muito cuidado todos os movimentos de estrangeiros junto às suas fronteiras. E revela também que o estabelecimento de Macau se baseou desde o primeiro momento em elaborados compromissos entre as partes envolvidas.

7. Zhang Tianze, *O Comércio Sino-Português entre 1514 e 1644 – Uma Síntese de Fontes Portuguesas e Chinesas*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1997 (208 pp.). Tradução recente de um verdadeiro clássico da historio-

George Bryan Souza

**A Sobrevivência do Império:
Os Portugueses na China
(1630-1754)**



Publicações Dom Quixote

grafia luso-chinesa. A obra, cujo conteúdo está bem descrito no título, continua a ler-se com interesse e a manter alguma actualidade, apesar de ter sido originalmente publicada em 1934. O autor traça uma panorâmica bem informada das relações mercantis, e também diplomáticas, estabelecidas entre portugueses e chineses, de que resultou a fundação e subsequente desenvolvimento de Macau.

8. George Bryan Souza, *A Sobrevivência do Império – Os Portugueses na China (1630-1754)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991 (329 pp.). O mais recente, mais bem documentado, mais abrangente e mais inovador estudo publicado sobre a presença portuguesa no Mar do Sul da China nos séculos XVII e XVIII. O autor, para além de ter manuseado amplos fundos documentais de origem portuguesa, teve também acesso às fontes holandesas, que são indispensáveis para uma correcta compreensão da his-



tória deste período. Para além das actividades dos mercadores portugueses, também a sociedade e a política macaenses são competentemente tratadas, assim como as relações de Macau com o Estado da Índia e as relações deste com a China. A obra inclui amplas referências arquivísticas e bibliográficas. A tradução portuguesa é bastante deficiente.

9. António M. Martins do Vale, *Os Portugueses em Macau (1750-1800) – Degredados, ignorantes e ambiciosos ou fiéis vassalos d'El-Rei?*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1997 (371 pp.). Recente trabalho monográfico, baseado em ampla consulta de materiais de arquivo, que traça uma panorâmica muito informada e muito abrangente da história macaense no período indicado. Capítulos sobre a organização política e administrativa, com destaque para o Leal Senado, sobre a sociedade e sobre a economia. Como o próprio autor sublinha,



trata-se de «uma visão portuguesa da presença dos portugueses em Macau». Dentro dos limites indicados, trata-se de uma investigação sólida, que vem preencher uma grave lacuna no conhecimento de uma época particularmente mal estudada do passado macaense.

10. Ângela Guimarães, *Uma relação especial – Macau e as relações luso-chinesas, 1780-1844*, Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 1996 (327 pp.). Uma recentíssima análise de um período mal conhecido da história de Macau. Estudo bem escrito e bem documentado, que consegue combinar a análise micro-histórica da realidade macaense, na transição do século XVIII para o século XIX, com a apresentação das linhas de força do contexto internacional mais vasto das relações entre a China e as potências ocidentais. Ampla utilização de materiais inéditos.

11. António Vasconcelos de Saldanha, *Estudos sobre as Relações Luso-Chinesas*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas & Instituto Cultural de Macau, 1996 (706 pp.). Importante colecção de estudos, baseados em amplíssima pesquisa documental e centrados em questões políticas e diplomáticas, que revolucionam a tradicional visão historiográfica do período mais recente da história de Macau (séculos XIX-XX).

12. Wu Zhiliang, *Segredos da Sobrevivência – História Política de Macau*, Macau, Associação de Educação de Adultos de Macau, 1999 (506 pp.). A mais recente e mais actualizada visão global da história política e administrativa de Macau. Trabalho extremamente inovador, tanto mais que resulta de uma laboriosa pesquisa que utilizou simultaneamente fontes portuguesas e fontes chinesas.

Recensões

J a c i n t a A n i c a

A QUINTA ESSÊNCIA

Guimarães Editores / 374 páginas / 1999

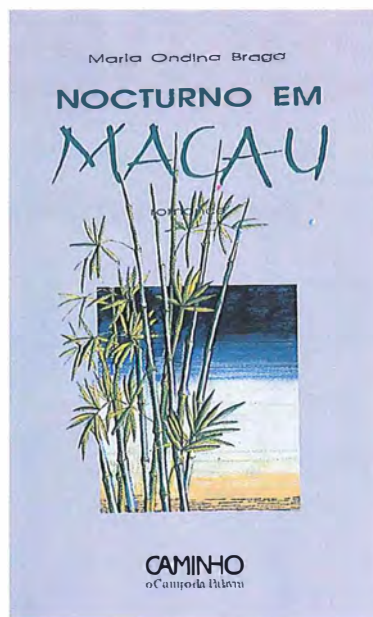
Ao fim de mais de meio século a escrever, Agustina traz-nos uma história que tem tanto de interessante como de actual, situando-nos entre Portugal e Macau, numa enredada teia de charadas não resolvidas e vidas não vividas.

Com uma visão definida por uma laboriosa descoberta do ser e do estar no mundo, problema Heideggeriano da revelação fenomenológica do ser no tempo, ou seja, o essencial problema do conhecimento do humano nas suas múltiplas formas temporais, a autora atravessa por um lado, os últimos trinta anos da vida nacional personificada numa sinuosa trama romanesca familiar de um rico agregado nortenho, espaço privilegiado de conflitos, e por outro a História da presença Portuguesa em Macau, num estilo complexo de elaboração efabulatória por meio de uma linguagem ao mesmo tempo analítica e expressionista, tendo por mote a vivência do personagem central.



Num saltar de parágrafo ou num virar de página, vemo-nos recuar no tempo ou avançar na trama, tudo isto numa atmosfera rodeada pelo intenso perfume do Oriente, com seus mitos e lendas, seus ritos e crenças, seus costumes e tradições.

Ao mesmo tempo a mais Portuguesa e a mais Universal das narrativas, tendo a cultura como essencial elemento de reflexão sobre a lusitana realidade e sua relação com o mundo, onde o tempo é chamado a primeiro plano para revelar os factores de corrupção e de evolução dessa mesma relação, é acima de tudo uma parábola sobre a quintessencial busca do inefável na sua dimensão mais trágica (e não dramática, note-se) e humana.



Nocturno em Macau

Caminho / 216 páginas / 1993 (2ª edição)

Não se situando dentro das tendências gerais da ficção portuguesa, Maria Ondina Braga trouxe uma certa experiência extra-europeia, seguramente alicerçada nos anos de magistério em Angola, em Goa, em Pequim, e, claro, em Macau, quer nos seus temas e ambientes, quer num diferente e subtil cultivar do pormenor interior, por meio de uma linguagem poética da fixação do que quotidianamente se vive.

A sensação que perpassa é que se fala de algo que já não há, melhor, de algo que apenas existiu na mente da autora, como um labiríntico sonho, impressiva viagem interior por entre as madrugadas sussurrantes de bambus e papel-de-arroz.

O mundo das escolas e suas professoras como fio condutor a desfiar, levando-nos, com certa saudade, pelas ruas e os locais de Macau, encruzilhada de raças e culturas, fazendo-nos ver através de femininos olhos, o alumbramento

de uma não chinesa a viver suas paixões, suas amizades, seus medos, seus devaneios.

Melancólico como uma melodia de piano, inteligente e trabalhado como uma liturgia de afectos, este livro, honroso vencedor do prémio Eça de Queirós, transporta-nos para o Oriente de que normalmente não se fala, o humano e sentido Oriente que enfeitiça quem por lá passa, com sua sabedoria, com sua diferença, com seu perfume, com sua poesia.

O DRAGÃO DE FUMO

Edições Asa / 316 páginas / 1998

A paixão e a dúvida são, essencialmente, os sentimentos que atravessam esta história, assente numa construção estruturalmente simples e de ritmo linear.

Universo difícil e de difusos contornos, Macau é, realmente, sobretudo hoje, um dragão de fumo, mítica paragem na história Portuguesa,



porta de entrada para um Oriente com quem sempre convivemos mas que nunca fomos capazes de entender, cuja mordedura fica, marca cultural e sensorial.

O autor, ainda que nos avise nas primeiras páginas da edição para o reconhecido facto de tudo ser fruto de trabalho ficcional, acaba por se enredar no torvelinho saudosista de quem já passou por aquelas paragens. Ao contrário do que sucede com a maioria das paixões, por natureza instáveis, esta ainda dura, e isso reflecte-se bem na elaboração das vivências, pessoais e profissionais, dos personagens.

Contudo, esta é também uma trama carregada de dúvidas. Dúvidas justificadas quando se aproxima velozmente a altura da transição de poderes para a China, e sobretudo, dúvidas sobre como se está tratando, e como se vai tratar de futuro, a problemática do crime organizado que enxameia Macau.

A paixão de João Aguiar não será, seguramente, a que o seu Adriano viveu com uma Oriental num passado distante, tampouco é a da filha deste, envolvida num caso de polícia, é, isso sim, o amor Português de quem viu a Gruta de Camões e o rio das Pérolas, a fachada da igreja de São Paulo e o altar a Kun Iam, e quer continuar a lembrar essa estranha identidade Macaense, enquanto ela ainda está intacta, mas trata-se de uma paixão intranquila, que vive a dúvida do amanhã, pois o amanhã pode trazer o desaparecimento desse universo único.

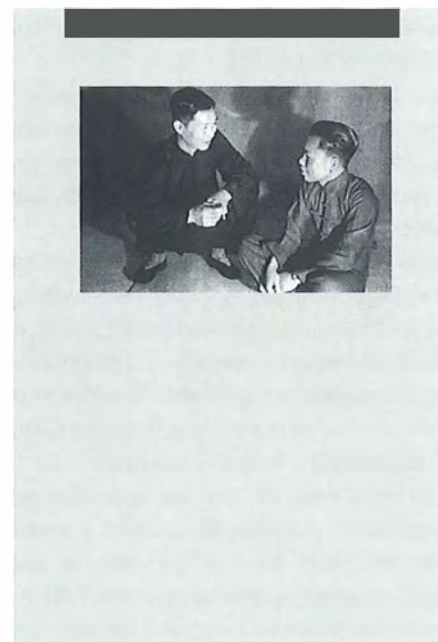
Maria do Céu Carvalho

MACAU...BYE, BYE!

Caminho / 127 páginas / 1999

Este romance policial, com um ritmo vivo e de fácil imagética, numa escrita prática e divertida, é singularmente português.

Uma visão objectiva, lúcida, interessada, sobre um Macau que é pouco retratado. O Macau do crime organizado e da violência,



dos rituais ancestrais e da cultura Oriental, da economia do jogo e do turismo, das gentes que não querem agora ser chinesas, habituadas a viver com a sua miscigenada liberdade.

O herói costumeiro nas histórias da autora, tão machista e alcoolizado, tão charmoso e atlético, tão desenrascado e vivo, como qualquer herói americano, aparece aqui em grande estilo, envolvido numa complexa trama criminosa familiar ao tentar resgatar uma criança raptada.

Manual estilizado e anti-lírico para o turista que se preze, para o aprendiz de detective, e para o iniciante nas lides da escrita policial.

Um livro despretenso e inesperado, que merece a devida atenção, pois neste fim de século este é, possivelmente, o verdadeiro ambiente de Macau.

FOLHAS CAÍDAS

Gradiva / 280 páginas / 1999 (edição portuguesa), 1997 (edição língua inglesa)

Um século de história da China, um século da história de uma família.

Em trinta e dois passos, a autora relata, na primeira pessoa, as amargas memórias que carrega, num acutilante retrato que bem pode ser apelidado de moderna versão da Gata Borralheira.

Menina rica e bem-educada, filha de um bem sucedido homem de negócios, Adeline sofreu na pele a mais impiedosa perseguição por parte da sua Madrasta, resistindo à maldade, à malícia, à humilhação à crueldade emocional, revelando sempre uma resistência comovedora.

No turbulento cenário histórico-social da China do nosso século, um ser humano, que apenas procurou a aceitação, o amor, e a compreensão, por parte dos que lhe estavam mais próximos, sempre recebeu a animosidade e a violência como resposta. Poderoso drama psico-



lógico, construído laboriosamente, ritmado pela emoção mais íntima.

Um livro que representa aquilo que todos os escritores procuram, a revelação dos sentimentos humanos mais profundos e genuínos por meio de uma urdida trama familiar, repleta de personagens profundamente representativos dos valores sócio-morais, num estilo inteligentemente delineado, contudo...

Contudo, este livro fala de uma vivência humana bem real, tão duramente real que por vezes nos faz pôr em causa as razões que nos levam a considerar o núcleo familiar como a base da sociedade, e, acima de tudo, representa o finalizar de um ciclo, o cicatrizar de uma ferida.

Tal como as folhas que caem regressam às suas raízes, também foi essencial para a autora o relembrar de tudo, para serenamente poder viver em paz com a vida e consigo mesma.

O género autobiográfico no seu melhor.

